



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA

“PEGADAS” HISTÓRICAS: educação de pessoas
trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Leila Maria de Jesus Oliveira

3. Título do trabalho

“Pegadas” Históricas: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo datase ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo. Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Discente**, em 25/10/2022, às 23:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Margarida Machado, Usuário Externo**, em 02/11/2022, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3288385** e o código CRC **1AA2B45B**.

LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA

**“PEGADAS” HISTÓRICAS: educação de pessoas
trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Margarida Machado.

Esta pesquisa teve o apoio da Capes, com bolsa doutoramento, e da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, por meio do Afastamento Remunerado para Estudos – ARE.

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Leila Maria de Jesus
"PEGADAS" HISTÓRICAS: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998) [manuscrito] / Leila Maria de Jesus Oliveira. - 2022.
242 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Maria Margarida Machado.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2022.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação de pessoas jovens e adultas. 2. Distrito Federal. 3. Educação de pessoas trabalhadoras. 4. Estado Integral. 5. Movimentos populares. I. Machado, Maria Margarida, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **152** da sessão de Defesa de Tese de **Leila Maria de Jesus Oliveira** que confere o título de **Doutora em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (09/09/2022)**, a partir das **14h**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/obg-xwvq-amu>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**“Pegadas” Históricas: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)”**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof^a. Dr^a. **Maria Margarida Machado (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação: História, Política, Sociedade** pela **PUC/SP**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof^a. Dr^a. **Míriam Fábila Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFMG** - integrante titular interna, Prof^a. Dr^a. **Edna Castro de Oliveira (UFES)**, doutora em **Educação Brasileira** pela **UFF** - integrante titular externa, Prof. Dr. **Renato Hilário dos Reis (FE/UNICAMP)**, doutor em **Educação** pela **UNICAMP** - integrante titular externo, Prof^a. Dr^a. **Eva Waisros Pereira (UNB)**, doutora em **Ciências da Educação** pela **Universidade Aberta de Portugal** - integrante titular externa e Prof^a Dr^a. **Valdeniza Maria Lopes da Barra (UFG)**, doutora em **Educação** pela **PUC/SP** - integrante titular interna. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Prof^a. Dr^a. Maria Margarida Machado, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Margarida Machado

Prof^a. Dr^a. Míriam Fábila Alves

Prof^a. Dr^a. Edna Castro de Oliveira

Prof. Dr. Renato Hilário dos Reis

Prof^a. Dr^a. Eva Waisros Pereira

Prof^a Dr^a. Valdeniza Maria Lopes da Barra

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Eva Waisros Pereira, Usuário Externo**, em 09/09/2022, às 23:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto](#)

[nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto PereiraLima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 12/09/2022, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdeniza Maria Lopes Da Barra, Professora do Magistério Superior**, em 12/09/2022, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de](#)

[novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Margarida Machado, Usuário Externo**, em 13/09/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábria Alves, Professor do Magistério Superior**, em 20/09/2022, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3146459** e o código CRC **E9A6E8B2**.

LEILA MARIA DE JESUS OLIVEIRA

“PEGADAS” HISTÓRICAS: educação de pessoas
trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Margarida Machado.

GOIÂNIA
2022

Pelo *direito à acessibilidade*, solicitamos que avise às pessoas com deficiência visual (cegas/baixa visão), analfabetas ou impedidas de ler esta tese por qualquer razão, que o seu conteúdo está acessível para a leitura digital. Foram incluídos descritivos nas figuras, gráficos e tabelas todas as vezes que exigiram este formato no exercício de possibilitar à pessoa leitora *enxergá-las* por meio das palavras, permitindo assim ampla compreensão sobre o conteúdo da tese. A opção de acesso para audiodescrição está sustentada na aprendizagem, compreensão, respeito e defesa de uma sociedade inclusiva para todas as pessoas e na legislação brasileira que assegura acessibilidade: Lei Nº 10.098/2000, Lei da Acessibilidade, regulamentada pelo Decreto Federal Nº 5296/2004, Decreto Legislativo Nº 186/2008 e Decreto Federal Nº 6949/2009.

HOMENAGENS

Durante o período deste doutorado, muitos amores partiram. Amor meu, amor seu, amor nosso, amor dos outros. Em especial, rendo aqui homenagem à minha tia Regina, ao tio João, ao tio Ildo, tio Davi, à minha sempre querida-amada prima-irmã Andrea Delfino – você partiu muito cedo e deixou um vazio enorme; ao sobrinho Wesley Gonçalves. Ao amigo anjo aqui na Terra, e agora no Céu, Dr. José Domingues – os médicos não deveriam morrer. À doce professora do PPGE/UFG, militante do Fórum EJA Goiano, amiga Maria Emília, com sua frase inesquecível “vem cá, deixa te dar um abraço” e o seu sorriso largo sempre estampado! Ao amigo que me ensinou os primeiros acordes no violão (e eu desisti), mas também muito da Vila Paranoá, João do Violão. À estrelinha amiga mais recente no Céu, Samantha, ser de luz, pelo quanto orou por mim, me orientou, me cuidou a alma. Ao indigenista Bruno Pereira e ao jornalista britânico Dom Phillips - sem palavras! Como eles, tantas outras vidas militantes que sucumbiram defendendo nossas causas. E não poderia deixar de homenagear as 684.813 (até a data de 09/09/2022) vítimas em óbito da Covid-19, porque tantas outras incontáveis vítimas estão invisibilizadas na dor, nas sequelas, na orfandade, na saudade, na fome, no desemprego. É preciso registrar, vítimas não só do vírus, mas do descaso, do negacionismo, das *fake news*, do fascismo, da extrema-direita, do sistema capitalista. Todo mundo é amor de alguém e saudade é amor que fica!

AGRADECIMENTOS

É gratidão!

Esta tese não seria possível sem a FÉ na força maior que me sustenta, LUZ suprema, DEUS! Também não seria possível se o chão que eu piso não fosse tão firme e as estradas por onde ando não me permitissem caminhar ora livremente, ora pavorosamente, mas sempre na aprendizagem.

Reverencio e agradeço ao fundamental apoio fraternal-militante de minha orientadora, pessoa chave na condução desta pesquisa, Professora Dra. Maria Margarida Machado. Sem ela, que acredita, aposta, investe, caminha junto, solidariza e respeita, esta tese não seria possível. Por muitas vezes eu pensei em desistir, e ela me sustentou, “*a gente não vai desistir não!*”.

Gratidão, ao seio de uma família que carrega a força da ancestralidade indígena, dos negros, dos povos que movem a terra; a maternidade tão suprema de dona Izilda, minha mãe, ao afeto protetor de dona Natalina e seu José Delfino, meus avós (*in memoriam*); aos ensinamentos paternais do padrasto Braga (*in memoriam*); à irmandade que nos une mesmo nas distâncias: minhas irmãs Maristela, Thailisa e Maguiléia, meus irmãos Marcelo, Júnior, Julianderson, Thiago, Flávio, Cláudio Braga; minhas sobrinhas, em especial Mariana e Marcela; sobrinhos; cunhadas, em especial Santana; cunhados; primos e primas; tias e tios, não cito mais nomes pois somos uma família numerosa, especial e amada. Ao pai, Guilherme (*in memoriam*), pelo abraço não dado, pelo aprendizado da ausência não entendida.

Gratidão, aos/as amigos/as de perto, em especial Ricardo Pacheco, Maria de Lourdes, Creuza, Alba e Maria do Socorro; às amigas de longe Sueli (amiga-irmã de encontro-encanto-de-alma que o doutorado me trouxe), Silvia, Márcia Bitencourt, Lidú, amizades que encurtam as distâncias; às muitas mãos que de mim se aproximaram para permitir que eu me aproximasse da tese, familiares, amigos, amigas, amigues em especial dona Maria dos Remédios. À sabedoria da escuta-acolhedora-elaborante me acompanhando em cada passo, confiando e torcendo: Maria Luiza Pereira, Renato Hilário, Perci Coelho, Erlando Rêses. Ao afeto me acompanhando, ora de longe, ora de bem longe, ora de perto, ora bem pertinho. Às orações e intercessão da tia Gertrudes, tia Benta, tia Iracema, da amiga Dayse, do amigo Marcos. Aos cuidados atentos e dedicados, anjos de jaleco branco, do Dr. Thiago de Sá e Dr. João Ricardo, como sou abençoada!

Gratidão ao encontro com aquela Vila Paranoá, tão cheia de nada e também tão cheia de tudo! E de lá meu encontro com os coletivos Cedep, Gtpa-Fórum EJA/DF, com os grupos de estudos Genpex, Consciência, Ler Gramsci, Pós-populares; a força militante das companheiras/os do PT Paranoá, do Sinpro, do Cepafre, do MECE.

Gratidão ao acolhimento humano do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás e todo o corpo docente e de funcionários, como fui presenteada por isso! À cumplicidade da vida na permissão do encontro com a 16ª Turma de Doutorado do PPGE da UFG, se a gente soubesse da distância que viria, teríamos saboreado mais tempo nas conversas de cafezinho e nos debates em sala. Ao apoio da Capes, no programa de bolsa doutoramento. À Sedef, no Setor de Acompanhamento de Afastamento para Estudos, pelo incansável apoio e é preciso reconhecer a árdua luta coletiva, por meio do Sinpro, para a conquista do Afastamento para Estudos, sem o qual não seria possível a caminhada realizada nesta pesquisa. As colegas professoras e direção da Escola Classe 02 do Paranoá e a toda nossa categoria de professores/as.

Gratidão às pessoas colaboradoras, entrevistadas na pesquisa, não citarei nomes, mas as suas falas estão nas linhas e entrelinhas da tese. Ao primo Adalberto, nas contribuições com as tabelas e gráficos. A Rita e Cleomar por contribuírem para que o resultado da pesquisa fosse acessível às pessoas com deficiência visual. À mana Thailisa e ao amigo Padre Jorge pela tradução do resumo. A todas as pessoas que fizeram a caminhada pela educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal, deixando rastros e pegadas no caminho que me permitiram apanhá-las para ir juntando as pistas e reconstruir a trajetória que apresentamos.

Gratidão à banca de reflexão e avaliação desta pesquisa, Professoras Dras. Mirian Fábria, Edna Castro, Eva Waisros, Valdeniza, Professor Dr. Renato Hilário, pelo olhar atento, pelas cuidadosas e preciosas contribuições, enriquecendo ao texto, mas, principalmente, a mim.

Gratidão às pessoas que, em algum momento, estarão lendo esta tese. Espero que os resultados da pesquisa aqui apresentados contribuam com a sua caminhada e lhe instigue a buscar mais. Avance, ainda temos muito para reconstruir!

Gratidão é sentimento que não se pode medir, mas que enche o peito da gente. Gratidão! Por tudo e por todas/os/es, gratidão!

PRÓLOGO

Carta para quem lê

Pessoa querida, desejo que estejas bem!

Começo por me descrever, sou Leila Maria de Jesus Oliveira, tenho estatura mediana, um pouco gordinha, sou de pele parda, tenho olhos claros, cabelos cacheados, com mechas em loiro e na altura do ombro. Uso óculos e tenho algumas pintas no rosto. Assim as pessoas com deficiência visual poderão conhecer um pouco mais de mim.

Dito isso, inicio resgatando da memória algumas lembranças que no correr da vida foram me conduzindo para o lugar de onde agora eu escrevo e falo, o lugar para onde a minha trajetória me conduziu, o doutorado.

Recordo-me por quantas vezes o meu avô José Raimundo foi à minha escola para a reunião de pais, e assinou meus boletins. Eu os tenho aqui guardados, com sua “assinatura desenhada”, mas hoje eu entendo o quanto daquilo exigia-lhe esforço de compreensão, dada a sua não escolarização. Escrevia o nome, reconhecia o alfabeto “soletrado e cantado”, tinha um pouquinho de leitura do que o mundo lhe ensinara e rezava a oração do Pai Nosso em latim. E nem preciso dizer o quanto se agigantava cada vez que entrava na minha escola.

Recordo-me ainda das histórias que me contava ao anoitecer junto ao som das modas de viola em nosso único instrumento de informação com o resto do mundo, o seu inseparável rádio de pilhas! O meu avô contava como era a Brasília de quando chegaram aqui, vindos das bandas de Minas Gerais em final de 1966, buscando saúde para minha avó, melhores condições de vida e trabalho para os rapazes e as moças da família. Contava da fome, da miséria, das dificuldades e humilhações. E contava também, quase nunca e bem baixinho, de militares e de repressão.

Depois os netos e netas nascidos naquela Brasília que contrastava o sonho com a realidade. Morando de aluguel, de barraco em barraco, em ocupações aqui e ali, trabalhando nos canteiros de obras dos prédios e das casas dos outros. Nasci em meio a tudo isso naquele 04 de dezembro de 1968, poucos dias antes do terrível Ato Institucional 5. O ano de 1968, conhecido como “o ano que não acabou”, da

mobilização de estudantes e sociedade e a forte repressão da ditadura imposta em 1964.

Meu nome, uma homenagem à Leila Diniz, desejo de minha mãe que era sua fã, foi censurado pelo escrivão do cartório, o “Diniz” não podia ficar, mas o Leila ficou! Minha mãe conta como foi privada de alimentação durante a gravidez, porque pouco ou nada se tinha para comer. Conta-me também de como foi difícil me alimentar, nem mamadeira eu tinha. Isso é teimosia de vida! Para minha mãe, que nunca tinha ido à escola, vinda da roça aos vinte e poucos anos, Brasília entregou só o trabalho para dar conta da sobrevivência.

Eu fui crescendo e aprendendo com os meus avós as coisas da natureza, o tempo para plantar, regar e colher. Isso vale para tudo na vida! Mas as terras nunca foram nossas, sempre morando de favor e plantando no que era dos outros. Egressos, excluídos e expulsos da Capital já construída, como acontecera com muitas pessoas trabalhadoras, chegamos em Luziânia, pelo início da década de 1970. Foi ali que eu aprendi a costurar, enquanto minha avó me ensinava a guiar o tecido no pé da agulha, o meu avô com a mão tocava o pedal de ferro fundido daquela máquina velhinha para eu pegar o ritmo, com os meus pés de criança. Aos poucos as pegadas da minha história foram costurando outras histórias, obrigada por me ensinarem os caminhos para “costurar os retalhos”, a vida é uma grande colcha de patchwork.

Cresci vendo os ofícios do meu avô, que fundia o ferro no fole; era ele também sapateiro, oleiro, carpinteiro, marceneiro. Não tinha desafio que o limitasse na criatividade. Profissões que a vida foi lhe ensinando e que nunca foram certificadas no papel. Quantas bonecas de espiga de milho. Brinquedos improvisados cheios de criatividade e que supriram os das lojas, que eu nem conhecia a existência. A argila pega na margem do córrego ou a massa dos biscoitos, nos serviam de massinhas de modelar as letras do alfabeto. Recordo-me destas histórias com muita gratidão pela força que me conduziram em aprendizagens. Lembro-me também da primeira televisão em casa, eu já tinha uns dez anos ou mais! E quando eu conheci o primeiro livro de histórias? Devia ter para isso também de idade, era do “seu Lima”, e como nos encantava os livros que ele havia guardado como tesouros. Eram muitos!

Quando vim para Brasília morar com minha mãe, que já teria um barraco e um companheiro - o Braga, era 1981, e eu já estava na quinta série. Foi horrível estudar naquela escola do Lago Norte, tudo muito diferente, os colegas de classe mal

conversavam comigo porque eu era a filha da faxineira da escola. Ali foi o meu primeiro contato com a educação de adultos, eu me lembro que a noite havia aula do Supletivo, eram muitos estudantes e mãe era responsável também pela limpeza das salas para o turno da noite iniciar. Eram estudantes com o rosto cansado de quem trabalhara o dia todo. Eu lembro que os estudantes do dia, crianças e adolescentes, chegavam em carros luxuosos e os da noite, jovens e adultos, eles vinham a pé e com fome.

Já era agosto de 1981 quando ocupamos para morar na Vila Paranoá. Como foi difícil! Tudo era muito estranho e perigoso. A gente não dormia direito à noite. Éramos vigiados pela polícia montada, eu os ouvia passar na ruela ao lado do nosso barraco e, por vezes, podia sentir o cheiro dos cavalos e o vulto pelas frestas das paredes improvisadas, sustentadas pelas tábuas de restos de construção. Nós não tínhamos onde morar, tudo era possível de acontecer conosco. Mas foi de lá, da Vila Paranoá, que eu fui tomando ideia de muitas coisas, fui me envolvendo com a comunidade, construindo laços e firmando passos. A gente se envolve tanto que esquece até de nós mesmos, os ideais tomam uma proporção que nos absorve e somos abduzidos pelas lutas, todas e tantas. A gente acredita que lá na frente o mundo pode ser melhor, mas para isso precisa começar agora. E o agora começa é todo dia!

Nesse tomar rumo eu me envolvi com a educação popular na alfabetização de jovens e adultos da Vila Paranoá, comecei a aprender ser alfabetizadora aos 15 anos (e aprendo até hoje), fui fazer o magistério em (1985), depois fui cursar a Faculdade de Artes Dulcina de Moraes (1988). Desbravei o caminho do conhecimento e na família passei a ser a primeira que se “formou”, que virou professora, que terminou a faculdade. Assumi o magistério na rede pública em 1989, naquela mesma (e única) escola em que eu estudei na Vila Paranoá, o Colégio Velho, também de madeira igual aos nossos barracos.

O mestrado eu achava era impossível para mim, sempre aquela ideia negativa que a gente tem plantada e que devemos combater. É crença limitante que empurram na gente, de origem pobre, da classe trabalhadora, dizendo que estudar não é para nós! Mas deu certo, em 2007 concluímos e foi uma festa danada lá no Cedep. Porque eu não estava sozinha naquela empreitada, contar a trajetória da educação popular do Paranoá nunca é falar no singular.

E agora esse doutorado! Né fácil não. Como disse o professor Ildeu Moreira, vira a gente ao avesso! A gente até pensa em desistir, é muita luta! Quando tudo estava organizado para ser tranquilo, vieram muitas batalhas, desafios de ordem pessoal, família e de saúde principalmente! E eu estava tanto ao avesso que me sentia toda amarrotada. Aí sempre chegam aqueles anjos, com um grande ferro de passar e taca de desamarrotar a gente! Então fica tudo mais ou menos bem e a gente retoma forças e segue! Tem que seguir!

Essa pesquisa é parte de uma história, que vai se revelando e entrelaçando bruscamente, lentamente, surpreendentemente o meu caminho. Em determinado momento ela se tornou um constante diálogo comigo mesma, revirar de gavetas, mistura de sentimentos. A opção pelo doutorado foi uma decisão amadurecida por algum tempo, foi uma decisão tomada após as experiências de participação na representação do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização/Fórum de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores do Distrito Federal (Gtpa/Fórum EJA-DF) em instâncias locais como Conselho Comunitário da Universidade de Brasília, Consuni/UnB e nacionais como o Coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil e a Comissão Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos (CNAEJA) do MEC, mas também do trabalho na Coordenação de Educação de Jovens e Adultos seja ele no campo intermediário na Regional de Ensino do Paranoá (2008 a 2010) ou no campo central, como gestora da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (CEJAD) da Sedf (2012/2014).

As condições reais de produção do conhecimento de uma pesquisadora que é militante, professora, educadora e por vezes esses papéis se misturam, se confundem. Somado a isso ainda tem em mim as várias Leilas, a que é filha, irmã, tia, prima, sobrinha. Os desafios vividos no decorrer do doutorado são também de ordem pessoal, intelectual, epistemológico, familiar, saúde (foram 4 cirurgias, 29 dias de internação, 13 dias de UTI, Avc), teóricos, afetivos, políticos, emocionais e tantos outros. Tem o compromisso político, histórico, ético e afetivo com a educação popular e de pessoas jovens, adultas e idosas, com a nossa história, com o que vimos construindo e constituindo. E a necessária problematização desta realidade, seria simples, se não fosse complexo!

Aliado a tudo isso o doutorado chega (2017) em um momento que vive as consequências de um país golpeado pela elite fascista por meio de um impeachment

fraudulento pondo fim ao Governo Dilma (2016) onde o vice Michel Temer assume (2016/2018) cumprindo a pauta dos interesses burgueses-capitalistas; em 2018 a prisão-política do Lula e a eleição para a presidência da república da dupla Bolsonaro e Mourão (2019/2022).

Neste período o país sofre drasticamente a queda nos investimentos em educação pública (além de outras áreas), vê escolas sendo militarizadas; OSs substituindo gestão pública; Paulo Freire, sua obra e pensamento, sendo hostilizado; professores censurados; educação amordaçada; universidades públicas sendo desmontadas, desvalorizadas e humilhadas; ameaças à liberdade de expressão e ao exercício da livre docência; livros queimados; desmonte de toda ordem de estruturas, programas, projetos e gestão pública e tantas outras situações e condições alarmantes que eu poderia relacionar aqui e que certamente impactam na educação da classe trabalhadora, na educação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Só na EJA o desinvestimento, com a redução do orçamento para a modalidade é alarmante.

A situação pandêmica vivida a partir de 2020, agravou, ainda mais, e criou abismos incalculáveis. Perdas irreparáveis, genocídio! Despedimos prematuramente de muitos amores. Passamos a ver e sermos vistos no quadradinho da tela do computador! Experimentamos a distância da saudade sem poder encurtar com o afeto do abraço. Mas a teimosia de quem acredita na vida, na ciência, no SUS sobrevive! E viva a vacina! E viva o SUS!

Pessoa querida, este foi o caminho percorrido que me trouxe ao doutorado e a pesquisa foi sendo construída dentro deste cenário nos últimos cinco anos. Nestas condições objetivas de produção do conhecimento, o que tenho a afirmar é que a Leila que entrou no doutorado não é a mesma que sai. A que entrou ficou em 2017, esta que sai segue a caminhar na teimosia da vida. Tenho muito mais o que contar, mas estar viva já resume tudo!

Só gratidão e muitos abraços! Celebração!

Leila Maria, final de inverno, setembro, Sol de primavera que se aproxima.

RESUMO

Esta tese vincula-se à linha de pesquisa “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, e tem como temática a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal, no contexto de 1957 a 1998. O objetivo geral da pesquisa foi identificar historicamente as iniciativas de atendimento à demanda para educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, no Distrito Federal, com vistas a refletir sobre a garantia do direito à educação para as classes populares. Para o alcance desse objetivo, realizamos pesquisa historiográfica, investigativa, documental, bibliográfica, de cunho qualitativo. Contamos com depoimentos de sujeitos envolvidos com a pauta da educação no Distrito Federal. A reconstituição histórica desta pesquisa nos possibilitou apresentar em três capítulos, de forma inédita, a trajetória da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras da capital federal, ao elucidar a conjuntura político-administrativa do Distrito Federal e suas aproximações entre o que acontece no cenário nacional; a organização e participação política da sociedade civil; a legislação distrital e nacional no campo da educação de pessoas jovens e adultas; as características da população do Distrito Federal em crescimento; o levantamento da demanda e matrícula, bem como a organização e oferta do sistema público de ensino e de movimentos populares para a educação das pessoas jovens e adultas, buscando apreender a organização dessa oferta, no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, numa concepção de Estado Integral. Constatamos que, embora seja perceptível um conjunto de iniciativas, tanto por parte da sociedade política, como da sociedade civil, em prol da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, no Distrito Federal, essa movimentação, ao longo da história, não assegurou o acesso, a permanência e a continuidade de uma educação plena a esses sujeitos. Para além das iniciativas elucidadas, a pesquisa revela que a oferta desta educação é um campo em disputa, onde, por um lado, as mazelas da educação de pessoas jovens e adultas se revelam na permanente disputa de classes, na prevalência dos interesses do capital sobre a formação da classe trabalhadora, nas relações de trabalho com as pessoas trabalhadoras que construíram Brasília e, por outro, na permanente preocupação dos movimentos sociais que têm como pauta de disputa a elevação da escolarização deste público, entendendo-a como fundamental para a emancipação dessas pessoas, e a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação de pessoas jovens e adultas; Distrito Federal; Educação de pessoas trabalhadoras; Estado Integral; Movimentos populares.

ABSTRACT

This thesis is linked to the line of research on "Work, Education and Social Movements" of the Post-Graduation Program in Education, at the Education College of the Federal University of Goiás, and its theme is the education of youth and the adult working class in the Federal District, from the period of 1957 to 1998. The general goal of the research was to historically identify the initiatives to meet the demand for education of young and adult working people in the Federal District, to bring reflection about the granted right to education for the popular classes. In order to reach this goal, we carried out a historiographic, investigative, documental, and bibliographic research, of the qualitative sort. We relied on testimonies from people involved with education in the Federal District. The historical reconstitution of this research allowed us to present in three chapters, in an unprecedented manner, the trajectory of the area of education of young and adult working citizens in the federal capital, by elucidating the political-administrative conjuncture of the Federal District and its approximations with what happens in the national scenario; the organization and political participation of civil society; the district and national legislation in the field of youth and adult education; the characteristics of the growing population of the Federal District; the survey of demand and enrollment, as well as the organization and supply of the public school system and of popular movements for the education of young people and adults, attempting to apprehend the organization of this supply, in the scope of the political and civil society, in a conception of an Integral State. We found that, although a set of initiatives is perceptible, from the political society, as well as from the civil society, in favor of the education of the young and adult working class in the Federal District, this movement, throughout history, did not ensure the access, permanence, and continuity of a full education to these individuals. Beyond the initiatives elucidated, the research reveals that the offer of this education remains a disputed field, where, on one hand we see the stigmas of young and adult education revealed in the permanent class disputes, in the prevalence of capital interests over the formation of the working class, and in the work relations with the working force who built Brasília, and, on the other hand, the persistent concern of social movements that have as their agenda the elevation of schooling for this demographic, understanding it as fundamental for the emancipation of these people, and the construction of a fair and egalitarian society.

Keywords: Education of young people and adults; Federal District; Education of working people; Integral State; Popular movements.

RESUMEN

Esta tesis está vinculada a la línea de investigación "Trabajo, Educación y Movimientos Sociales", del Programa de Postgrado en Educación, de la Facultad de Educación, de la Universidad Federal de Goiás, y su tema es la educación de los trabajadores jóvenes y adultos en el Distrito Federal, en el contexto de 1957 a 1998. El objetivo general de la investigación fue identificar históricamente las iniciativas para atender la demanda de educación de los jóvenes y adultos trabajadores en el Distrito Federal, para reflexionar sobre la garantía del derecho a la educación de las clases populares. Para alcanzar este objetivo, realizamos una investigación historiográfica, investigativa, documental, bibliográfica y cualitativa. Contamos con testimonios de personas involucradas en la agenda educativa del Distrito Federal. La reconstitución histórica de esta investigación nos ha permitido presentar en tres capítulos, de manera inédita, la trayectoria de la educación de los trabajadores jóvenes y adultos en la capital federal, al dilucidar la coyuntura político-administrativa del Distrito Federal y sus aproximaciones con lo que ocurre en el escenario nacional; la organización y participación política de la sociedad civil; la legislación distrital y nacional en materia de educación de jóvenes y adultos; las características de la población creciente del Distrito Federal; el relevamiento de la demanda y la matrícula, así como la organización y la oferta del sistema educativo público y de los movimientos populares para la educación de jóvenes y adultos, buscando aprehender la organización de esta oferta, en el ámbito de la sociedad política y la sociedad civil, en una concepción de Estado Integral. Encontramos que, aunque es perceptible un conjunto de iniciativas, tanto de la sociedad política como de la sociedad civil, a favor de la educación de los trabajadores jóvenes y adultos en el Distrito Federal, este movimiento, a lo largo de la historia, no aseguró el acceso, la permanencia y la continuidad de una educación completa a estos sujetos. Más allá de las iniciativas dilucidadas, la investigación revela que la oferta de esta educación es un campo en disputa, donde, por un lado, los males de la educación de jóvenes y adultos se revelan en la permanente disputa de clases, en la prevalencia de los intereses del capital sobre la formación de la clase trabajadora, en las relaciones laborales con el pueblo trabajador que construyó Brasilia y, por otro lado, en la permanente preocupación de los movimientos sociales que tienen como agenda de disputa el levantamiento de la escolarización de este público, entendiéndola como fundamental para la emancipación de este pueblo, y la construcción de una sociedad justa e igualitaria.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos; Distrito Federal; Educación de los trabajadores; Estado integral; Movimientos populares.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSO	Associação Comunitária da Expansão do Setor O
AES/DF	Associação de Educadores do Ensino Supletivo do Distrito Federal
AI-5	Ato Institucional Nº 5
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ARPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
BND	Biblioteca Nacional Digital
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPFESP	Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público
CASEB	Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília
CDI	Coordenação de Documentação e Informação
CEDEP	Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã
CEDF	Conselho de Educação do Distrito Federal
CEPACS	Centro de Educação Popular e Cultura de Sobradinho
CEPAFRE	Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia
CEPSS	Centro de Educação Popular de São Sebastião
CES	Centro de Estudos Supletivos
CESAS	Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul
CESVO	Centro de Ensino Verde Oliva
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CMV/DF	Centro Memória Viva e Documentação em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do DF
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNCP	Comissão Nacional de Cultura Popular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COC	Círculo Operário do Cruzeiro
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONCLAT	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CP3-E	Caderno de Pesquisa 3 – Entrevistas
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUZADA ABC	Cruzada de Ação Básica Cristã
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DF	Distrito Federal
DSI	Divisão de Segurança da Informação

DSU	Departamento Supletivo
EAPE	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAIT	Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores
FEDF	Fundação Educacional do Distrito Federal
FEUB	Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília
FORALFA	Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos
FUNALFA	Fundo de Alfabetização de Jovens e Adultos
GE - 1	Grupo Escolar Nº 01
GEB	Guarda Especial de Brasília
GTALFA	Grupo de Trabalho de Alfabetização para Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal
GTPA/DF	Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização – Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IAPETC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBES	Instituto Brasileiro de Educação Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGDF	Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPASE	Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado
IPM	Inquérito Policial Militar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LODF	Lei Orgânica do Distrito Federal
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MUDE	Museu da Educação do Distrito Federal
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano Distrital de Educação
PDF	Prefeitura do Distrito Federal
PDOTs	Planos Distritais de Ordenamento Territorial

PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Plano de Educação e Cultura
PEOT	Plano Estrutural de Organização Territorial
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD	Pesquisa Nacional de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Partido Popular
PRONALFA	Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RA	Região Administrativa
RE	Roteiro da Entrevista
RIDE	Rede Integrada de Desenvolvimento do Entorno
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SERPAJ	Serviço de Paz e Justiça
SERPAJUS	Serviço de Paz e Justiça do Pedregal
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
Sinpro/DF	Sindicato dos Professores do Distrito Federal
SIRENA	Sistema Radioeducativo Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UET	União dos Estudantes Trabalhadores de Brasília
UMESB	União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalhadores em fila, Brasília, sem data definida	44
Figura 2 – Retirantes chegam para trabalhar na construção de Brasília, janeiro 1959	46
Figura 3 – Alunos na Escola Industrial de Taguatinga/DF.....	52
Figura 4 - Nota do Jornal Correio Braziliense, 13 de maio de 1961.....	57
Figura 5 – Correio Braziliense, Cem cursos de alfabetização de adultos em atividade hoje.....	58
Figura 6 - Prefeitura inaugurou ontem cem cursos de alfabetização	59
Figura 7 – Reunião com Padre Eduardo e Paulo de Tarso.	61
Figura 8 - Reportagem Correio Braziliense: Estudantes Trabalhadores	63
Figura 9 - Reunião do Conselho Nacional de Cultura no Ministério da Educação, Brasília, 1963.	66
Figura 10 - Círculo de Cultura Popular, Cine Itapoã, Gama/DF, 1963	69
Figura 11 - Curso para alfabetização de adultos – SQS 106.....	70
Figura 12 - Slides da experiência de formação em Brasília.....	74
Figura 13 - Slides da experiência de formação em Brasília.....	75
Figura 14 - Nota Correio Braziliense – Movimento de Cultura Popular.....	80
Figura 15 - Nota sobre Curso de Alfabetização.....	80
Figura 16 - Cartilha Primeiro Livro do Povo, capa e contracapa.....	83
Figura 17 - Cartilha Primeiro Livro do Povo, texto de apresentação.....	84
Figura 18 - Nota Correio Braziliense – Darcy Ordena a Apreensão da Cartilha, 1963	86
Figura 19 - Quadro de evolução Supletivo Primário 1966-1971	107
Figura 20 - Carta Padre Eduardo Van de Walle para Koos.	131
Figura 21 – Nota publicada sobre o lançamento livro Paulo Freire e a Educação Brasileira.....	133
Figura 22 - Curso para maiores	135
Figura 23 - Curso para adultos.....	135
Figura 24 - Curso para adultos, trabalhos manuais.....	136
Figura 25 - Curso para adultos, corte e costuras.....	137
Figura 26 - Escola Rural do Córrego do Ouro.	138

Figura 27 - Escola Rural do Córrego do Ouro.	138
Figura 28 - Publicação do Parecer 027/86, CEDF	155
Figura 29 - Anúncio de Exames Supletivos em Classificados.	160
Figura 30 - Publicidade do Proalfa, Projeto Brasília onde todos podem ler. Cartaz	167
Figura 31 - Publicidade Proalfa, Projeto Brasília onde todos podem ler. Recorte do cartaz	167
Figura 32 - Professor Paulo Freire chegando a Brasília, 1996	171
Figura 33 - Relatório PROALFA – turmas formadas em 1996	176
Figura 34 - Mapa colorido do Distrito Federal, ano de 1989.	185
Figura 35 – Bilhetes de alfabetizandas/os, setembro, 1987	188
Figura 36 - Carta de Constituição do GTPA/DF.	190
Figura 37 – Paulo Freire e alfabetizadores/as, Seminário do Ano Internacional da Alfabetização.	192
Figura 38 - Manifestação pela aprovação do Funalfa, Distrito Federal, 1997	197
Figura 39 - Formação de professores da rede pública de ensino de Luziânia, Goiás, 1994	198
Figura 40 - Placa em concreto com marca das mãos de Paulo Freire.	198
Figura 41 – Paulo Freire no I Fórum de Alfabetização de Jovens e Adultos, Ceilândia, 1996	199

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente, DF – 1957, 1958, 1959	47
Gráfico 2 - Pirâmide Etária, população residente, Distrito Federal, 1970.....	99
Gráfico 3 – Pirâmide etária, população residente, DF, 1980.	100
Gráfico 4 - Evolução da população residente, Distrito Federal, 1957 a 1980	100
Gráfico 5 - Distrito Federal, histórico da população residente, 1985-1999.....	146
Gráfico 6 - Pirâmide etária, população residente, sexo, Distrito Federal, 1991.	147
Gráfico 7 - População residente, 15 anos ou mais, frequência à escola, nível de ensino, 2000.....	150
Gráfico 8 - Evolução da população residente, Distrito Federal, 1957-2000	204
Gráfico 9 - População 15 anos ou mais, não alfabetizados, Distrito Federal, 1960-2000	205
Gráfico 10 - Evolução da matrícula inicial na educação de pessoas jovens e adultas na rede pública do Distrito Federal – 1966 a 2000	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do Ensino Supletivo aprovada pelo Parecer 40/78 – CEDF. .	114
Quadro 2 - Encontros Distritais de EJA.	201

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente, DF, 15 anos e mais, sexo, segundo analfabetismo, 1960.....	48
Tabela 2 - População do Distrito Federal total, 15 anos ou mais, segundo analfabetismo.....	102
Tabela 3 - Analfabetismo na população do Distrito Federal por sexo, grupo etário, 1970 e 1980.....	102
Tabela 4 - Distrito Federal, percentual de analfabetismo por grupo etário, período.	103
Tabela 5 - Série histórica I: matrícula inicial, Ensino Supletivo, rede pública, DF – 1966-1984.....	122
Tabela 6 - Matrícula e conclusão, por Ciclo, Exames de Madureza, SEC/DF – 1965/1969.....	124
Tabela 7 - População residente, Distrito Federal, 15 anos ou mais, 1991 e 2000. .	147
Tabela 8 - Percentual de não alfabetizados por grupo etário, Distrito Federal, de 1985 a 1999.....	148
Tabela 9 - Percentual da população residente, por alfabetização, grupo etário 15 anos ou mais, Distrito Federal, 1991 e 2000.....	149
Tabela 10 - Condição de alfabetização, 15 anos ou mais, grupo etário, Distrito Federal, 1991.....	150
Tabela 11 - Série histórica I, matrícula inicial na educação de adultos na rede pública do Distrito Federal – 1985-2000*.....	181
Tabela 12 - Série histórica II, matrícula inicial na educação de adultos na rede de ensino do Distrito Federal – 1995 – 2000.....	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
Reconstruir a História para Construir a Memória	25
1 DA CONSTRUÇÃO AO GOLPE: a Educação de Pessoas Trabalhadoras no Distrito Federal.....	39
1.1 E agora, José? – pessoas trabalhadoras na construção da nova capital ...	43
1.2 A organização do Sistema de Ensino e a educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal	49
1.3 Povo Analfabeto é povo escravo: alfabetização e conscientização política em construção no Distrito Federal	55
1.3.1 De Angicos para Brasília: a experiência da alfabetização freiriana no Distrito Federal	64
1.3.2 A alfabetização de adultos nas atividades extensionistas da Universidade de Brasília.....	77
2 TEMPOS OBSCUROS: a Educação de Pessoas Trabalhadoras no Distrito Federal Durante o Regime Militar	93
2.1 Brasília vai se consolidando como capital, o Distrito Federal segue crescendo	97
2.2 O Ensino Supletivo no Sistema Público de Ensino do Distrito Federal.....	104
2.3 Cenários Incertos: a educação de pessoas trabalhadoras nas iniciativas da sociedade civil	125
3 DE SUPLÊNCIA A MODALIDADE: Entre Direitos e Disputas.....	140
3.1 Brasília Consolidada e o Distrito Federal Emancipado: cenários políticos e sociais	143
3.2 De Suplência para Modalidade: a organização do sistema e o atendimento à demanda na Educação de Jovens e Adultos	151
3.3 Da ruptura ao pertencimento: os movimentos sociais na educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal	183
3.4 Pegadas históricas: reflexões/diálogos sobre educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal	204

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
Tecendo a Manhã.....	211
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICES	232
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	233
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA PRIMEIRO BLOCO	235
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEGUNDO BLOCO	237
APÊNDICE D – RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS UTILIZADAS PELA PESQUISA	238
APÊNDICE E – ARQUIVOS LOCALIZADOS E DIGITALIZADOS	239

INTRODUÇÃO

Reconstruir a História para Construir a Memória

“Investigação” vem do verbo latino *Vestígio*,
que significa “seguir as pisadas”.
Significa, portanto, a busca de algo a partir de vestígios.
(GAMBOA, 2012, p. 27)

Resultado da pesquisa acadêmica de doutorado, esta tese trata de uma história que não deve ser esquecida. Reconstruir a história da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal não é reviver o passado e colocá-lo em uma redoma, é colocá-lo em evidência para construir a memória, para entender o presente e planejar o futuro. A investigação realizada, como revela a frase em epígrafe, perseguiu vestígios de uma história a ser reconstruída.

Fruto de um envolvimento que não é solitário e não começa no doutorado, assumo em vários momentos da escrita a voz em primeira pessoa, pois sou a pesquisadora que abraçou a educação popular ainda no fim da sua adolescência, sou educadora, sou professora na rede pública, sou militante e sou filha, sobrinha, prima, neta, bisneta, tataraneta de uma família não alfabetizada e de baixa escolaridade. Os registros desta pesquisa resgatam as páginas de minha própria história de vida, pois os meus chegaram a Brasília também para construir, para melhorar de vida, para cuidar da saúde, para conseguir escola para os filhos/filhas, e por aqui ficamos e escrevemos uma outra parte da nossa história. Sou também aprendiz, todos os dias aprendo algo e, com esta tese, estou aprendendo a ser historiadora; portanto, apresento aqui os primeiros passos de quem se pôs a caminhar.

Dito isso, apresentamos esta tese, de cunho historiográfico, que inserida na área da *Educação* está vinculada à *Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais*, do *Programa de Pós-Graduação em Educação*, da *Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás*. Talhada na caminhada acadêmica que envolve orientação; grupos de estudo; disciplinas; conversas de corredor e de cafezinhos; noites de insônia; madrugadas no teclado; leituras; sebos; sites; o ir-vir da BR-060; as trocas de mensagens e o “estalar” das ideias e, encurralada pela realidade que se impôs a partir de 2020, a pesquisa tomou o rumo que lhe coube possível e cujos resultados apresentamos nesta produção.

Centrada na temática da educação de pessoas jovens e adultas, a pesquisa, intitulada “*Pegadas*” *Históricas: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)*, é um estudo investigativo, historiográfico, na educação, que se apresenta como um desafio inédito no desvelamento da trajetória da escolarização deste público, presente na região do Distrito Federal desde antes da construção de Brasília, onde chegaram brasileiros e brasileiras vindos das cinco regiões do país, com pouco ou nenhum percurso escolar. Para Gamboa (2012), a natureza social dos fenômenos educativos permite que estes sejam também históricos, o que leva as investigações para a historicidade do objeto em pesquisa.

Para entender essa história, é preciso voltar no tempo, desde a constituição do Distrito Federal (DF), que se dá de maneira diferenciada das outras unidades da Federação. Primeiro como proposta de interiorização da Capital, é criado por meio de decreto, e a cidade de Brasília, planejada para ser a nova Capital do país, começa então a ser erguida e povoada por trabalhadores e trabalhadoras quase que maciçamente na construção civil, nos serviços gerais e no serviço doméstico.

A baixa escolarização desses trabalhadores é o indício da demanda por educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal, o que pode ser constatado pela pesquisa do Censo Experimental de 1959, do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), que aponta a existência de 81% da população com formação *elementar* ou *fundamental*, o que corresponderia hoje aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Durante os anos seguintes, com o alto índice do crescimento populacional, os problemas econômicos e sociais como moradia, saúde, educação, transporte e desemprego trouxeram ainda mais mazelas, pois a cidade planejada para poucos recebeu um contingente de trabalhadores que não a abandonaram após a inauguração, como inicialmente fora pensado pelos planejadores da nova capital. Para entender um pouco mais sobre o Distrito Federal, nos amparamos nas consultas a Beú (2012), Nunes (2005), Oliveira (2005), Paviani (2010) e Sousa (1983).

No período em estudo, de 1957 até 1998, a pesquisa investiga a conjuntura político-administrativa do Distrito Federal, buscando as aproximações históricas entre o que lá acontece e o cenário nacional, no campo da educação de pessoas jovens e adultas; a organização e participação política da sociedade civil; a legislação distrital e nacional no campo da educação de pessoas jovens e adultas; as características da população do Distrito Federal em crescimento; o levantamento da demanda e matrícula, bem como a organização e oferta do sistema público de ensino para a

educação das pessoas jovens e adultas e a participação da sociedade civil com relação à reivindicação ao atendimento a esta demanda. Esse percurso nos possibilitou compreender a relação entre oferta e demanda por educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras.

Sobre o período recortado para a pesquisa, experienciamos um caminho de intensa reflexão. Inicialmente, planejamos trabalhar com o recorte de um período histórico de sessenta anos (1960-2020), porém, os fatores externos e de ordem pessoal impuseram outra realidade e, alinhados no debate na etapa da qualificação da pesquisa, o período foi então ajustado para o marco da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Contudo, ao trabalhar com o material da pesquisa, consideramos prudente iniciar no ano de 1957, acompanhando o período pré-inauguração de Brasília, e mover o fechamento para o ano de 1998, ano em que se encerra o período de gestão do Governo Democrático e Popular no DF, eleito em 1995, que também acompanha dois anos de vigência da nova LDB e dez anos da promulgação da Constituição de 1988. Assim, o período em estudo da pesquisa ficou estabelecido de 1957 até 1998, perfazendo aí um caminho de quarenta e um anos a ser investigado.

Mas pensar a história no todo requer olhar essa mesma história em partes. Não se trata, pois, de fragmentar a história aleatoriamente, para Le Goff (2015), a periodização do tempo, enquanto ação humana sobre o tempo, não é uma ação neutra e faz-se necessária à história, e não deve se resumir ao fator cronológico, mas ligar-se ao sentido de valor histórico daquele período, uma vez que representa um significado particular para o pesquisador e para a pesquisa. Não é, portanto, dividir o tempo cronológico em quadradinhos, mas dar sentido ao período histórico em estudo.

Nosso desafio foi, por conseguinte, reconstruir uma trajetória não apenas para registrar o vivido, mas dialogar historicamente com esse passado. Nesse diálogo, optamos por apresentar essa reconstrução em três períodos: 1957 a 1964, 1964 a 1985 e 1985 a 1998. Evidente que o desafio foi (e ainda é) um constante exercício de quem se faz aprendiz na escrita, aprendiz nas descobertas, aprendiz na pesquisa.

Seguindo para o campo da produção do conhecimento, averiguamos nas pesquisas antecedentes, um levantamento bibliográfico sobre a trajetória da educação de jovens e adultos no Distrito Federal. O levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira, no site SciELO, no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no acervo de teses e

dissertações da Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), partiu dos descritores: Educação de adultos; Alfabetização de adultos; Supletivo; Alfabetização de jovens e adultos; Mobral e EJA. A área de abrangência foi o Distrito Federal e, quanto ao período, iniciamos pelos últimos cinco anos e acabamos por atingir o período de 1999 a 2019.

As temáticas que envolveram as pesquisas localizadas abarcam discussões sobre aprendizagem, currículo, formação de professores, financiamento, educação profissional, suplência, tecnologias, sistema prisional, perfil do estudante, perfil do professor, gestão, educação popular e EJA, entre outros temas interessantes e importantes. Porém, pelas pistas e consultas a alguns desses estudos, verificamos que ou não relatam, ou não aprofundam como se deu a trajetória da educação de jovens e adultos trabalhadores no Distrito Federal. Quando muito, apresentam um histórico ligado ao cenário nacional e informações fragmentadas e repetitivas do histórico no DF. A pesquisa que melhor se aproximou de nosso objeto foi a dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília por Costa (1999), a qual utilizamos.

Das opções conceituais da pesquisa, fizemos algumas escolhas que apresentaremos a seguir. A primeira delas, já expressa no título desta tese, é o uso de *peçoas trabalhadoras*. Ao adotar a expressão *peçoas*, entendemos e defendemos que, no contexto do século XXI, existe uma série de reivindicações em relação à questão do uso adequado da linguagem de gênero em função da diversidade, bem como a discussão de uma sociedade inclusiva. Também entendemos que, por *peçoas*, estão incluídas aquelas correspondendo a jovens, adultas e idosas, que têm relação com o público sobre o qual esta pesquisa se debruça, como também com a diversidade do povo brasileiro (RIBEIRO, 2015). Pontando, pensando em uma sociedade inclusiva (WERNECK, 2012), optamos por usar o termo *peçoas trabalhadoras* para englobar toda a diversidade possível e inclusa entre as peçoas jovens, adultas e idosas, pelo reconhecimento do espaço legítimo da luta por essas diversidades.

A segunda opção é também de posição política. Ao adjetivar *peçoas trabalhadoras*, nós estamos afirmando a educação destinada à classe trabalhadora; portanto, é uma opção de classe desde sua escolha, concepção. A disputa pela educação no Distrito Federal é uma questão de classe social, pois foi negada à classe

trabalhadora o direito à escola, até mesmo enquanto estrutura física, desde a infantil até os adultos. A exemplo, as escolas da periferia de Brasília fogem ao modelo (físico, arquitetônico e pedagógico) das escolas do centro da Capital, idealizadas por Anísio Teixeira, que ficaram no mostruário de Brasília, mas não se estendem às camadas populares excluídas, escanteadas para as margens. A pesquisa revela que, para as pessoas jovens e adultas, foi ainda mais difícil entrar na escola, mesmo a periférica.

Adjetivar pessoas como *trabalhadoras* é uma opção por afirmar nossa posição de pertencimento a uma classe social: aquela que, para sobreviver, vende a sua força de trabalho. São pessoas jovens e adultas pertencentes à parcela da sociedade a que foi negado o acesso à educação, para que sua força de trabalho fosse direcionada exclusivamente à produção para o capital. Compreende-se que a sociedade, organizada em classes sociais, está em contínua transformação, mas as relações de classe não são alteradas, elas se mantêm as mesmas; as pessoas trabalhadoras de ontem não são as mesmas de hoje, pois estão inseridas em outro contexto social, mas continuam pertencentes à classe trabalhadora, e os seus descendentes também. Assim, nos amparamos em Marx (1990, 2010a) no conceito de *classe trabalhadora* para definir *pessoas trabalhadoras*, pois reafirmamos, para nós, a disputa na educação de pessoas jovens e adultas é de classe, sendo, portanto, a *classe trabalhadora* a menos favorecida quanto ao acesso, permanência e continuidade à escolarização.

Sobre o alcance de grupo etário, ao nos referirmos a pessoas trabalhadoras ou *pessoas jovens e adultas* (no decorrer do texto), referimo-nos àquelas pessoas com 15 anos ou mais. Não estamos limitando à faixa etária a jovens e adultos, mas à amplitude da educação destinada para essas pessoas, qual seja, pessoas jovens, adultas e idosas. A exemplo, embora desde sempre a presença de adolescentes seja constatada na oferta (o que contestamos), esse conceito, “adolescentes”, só se afirma como legislação no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e o mesmo com relação ao *idoso*, com a normatização do Estatuto do Idoso (2003). Ainda assim, mesmo considerando a presença de matrículas desses grupos etários nos registros oficiais, para efeito do Distrito Federal, não constam essas terminologias durante o período estudado (adolescentes e idosos). Por isso, nos limitamos a utilizar *pessoas jovens e adultas*.

Outra opção é adotar o termo *educação*, compreendendo sua amplitude no atendimento à Educação Básica, a que alcança da Alfabetização ao Ensino Médio.

Por *escolarização* compreendemos o processo formal de aquisição do conhecimento por meio da educação escolar. Amparados na etimologia da palavra derivada do verbo *escolarizar*, o qual se define, segundo o Dicionário Houaiss, como “*fazer passar por processo de escolarização, por aprendizado em escola*”. Ao utilizarmos no decorrer do texto o termo *escolarização*, o fazemos carregando o peso das experiências escolares vividas – ou não – pelas pessoas jovens e adultas trabalhadoras.

No título desta tese, usamos o termo *pegadas* para expressar os sentidos que perseguimos na pesquisa, quais sejam: as marcas, os rastros, as trilhas, sinais, vestígios, traços, pistas e evidências que nos permitiram pegar, segurar, agarrar, escarafunchar, garimpar a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, no emaranhado da história do Distrito Federal.

Também por opção, o uso de terminologias como: Supletivo, Educação de Adultos, Educação de Adolescentes e Adultos e Educação de Jovens e Adultos. Optamos por adotar a terminologia a depender do período em estudo, adequando-a assim àquela realidade. Embora, na legislação do Distrito Federal, no Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), já tenhamos alcançado a definição de Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores (EJAIT), no período da pesquisa, essa terminologia não era referência. Assim também como nos referimos a *Classes de Alfabetização*, *Classes de Adultos*, *Cursos de Adultos*, *Turma de Alfabetização* ou *Círculo de Cultura* para determinar o agrupamento de estudantes/alunos em momento de aula, quando for o caso.

Por Estado, sociedade civil, sociedade política e Estado integral, as contribuições no estudo de Gramsci (2014) nos levam a optar pelo conceito de Estado Integral, entendendo que as relações ora tensionadas, ora pactuadas entre sociedade política e sociedade civil, na pauta da educação de pessoas jovens e adultas, acumuladas historicamente, não necessariamente indicam avanços para o atendimento a essa parcela da população.

Entendidas as opções da pesquisa, passamos à sua problematização, considerando as dificuldades impostas à classe trabalhadora no acesso, permanência e continuidade dos estudos, como sendo desafios a serem enfrentados para o alcance da adequada oferta de educação para esse público, a questão central da pesquisa. Para Triviños (2019), a definição do problema de pesquisa é antecedida pela avaliação, do pesquisador, das reais condições de pesquisa, do objeto e do campo a ser explorado, assim como o caminho a ser trilhado pela pesquisa vai depender das

condições encontradas para esta caminhada, as circunstâncias que possibilitam a realização da pesquisa.

Assim, a pergunta central que orientou a investigação foi a seguinte: como se constituiu historicamente a oferta da educação para as pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal, a partir da construção de Brasília? O percurso da pesquisa, especialmente o acesso a documentos inéditos, produzidos no âmbito da sociedade política e sociedade civil, nos encaminhou para outras questões: 1) Como foi estruturada a oferta da educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal, no contexto do início da construção de Brasília até o Golpe Militar¹ de 1964? 2) Durante o período do regime militar, quais ações foram desenvolvidas para atender à demanda por educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal? 3) Com o advento da redemocratização do país, emancipação política do Distrito Federal e conquistas como LDB/1996, quais foram os impactos no atendimento à demanda por educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras na capital?

Portanto, temos como objetivo geral da pesquisa o desafio de identificar historicamente as iniciativas de atendimento à demanda para educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, no Distrito Federal, no período entre 1957 a 1998, que buscamos alcançar por meio de objetivos específicos, sendo eles: 1) compreender como foi construída a oferta da educação na rede pública do DF, entre os anos de 1957 até 1998, para as pessoas jovens e adultas trabalhadoras; 2) Identificar o perfil da demanda e o tamanho da oferta por alfabetização e educação para as pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal no período de 1957 a 1998; 3) Entender como estava organizada a alfabetização e educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal, no período de 1957 até 1964; 4) Entender como ocorreu o atendimento à demanda por educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal durante o regime militar, que compreende o período de 1964 até 1985; e 5) Identificar os principais movimentos ocorridos no Distrito Federal por iniciativa da sociedade civil e da sociedade política no atendimento à

¹ De acordo com a documentação acessada e na compreensão de pesquisadores consultados para a tese, utilizaremos na redação o termo Golpe Militar, embora reconhecendo a participação de parte da sociedade, organizada em grupos conservadores, dando suporte à conspiração e golpe por parte das Forças Armadas, sendo caracterizado como Golpe civil-militar de 1964.

alfabetização e educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no período de 1985 até 1998.

A pesquisa, quando centrada nos processos que constituíram a oferta da educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no DF, fez um exercício de apreensão da realidade no período estudado, para compreender o movimento que esta realidade impõe à historicidade e a construção da temática em estudo (TRIVIÑOS, 2019).

Para responder à problematização e atender aos objetivos, a pesquisa teve como base o caráter historiográfico no campo da história da educação. Realizamos uma investigação de abordagem qualitativa, contando com a contribuição de dados quantitativos, em busca de respostas às questões levantadas e perseguindo alcançar os objetivos propostos. A coleta de dados na pesquisa qualitativa não é uma ação isolada das outras etapas (TRIVIÑOS, 2019) e se constituiu em um ir e vir entre as pistas, achados e entrevistas. Uma busca que parecia ter chegado ao fim sem nenhuma resposta, de repente, encontra em uma entrevista elementos que possibilitam retomar os rastros e localizar as respostas antes tidas como inviáveis. Até o momento da escrita final da tese foram aparecendo informações complementares e, por isso, também, é uma pesquisa que não se finaliza com a tese, ela certamente encontrará ecos em outras investigações, pois ainda tem muitas evidências para serem exploradas.

Trabalhamos com dados quantitativos para a construção do diagnóstico da demanda e oferta. A pesquisa levantou os dados, no recorte da população de 15 anos ou mais, com base nos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE) e na Pesquisa Nacional de Domicílios (Pnad).

Para compreender o histórico das matrículas de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no sistema público de educação do Distrito Federal, recorreremos a registros documentais, publicações diversas, pesquisas educacionais e acadêmicas e ainda aos dados do Censo Escolar² disponibilizados no Censo Escolar do Instituto

2 O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística da educação brasileira. É realizado anualmente e as informações coletadas em regime de colaboração com Estados e Municípios, contando com participação da esfera pública e privada de educação. As informações coletadas alcançam todas as etapas e modalidades da Educação Básica e Educação Profissional, constituindo importantes indicadores que possibilitam acompanhar, monitorar e planejar o desenvolvimento da educação no país. Até o ano de 2006, a coleta de informações educacionais pelo Censo era realizada com base em um questionário padronizado, respondido por todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados. A partir de 2007, o Educacenso é implementado como programa oficial para coleta de dados do Censo Escolar,

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)³ e da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). No que foi apurado sobre as matrículas, encontramos algumas divergências nos dados, para mais ou para menos, porém são diferenças que não impactam sobremaneira e não influenciam os resultados. Os registros até 1994 estão em arquivos físicos, compõem relatórios ou publicações soltas da SEDF, e a maior parte são publicações que não estão diretamente organizadas para a finalidade de acompanhamento de matrículas na rede. Vale reforçar que alguns desses materiais foram digitalizados sob autorização para a pesquisa e serão disponibilizados posteriormente. A maior parte dos documentos foi localizada na Biblioteca da EAPE, outra pequena parte adquirida em sebos, e outros localizados no Mude.

Os dados de matrícula de 1995 em diante podem ser acessados no site do Inep, o que facilita não só o acesso, mas amplia e detalha as informações da oferta pela rede pública, porém não isentos de um certo “estranhamento” em alguns dados apresentados, que se mostram divergentes ou desconexos em alguns campos. Não tratamos essas informações por meio dos microdados, nem nos aprofundamos em sua análise, pois não eram a finalidade da pesquisa.

Vale ressaltar que o levantamento estatístico de dados da educação brasileira é uma ação que vem sendo aperfeiçoada ao longo de décadas para ampliar a captação dos dados que balizam o planejamento e monitoramento das políticas públicas da educação. Desde o Convênio Estatístico (1931) vem-se buscando aprimorar a captação de informações de matrículas na rede de ensino pública e privada, sendo o Inep, como Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, o encarregado oficial da União para o levantamento das estatísticas nacionais de educação e como eixo central das avaliações em todos os níveis educacionais do país.

Sobre o lugar da educação de pessoas jovens e adultas no sistema público de ensino do Distrito Federal ao longo da história, sem nos atermos à organização estrutural da SEDF, o que apuramos no período é que a organização da educação de

incorporando novas tecnologias amparadas em ferramentas e sistemas que aperfeiçoam o trabalho de coleta e sistematização de dados. Também na educação de jovens e adultos ao longo dos anos, a captação de informações no Censo Escolar foi sendo aprimorada, buscando adequar-se à realidade das Etapas e Modalidades possibilitando a coleta mais fidedigna possível da realidade da educação brasileira. A coleta dos dados da EJA passou por estes ajustes, sobretudo pelas mudanças que impactaram no formato da oferta.

3 Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>.

peças jovens e adultas ora se encontra como Gerência, ora Núcleo, Diretoria ou Unidade. Isso vai depender da forma como se organiza o sistema de gestão da SEDF. De todo modo, estará vinculada ao pedagógico e, em alguns momentos, com mais, em outros, com menos autonomia política e de gestão.

Sendo a memória elemento essencial da identidade, seja ela individual ou coletiva, teria como função primordial a libertação e não a opressão. É o passado a serviço do presente e do futuro (LE GOFF, 2013). Como nos lembra Catroga (2015), entre recordação e esquecimento há uma intensa dialética, sendo o recordado apenas a ponta do iceberg. Todos temos consciência do passado, é ele uma ferramenta de análise das mudanças do ocorrido para o ocorrente, recorremos ao passado para avaliar o presente e planejar o futuro. Deveria ser assim na gestão pública.

É importante destacar que a pesquisa encontrou dificuldades para localizar a memória dos processos, registros e documentos nos órgãos e organizações visitados – não só públicos, mas também dos movimentos sociais. A memória institucional não é considerada para a organização e guarda de acervos, documentos, programas, projetos e até mesmo publicações, embora haja legislação específica sobre descarte nos órgãos públicos do GDF desde 1985, cujo rol de legislações a partir de então pode ser localizado em Legislação Arquivística do Distrito Federal, na página do Arquivo Público do DF⁴.

No decorrer da pesquisa, foram localizados e adquiridos pela pesquisadora anais de eventos da educação pública em acervo de sebo em Belo Horizonte – Minas Gerais, e que, posteriormente, foram localizados com muita dificuldade na SEDF, onde nenhum servidor tinha conhecimento da existência do documento e do evento ocorrido em 1985. Na mesma, ou em pior situação, encontram-se os dados de Censo Escolar dos anos de 1970 a 1990. Alguns dos arquivos foram localizados em um armário, de forma não sistematizada, tornando-se impossível para a pesquisadora acessar e trabalhar com os dados. O material demandaria da pesquisadora um exercício de alguns meses de trabalho na tentativa de sistematizar as informações para a coleta de dados, o que foi impossibilitado pela realidade da pandemia e pelo tempo da pesquisa.

A história da educação no Distrito Federal ainda tem muitas lacunas, na educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras então, tem abismos, e carece

4 Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/legislacao-arquivistica-do-distrito-federal/>.

de muitas pesquisas para se construir as pontes sobre esses abismos. Nesse sentido, coube a esta investigação utilizar diferentes estratégias para chegar ao que está nesta tese. Uma delas foi a de contar com sujeitos informantes. Concordamos com Gil (2021), que afirma ser a entrevista um momento importante na pesquisa, pois, além de rico e vantajoso instrumento para coleta de dados, possibilita a interação social entre o pesquisador e a fonte da informação. Utilizamos da entrevista semiestruturada, com questões previamente formuladas, e outras questões fluíram de acordo com o momento da entrevista. O roteiro inicial foi adaptado para as últimas entrevistas de acordo com o realinhamento da pesquisa e informações que foram surgindo com novos elementos, informações e dados.

As pessoas participantes da pesquisa atuam ou atuaram na educação de pessoas jovens e adultas ou na educação popular em algum momento. São professores/as, educadores/as populares, lideranças ou militantes, e foram selecionadas buscando o perfil de envolvimento com os períodos da pesquisa, relação histórica com a alfabetização ou educação de pessoas jovens e adultas, e suas falas foram se misturando, costurando a história ao longo dos capítulos, enriquecendo e detalhando, juntando vozes à pesquisa.

Foram realizadas vinte e duas entrevistas entre 2019 e 2022, com apoio de registro gravado em áudio ou vídeo, posteriormente os depoimentos foram transcritos. As entrevistas foram agrupadas em um único arquivo, o qual denominamos Caderno de Pesquisa 3 – Entrevistas (CP3-E), dado o volume de páginas não consta dos anexos, reservando-o a material de trabalho exclusivo da pesquisadora. Os instrumentos para a entrevista constantes do Roteiro da Entrevista (RE) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram aprovados pelo Conselho de Ética em Pesquisa da UFG, cujo modelo consta nos Apêndices A, B e C, bem como as pessoas colaboradoras participantes da pesquisa como entrevistadas, relacionadas no Apêndice D. Os arquivos históricos localizados pela pesquisa, possível de digitalização e disponibilização, estão relacionados no Apêndice E. Estes foram no total de 100 arquivos, com mais de 5 mil páginas digitalizadas e que ao final da pesquisa serão transferidos para o Centro de Memória Viva, Portal dos Fóruns de EJA, Museu da Educação e Arquivo Público do DF como necessário retorno da pesquisa ao investimento público dispensado à pesquisadora e também no intuito de colaborar com fontes para novas pesquisas.

Em função dos impedimentos provocados pelo isolamento físico, com a Pandemia de Covid-19, algumas entrevistas tiveram que ser suspensas e outras realizadas por meio virtual. Entrevista por vídeo, abordada por Hanna e Mwale (2019) como face a face virtual, constitui-se como um recurso para coleta de dados qualitativos e, embora os eventuais riscos de falhas operacionais da tecnologia, revelou-se como ferramenta alternativa que não empobreceu os resultados e a qualidade dos dados.

Com as alterações, no que concerne ao período da reconstituição histórica do nosso objeto, algumas das primeiras entrevistas não foram aproveitadas para este momento, mas poderão ser incluídas em outras produções, dada riqueza das fontes com muitas informações. Na análise das entrevistas, foram selecionados os trechos que dialogam com a pesquisa. Para a citação das entrevistas ao longo do texto, optou-se por referenciá-las, usando nome composto, uma vez que os participantes concordaram em revelar a sua identidade, registrada no TCLE, e, por esse motivo, serão usados os seus verdadeiros nomes no transcorrer do texto.

O inventário de espaços com acervo físico de memória para pesquisas foi sendo realizado aos poucos. As descobertas se deram, no primeiro momento, por uma visita exploratória, e a partir do segundo momento, para os devidos registros do material localizado. Foi então possível encontrar acervos em órgãos como: Arquivo Público do Distrito Federal, Arquivo Público Nacional, Biblioteca Nacional de Brasília, Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), Instituto Geográfico, Histórico e Artístico Nacional, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), Museu da Educação do Distrito Federal (Mude), Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) e Universidade de Brasília (UnB).

As buscas nesses espaços possibilitaram identificar material de trabalho que permitiram elaborar alguma parte da pesquisa, alimentaram pistas ou criaram outras. O material fragmentado dificultou estabelecer um foco constante, necessitando sempre complementar informação buscando em outras fontes. Segundo Gil (2021), as fontes documentais são acessadas a partir de várias possibilidades e podem estar registradas em formatos diferenciados. No caso da nossa pesquisa, percorremos periódicos onde notas em classificados tomaram sentido diante do contexto em que

se discute o problema; em documentos oficiais, publicações, fotografias, fontes bibliográficas, folhetos, folders.

Bacellar (2021) alerta que a investigação a partir de arquivos históricos deve considerar a sua importância de acordo com os objetos e questionamentos da pesquisa, cabe ao pesquisador avaliar essa importância. O exercício da pesquisa historiográfica foi libertador para a pesquisadora e para os arquivos presos nas memórias, nas estantes, nas gavetas, nos armários, porões, sites e HDs.

Na primeira parte da pesquisa, a fonte inicial, não principal, foi a Hemeroteca da Biblioteca Digital Brasileira em busca de informações veiculadas pela imprensa local. Isso no momento histórico em que toda e qualquer informação virava uma notícia a ser divulgada. Os jornais eram compostos por muitas notas e, entre estas, surgiram várias pistas a serem perseguidas. Seguir essas pistas nos permitiu localizar e acessar informações e documentação importante.

Foram realizadas buscas iniciais na Hemeroteca Digital no período de 1960 até 1999, com os seguintes termos: alfabetização de adultos, classe de alfabetização, classe de adultos, turmas de adultos, cursos de adultos, Supletivo, Mobral, educação de adultos. Nos periódicos disponíveis para consulta, priorizou-se o Correio Brasiliense quando disponível no período. Também foi pesquisado edições do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), podendo ser observado que este cumpria também a tarefa de publicar relatórios de ações de governo, propagandas institucionais e pequenas notas com informações de eventos, atividades e realizações do governo.

Outra fonte acessada foram os acervos pessoais, a cujos proprietários agradecemos a colaboração com a pesquisa disponibilizando arquivos para ser digitalizados, sejam documentos, fotografias, publicações. Externamos esses agradecimentos às instituições Cepafre, Cedep e Serpajus, e às pessoas de Maria Luiza, Rosário Ribeiro, Madalena Torres, Erlando Rêses, Maria de Lourdes, por disponibilizarem à pesquisa parte importante de registros pessoais.

Quanto à estrutura da tese, tomando como base as informações alcançadas pela pesquisa e os objetivos propostos, o texto está organizado em três capítulos. O Capítulo 1 busca desvelar o atendimento à educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras nos primórdios da construção de Brasília até o Golpe Militar, o período de 1957 até 1964; o Capítulo 2 tem o desafio de desvendar como a educação dessas pessoas, no DF, foi construída durante o período do Regime Militar, abrangendo de 1964 até 1985; por fim, o Capítulo 3 procura identificar os principais movimentos

desencadeados, com a redemocratização do país, constituindo ações efetivas para a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal, compreendendo o período de 1985 até 1998.

Os capítulos estão estruturados, cada um, seguindo um roteiro do período em estudo, apresentando em sua introdução um breve percurso do cenário nacional das disputas da educação de pessoas trabalhadoras. No primeiro tópico, apresentamos o contexto político local e o perfil da população demandante da educação de pessoas jovens e adultas; no segundo tópico, a organização do sistema de ensino na oferta da matrícula para o público pesquisado, bem como o cenário das matrículas na rede pública no período e, no terceiro tópico, a relação da sociedade civil na oferta da alfabetização e da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras. No Capítulo 3, ainda coube um quarto tópico, no exercício de fazer uma análise resgatando os achados dispostos nos três capítulos.

O acesso à produção bibliográfica e documental bem como os depoimentos colhidos ao longo da pesquisa nos fizeram perceber que, em que pesem as movimentações, tanto da sociedade política, quanto da sociedade civil, em prol da educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras, no Distrito Federal, elas não asseguraram o acesso, a permanência e a continuidade de uma escolarização plena a esses sujeitos.

Bem-vindas, bem-vindos e bem-vindes às “pegadas” que se apresentam nas próximas páginas!

1 DA CONSTRUÇÃO AO GOLPE: a Educação de Pessoas Trabalhadoras no Distrito Federal

Aí eu disse: E agora, José, o que você vai fazer da vida?
José Batista Filho, 2019

Reconstituir as pegadas históricas da educação para pessoas trabalhadoras do Distrito Federal passa por desvelar como se deu o atendimento à educação desse público nos primeiros anos de construção de Brasília, sendo essa a tarefa deste primeiro capítulo, que aborda o período de 1957 até 1964. Para essa reconstituição, a pesquisa parte da consulta à Biblioteca Nacional Digital (BND), em sua Hemeroteca, na busca de pistas que possibilitem traçar os caminhos percorridos, se houve ou foram percorridos, na educação de pessoas trabalhadoras que chegaram para construir Brasília e foram engrossando os dados de baixa ou nenhuma escolarização no território da futura capital, o Distrito Federal. A essas pistas se somaram a pesquisa bibliográfica e documental, que achou e garimpu materiais no Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF), na Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF), localizados em arquivos e publicações impressas ou digitais⁵.

Tão valiosas quanto o material documental localizado pela pesquisa são as vozes das entrevistas, que trazem, embarcadas nas memórias e embargadas pela emoção, ricos relatos das experiências vividas nesses anos iniciais de Brasília. A essas vozes, nossa gratidão pela colaboração: José Batista Filho, Luiz Carlos Pontual de Lemos e René Gunzburger Simas, cujas devidas apresentações faremos ao longo do texto.

Mas puxar o fio dessa história requer compreender que, embora Brasília esteja em construção, e o recém-criado Distrito Federal sendo constituído, a discussão no campo da educação não é nova. Anísio Teixeira, ao propor um modelo de educação para o Distrito Federal, o faz carregando uma discussão que atravessou décadas (PEREIRA, 2011), se o concreto erguido nasce no nada, não é assim que se dá no

5 Importante destacar que arquivos raros e disponíveis para digitalização foram organizados pela pesquisadora em formato digital e posteriormente à pesquisa foram repassados ao Museu da Educação do Distrito Federal (Mude), ao Centro de Referência em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal (CMV), ao Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e ao Arquivo Público do Distrito Federal, para que sejam disponibilizados, possibilitando amplo acesso a novas pesquisas.

campo da educação. Para entrar na educação de pessoas trabalhadoras na nova capital não é diferente, é preciso primeiro aproximar e compreender o contexto da oferta de educação às pessoas trabalhadoras que vinha ocorrendo no cenário nacional durante a construção de Brasília e qual herança de educação para pessoas trabalhadoras desembarca na nova capital.

A educação das pessoas trabalhadoras na construção da nova capital está conectada com um debate mais abrangente que vem desde o campo internacional a referências nacionais. Na articulação internacional, um divisor importante sobre educação de adultos está na Dinamarca, em 1949, quando da realização da I Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteas)⁶. Em âmbito nacional, não vamos nos ater aqui ao histórico anterior a 1940 e que vai, ao longo de décadas, construindo, paulatina e lentamente, o direito à educação para as pessoas jovens e adultas.

A Constituição de 1946 é um importante marco do que foi sendo construído posteriormente a partir do reconhecimento da educação como direito de todos, bem como sua gratuidade no ensino primário, assegurado nos Artigos 166 e 167. Esse reconhecimento vai pautar ações nos anos seguintes sem, contudo, impactar de maneira significativa o estabelecimento de políticas públicas eficazes para a educação de pessoas jovens e adultas. Para Paiva (2003), a identificação entre educação popular e educação de adultos surge a partir dos vários movimentos populares que se multiplicam a partir dos anos 50, destinados à educação e alfabetização de jovens e adultos. Em 1957, o Brasil implanta o Sistema Radioeducativo Nacional – Sirena, que se expande, com articulação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, principalmente pelo Nordeste do país e tem como objetivo a alfabetização de jovens e adultos. A isso Scocuglia (2003) dedica intensa pesquisa, à qual sugerimos consulta aos interessados em se aprofundar no tema.

Ocorrido no Rio de Janeiro, em 1958, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos⁷ é um divisor para a educação de adultos no Brasil, pois, segundo Paiva (2003), ele traz à tona as lutas travadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), além de revelar a falência das campanhas de alfabetização realizadas no país até então. Para Fávero (2009), do II Congresso, advém uma nova compreensão sobre

6 Sobre as Confinteas, recomendamos PAIVA (2009) e BRASIL (2009a).

7 O I Congresso de Nacional de Educação de Adultos ocorrera em 1947, com o tema *Ser brasileiro é ser alfabetizado*.

as raízes do analfabetismo e, com contribuições de Paulo Freire, que tem uma significativa participação no II Congresso de Educação de Adultos, desponta uma nova proposta de enfrentamento ao analfabetismo no país. As ideias do educador influenciaram os próximos passos da educação de adultos, principalmente no campo da alfabetização, e os movimentos de educação e cultura popular na primeira metade da década de 1960.

O mundo inicia a década de 1960 no contexto da Guerra Fria, o decorrer dos anos é marcado por tensões dos conflitos bélicos, a chegada do homem (1961) e da mulher (1963) ao espaço. Não diferente do retrato mundial, a década de 1960 no Brasil é carregada de muita tensão e conflito com principal e importante participação da juventude. O governo de Juscelino Kubitschek inaugura Brasília em 21 de abril de 1960 e empossa, em janeiro de 1961, Jânio Quadros na presidência. O novo presidente, eleito em outubro de 1960, torna-se o primeiro a tomar posse na recém-nascida capital do país. Este renuncia ao mandato sete meses depois, o que se desdobra nos anos seguintes em inúmeras crises, articulações políticas e tensões sociais, culminando no golpe de Estado de 31 de março de 1964, seguido de um regime militar com prisões de lideranças políticas, sindicais, camponesas e estudantis; fechamento do Congresso Nacional e Atos Institucionais que impuseram ao Brasil anos de silenciamento e obscurantismo.

Com a busca de emprego e melhores condições de vida, com a industrialização e a significativa migração do campo para a cidade, o Brasil vê a população crescer nos centros urbanos, enquanto o campo sofre com o êxodo rural. Para Cunha (2015, p. 287), “[n]os anos 1960 e 1970, [o país] presenciou um crescimento sem precedentes da população urbana”. Essa migração se deu não apenas para os centros urbanos do Sul e Sudeste, mas para a região central do país, o Centro-Oeste, que acumula na década um crescimento de 5,63%, por abrigar “algumas das mais importantes Unidades da Federação partícipes do processo de interiorização da população brasileira a partir dos anos de 1950, seja via construção de Brasília, seja pelos projetos de colonização públicos ou privados” (CUNHA, 2015, p. 297).

O ano de 1960 é palco também da II Confinteia, que acontece no mês de agosto em Montreal, no Canadá. Na Educação, a década de 1960 se inicia com a implementação da Lei n.º 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Seguindo o que fora estabelecido pela Constituição de 1946, a LDB não só reconhece a educação como direito de todos e estabelece que o ensino primário é

obrigatório a partir dos 7 anos, mas também a possibilidade de classes especiais ou cursos supletivos para os que ingressarem após os 7 anos, além da possibilidade de certificação de conclusão do curso ginásial aos maiores de 16 anos por meio dos Exames de Madureza e a certificação do colegial aos maiores de 19 anos.

Para Paiva (2003), o fervor político-pedagógico do período avança para uma concepção de educação de adultos que valoriza a cultura popular e é neste caminho que, no início da década, em 1961, nasce o Centro Popular de Cultura (CPC), articulado com a União Nacional dos Estudantes (UNE), e que até 1964 se expande por quase todo o país. Os CPCs são fechados em 1964, assim como a UNE é cassada. Outro destaque são os Movimentos de Cultura Popular (MCP), que tiveram sua origem em Recife (PE) e logo se espalharam para outras regiões do país.

Uma articulação conjunta entre o governo federal, presidência da República e a CNBB disponibiliza, por meio do Decreto n.º 50.370/61, recursos financeiros que darão suporte à criação do Movimento de Educação de Base (MEB), utilizando emissoras católicas para escolas radiofônicas, criando um sistema de radioeducação.

Em setembro de 1963, na cidade de Recife, ocorre o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular e, nesse mesmo, ano dá-se início às tratativas do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNA). Ocorreram várias reuniões no Ministério da Educação e Cultura, com participação direta do Ministro da Educação Paulo de Tarso. Coordenado por Paulo Freire e instituído pelo Decreto n.º 53.465 em janeiro de 1964, o PNA tinha como meta alfabetizar 2 milhões de pessoas, mas foi silenciado e extinto logo após o Golpe Militar. Apenas o MEB, reformulando suas ações e concepções, permanece enquanto movimento ativo na alfabetização de adultos após o Golpe Militar de 1964.

Esses movimentos históricos nos colocam para percorrer o contexto da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras do Distrito Federal no período de 1957 a 1964. Os achados da pesquisa apontam para ações voluntárias de alfabetização de pessoas jovens e adultas trabalhadoras enquanto o atendimento pelo sistema público de ensino capenga na oferta para atender a uma demanda cada vez mais crescente. Esses achados estão organizados no texto em três tópicos: no primeiro, apresentamos o Distrito Federal com o retrato da população demandante por educação; no segundo, destacamos a organização do sistema de ensino no Distrito Federal no atendimento à educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras e, por fim, no terceiro tópico, apresentamos os achados que revelam os

movimentos de alfabetização de adultos e de conscientização política na capital. Convidamos seguir os passos das descobertas desse período intrigante da história do Distrito Federal.

1.1 E agora, José? – pessoas trabalhadoras na construção da nova capital

Uma vasta literatura explora do traçado arquitetônico aos canteiros de obras, dos interesses políticos à explosão demográfica da nova capital federal: Brasília. Uma história que perpassa pela Comissão Exploradora do Planalto Central, Missão Cruis, entre 1892 e 1896; pela Comissão de Estudos para a localização da nova capital do Brasil (1948); pela Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo Marechal José Pessoa (1955). Projetada pelo urbanista Lúcio Costa em 1957, cumprindo a Constituição, com sua construção coordenada pelo então recém-eleito presidente da república Juscelino Kubistchek, Brasília é inaugurada em 21 de abril de 1960. Materializa-se então o projeto de interiorização da capital do país.

O pesquisador Bertran (2011) aponta registros arqueológicos da presença humana no Planalto Central de milhares de anos antes do grande movimento migratório motivado pela construção de Brasília. Com a promessa da terra que jorra leite e mel, referenciando ao sonho de Dom Bosco⁸, brasileiros e brasileiras se aventuraram em busca de novas possibilidades de vida diante do sonho da nova capital.

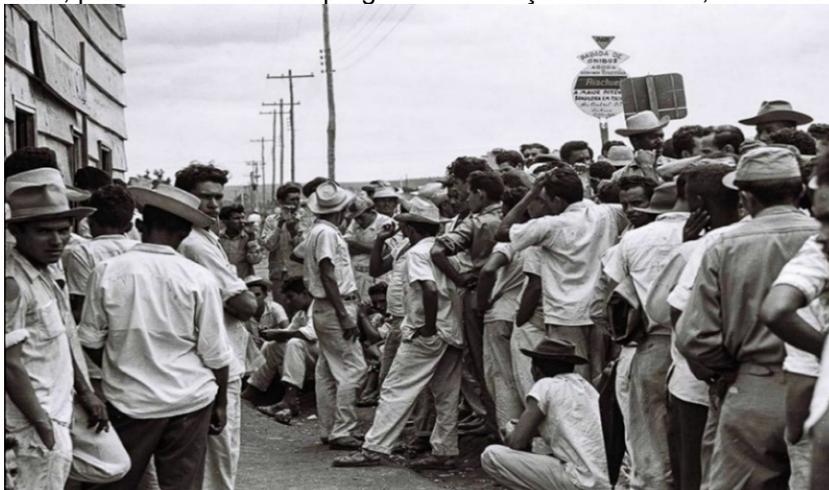
A partir da Lei n.º 2.874/56, que cria o Distrito Federal, é intensificado o trabalho de transferência da capital do país, e a ampla propaganda da oferta do emprego fácil, do dinheiro farto e melhoria de vida atrai um forte movimento migratório para a região Central do Brasil. Logo, os “candangos” se tornam numerosos no novo território, e é na construção civil o local de acolhimento de muitos jovens, em sua maioria homens,

8 Trata-se do sonho profético do santo italiano São João Bosco, ou somente Dom Bosco. Conta a tradição que, no ano de 1883, em sonho, visitou os paralelos 15° e 20°, tendo relatado a visão “da terra prometida” onde “jorrará leite e mel” e “será uma riqueza inconcebível”. Considerada como uma profecia para a construção de Brasília, o sonho foi vinculado à nova capital e a congregação Salesianas, fundada por Dom Bosco, foi a primeira ordem religiosa a chegar ao Distrito Federal, em 1956, estando presente e com livre acesso aos acampamentos dos trabalhadores. É também em homenagem a Dom Bosco a primeira obra em alvenaria a ser erguida na nova capital, a Ermida Dom Bosco, localizada entre os graus 15° e 20°, às margens do Lago Paranoá, cujo projeto piramidal é assinado por Oscar Niemeyer. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not08.asp>. Acesso em: 17 nov. 2019.

em busca de melhores condições de vida para si e seus familiares. Filas para cadastro de emprego se formavam nas sedes das construtoras, como ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Trabalhadores em fila, Brasília, sem data definida

Fotografia em preto e branco, onde aparecem trabalhadores da construção civil em fila em via pública, sendo todos homens, para cadastro de emprego na construção de Brasília, sem data definida.



Fonte: Arquivo Público do DF. Sem créditos do autor.

Concedida em entrevista, a fala do senhor José Batista Filho, “E agora, José, o que você vai fazer da vida?”, em epígrafe no início desta seção, iguala-se à de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que chegam à Brasília em construção, no meio do Cerrado em devastação.

Eu sou de Valença do Piauí, Piauí. Nasci em 23 do 11 de 1933, tenho 86 anos, caminhando para os 87 anos. Filho de família muito humilde, morava em um bairro pobre, quando meus pais se mudaram para Valença, eu tinha 5 anos. Ia aos trancos e barrancos, a vida era dura e bastante pesada em busca de alimentação, eu consegui fazer até o quarto ano primário. Eu fui me desenvolvendo, desenvolvendo, aí eu fui para o exército. Quando eu saí do exército que deu a loucura para vir para Brasília.

Era 1958, julho, cheguei aqui só que era tudo cerrado quando eu cheguei em Brasília. Assisti ao Núcleo Bandeirante, que estava se iniciando. Na verdade, era tudo barraco de madeira. E começa. E foi isso o início da caminhada.

Quando vim de lá para cá, só veio eu e Deus, uma grande aventura por sinal. Uma malinha, um caixotinho lá, coincidência ou não, um colega já tinha vindo de Teresina para cá e disse: “rapaz, a viagem é num pau de arara”. Não tinha ônibus, era um caminhão, e vinha lotado de gente sabe? Passava 6, 8 dias na viagem, era um sofrimento que Deus me livre. Aí eu vendi uma bicicletazinha que eu tinha lá, que eu tinha comprado ia fazer uns cinco meses, e aí eu disse: aí, agora eu vou para Brasília! Só deu para tirar a passagem, fiquei com cento e poucos cruzeiros (naquele tempo era Cruzeiro), parece que 120, 130 cruzeiros no bolso, eu disse: eu vou me aventurar.

Diziam: “olha, vamos a Brasília porque lá a gente não dá conta de juntar o dinheiro com as mãos, tem que juntar com os pés, lá se ganha muito dinheiro”. Aí a minha intenção era sair de Teresina, vir aqui ganhar uns trocos, uns trocados, e voltar para Teresina e inventar um outro meio de vida, porque

eu trabalhava na área da construção civil. Eu fui licenciado do exército e aí fiquei me batendo procurando emprego, não achava em lugar nenhum (José Batista, 2019).

Seu José Batista, hoje morador da Ceilândia, nos concede a entrevista depois de muita insistência nossa e de seu filho Waldeck, que também fora nosso entrevistado, tendo sido a partir dessa entrevista que nos interessamos por ouvir o senhor Batista. Foram mais de duas horas de muitas histórias de quem viveu por dentro a construção de Brasília. Seu Batista trabalhou em muitas obras importantes da capital, e uma das funções que ele destaca com orgulho é a coordenação de toda a parte de concretagem da Rodoviária do Plano Piloto, a central de Brasília. Seu José Batista nunca antes havia relatado em entrevista as suas vivências na construção de Brasília, sempre se recusara a falar. Em vários momentos da entrevista, ele se cala ou muda de assunto, referindo-se ao necessário silêncio sobre muitos acontecimentos, alegando que “era assunto para ser esquecido”.

Um dos temas esquecidos é o massacre dos trabalhadores da Construtora Pacheco Fernandes, ocorrida em 8 de fevereiro de 1959, quando a revolta de operários foi motivo para que a Guarda Especial de Brasília (GEB) adentrasse o alojamento durante a noite e executasse operários enquanto dormiam. A narrativa oficial omite a gravidade dos fatos e nunca se soube ao certo quantos trabalhadores foram mortos, mas pesquisadores estimam um número superior a 100 operários. A publicação *Construtores de Brasília*, da pesquisadora da UnB Nair Heloísa Bicalho de Sousa (1983), e o filme *Conterrâneos Velhos de Guerra*, do cineasta Vladimir Carvalho, relatam detalhes e testemunhos de quem viveu de perto os conflitos nos canteiros de obras de Brasília. Ao longo da construção, tem-se notícias, não oficializadas, de muitas mortes ocorridas também como acidentes de trabalho e escondidas dos registros (SOUSA, 1983).

Sobre o movimento migratório, a publicação da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) (DISTRITO FEDERAL, 2013) registra que, no período que antecede o início das obras, havia na região alguns “poucos milhares de goianos”, estimados em torno de seis mil, remanescentes dos municípios de Formosa, Luziânia e Planaltina. Em 20 de julho de 1957, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza a contagem da população e contabiliza o dobro de moradores: são 12.283 habitantes, com um crescimento de 8,28% ao mês, cerca de 700 novas pessoas desembarcavam em Brasília. O mesmo documento afirma que “os

movimentos migratórios em direção a Brasília se sucediam a passos rápidos, enquanto a população se avolumava de forma intensa” e, segundo os dados, em sua maioria, eram jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização que serviriam como mão de obra principalmente para a construção civil (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 11-12).

Seu Batista chega a Brasília em julho de 1958, mas, em março do mesmo ano, o IBGE realiza nova contagem e a população do Distrito Federal atinge 28.804 habitantes, um crescimento de 11,24% ao mês se comparado ao número aferido na contagem realizada em julho de 1957. Seu Batista e tantos outros ainda não faziam parte dessa estatística, enquanto mais e mais trabalhadores desembarcavam com malas e sonhos, como demonstrado na Figura 2. Nas várias imagens encontradas no Arquivo Público do Distrito Federal, os rostos e corpos parecem iguais uns aos outros. Um mesmo perfil forma a massa dos trabalhadores espalhados nos canteiros que diuturnamente trabalham em ritmo frenético para cumprir o calendário estabelecido.

Figura 2 – Retirantes chegam para trabalhar na construção de Brasília, janeiro 1959

Fotografia em preto e branco, mostrando nove retirantes em pé à beira da estrada de terra, com suas malas, esperando transporte para ir trabalhar na construção de Brasília, datada de janeiro de 1959.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Sem créditos do autor.

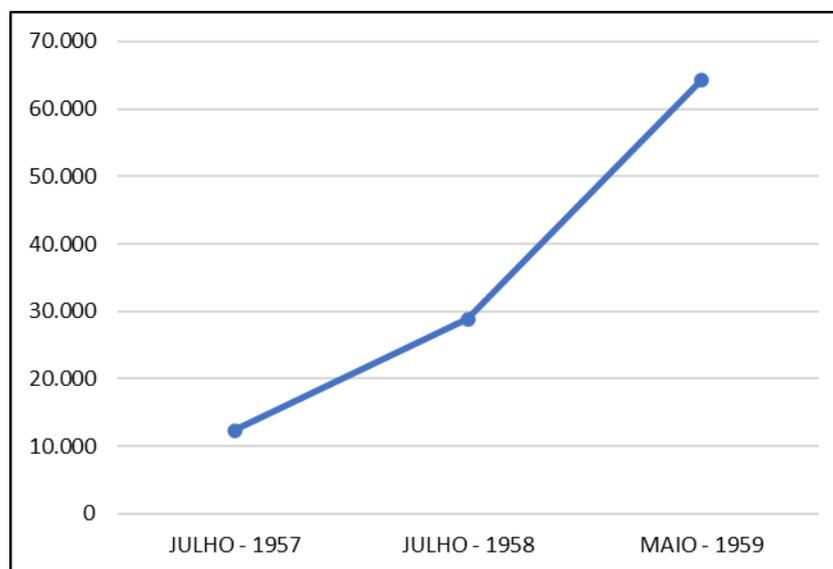
No entanto, é o Censo Experimental (IBGE, 1959), realizado em maio de 1959, que melhor revela o volume do crescimento populacional do Distrito Federal. Seus resultados mostraram uma população de 64.314 habitantes. O Censo Experimental confirma ainda o retrato de uma população jovem, da qual 52% tinham entre 15 a 39

anos, sendo a maioria homens. O índice de pessoas com apenas o ensino fundamental completo era de 81,9%. E Brasília nem estava inaugurada.

A mudança da capital intensifica o fluxo migratório para a região Centro-Oeste, concentrando para o Distrito Federal a maior movimentação. Os dados levantados de contagem da população evidenciam o quão grande foi o inchaço populacional. A densidade demográfica do Distrito Federal passa, no intervalo de dois anos e meio, para 11 habitantes por quilômetro quadrado, um volume acima da média nacional e da Região Centro-Oeste. Abaixo, recordamos no Gráfico 1 o levantamento da população residente, realizado nos anos de 1957, 1958 e 1959, os quais retratam o alto crescimento em um curto espaço de tempo.

Gráfico 1 - População residente, DF – 1957, 1958, 1959

Gráfico de linhas que mostra o crescimento da população residente no DF, fazendo um comparativo entre o quantitativo (de 0 a 70.000) na vertical e os períodos (JULHO 1957, JULHO 1958 e MAIO 1959) na horizontal, sendo que em JULHO 1957 haviam 11.000, JULHO 1958 haviam 29.000 e MAIO 1959 haviam 65.000.



Fonte: IBGE - Contagem da população 1957, 1958; Censo Experimental 1959.

Em 1960, o Censo Demográfico⁹ (IBGE, 1960) revela uma população total residente que já alcança o patamar de 140.164 pessoas. Os dados confirmam também

⁹ A metodologia de contagem da população nas pesquisas de Censo Demográfico foi aprimorada ao longo de anos, bem como os instrumentos de coleta de dados e as tecnologias adotadas para sistematização. Assim, optamos por trabalhar, a partir do Censo de 1960, com os dados da **população residente**. Essa opção traz uma pequena divergência nos dados entre uma tabela e outra, a depender da informação interpretada pela metodologia do Censo, sem, contudo, impactar sobremaneira na análise para a nossa pesquisa. A metodologia do Censo de 1960 considera população residente aquelas pessoas moradoras no domicílio, mesmo que ausentes na data da coleta do Censo. Ainda sobre o Censo de 1960, na distribuição da faixa etária, consideramos a mesma

que a população no Distrito Federal é em sua maioria composta por homens em idade jovem e adulta, chegando a representar mais que o dobro do total de mulheres. A população de 15 anos ou mais soma 95.831 pessoas, excluídas as que declaram idade ignorada, incluídas na contagem geral da população residente, conforme podemos observar na Tabela 1.

O Censo de 1960, realizado no mês de setembro, registra outra movimentação: os dados não pertencem mais a um perfil quase que exclusivo de operários, como nas contagens anteriores, passando a revelar também boa parte dos servidores públicos que já haviam sido transferidos para Brasília, intelectuais, executivos, senhoras e crianças. Também com a inauguração, muitos operários trouxeram suas famílias na certeza de que não retornariam à sua origem.

Sobre a demanda por alfabetização das pessoas jovens, adultas e idosas, é somente no Censo Demográfico de 1960 que aparecem oficialmente os primeiros dados da população não alfabetizada no novo Distrito Federal, quando 26.637 pessoas declaram não saber ler e escrever, como pode ser observado na Tabela 1. Já no Censo Experimental de 1959, o levantamento revela que 19.844 pessoas declaram não frequentar ou nunca ter frequentado a escola. Esses dados confirmam a massa de trabalhadores e trabalhadoras que serviram à construção da capital.

Tabela 1 – População residente, DF, 15 anos e mais, sexo, segundo analfabetismo, 1960.

Tabela com colunas com dados da população residente no DF em 1960, apresentando os seguintes dados: primeira coluna Grupo etário; segunda coluna População; terceira coluna Total; quarta coluna Homens que Não sabem ler e escrever; quinta coluna Total; sexta coluna Mulheres que Não sabem ler e escrever; na última linha da tabela aparece o total geral.

Grupos etários	Populaçã o	População residente			
		Homens		Mulheres	
		Total	Não sabe ler e escrever	Total	Não sabe ler e escrever
15 a 19 anos	14.152	8.705	2.726	5.447	1.215
20 a 24 anos	25.408	18.764	5.927	6.644	1.847
25 a 29 anos	17.920	12.212	2.944	5.708	1.688
30 a 34 anos	12.794	8.472	1.826	4.322	1.141
35 a 44 anos	15.437	10.229	2.212	5.208	1.842
45 a 54 anos	6.853	4.633	1.066	2.220	934
55 a 64 anos	2.484	1.537	416	947	480
65 anos ou mais	783	357	123	426	250
Total	95.831	64.909	17.240	30.922	9.397

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960. Elaborado pela autora.

distribuição apresentada nos dados sistematizados pelo Censo, uma vez que não alcançamos os microdados para formar novos grupos de idade.

Segundo consta do Relatório do Censo Demográfico 1960 sobre alfabetização, “Foram consideradas como alfabetizadas somente as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer. As que assinassem apenas o próprio nome, foram consideradas analfabetas” (IBGE, 1960, p. XIV).

Quanto ao grau de estudos da população de 15 anos ou mais, o Censo Demográfico de 1960 mostra uma concentração de grau completo de estudos nos grupos etários compreendidos entre 15 e 29 anos, enquanto uma minoria declara grau de estudo completo entre os mais velhos. Enquanto 24.118 pessoas declaram ter apenas o grau Elementar completo, 8.513 declaram ter o Ensino Médio e apenas 2.125 o Ensino Superior. Já a parcela da população de 15 anos ou mais com grau de estudos incompletos corresponde a 61.515 pessoas.

O que podemos perceber até aqui é o rápido crescimento da população nos primeiros anos, uma demanda também crescente por escolarização entre a parcela da população de 15 anos ou mais, em uma cidade planejada e ainda em construção. O que veremos a seguir nos permitirá compreender como o sistema público de ensino se organiza para atender a demanda por educação para pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal.

1.2 A organização do Sistema de Ensino e a educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal

No início da construção de Brasília, os trabalhadores, operários da construção, chegavam sós e, somente tempos depois, as famílias começaram a desembarcar. Com elas, um número mais expressivo de crianças e adolescentes se juntam à população do Distrito Federal, e isso, dentre outras demandas, gera a necessidade de escolas. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) assume o gerenciamento sobre a educação no Distrito Federal e instala, em 1956, o Departamento de Educação e Saúde que, em 1959, virá a ser o Departamento de Educação e Difusão Cultural. Em 1957, é inaugurada a primeira escola pública, primária, construída em Brasília, o Grupo Escolar 1, para atender as crianças filhas e filhos de funcionários trabalhadores (PEREIRA, 2011).

Coube, portanto, à Novacap a tarefa de organizar o Sistema Educacional do “novo” Distrito Federal. Para Silva, “Sempre defendemos a tese de que não seria

possível repetir, nesta cidade moderna, os mesmos antiquados métodos ainda existentes no ensino brasileiro”. Com isso, foi indicado Anísio Teixeira para dar as “linhas básicas” do Plano de Construções Escolares de Brasília, iniciado em 1957. Ainda revela Silva que “Tudo representava um grande esforço e tudo fazíamos com a ideia fixa de dotar Brasília de um modelar sistema de ensino, digno da novel cidade” (SILVA, 1999, p. 227-228).

De acordo com a publicação que comemorou os 40 anos da educação em Brasília (DISTRITO FEDERAL, 2001b), o projeto idealizado de escolas classes, escolas parques e centros educacionais foi pensado para atender à demanda de crianças e adolescentes. A presença de adultos só é mencionada nos relatórios da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb), quando se referem aos Centros Culturais e de Recreação para a Comunidade, onde estes eram esperados para atividades de aprendizagem de trabalho ou para práticas esportivas. Porém, a mesma publicação trará um conjunto de indicações de como a escola noturna e o atendimento a jovens e adultos trabalhadores vão ocupando o cenário desse sistema educacional em construção, desbravando e empurrando o sistema para o atendimento à demanda existente.

Mas o Plano de Construções das unidades escolares de Brasília não previa, em sua origem, o atendimento à educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras na capital, mesmo com o alto índice de analfabetismo à época em todo o país, não sendo diferente no caso dos operários que diuturnamente desembarcavam na capital em construção.

O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país.

Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem obrigações à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano consiste — em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário, como hoje já se está a chamar — num conjunto de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e educação e, além disto, à necessidade de vida e convívio social (TEIXEIRA, 1961, p. 195).

O Plano de Construções Escolares de Brasília previa a construção de prédios com estrutura diferenciada, amplas e diversificadas, atendendo: I – Jardins de Infância; II – Educação Média ou Secundária e; III – Educação Superior, Universidade de Brasília. Diz ainda que,

Em todo esse programa, cumpre distinguir a educação comum e obrigatória, destinada a todos, e a educação especial destinada a formar os diversos quadros ocupacionais do país. Quanto à educação para todos, isto é, a elementar, o seu característico, no programa proposto, é o de juntar o ensino propriamente intencional, da sala de aula, com a autoeducação resultante de atividades de que os alunos participem com plena responsabilidade. Por isto, a escola se estende por oito horas, divididas entre atividades de estudos e as de trabalho, de arte e de convivência social. No centro de educação elementar, a criança, além das quatro horas de educação convencional, no Edifício da "escola-classe", onde aprende a "estudar", conta com outras quatro horas de atividades de trabalho, de educação física e de educação social, atividades em que se empenha individualmente ou em grupo, aprendendo, portanto, a trabalhar e a conviver (TEIXEIRA, 1961, p. 197).

Pelo Plano de Construções Escolares, está compreendido que não foram pensados, naquele momento, centros de educação que contemplassem a demanda das pessoas jovens e adultas por educação, mesmo que as estatísticas já demonstrassem quão numerosa era a população com esse perfil.

Enquanto a construção de escolas públicas e privadas era iniciada, chama atenção um registro de Silva (1999), que remete a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, não por acaso, à formação de mão de obra.

Esforçando-nos ao máximo para dotar de relativo conforto o grande canteiro de obras do Planalto, amparando os que, corajosamente, se transferiam naquela época para Brasília, a NOVACAP, por nosso intermédio, firmou convênio com o Ministério da Educação e Cultura, a 30 de agosto de 1957, para a instalação e funcionamento da Escola de Ensino Industrial, destinada à formação de mão-de-obra qualificada. A Escola manteria os cursos de marcenaria, carpintaria, eletricista-instalador, eletrotécnica, eletrônica, mecânica de máquinas, fundição, bombeiro hidráulico, artes gráficas, alfaiataria e artes de couro. Foi inaugurada em 1959, em Taguatinga. O Ministério da Educação e Cultura forneceu o equipamento e a NOVACAP construiu o edifício e, posteriormente, manteve a Escola, com corpo docente e discente em tempo integral (200 alunos entre 13 e 16 anos). O corpo docente foi recrutado em Curitiba (Centro de treinamento de Professores Técnicos). Com duração de 20 e 36 meses, tais cursos foram de grande utilidade aos jovens (SILVA, 1999, p. 234).

Embora a intenção da Escola de Ensino Industrial fosse de formação profissional para adolescentes e jovens, em período integral, esta não era acessível aos trabalhadores da construção, que seguiam uma jornada em três turnos, no ritmo frenético dos canteiros de obras na capital. A ênfase nos cursos profissionalizantes não é estranha ante a realidade de uma cidade em construção. O que gera indagação é a apresentação de um público muito jovem para matrícula nessa escola, como pode ser observado na Figura 3, quando a realidade dos trabalhadores em Brasília, nesse

período, era de pessoas mais velhas e que já chegavam ao Distrito Federal em busca de trabalho. Esse formato de curso, indicado pelos órgãos oficiais, também nos faz indagar sobre as dificuldades de permanência desses trabalhadores em um curso pensado em tempo integral. Pelos registros de Silva (1999, p. 235), houve uma tentativa de um Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola para Jovens, em 1959, com convênio com o MEC e o Serviço Social Rural, o que não se concretizou.

Figura 3 – Alunos na Escola Industrial de Taguatinga/DF.

Fotografia em preto e branco, mostrando o professor e um grupo de estudantes adolescentes, atentos à aula sobre equipamento para impressão gráfica, na Escola Industrial de Taguatinga, no curso de impressão gráfica.



Fonte: ARPDF. Fundo Novacap, Autor Mario Fontenelle. Data 1958-1960. Estudantes em aula de impressão gráfica

Todavia, na publicação comemorativa de 40 anos da Educação em Brasília (DISTRITO FEDERAL, 2001b), o que impressiona mesmo é o Capítulo III, intitulado *A educação – do canteiro de obras à implantação do sistema (1957 a 1960)*, que retrata a invisibilidade da realidade dos trabalhadores desse canteiro de obras, em comparação com o detalhamento do Sistema Educacional que se estava implantando. São 38 páginas de um detalhamento minucioso de projetos, planos, portarias, decretos, exposições de motivo, depoimentos de pioneiros, nessa empreitada da construção do Sistema Educacional, com uma clara ênfase no ideário da educação de crianças e adolescentes. No máximo, pode ser constatado o olhar sobre uma juventude idealizada, que sairia dos Centros Educacionais para adentrar a Educação Superior, afinal, o projeto da Universidade de Brasília era desse mesmo período.

Ainda em 1959, o MEC, por meio do Decreto n.º 47.472, de 22 de dezembro, institui a Caseb, constituída por servidores do ministério e representante da Novacap, com o intuito de planejar, organizar e supervisionar a educação no Distrito Federal. A Caseb tinha, além dos cargos superiores, um Coordenador do ensino primário, um coordenador do ensino médio e um coordenador de educação física e recreação. Em nenhuma dessas coordenações se encaixa a educação para pessoas jovens e adultas trabalhadoras.

Em junho de 1960, pelo Decreto n.º 48.297 da Prefeitura do Distrito Federal, foi criada a Fundação Educacional do Distrito Federal, que passa a ocupar as funções da Caseb, então revogada pelo novo Decreto. Além da estrutura técnica, de gestão e administrativa, a Fundação Educacional contava, nesse momento, com um Departamento de Ensino Médio e um Departamento de Ensino Elementar. Em 1961, a Fundação Educacional se vincula, subordinada, à recém-criada Superintendência Geral de Educação e Cultura.

Na história oficial do sistema educativo, a referência à educação ou certificação de jovens e adultos trabalhadores aparece no registro do período pós-anos 1960. Na publicação que fala dos 40 anos da educação em Brasília, os autores informam que, para os gestores da capital, “O que não estava previsto, e literalmente, sobressaltou os responsáveis pelo sistema, foi a enorme pressão da demanda por cursos noturnos” (DISTRITO FEDERAL, 2001b, p. 64). Aqui começa uma longa trajetória de luta e pressão pelo reconhecimento do direito da educação dos trabalhadores à escola noturna, mesmo que os próprios gestores públicos não desejassem assumir a sua existência, como nos informa essa publicação sobre o que aconteceu com a matrícula numa escola em 1961:

A matrícula do diurno do Elefante Branco¹⁰, em tempo integral, foi de 757 alunos, número que é oficialmente registrado nas publicações de Séries Históricas da Secretaria de Educação – por alguma omissão, não foram computados os mais de 1.100 alunos que se matricularam no noturno, com início das aulas alguns dias mais tarde. Assim, a matrícula do 2º grau do noturno foi maior que a do diurno, ambas efetuadas exclusivamente no Elefante Branco (DISTRITO FEDERAL, 2001b, p. 64).

10 Elefante Branco é uma escola pública do Distrito Federal. Hoje Centro de Ensino Médio Elefante Branco, foi inaugurado em 1960, no mesmo ao de inauguração de Brasília. Sua arquitetura e sua história levaram ao tombamento do prédio como patrimônio histórico de Brasília. Está situado no Plano Piloto, Asa Sul, Quadra 908.

A partir da implantação da Lei n.º 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o registro do atendimento à população jovem e adulta começa a ter destaque com o Ensino Primário Supletivo, ministrado em geral no período noturno e que era destinado a pessoas com 14 anos ou mais. Além dessa indicação de atendimento presencial, a mesma publicação faz referência aos Exames de Madureza:¹¹

Os exames de madureza previstos na Lei 4.024/61 revestiam-se de sentido comum de escolarização e de procedência histórica: o conhecido regime "preparatório" esteve presente no cenário educacional; o conjunto de exames de madureza preparados em cursos livres e realizados em bancas oficiais, tinham, na verdade, um caráter supletivo da escolarização regular. Na década de 60, a clientela dos exames de madureza era formada por pessoas, geralmente autodidatas, que em suas próprias condições de vida e de trabalho encontravam meios de suprir a formação escolar. Para tais pessoas só os exames interessavam. Nos últimos anos os educadores já viam nos exames de madureza um dispositivo para legitimar a dispensa de estudo de 1º e 2º graus (DISTRITO FEDERAL, 2001b, p. 66-67).

Somente em 1964, por meio da Lei n.º 4.545, de 10 de dezembro, com a nova estrutura administrativa do Distrito Federal, é criada a Secretaria de Educação e Cultura e, com ela, nova organização para o ensino. Permanece a Fundação Educacional do Distrito Federal subordinada à Secretaria de Educação com a função de executora das ações de educação, sendo instituído o Ensino Supletivo no sistema público de ensino do DF.

Quanto aos dados de matrículas, até o fechamento desta pesquisa, não foram localizados nesse primeiro período estudado, que compreende de 1957 a 1964, dados oficiais de matrículas de pessoas jovens e adultas trabalhadoras em escolas públicas ou privadas no Distrito Federal. Será somente em 1966 que as matrículas do Supletivo parecem se efetivar oficialmente, constando nos dados de matrículas da rede pública. Este cenário será retomado no Capítulo 2.

11 O Exame de Madureza, criado inicialmente pelo Decreto-Lei n.º 980/1890, foi sofrendo ajustes e interrupções ao longo dos anos e retorna com maior expressão na LDB 4.024/1961. Consiste em exames que possibilitam certificação de escolarização para quem não alcançou conclusão no ensino regular. Para aprofundar a temática, sugerimos Lago e Machado (2021).

1.3 Povo Analfabeto é povo escravo: alfabetização e conscientização política em construção no Distrito Federal

Povo analfabeto é povo escravo.
Matricule-se no Círculo de Cultura mais próximo.
Aprenda a ler e escrever¹²

Uma pequena nota na *Revista Brasília* n.º 7 é nossa primeira pista a ser perseguida sobre alfabetização de pessoas jovens e adultas no Distrito Federal. Intitulada *Campanha Educacional em Brasília*, a nota destaca em poucas linhas o convênio firmado pelo MEC, ministro Clóvis Salgado, com a Novacap, tendo como presidente Israel Pinheiro, para o funcionamento de postos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, com início imediato para quatro “cursos de alfabetização” (NOVACAP, 1957, p. 17).

A parceria parece ter funcionado, pois o primeiro registro oficial localizado sobre a alfabetização de adultos consta da Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), presente no Decreto Presidencial n.º 47.472, de 22 de dezembro de 1959, que institui a Caseb, na seguinte afirmação: “Até o momento vem a NOVACAP mantendo e administrando as escolas primárias de Brasília; as escolas secundárias são particulares e as de alfabetização de adultos são mantidas por este Ministério.”

Outra referência a essas classes de alfabetização foi localizada em uma nota na *Revista de Educação*¹³, intitulada *124 Classes para Alfabetização dos Trabalhadores em Brasília*¹⁴, que destaca a abertura de oito novas classes de educação de adultos, o que leva a atingir um número de 124 turmas na capital em plena construção. A matéria destaca ainda a colaboração de representantes do Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários

12 Chamamento pelo serviço de alto-falante que mobilizava a população em 1964 para os Círculos de Cultura (BARBOSA *et al.*, 1980, Depoimento 8).

13 Edição n.º 41, fascículo de outubro-novembro-dezembro de 1959, periódico publicado pela Secretaria de Educação e Cultura de Goiás.

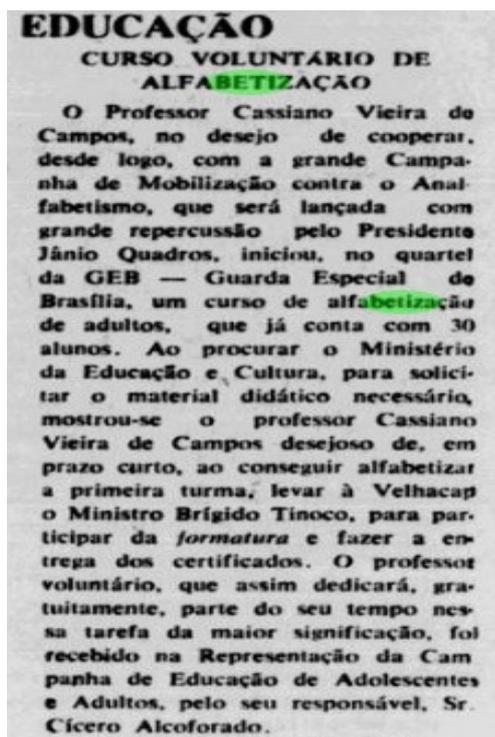
14 A nota faz referência à notícia veiculada no Boletim Mensal de Educação de Adultos, Ano II, n. 3, junho de 1959, de publicação do MEC.

e Empregados do Serviço Público (CAPFESP) e Fundação Casa Popular¹⁵ para a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do MEC, visto que, “além de contribuírem com as escolas, ainda facilitam o estudo dos trabalhadores, dispensando-os do serviço, uma hora por semana, a fim de frequentarem as aulas” (GOIÁS, 1959, p. 22).

Com a inauguração de Brasília, uma nova leva de candangos desembarca na capital, dentre eles, os servidores públicos e os aspirantes ao serviço público. Esse perfil de novos moradores estimula trabalhos voluntários, e uma dessas ações foi encontrada em nota no *Correio Braziliense* divulgada em 13 de maio de 1961, no 1º Caderno, página 5. Diz a nota sobre ação voluntária de um professor para alfabetização de adultos, motivado pelas notícias do lançamento, pelo MEC, da Campanha de Mobilização contra o Analfabetismo. Conforme a nota, reproduzida na Figura 4, a turma de alfabetização, instalada no quartel da GEB, estava a cargo do professor Cassiano Vieira de Campos. Nos anos seguintes, não localizamos no mesmo veículo de notícias qualquer referência a essas turmas, assim, não é possível dizer que foram concluídas. Alguns anos mais adiante, o professor Cassiano é convocado a assumir concurso na Fundação Educacional, tendo nela desenvolvido várias outras funções.

15 A construção das Superquadras do Plano Piloto teve início em 1957. O Grupo de Trabalho de Brasília tinha como atribuição a oferta de moradia aos servidores públicos, mas a construção ficara a cargo da Fundação Casa Popular, dos Institutos de Previdência, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Figura 4 - Nota do Jornal Correio Braziliense, 13 de maio de 1961
Correio Braziliense, nota cujo título é Educação - Curso Voluntário de Alfabetização



Fonte: Correio Braziliense. Referência Ano 1961\Edição 00319 (1) - 1º Caderno, p. 5. Disponível em: [Http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=alfabetiza%c3%a7%c3%a3o&pagfis=4003](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=alfabetiza%c3%a7%c3%a3o&pagfis=4003).

É possível que outras ações isoladas e voluntárias de alfabetização de adultos tenham ocorrido no Distrito Federal até mesmo antes da inauguração de Brasília, pois, em uma ou outra nota na imprensa, há sinais de que ocorreram tais atividades, porém difícil de serem rastreadas, dados os poucos registros disponíveis. No entanto, as pesquisas identificaram, no cenário das ações de alfabetização de adultos na capital, diversos atores e diferentes concepções de alfabetização defendidas por eles.

Em janeiro de 1961, foram assinados convênios do Ministério da Educação e Cultura com a Fundação Educacional para a organização e o funcionamento da educação pública no Distrito Federal e para a implantação de uma emissora de rádio que estaria encarregada de transmitir cursos de alfabetização e ensino técnico para adultos. No mês de maio do mesmo ano, chama atenção uma pequena nota divulgada pelo *Correio Braziliense*, em 17 de maio de 1961, 1º Caderno, página 5, dando conta de uma reunião ocorrida no Ministério da Educação com participação de Osvaldo Barata, Chefe de Gabinete do Ministro, Cícero Alcanforado, como representante da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, e o Prefeito de Brasília, Paulo de Tarso, para, segundo a nota, “traçar um plano de Mobilização de Brasília e cidades

satélites contra o analfabetismo”. Esse plano iria compor ação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a ser lançada pelo Ministério da Educação e Cultura. Pelo que pudemos apurar nas pesquisas, são esses convênios com o MEC que estimularão e sustentarão boa parte das ações voluntárias, de parcerias e projetos com instituições juridicamente constituídas (ou não necessariamente) para a formação e instalação de turmas/classes de alfabetização e qualificação de adolescentes, jovens e adultos no Distrito Federal.

Essa articulação se materializa em 1º de agosto de 1961, divulgada em reportagem pelo *Correio Braziliense*, com a instalação de cerca de 100 turmas de alfabetização de adultos e adolescentes não só no Plano Piloto, mas também nas cidades-satélites coordenadas pela Fundação Educacional do Distrito Federal. No total, 3.700 trabalhadores foram atendidos nessas turmas, que, segundo a reportagem, atendeu a área urbana e rural. Sob coordenação do professor Heli Menegale, então Secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, as turmas tiveram início de forma simultânea, sendo uma delas na Cantina dos Trabalhadores do IPASE, contando com a presença do prefeito Paulo de Tarso para inauguração. As Figuras 5 e 6 abaixo reproduzem as matérias veiculadas.

Figura 5 – Correio Braziliense, Cem cursos de alfabetização de adultos em atividade hoje

Reportagem do Jornal Correio Braziliense com título Cem cursos de alfabetização de adultos em atividade hoje, datada de primeiro de agosto de 1961.

CEM CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS EM ATIVIDADE HOJE

Com a presença do Prefeito Paulo de Tarso e outras autoridades, serão instalados, hoje, à noite, mais de uma centena de cursos de alfabetização de adultos e adolescentes, situadas no Plano Piloto, cidades satélites e zona rural.

Estes cursos dão início à grande campanha que a Fundação Educacional de Brasília

estenderá a todo território do Distrito Federal, a fim de elevar o nível social da população tanto nas áreas urbanas como rurais.

Nos cursos de alfabetização, em que serão usados, em abundância, os meios audiovisuais, missões culturais, centros sociais rurais e bibliotecas ambulantes.

Estes cursos constituem a primeira atividade do sistema de educação popular em fase de planejamento, que começará a funcionar dentro de alguns meses.

O Prefeito Paulo de Tarso visitará hoje à noite, alguns destes cursos, tanto no Plano Piloto como em outros pontos do Distrito Federal.

Fonte: Correio Braziliense, 1º de agosto de 1961, p. 5.

Com a promessa de ampliação dos cursos de alfabetização e preocupação com a continuidade, reconhecendo a alfabetização como “etapa preliminar”, conforme divulgado na reportagem pela fala do Secretário de Educação, a expectativa é de que essas turmas se espalhem pelas Regiões Administrativas do Distrito Federal. No

entanto, não foi possível rastrear a continuidade ou conclusão das turmas, pois não localizamos mais registros.

Figura 6 - Prefeitura inaugurou ontem cem cursos de alfabetização

Reportagem do Jornal Correio Braziliense de 02 de agosto de 1961, página 8, com título: Prefeitura inaugurou ontem cem cursos de alfabetização.

PREFEITURA INAUGUROU ONTEM CEM CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO

Cerca de 3.700 trabalhadores começaram a frequentar ontem os cem cursos de alfabetização que, na mesma data, a Prefeitura pôs em funcionamento em todo o Distrito Federal, incluindo o Plano Piloto, as Cidades Satélites e as zonas rurais.

A inauguração dos cursos foi procedida em múltiplas solenidades, das quais participou seu criador, o professor Heli Menegale, secretário de Educação da PDF, juntamente com seu chefe de Gabinete, Sr. Ney Castro Alves. A principal delas, entretanto, se realizou na classe localizada na Cantina dos Trabalhadores do IPASE, presidida pelo prefeito Paulo de Tarso, que, discursando na ocasião, salientou o principal objetivo dos cursos, qual seja o de elevar o nível social e cultural da classe obreira.

PLANO MAIOR

Em várias orações que ontem dirigiu aos trabalhadores alunos, disse o secretário Heli Menegale que a instituição dos primeiros cem cursos de alfabetização de adultos no Distrito Federal significam apenas a etapa preliminar de vasto plano destinado a aperfeiçoar a formação sócio-cultural dos trabalhadores, mediante a educação de base, que lhes ministrará não apenas elementos de cultura geral, mas, sobretudo, os fundamentos de uma atitude civilizada, diante dos problemas do meio físico e social que os cerca.

Falando à nossa reportagem, explicou o professor Menegale que as matrículas nos cursos de alfabetização continuarão abertas, na medida em que outros trabalhadores de Brasília manifestarem o desejo de se inscrever e frequentar normalmente as aulas, que funcionarão em vários cursos e em diferentes pontos do Distrito Federal.

VOCÊ VENDE MAIS!...

Anuncie num jornal de grande penetração.

Fonte: Correio Braziliense, 02 de agosto de 1961, p. 8.

Outro sinal da mobilização popular à época pela alfabetização de adultos aparece em nota do *Correio Braziliense*, quatro dias após a inauguração das turmas de alfabetização, que relata documento entregue à Prefeitura do Distrito Federal com cerca de 50 assinaturas reivindicando a instalação de turmas de alfabetização de adolescentes e adultos em Gama, ao que foram atendidos com ampliação das turmas nesta cidade. A essas notas e reportagens somam-se pequenas outras que vão dando pistas de como se movimentaram a formação dessas turmas em Brasília durante os primeiros anos da sua inauguração.

Uma das pistas perseguidas foi lançada pelo *Correio Braziliense* no contexto de uma pequena nota divulgada em 09 de julho de 1961, 2º Caderno, página 2¹⁶, sob o título “Chefe de Gabinete dedica Soneto a Brasília”. Na nota, chama atenção a informação da existência de ensino noturno de alfabetização e educação de adolescentes e adultos promovido pelo Centro Social dos Trabalhadores de Brasília

16 Disponível

em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pesq=alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20adultos&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=4545.

em funcionamento em um barracão na Superquadra 307 (provavelmente 307 Sul) e frequentado por cerca de 800 alunos. Segundo informa a nota, o Centro Social ofertava cursos de “datilografia, corte e costura e educação doméstica, além das classes de alfabetização e do currículo primário comum.”

Ainda exemplo desse cenário é a notícia também veiculada pelo *Correio Braziliense*¹⁷, em 24 de outubro de 1961, página 8, que dá sinais da mobilização e reivindicação popular pela alfabetização. Relata a matéria sobre a criação da Cooperativa dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, sendo liderada por uma mulher, Irene Santos da Silva, e tem como bandeira o compromisso em manter turmas de alfabetização de adultos por meio do Sirena. Não se revelaram, no mesmo veículo, notícias posteriores de concretização dessas turmas.

Na minuciosa pesquisa realizada em jornais da época por meio da Hemeroteca Digital, deparamo-nos com a coluna da jornalista Yvonne Jean. Tendo nascido na Bélgica em 1911, refugiou-se no Brasil e naturalizou-se em 1950. Migrou para Brasília em 1962 a convite de Darcy Ribeiro, vindo a lecionar na Universidade de Brasília. Além de jornalista, era também escritora, tradutora, intérprete e professora e atuou nas redações do *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*. O tema educação será uma constante em sua coluna no jornal *Correio Braziliense*, onde se apuram muitos “vestígios” do cenário da educação naquele período histórico. Influente no meio social brasiliense, cercada de amigos e apreciadora das artes, sua casa era ponto de encontro para muitos debates. Ligada ao Partido Comunista Brasileiro, foi presa e condenada pelo regime militar no fim da década de 1960. Faleceu em 1981, em decorrência de problemas de saúde.

A coluna de Yvonne Jean, *Correio Braziliense* de 16/06/1962, revela também iniciativas da igreja católica para a alfabetização de adultos. Diz a nota que, sob coordenação do Padre Eduardo Ricardo Alexander Van de Walle¹⁸, na Igreja Sagrado Coração, na Superquadra 413 sul, estão em funcionamento no noturno turmas de alfabetização de adultos com participação de trabalhadores e empregadas domésticas, havendo muita procura e sem condições de atender à demanda. As

17 Todas as consultas da pesquisa ao jornal *Correio Braziliense* foram realizadas por meio da Hemeroteca Digital, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

18 Nascido em 1923, na Holanda. Padre da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, com sede na Holanda. Em Brasília, residia na SQS 314, Bloco 21, Apt 304.

dificuldades se dão tanto pelo espaço físico inadequado quanto pela falta de professores que atuam de forma voluntária.

Perseguindo esses “sinais” deixados por Yvonne, encontramos em vários outros momentos a participação de Padre Eduardo nas ações que envolvem alfabetização e profissionalização de jovens e adultos, bem como o seu trânsito no meio político da época, como retratado na Figura 7, uma foto de outubro de 1963, em que podemos identificá-lo em reunião com Paulo de Tarso, então Ministro da Educação, em um ambiente religioso (possivelmente, dentro da Paróquia Sagrado Coração, pois apuramos que na data da foto, a igreja ainda era de madeira). A foto pertence ao álbum pessoal de Paulo de Tarso, que foi doado ao ARPDF, constituindo o Fundo Paulo de Tarso. Esses detalhes nos levam a crer que havia alguma importância na foto, para que fosse inserida em seu acervo pessoal. Infelizmente, não localizamos mais registros, possivelmente pelos fatos que narraremos mais adiante, no Capítulo 2.

Figura 7 – Reunião com Padre Eduardo e Paulo de Tarso.

Fotografia em preto e branco, de uma reunião em uma igreja. Paredes em madeira, ao centro uma mesa forrada com toalha bordada, ao fundo imagem de santos. Estão sentados Padre Eduardo, Paulo de Tarso e esposa e de pé, palestrante não identificado.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Paulo de Tarso. Outubro/1963.
Créditos Deobry. Sentados Padre Eduardo, Paulo de Tarso e esposa. De pé, palestrante não identificado.

Pequenas outras notas ou citações, em colunas diversas, que noticiam ou convidam à formação de cursos de alfabetização, vão aparecendo ao longo das edições do veículo pesquisado. Como o caso do Padre José Zintu, da Paróquia São

Sebastião, em Taguatinga, que em 1962 mantinha 100 alunos em curso de alfabetização à noite, no salão da paróquia, e reclama ao *Correio* por não poder atender a mais fiéis que o procuram para turmas de alfabetização, pois não há energia elétrica na região e as condições da própria sede paroquial são precárias. Como dito anteriormente, parecia haver, de iniciativa popular ou após estímulo de convênio com o poder público, significativa mobilização em torno da formação de cursos de alfabetização no início da década de 1960. Como exemplo, a nota aos pastores de igrejas no DF, cujo conteúdo reproduzimos:

ALFABETIZAÇÃO

Os pastores e responsáveis por Igrejas, em todo o Distrito Federal, que desejarem ainda instalar classes de alfabetização de adultos e adolescentes deverão procurar imediatamente o presidente do Conselho de Ministros, Reverendo Eudaldo Lima. O Conselho fez um convênio com o Ministério da Educação para a instalação de 70 classes (*CORREIO BRAZILIENSE*, 1963a, p. 5).

Localizamos também a matéria veiculada no *Correio Braziliense* de 22 de setembro de 1963, noticiando a organização estudantil em torno da fundação da União dos Estudantes Trabalhadores de Brasília. Embora a chamada da matéria faça referência ao curso primário para os filhos dos trabalhadores, no teor, a fundação da instituição visa à organização e mobilização dos estudantes trabalhadores em torno de oportunidades de educação aos trabalhadores operários do Distrito Federal. Abaixo, reproduzimos a reportagem na Figura 8.

Figura 8 - Reportagem Correio Braziliense: Estudantes Trabalhadores

Reportagem do jornal Correio Braziliense de 22 de setembro de 1963, 1º Caderno, página 8, com o título: Estudantes - Trabalhadores lutarão para assegurar aos seus filhos curso primário.

ESTUDANTES – TRABALHADORES LUTARÃO PARA ASSEGURAR AOS SEUS FILHOS CURSO PRIMÁRIO

Os estudantes de Brasília que trabalham durante o dia e frequentam cursos no período da noite, acabam de fundar uma entidade de Classe, a qual — de acordo com assembleia que realizou na Associação Recreativa e Cultural dos Trabalhadores de Brasília — recebeu o nome de União dos Estudantes Trabalhadores. Para a presidência da entidade, foi eleito o estudante Barnudio Gonçalves de Souza, aluno da Escola-Clube da Associação Recreativa e Cultural dos Trabalhadores de Brasília, à Avenida W.A. Palando a reportagem, o presidente da UET, Barnudio de Souza, disse que o nável órgão classista tem por finalidade congregar todos os estudantes de cursos noturnos de ensino primário, de madureza e cursos intensivos destinados a trabalhadores. Todavia — assinou Barnudio Souza —, sua principal finalidade é a de lutar para que sejam oferecidas oportunidade de educação, pelo Poder Público, aos trabalhadores, em cursos de férias, cursos intensivos, cursos por correspondência, pelo rádio e TV. Concluindo, disse o presidente da UET que sua associação vai também lutar no sentido de assegurar aos seus filhos, pelo menos, cinco anos de escola primária.

Acredita-se que a **União dos Estudantes Trabalhadores** venha a se tornar o maior órgão de classe estudantil de Brasília, uma vez que existem na capital cerca de 18 mil estudantes trabalhadores.

Brasília Planta Árvores Melhorando o Seu Clima e Enfeitando a Paisagem

Será condignamente comemorado, este ano, no Distrito Federal, "o dia da árvore", com o plantio de árvores no âmbito de todo o Plano Piloto, pelo Ministério da Agricultura e PDF, associando-se às comemorações que se farão realizar em mais Ministérios, estando programadas, todas as noites, palestras na televisão sobre temas relacionados com o problema da árvore em nosso país.

EXPOSIÇÃO
O programa da Semana da Árvore em Brasília terá prosse-

Fonte: Correio Braziliense, 22 de setembro de 1963, 1º Caderno, p. 8.

Alguns dias depois, em nota publicada na página 3 do *Correio Braziliense* do dia 26 de outubro, informa-se a visita da Diretoria da União dos Estudantes Trabalhadores de Brasília ao Ministro da Educação, Júlio Sambaquy, para apresentar o programa da UET e solicitar a continuidade dos cursos noturnos implementados pelo Programa de Emergência no Distrito Federal. Tanto receberam a confirmação da continuidade dos cursos noturnos, quanto o ministro determinou apoio à instituição. Diz a nota: "E, visando dar condições de trabalho à UET, o ministro destinou à entidade dotação especial para aquisição de móveis e material de escritório, bem como para início da construção da sede da entidade" (*Correio Braziliense*, 26/10/1963, p. 3).

Contudo, parece não ter vingado por muito tempo esse viés de organização estudantil, uma vez que as notícias, a partir de 1964, ligam a UET aos esportes e, pelo ano de 1965, já a noticiam como União dos Estudantes Trabalhadores de Brasília Esporte Club. Não localizamos mais registros da instituição, infelizmente.

Nesse mesmo espírito de organização e institucionalização, a matéria veiculada no *Correio Braziliense* de 22/10/1963, sob o título *Ensino Supletivo no Distrito Federal tem seu órgão de classe*, trata da constituição, formalizada em 19 de outubro de 1963, da *Associação dos Educadores do Ensino Supletivo*, que tem como principal objetivo o combate ao analfabetismo no Brasil e conta, naquele momento,

com mais de 600 educadores do Distrito Federal. A sede da Associação funciona na Sociedade dos Trabalhadores de Brasília (*Correio Braziliense*, 22/10/1963, 1º Caderno, p. 8).

Pelo número de professores do Distrito Federal envolvidos na criação da Associação, pode-se deduzir que havia, de certo modo, alguma mobilização e movimentação deles em relação ao Supletivo, ainda que corporativo.

1.3.1 De Angicos para Brasília: a experiência da alfabetização freiriana no Distrito Federal

A especificidade das experiências em alfabetização de adultos no Distrito Federal aparece relatada num trabalho acadêmico feito por alunos de mestrado da UnB, intitulado: “A experiência de aplicação do Sistema Paulo Freire de Alfabetização em Brasília, em 1963” (BARBOSA *et al.*, 1980). Nas entrevistas dessa pesquisa, os depoentes afirmam ter outras experiências de alfabetização ocorrendo naquele início da capital, ainda nos canteiros de obra. Segundo os autores, o Dr. Inezil Pena Marinho

Disse ter trabalhado num outro projeto de alfabetização de adultos, nos anos de 58, 59 e 60 entre operários da construção civil. Esses cursos eram dados nos próprios acampamentos de obras; os funcionários e engenheiros das firmas atuavam como professores e as classes funcionavam nos refeitórios das firmas. Chegaram a funcionar 293 classes atingindo cerca de 10.000 alfabetizando (BARBOSA *et al.*, 1980, Depoimento 3).

Outro depoente, Francisco Salles, chefe do Centro Social da Fundação de Serviço Social em Sobradinho, no período de 1962 a 1965, informou que,

[...] ao assumir a chefia do Centro Social, em 1962, baseando-se em sua experiência com Escolas Radiofônicas no Rio de Janeiro - o Sistema SIRENA, do MEC - resolveu desenvolver experiência similar em Sobradinho. Fez, contando com o trabalho do pessoal do Centro, levantamento inicial sobre “lideranças” existentes, e conseguiu 38 monitores, que foram de casa em casa, levantando o número de analfabetos e sensibilizando para o programa a ser implantado. Segundo o depoente, o número de analfabetos encontrados foi muito pequeno, e talvez por este motivo, o interesse pelo curso foi decrescendo, a experiência “desmanchou-se” (BARBOSA *et al.*, 1980, Depoimento 4).

Aparece nesse outro depoimento o vínculo, se não institucional direto, mas pedagógico, com experiências já induzidas pelo MEC, como foi o caso das escolas radiofônicas. Outro elemento importante do depoimento é o envolvimento dos

profissionais de outras áreas, não apenas da educação, como no caso dos profissionais da área da assistência social, em ações de alfabetização de adultos. Também interessante quando cita a mobilização de casa em casa para levantamento e sensibilização da comunidade, o que poderia ser caracterizado como “busca ativa”, que tem como base as ações da educação popular freiriana, como indica Reis (2011). Isso é destacado nesse contexto dos anos 1960 e retornará em experiências dos anos 1980, como veremos mais adiante.

Embora o depoente afirme que a não continuidade das ações de alfabetização, naquela experiência da cidade-satélite de Sobradinho, deu-se por falta de pessoas não alfabetizadas, é difícil acreditar nessa sua interpretação, pois, como já mencionamos, os dados do IBGE (1960) indicavam que 28% da população de 15 anos ou mais do Distrito Federal não sabiam ler nem escrever. A realidade, não apenas do Plano Piloto, mas de todas as cidades-satélites de Brasília, à medida que a construção da cidade vai avançando ou não, é de um número crescente de imigrantes de todos os cantos do país, para trabalhar na construção civil, sendo uma imensa demanda de trabalhadores sem escolarização. Dentre as dificuldades concretas que a nova capital vivia, seguem as relacionadas à garantia de escolas para todos, principalmente para jovens e adultos trabalhadores.

Com o fim do governo de Juscelino Kubitschek, em 1961 assume Jânio Quadros diante de um cenário de desequilíbrio econômico no país, desaceleração no crescimento e início do endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que atinge diretamente a vida da classe trabalhadora. A falta de recurso leva à paralisação de obras em curso no Brasil, e Brasília não fica fora deste cenário, impactando diretamente trabalhadores da construção civil que não tinham onde morar e para onde recorrer. Como destaca Barbosa (1980),

A desaceleração do ritmo de construção civil, a ausência de setor industrial, a não diminuição do fluxo migratório para Brasília - face a problemas como seca, no Nordeste - e a falta de planejamento, ao nível de governo, de novos investimentos públicos que deslocassem de Brasília mão de obra, equipamentos, etc. para outras frentes pioneiras, tornam grave o problema de desemprego, com suas óbvias consequências sociais. Grande parte da população é marginalizada, pela impossibilidade de absorção em uma atividade permanente. As Companhias construtoras, devido à desaceleração do ritmo das obras, destroem os “acampamentos”, e os operários e mesmo famílias que neles moravam transferem-se para “invasões” e cidades-satélites (BARBOSA *et al.*, 1980, p. 20-21).

Mas Jânio Quadros renuncia após sete meses de governo, e João Goulart, o Jango, assume a presidência com expressivo apoio popular e sindical, mas também com crescente oposição. O Governo de Jango direciona para novos horizontes, com reformas no campo trabalhista, social e educacional.

É dentro desse contexto, em especial no período final do governo João Goulart, que o MEC, por meio da Portaria Ministerial n.º 195, de 8 de julho de 1963, em seu Art. 1º, “Institui junto ao Gabinete do Ministro uma Comissão de Cultura Popular”; e ainda informa no Art. 2º: “Essa Comissão será integrada por cinco membros designados por Portaria Ministerial” (BRASIL, 1963). O educador Paulo Freire é nomeado presidente da comissão. No dia 23 de junho, outra portaria, a de número 233, define os objetivos daquela comissão e cria também as Comissões Regionais de Cultura Popular, que teriam por finalidade realizar pesquisas relacionadas aos temas da cultura popular em geral, mas a questão da educação ocupou a principal pauta das comissões, com ênfase nas questões do analfabetismo no Brasil. Essas decisões demandaram muitas reuniões cujos registros circulam pela internet sempre ligados ao contexto de Paulo Freire, como a Figura 9.

Figura 9 - Reunião do Conselho Nacional de Cultura no Ministério da Educação, Brasília, 1963. Fotografia em preto e branco da reunião do Conselho Nacional de Cultura, no Ministério da Educação. Sentados em volta de uma mesa grande com garrafas e copos com água e papéis de anotações estão sete homens engravatados, sendo o Ministro da Educação e Cultura Paulo de Tarso, à direita na cadeira do meio.



Fonte: Arquivo Público do DF. Fundo Paulo de Tarso. Data de 21/10/1963. Sem créditos de autoria. Ministro da Educação e Cultura Paulo de Tarso à direita na cadeira do meio. O objetivo da reunião era discutir as estratégias para a execução do Plano Nacional de Alfabetização

Leão Filho (1963), em artigo publicado na revista *Brasília*¹⁹, ano 7, n.º 65-81, intitulado *A Revolução dos Analfabetos*, faz um resgate da trajetória de Paulo Freire para chegar à Comissão Nacional de Cultura Popular (CNPC), da ampliação e convênios do projeto de alfabetização citando Brasília como o exemplo a ser seguido pelas demais unidades da federação. Dentro do Sistema Paulo Freire, segundo esse autor, a CNPC põe em funcionamento, em Brasília, noventa e cinco Círculos de Cultura, nas cidades-satélites de Taguatinga, Sobradinho e Gama. É a primeira parte de um projeto de três etapas, cuja execução deveria se concluir no primeiro semestre do ano de 1964, tendo alfabetizado em toda a área do Distrito Federal cerca de 40 mil pessoas, isto é, toda a população de analfabetos adultos indicada pelas estatísticas locais. O autor ainda afirma sobre os Círculos de Cultura na capital:

Quanto aos aspectos organizacionais do Sistema Paulo Freire, os círculos de Taguatinga, Sobradinho e Gama, além dos círculos extraordinários em funcionamento para servidores da Novacap e Prefeitura, no Plano Piloto, todos eles oferecem um testemunho de singeleza. Coordenadores, assistidos direta e diuturnamente por supervisores, todos eles selecionados e preparados pela equipe do professor Paulo Freire, trabalham todas as noites, num expediente de quatro horas, muitos em suas próprias casas ou em salas e barracos cedidos por terceiros. O aparelhamento das salas é o mais sumário. Alguns bancos rústicos de madeira, um projetor de strip-film, o quadro-tela e as fichas-roteiro. Em cada sala, com o mesmo coordenador, dois círculos por noite, de hora e meia cada um. Aos sábados, reúnem-se os supervisores para fazer sua autocrítica e procurar solução para os diversos problemas de cada setor.

Na sua maioria, os supervisores de Brasília são estudantes, professores primários e funcionários públicos. Os coordenadores, quase todos, são operários, nem todos possuindo o curso primário completo, mas que, não obstante, após o treinamento, revelaram plena aptidão para o novo mister, além da vantagem de residirem nos locais onde estão os círculos (LEÃO FILHO, 1963, p. 77).

Havia um aparato de voluntários que atuavam como supervisores, conforme descreve Leão Filho, bem como no suporte operacional para que os Círculos de Cultura acontecessem lá do outro lado. Dois desses voluntários nos concederam entrevista para a pesquisa: Luiz Carlos Pontual Lemos, carioca nascido em novembro de 1932, bancário aposentado, residente em Brasília, cuja entrevista foi realizada por meio virtual e gravada em áudio; e Renée Gunzburger Simas, mineira, nascida em fevereiro de 1936, professora aposentada, moradora de Brasília, entrevista presencial,

19 *Brasília* é uma revista de publicação da Novacap, cumprindo com a determinação de fazer registro e divulgação da nova capital. Foi publicada mensalmente de janeiro de 1957 a maio de 1963. A revista *Brasília* pode ser acessada em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/507005>.

realizada em sua casa e gravada em áudio. Ambos foram extremamente acolhedores, e foi um momento muito emocionante ouvir de quem viveu tão de perto esse momento histórico.

Luiz e René atuaram juntos no Gama. Enquanto ele dava suporte operacional no transporte, ela cumpria com a tarefa de formação dos/as Coordenadores de Círculos de Cultura, os/as alfabetizadores/as. René descreve um desses momentos de ida ao Gama em companhia de Luiz Pontual:

Ninguém tinha carro, ele tinha, então ele era o motorista que levava a gente para as palestras. Inclusive, no 31 de março, quando teve o golpe, eu estava vindo com ele de uma palestra no Gama e eu estava dando uma palestra sobre reforma agrária, embora não fosse a minha especialidade, mas era alguma informação a mais para os instrutores da alfabetização, que eles precisavam ter alguma informação para passar além da alfabetização né? Porque eram temas da época, as plataformas de base, então era preciso que a gente esclarecesse. Então, eu ia com a minha leitura, com alguma formação para aumentar a possibilidade deles de discussão, porque o que se pretendia pelo menos na época era que não fossem jogados dados da alfabetização, mas é que eles se conscientizassem, primeiro da necessidade de se alfabetizar, segundo da importância das reformas de base que na época era, vamos dizer... (inaudível) continuidade do país (René Simas, 2022).

Em sua entrevista, Luiz Pontual relata que, dentre muitas tarefas, ele tinha a de ser motorista para conduzir, dar carona, as pessoas que não tinham como se deslocar para os Círculos de Cultura. Ele conta que tinha uma Kombi, 1200 cilindradas, e que Paulo Freire também andou nessa Kombi para as cidades-satélites, ao encontro das experiências de alfabetização que se organizavam no Distrito Federal (Luiz Pontual, maio, 2022).

Questionada de que maneira ela se aproxima da formação para Coordenadores/as de Círculos de Cultura, René relata o envolvimento de servidores públicos, principalmente do campo da educação, e as dificuldades com organização que se dava a partir da Associação de Professores²⁰,

20 A Associação Profissional de Professores do Ensino Médio de Brasília (APPEMB) foi fundada em 15/10/1960. No ano seguinte, ela recebe autorização para representar os professores de ensino primário, transformando-se em Associação Profissional dos Professores do Ensino Secundário e Primário de Brasília (APPESPB), que teve grande atuação junto aos professores, dirigindo a greve de maio de 1962 (por moradia, com invasão e ocupação das casas) e participou, em início de 1963, ativamente, da greve dos servidores da Prefeitura de Brasília e da Novacap, pela municipalização e vínculo empregatício, ou seja, para serem enquadrados como servidores públicos. A Associação e seus membros foram acusados no Relatório da CPI das Irregularidades no Ensino de Brasília, como sendo de forte influência negativa e comunista, em fevereiro de 1964. A Associação deixou de existir quando, após o golpe militar, foram demitidos os seus diretores da função de professor e estes responderam a Inquérito Policial Militar. Para aprofundar informações, sugerimos pesquisa documental no Mude – <http://www.museudaeducacao.com.br/>.

Era a partir da Associação de Professores. A Associação de Professores se organizava para cada um dar suporte a esses movimentos. Ao mesmo tempo tinha uma parte da escola que era profundamente reacionária, então qualquer coisa mais popular como eles chamava: estão tratando do popular ao invés do erudito na escola! Então era difícil, não era uma coisa fácil, era uma transgressão a gente se meter com o movimento popular. Mas foi rico, muito rico, na época (Reneé Simas, 2022).

Para Reneé, a experiência vivida no Distrito Federal era transformadora e bebia na fonte, que era Paulo Freire.

[...] isso era adaptação do contexto né? Porque ele começou em um determinado contexto que foi muito importante. A ponta do iceberg foi o Paulo Freire, isso eu não tenho a menor dúvida, como professora, que se ele não tivesse começado em Pernambuco dificilmente o resto se alastraria. Se bebia naquela fonte e depois as coisas foram se adaptando regionalmente, com o movimento vivo, que todo movimento vivo é de transformação. (Reneé Simas, 2022)

O Círculo de Cultura no Gama, cidade-satélite de Brasília, onde Reneé atuava na formação, está registrado na Figura 10.

Figura 10 - Círculo de Cultura Popular, Cine Itapoã, Gama/DF, 1963

Fotografia em preto e branco, com sete pessoas em pé, sendo duas mulheres e cinco homens, sendo um deles Paulo Freire à direita. Sentado, centralizado na foto está Paulo de Tarso, Ministro da Educação e Cultura, e à sua frente um projetor de imagens usado na alfabetização. O encontro é o Círculo de Cultura Popular, realizado no Cine Itapoã, na cidade do Gama/DF, no ano de 1963.



Fonte: Arquivo Público do DF, Fundo Paulo de Tarso. Setembro/1963. Créditos: Deobry. Sentado junto ao projetor Paulo de Tarso, identifica-se Paulo Freire de pé, à direita.

A presença de outros movimentos estudantis nas ações de alfabetização de adultos no Distrito Federal aparece relatada na imprensa local, com destaque para o trabalho dos estudantes secundaristas em parceria com a Secretaria de Educação e

Cultura do Distrito Federal (SEC/DF). Em reportagem do jornal *Correio Braziliense*, de 03 de março de 1964, há um registro histórico sobre estudantes secundaristas que atuavam com turmas de alfabetização de adultos no Plano Piloto desde 1960. Registra a matéria que um grupo inicial fundado por Mário Nelson Duarte, Regina Lúcia Pinheiro e outros pioneiros instalou-se na Escola Parque. Despejados, começaram a dar aulas na rua, na Avenida W3, o que levou, posteriormente, a conseguir um galpão na Quadra 307, em 1961.

Essa iniciativa estudantil foi interrompida e, no ano de 1963, retomada por ação da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb), fundada em 1962, formalizando a criação do Centro de Cultura Popular, organizando e instalando aulas de alfabetização de adultos nas superquadras 106 e 206 com o apoio do Superintendente de Educação da SEC/DF, Eleazar Rosa (Figura 11).

A reportagem destaca ao fim que essa secretaria se inicia o ano de 1964 com abertura de 6 escolas para os cursos noturnos: nas superquadras 106, 108, 114, 206, 304 Sul e Asa Norte. O início dos cursos noturnos se deu no dia 02/03/64 e contou com a participação do Ministro Júlio Sambaquy na aula inaugural “aos alunos e a todos aqueles que sentem remorsos pelo pouco que se fez até hoje pelos verdadeiros fundadores de Brasília”, destaca a nota (CORREIO BRAZILIENSE, 03/03/1964).

Figura 11 - Curso para alfabetização de adultos – SQS 106

Fotografia em preto e branco de uma sala de aula com estudantes jovens e adultos sentados e quatro pessoas em pé, sendo duas mulheres e dois homens, durante a aula do Curso para alfabetização de adultos, na SQS 106 em Brasília.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1964. Sem créditos.

No campo da legislação, destacamos o Decreto n.º 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que institui o Programa Nacional de Alfabetização e vai indicar a opção metodológica para a alfabetização de adultos e os mecanismos para sua operacionalização, conclamando ao “esforço nacional concentrado para a eliminação do analfabetismo”. Considera o Decreto que, por estarem comprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura as vantagens do Sistema Paulo Freire para a alfabetização de adultos, fica este instituído como sistema oficial para o Programa Nacional de Alfabetização²¹. Este decreto, identificado como a principal meta do governo no campo da educação popular e educação de adultos, já resulta também das experiências realizadas nos Círculos de Cultura coordenados por Paulo Freire, no Distrito Federal, no ano de 1963. Há registros dessas experiências disponibilizados no Portal dos Fóruns de EJA, recolhidos pela pesquisa sobre Memória e História da educação popular e da educação de jovens e adultos, coordenada pelo Professor Osmar Fávero, da Universidade Federal Fluminense²².

Destaca-se, contudo, que o Decreto n.º 53.465 vigorou por pouco tempo, uma vez que foi revogado pelo Decreto n.º 53.886, de 14 de abril de 1964, sob a alegação da necessidade de reestruturar o planejamento das ações de eliminação do analfabetismo, e ainda “que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional [deva] veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo”, o Decreto determina ainda o recolhimento de todo o acervo utilizado para a execução do Programa Nacional de Alfabetização.²³

A leitura dos registros históricos localizados indica que havia uma mobilização na sociedade civil e uma resposta sendo construída no âmbito do MEC, para atender de forma mais concreta aos anseios sobre a questão da alfabetização de adultos. Para o contexto de um governo tensionado pela oposição e pela mídia, com acusações diárias de utilização do aparelho de Estado para impor as ideias comunistas e socialistas no Brasil, a atuação em massa na alfabetização de adultos passa a ser acusada de uma ação subversiva. Nos depoimentos colhidos por Barbosa *et al.* (1980), pode-se perceber a tensão vivida em torno da experiência com o Sistema

21 Disponível para consulta em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53886-14-abril-1964-394182-publicacaooriginal-1-pe.html>.

22 Disponível para consulta em: <http://forumeja.org.br/node/2976>.

23 Disponível para consulta em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53886-14-abril-1964-394182-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Paulo Freire, com interpretações contraditórias, como nas falas a seguir. Um Deputado Federal apresenta esta visão sobre a experiência na capital:

[...] Se fosse feita a alfabetização pura e simplesmente, teria dado certo. O problema é que as pessoas que o aplicaram deram uma conotação de "extrema-esquerda". O método é bom porque usa figuras para ilustrar as palavras. Os aplicadores "comunistas" que colocavam a população em risco porque queriam influenciar com a sua ideologia. Ensinavam: "O operário é oprimido, o patrão é opressor". Isto não podia dar certo por causa do radicalismo. A gente tem que esperar as coisas acontecerem com calma, com maturidade. Para o operário basta que o ensine a ler, que ele naturalmente se tornará de esquerda, é uma tendência natural, pois é ele que sofre.

[...] Aqui começou a experiência que se espalhou por muitas cidades satélites. O Brasil estava "com um ovo na colher", correr devagar para não cair. Havia muita euforia. As pessoas mais ligadas eram os estudantes. Tinha um amigo meu envolvido, ele era comunista. Eu nem sei por onde ele anda. Sei que aconselhava para que moderasse, que não precisava de exagero. Dizia a ele que o povo só precisava aprender a ler, e que o caminho dele ele mesmo traçaria. Ninguém faz caminho para ninguém, mas eu também fiz política na juventude, acho que tem que deixar, não pode reprimir (BARBOSA *et al.*, 1980, Depoimento 28).

A posição de quem falava de dentro da experiência, como um dos supervisores da comissão regional de cultura popular, é outra:

O sistema PP tinha por objetivo conscientizar. Conscientização ligada à politização no sentido de esclarecer as pessoas nos seus direitos. Os alunos é que faziam conclusões. O coordenador jamais formulava juízo a respeito das questões que eram colocadas pelo grupo. Por isso, não havia possibilidade de haver dirigismo, a não ser se se tratasse de um coordenador radical, mas isso ele não se lembra de ter ocorrido em Brasília. Nunca chegou a seu conhecimento notícia a esse respeito.

Quanto a dizer que havia intenção de propagar o comunismo no Brasil, o informante nega que isso tenha existido: "PF era um carola, não saía da igreja, frequentando a missa com assiduidade". Não acredita que PF pudesse ter ideias materialistas e, por isso, a campanha nunca poderia ter tido objetivo de comunização. Conscientização e politização sim, pois era o que o método pretendia, mas não implantação da ideologia comunista.

Nas visitas aos círculos, nunca percebeu qualquer tendenciosidade ou agressividade. Via sim, e muito claramente, docilidade e amor.

Nunca soube de qualquer manifestação de violência. Muitas vezes, os pais levavam crianças, tendo havido casos de crianças serem alfabetizadas (8, 10 ou 12 anos) (BARBOSA *et al.*, 1980, Depoimento 8).

Os depoimentos revelam as posições divergentes, a partir do lugar de fala de cada um dos sujeitos, mas também as concepções diferentes do ato de aprender e seus desdobramentos na vida dos alfabetizados. Se para o deputado a passividade era o que se esperava de um operário que aprendia a ler e escrever, o que levaria naturalmente a entender que era diferente do patrão, na visão do supervisor, o ato de ler e escrever era sim um processo de conscientização do participante nos Círculos.

Nos dois depoimentos, no entanto, fica a nítida exposição de que o problema estava na identificação da experiência com as ideias “comunistas”, o que, para os dias de hoje, nos faz ter que perguntar: mas de quem seriam essas tais ideias?

Alguns argumentos apontavam para as discussões dos educandos acerca das palavras geradoras, pois a proposta de Paulo Freire para a alfabetização parte do universo vocabular dos educandos. Segundo o relato descrito na publicação *Paulo Freire e a Educação Brasileira* (1982), a pesquisa do universo vocabular foi realizada em canteiros de obras, Hospital Distrital, rodoviária, acampamentos de trabalhadores e outros espaços onde esses sujeitos estavam inseridos. Entre as palavras mais citadas, foram selecionadas as palavras geradoras: tijolo, voto, farinha, máquina, chão, barraco, açougue, negócio, Sobradinho, passagem, pobreza, Planalto, eixo, Brasília.

Sobre as palavras geradoras, o encantamento com o processo de alfabetização parece não se dar apenas com alfabetizandos/as. Luiz Pontual detalha como impactava nele aquele momento de descoberta:

E era uma coisa fascinante por que você não vinha com nada desconhecido, era o conhecido para a população analfabeta, e então eles viam e aprendiam. Eu me lembro que uma das palavras-chave era TIJOLO. E nós vivíamos com produção de milhões e milhões de tijolos, porque todas as olarias daqui da região produziam tijolos, porque Brasília consumia milhões de tijolos por dia! Porque tudo era à base de tijolo, à exceção dos prédios da Esplanada que foram todos comprados nos Estados Unidos (Luiz Pontual, 2022).

Também para René era uma nova experiência de aprendizado:

Aqui em Brasília, quando fizeram a primeira cartilha, a palavra era TIJOLO, porque tinha que ter alguma relação com o que os trabalhadores estavam fazendo. Brasília estava em construção, então tijolo era a coisa que mais eles viam, então era fácil de memorizar a palavra com o objeto tijolo, todo mundo tinha pra pegar. E do TI JO LO surgia todo o resto necessário para a alfabetização. Isso eu não esqueço, que a gente começava com o tijolo, e do tijolo primeiro pegava TI, e ia o TA-TE-TI-TO-TU e tudo o que se formava e depois com J, e então isso foi o início da alfabetização de adultos em Brasília, com a palavra tijolo (René Simas, 2022).

Para trabalhar com essas palavras, foi produzido um material visual em formato de slides a serem utilizados nas turmas/classes de alfabetização. Reproduzimos nas Figuras 12 e 13 alguns desses slides.

Figura 12 - Slides da experiência de formação em Brasília

Conjunto de 06 Slides da experiência de formação em Brasília, sendo o primeiro com o texto: Um diafilme do Círculo de Cultura para Brasília - MEC - Comissão Nacional de Cultura Popular; o segundo com a figura de uma pessoa segurando um tijolo; o terceiro com o texto: ti - jo - lo; o quarto com o texto: ta - te - ti - to - tu / ja - je - ji - jo - ju / la - le - li - lo - lu; o quinto com o texto: pla - nal - to; e o sexto com a palavra planalto e a imagem do Palácio do Planalto



Fonte: Acervo Paulo Freire. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/3442>

Figura 13 - Slides da experiência de formação em Brasília

Conjunto de 06 Slides da experiência de formação em Brasília, sendo o primeiro a palavra Trabalho e a imagem dos homens trabalhando com ferramentas; o segundo com a palavra Trabalho; o terceiro com a imagem de passageiros na parada e um ônibus com itinerário Sobradinho; o quarto com o texto: So-bra-di-nho; o quinto com o texto: Realizado pela Comissão Nacional de Cultura Popular segundo o sistema de educação Paulo Freire da Universidade do Recife sendo o presidente da república sua excelência o senhor doutor João Goulart e o Ministro da Educação e Cultura sua excelência o senhor doutor Paulo de Tarso.



Fonte: Acervo Paulo Freire. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/3442>.

Esse material visual era reproduzido por meio de um projetor específico. Pelo relato de Luiz Pontual, os projetores foram importados para servirem especificamente ao Programa, conforme ele mesmo detalha: “Eu me lembro que nós importamos da Polônia quatro mil máquinas que trabalhavam com pilha, com bateria, com energia. Com as quais nós íamos a cada grupo que se formava, e formou-se grupos em todas as Cidades Satélites” (Luiz Pontual, 2022).

Os projetores tinham lugar importante nos Círculos de Cultura, pois se constituíam como uma ferramenta tecnológica avançada para a época e

possibilitavam ilustrar as palavras geradoras projetando-as por meio dos slides preparados para a alfabetização. Indagado se tinha conhecimento sobre esse quantitativo, quatro mil máquinas, se era somente para o Distrito Federal, Luiz responde com muita precisão:

Olha, era para o Brasil todo, mas eu não tenho capacidade de avaliar o que houve fora de Brasília, não sei lhe dizer. Eu acompanhei bem de Brasília, conhecia todos os intervenientes, quer dizer, era Antônio Carlos Dias Ferreira, o André, que cuidava dos aparelhos. Eu tinha que ter um lugar para guardar os aparelhos. Essa compra desse material na Polônia foi engraçadíssima, por que o Brasil tinha um crédito com a Polônia, para quem tinha fornecido um tipo de produto (inaudível)... milho, café, sei lá! E nós temos um crédito com a Polônia, então usou esse crédito para a compra desses quatro mil projetores. Eram projetores que eram uma gracinha, uma gracinha! Eu não sei, é capaz de ainda existir algum por aí! (Luiz Pontual, 2022).

Propagadores ou não de ideais comunistas ou materialistas, o certo mesmo é que a experiência piloto realizada no segundo semestre de 1963, e com expansão iniciada nos primeiros meses de 1964, foi extinta logo após a instauração da Ditadura Civil-Militar que ocupou o Estado brasileiro a partir de 31 de março de 1964. O que resultou, inclusive, em muitos inquéritos policiais que tiveram que ser respondidos pelas pessoas envolvidas, desde os que ocupavam os cargos no MEC, aos mais simples alfabetizadores, que atuaram nos Círculos de Cultura.

No site Memórias Reveladas (<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>), do Arquivo Nacional, que disponibiliza os inquéritos instaurados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) no período do regime militar, encontramos dossiês de vários dos sujeitos envolvidos nas ações de alfabetização de adultos. O caminho de entrada no Banco de Dados pela palavra-chave “alfabetização de adultos” nos permite ler os relatórios que eram elaborados nos processos dos interrogatórios.

O relato de Reneé revela o quanto foi assustador e perversos os desdobramentos do Golpe de 64. Era a noite de 31 de março e voltavam de uma formação no Gama:

Então, no dia 31 de março, eu estava falando de Reforma Agrária quando teve o Golpe. Eu estava voltando com o Pontual, que era o motorista, que eu nem tinha carro nem nada. E aí vimos os tanques subindo a W3. Eu perguntei para ele: “que data comemorativa é hoje?” Ele falou: “que eu saiba, nenhuma!” A gente estava lá no Gama, no outro mundo. Aí eu falei, “mas esses tanques subindo a W3, o que será? Que data é essa?” Ele falou: “data comemorativa não tem nenhuma, tem é alguma coisa estranha acontecendo!” Aí fomos para o Sindicato dos Bancários, que era o ponto de convergência das discussões e tal. E aí chegamos ao Sindicato, o sindicato disse: “Cada

um para sua casa, porque estão prendendo todo mundo e é um golpe!” Foi desta maneira, meia-noite, que nós soubemos que tinha havido um golpe e que já estavam catando as pessoas. E o sindicato dizendo: “Não! Esvazia, porque aqui vai ser o ponto que eles vão atingir primeiro”. Foi assim que eu soube que tinha um golpe no país, pela subida dos tanques na W3. Quer dizer, não tinha nada de batalha de campo, nem nada para ter tanque na rua, né? Mas eles queriam mostrar força e tanque realmente para o leigo, para um indivíduo comum, tanque é o máximo da guerra, era mesmo para assustar. Então foi assim que eu tomei conhecimento de que tinha havido uma mudança, e aí passamos para a clandestinidade, né? Porque foi tudo proibido, né? Eu fui cassada porque eu era professora do Ensino Médio, fiz concurso, era Caseb primeiro e depois fui para o Elefante Branco. E aí, em 1964, eu e mais uns 14 ou 15, fomos cassados pelo Ato Institucional n.º 1, né? Então aí tive que me desligar da escola completamente (Reneé Simas, 2022).

Os assuntos indicados nos documentos do SNI, que aparecem com o carimbo de CONFIDENCIAL, são reveladores do julgamento antecipado dos réus, por exemplo: “Infiltração comunista em setores da administração pública”, ou ainda nos apresentam os desdobramentos da vigilância que irá se estender por mais duas décadas, em torno dos sujeitos envolvidos nas ações de alfabetização, identificando alfabetizadores subversivos, inclusive no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), movimento considerado o propagador explícito da ideologia de segurança nacional e anticomunista, implantada pelo Regime Militar (PAIVA, 2003). Alguns dos achados da pesquisa documental, no contexto dos 21 anos da Ditadura, serão tratados no próximo capítulo.

1.3.2 A alfabetização de adultos nas atividades extensionistas da Universidade de Brasília

Além do MEC, a Universidade de Brasília (UnB) teve um papel de destaque na oferta de alfabetização de adultos desde a sua origem, por meio de ações extensionistas de seus professores e da atuação do movimento estudantil. Outros atores que se destacaram nessa pauta foram as igrejas, as associações e organizações de moradores, os sindicatos e organizações populares.

A UnB foi criada por Lei em 1961 e seus primeiros cursos começaram a funcionar em março de 1962. Uma experiência tão pioneira quanto a capital onde se instalara. Sua organização era baseada na integração de institutos, faculdades e órgãos complementares. Nos chamados órgãos complementares, situava-se o Centro de Extensão Cultural, que será o grande fomentador das ações de alfabetização de

adultos realizadas pela universidade em parceria com entidades estudantis, dentre elas a Feub e a UNE.

Para Luiz Pontual, foi um período de efervescência na Universidade de Brasília:

A universidade abriu em 1962, eu era aluno de economia e eu participava de todo o movimento político e tal. Então quem estava no Brasil vivia um momento político extremamente exacerbado, estávamos em uma disputa fortíssima entre a direita e a esquerda, como sempre! A esquerda era representada pelo Darcy, pelo Anísio. O Darcy era o reitor da UnB [...] Então era uma energia, Brasília tinha uma energia criativa! Nós vivemos uma experiência riquíssima, a gente não dormia! Vivia direto, direto, direto! Todo dia pensando uma coisa, pensando outra paralelamente. Chegou Paulo Freire, ficou meu amigo, que ele frequentava (inaudível) Ele tinha feito a experiência dele lá no Rio Grande do Norte, Angicos, e então veio. Ele era uma figura, um baixinho barbudo, mas de uma vitalidade, de uma criatividade sem fim! E estimulava nossa criatividade! (Luiz Pontual, 2022).

Em levantamento realizado na Hemeroteca da Biblioteca Digital, encontramos registros da participação de Paulo Freire em palestra na Universidade de Brasília no mês de julho de 1962, onde explana sobre a experiência de alfabetização em Recife e o Movimento de Cultura Popular. Pelo relato de Pontual, a vinda de Paulo Freire parece ter estimulado ainda mais o movimento estudantil da UnB para a organização de cursos de alfabetização.

A pesquisa realizada por Barbosa *et al.* (1980) aponta para ações de alfabetização de adultos, no ano de 1962, realizadas na própria universidade e em outros locais, já defendidas pelos estudantes como estratégia de aproximação com o povo. O que também é relatado por Pontual: “Então a universidade participou fortemente da implantação do sistema Paulo Freire. Então nós tínhamos muitos alunos participando inclusive eu (inaudível) no Gama” (Luiz Pontual, 2022).

Essa iniciativa dos estudantes da Universidade de Brasília, reunidos nos grêmios estudantis e com apoio de alguns professores, gera uma interessante experiência de alfabetização de operários no fim de 1962. Um grupo de 78 trabalhadores da construção da universidade foi dividido em turmas e, atendendo às especificidades, as aulas eram de 7h a 8h da manhã, de 12h30 a 14h30 da tarde e de 19h a 20h, de segunda a sexta em prédio da Universidade. A intenção do projeto era de se estender até as chamadas cidades-satélites. Assim descreve Yvonne Jean em sua coluna no *Correio Braziliense* quando da visita que fizera no segundo dia de funcionamento da turma:

Eram sete horas da noite. O campus universitário estava silencioso e calmo. Carros e lambretas já tinham ido embora. Os prédios escuros permitiam vislumbrar as primeiras estrelas. O lago brilhava ao longe. O ambiente era campestre. Uma só luz atraía os olhares, iluminando a única sala de aulas aparentemente ainda aberta, na hora do jantar.

Um grupo de operários surgiu no jardim. Eram pedreiros, jardineiros, carpinteiros, cujo dia de trabalho acabara às sete em ponto. Porém, não se separaram para se dirigirem lentamente cada um para sua casa. Em fileiras compactas, marchavam rápida e energeticamente, como soldados. Com as pás ao ombro, davam a impressão de irem ao assalto de alguma fortaleza. Um assalto executado por uma tropa de jovens alegres, otimistas, patriotas, seguros de si e vislumbrando uma vitória certa.

A tropa subiu os degraus do bloco maior, e sempre com a mesma energia, entrou no prédio, dirigindo-se para a única sala iluminada, onde todos sentaram.

Qual a tarefa que iam empreender, após o trabalho, com tamanha energia e alegria, numa hora em que já deviam estar cansados e só pensar em jantar, repousar, conversar? Iam à aula, à sua segunda aula de alfabetização, porque, aos 28 cursos de extensão da UnB, acaba de se acrescentar outro: o curso experimental de alfabetização, que inicia um movimento de cultura popular. 78 operários da UnB já se inscreveram no curso. Sentem que agora participam, mesmo, da vida universitária. “Agora nós também somos estudantes”, declaram com um sorriso. Alguns perguntaram: “Nós também teremos carteirinha de estudante?” E assim, das segundas às sextas-feiras, os candangos que edificam a Cidade Universitária de amanhã, estudam nas horas que precedem, dividem e seguem ao trabalho. Quem visse o quadro que tentei reproduzir acima, ficaria emocionado e contente, contagiado pelo otimismo da tropa que se dirigia ao assalto da cultura com tamanha energia e confiança. É um quadro que não esquecerei tão cedo e que tratarei de lembrar cada vez que desânimo passageiro me fizer duvidar do futuro (Correio Braziliense, 02.12.1962, p. 9).

Dessa efervescência, e influenciados por Paulo Freire e a experiência de Recife, surge a organização do Movimento de Cultura Popular (MCP) no Distrito Federal, formada por estudantes e professores, com ações de alfabetização e teatro por meio de Cursos de Extensão da UnB. Em nota na sua coluna, Yvonne Jean, no *Correio Braziliense*, chama atenção para a empolgação das ações do MCP, já em plena atividade em dezembro de 1962, com apoio de uma comissão formada por professor Rossi, Mariana Alvim, Luiz Fernando Victor, Marcia Maria Neves, Anamaria Castro, Expedito Mendonça e outros, conforme nota apresentada nas Figuras 14 e 15:

Figura 14 - Nota Correio Braziliense – Movimento de Cultura Popular

Nota do jornal Correio Braziliense, 1º Caderno, 23 de dezembro de 1962, página 09, com o título: Movimento de Cultura Popular.

MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

Acrescentemos que não é só na UNB que os jovens estão agindo para alfabetizar a população ainda analfabeta. Alguns núcleos de alfabetização já funcionam nas cidades satélites. Além do mais encontra-se em funcionamento um teatro experimental. Hélio Viana, que pertence também à UNB, encarregou-se de dirigi-lo. Alguns jovens do Elefante Branco (Evandro, Elisabeth, Ari e muitos outros) o ajudam. Na UNB criou-se uma comissão técnica encarregada de orientar este M.C.P., que já se torna uma realidade e que, segundo nos parece, levará mais rapidamente do que ousávamos prevê-lo, a cultura às massas populares até agora abandonadas. Esta Comissão reúne os nomes do professor Rossi, Mariana Alvim, Luiz Fernando Victor, Marcia Maria Neves, Anamaria Castro, Expedito Mendonça e outros. Todo nosso apoio ao M.C.P. de Brasília.

Fonte: Correio Braziliense, 1º Caderno, 23 de dezembro de 1962, p. 9.

Figura 15 - Nota sobre Curso de Alfabetização

Nota do jornal Correio Braziliense, 1º Caderno, 23 de dezembro de 1962, página 09, sobre o Curso de Alfabetização.

Encerraram-se, para o período das férias, as aulas do Curso de Alfabetização e o Curso Primário do Departamento de Expansão Cultural da Universidade de Brasília. Já descrevemos esta iniciativa que partiu dos próprios estudantes tendo como coordenador Expedito Mendonça e orientada pelo professor Rossi. Descrevemos o entusiasmo dos setenta e oito operários da Universidade que se dirigiram para a primeira aula, após o trabalho do dia, em fileiras cerradas, com pás ao ombro, como uma jovem tropa otimista partindo para o assalto de uma fortaleza, com confiança e patriotismo.

As aulas nunca acabam após uma hora, pois os candangos fazem perguntas, pedem tarefas, discutem com o professor. E depois, muitos passeiam na universidade, olhando para as estrelas e a noite, gozando da sensação de pertencerem à Universidade, pois uma coisa é ser alfabetizado numa escola noturna qualquer e outra aproximar-se da cultura numa universidade.

Quando se pediu um esforço desmedido aos candangos para que a UNB pudesse ser inaugurada no dia 21 de abril, trabalharam no ritmo-Brasília dos primeiros tempos e ouvi, diversas vezes, operários declararem: "Eu não poderei mais estudar mas talvez meus filhos possam ingressar na Universidade que nós construímos". Agora, estes operários entraram na Universidade. Ao meu ver, os cursos que seguem contam entre os mais importantes do setor de extensão. Graças a eles a UNB torna-se mais popular, pondo em prática o axioma que Anísio Teixeira sempre repete: "Cultura não é privilégio". Claro que ainda teremos de esperar muito para que isto se torne uma realidade completa. Mas o primeiro passo dado pelos próprios estudantes é um marco.

Fonte: Correio Braziliense, 1º Caderno, 23 de dezembro de 1962, p. 9.

Dedicada e com especial interesse pela educação, Yvonne Jean publica uma série de notas sobre os cursos²⁴ de alfabetização e de formação para adolescentes e adultos, notas essas que vão se destacando em todo o período em que esteve à frente da coluna *O Ensino dia a dia*, do jornal *Correio Braziliense*. Uma coletânea de trechos de algumas notas no mês de janeiro de 1963 dá sinais de como o ano será movimentado no Distrito Federal. Destacamos estes trechos²⁵:

CURSO DE MADUREZA – Os estudantes da Universidade de Brasília, cujo primeiro Curso de Alfabetização, na própria UNB, tanto êxito teve, desde o começo, anuncia agora um Curso de Madureza, que funcionará à noite e terá excelentes professores na sua direção. [...] esta é mais uma iniciativa do Movimento Popular de Cultura, ora em organização em Brasília, e que, apesar das férias, continua agindo. (11.01.1963)

ALFABETIZAÇÃO - O programa começou dando atenção aos operários da UnB. Grande número foi alfabetizado no curto prazo de seis semanas, entre o início dos cursos e o começo das férias. (12.01.1963)

CURSOS PARA OPERÁRIOS - Também haverá cursos para operários sobre assuntos do seu interesse - legislação do trabalho, exemplo. [...] Os cursos de alfabetização, organizados pelos estudantes da UnB, terão reinício, evidentemente, no mês vindouro. Seu êxito foi um dos mais animadores e representa uma das grandes iniciativas da UNB. (16.01.1963)

M.C.P. – O Movimento de Cultura Popular, que se iniciou, em Brasília, na UnB, com as aulas de alfabetização aos operários das obras prossegue de maneira muito satisfatória. Os cursos estão funcionando no Núcleo Bandeirante e no Elefante Branco. As aulas na UnB recomeçaram no dia 15 de fevereiro. Além do mais 4 ou 5 cursos novos para Sobradinho, Gama, Taguatinga e acampamentos estão sendo planejados. (18.01.1963)

GRÊMIO LITERÁRIO E ESPORTIVO – Os operários da UnB que frequentam os cursos de alfabetização criaram, iniciativa própria, um Grêmio Esportivo e Literário. Estão entusiasmados. (18.01.1963)

M.C.P – O Movimento de Cultura do Distrito Federal também age com dinamismo para erradicar, aos poucos, o analfabetismo de Brasília. A Campanha de alfabetização prossegue com intensidade. Após o primeiro curso, na Universidade de Brasília e, em seguida, os cursos do Elefante Branco e do Núcleo Bandeirante, anuncia-se agora a criação de três novos cursos, que funcionarão, todos os três, em Sobradinho, nas dependências do Ginásio dessa Cidade Satélite. (23.01.1963)

Segundo Yvonne, o curso alfabetizou um número considerável de operários e, em pouco tempo, estimulava a busca por outros operários “[d]os cursos da Universidade”. Esse entusiasmo dos alunos (alfabetizando), ela aponta, é, em grande medida, em função do local das aulas, a universidade.

24 Os termos “cursos de alfabetização” e “classes de alfabetização” são comumente usados para designar as turmas de alfabetização de pessoas jovens e adultas nesse período, sejam aquelas organizadas pelo governo ou por iniciativas da sociedade civil.

25 Para esse recorte, a pesquisa foi realizada na Hemeroteca Digital, com a chamada de pesquisa em Yvonne Jean, no período de 1960-1969, local DF, periódico *Correio Braziliense*. Pesquisa na pasta do ano de 1963, referente ao mês de janeiro exclusivamente. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Estudar numa Universidade é diferente e mais animador que o estudo habitual em salas de escolas primárias. Já dá um ambiente mais categorizado às aulas! Já desperta esperanças para quem sonha com estudos mais apurados, num futuro talvez longínquo, mas exequível!

“CAMPUS”

Assim é que quando se anuncia que o MCP tenciona abrir cursos em diversos bairros, há quem prefira fazer a longa caminhada até o campus universitário porque lá se sente parte integrante de uma instituição que respeita! Assim é que graças aos Cursos de Alfabetização, a UnB está penetrando nas mais diversas camadas sociais e tornando-se um verdadeiro “campus”, quer dizer um meio do qual o elemento popular não fica excluído (Correio Braziliense, 12/01/1963, p. 5).

Essa expansão dos cursos de alfabetização do MCP está, ainda segundo a nota, projetando-se para se iniciar em novos locais, como no Elefante Branco, sob iniciativa e coordenação de professores do próprio colégio, então Centro de Ensino Médio. Outro local seria na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), ao lado da Igreja do Padre Roque, de 19h30 a 21h, este a cargo de estudantes da UnB. Amplia também para mais 3 turmas (cursos) em Sobradinho, que funcionarão no ginásio da cidade.

Então, o ano de 1963 se inicia movimentado em Brasília, reflexo da organização estudantil que vinha, desde o segundo semestre de 1962, efervescendo entre os estudantes. Em 1962, também é estruturada a representação estudantil, com a criação da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), da qual Luiz Pontual atua ativamente na construção dos regulamentos, regimentos e diretórios acadêmicos. Em 1963, Luiz Carlos Pontual é eleito presidente da FEUB. Segundo Luiz Pontual, havia uma forte presença da esquerda no movimento estudantil, representado na FEUB pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) (Luiz Pontual, 2022).

A Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília inicia, nesse mesmo período, o Curso de Madureza, que passa a funcionar na Escola Parque, de forma gratuita, à noite, com data de início em 15 de fevereiro de 1963. Em 1963, há uma significativa expansão da rede de ensino, com inauguração de novas escolas e criação de cursos, sendo então intensificados os Exames de Madureza que se iniciaram em 1962. Mas somente em 1965 foi criada a Assessoria Especial para Exames de Madureza, ligada ao Departamento de Ensino Médio da FEDF, tendo como responsável o professor Antônio Lopes de Paula até o ano de 1971.

Todavia, esse início do ano de 1963 não foi nada tranquilo para a UnB, pois, em relação às ações de alfabetização, surge a polêmica da cartilha *Primeiro Livro do*

Povo. A imprensa local e mesmo as de outros estados veicularam a notícia sobre a impressão de uma cartilha, na gráfica da universidade, e que conteria erros ortográficos e conteúdo de natureza política e de cunho comunista. Em resposta às acusações da imprensa e denúncia do Deputado Abel Rafael, o professor Pompeu de Sousa, coordenador dos cursos de extensão cultural da UnB, escreve uma carta, lida no plenário da Câmara dos Deputados pelo Deputado Oliveira Brito em abril daquele ano. A carta afirma que, durante o período de férias na universidade, um estudante, membro do diretório estudantil provisório, utilizou o serviço de mecanografia da universidade, com ajuda de um funcionário que não tinha conhecimento do que se tratava, sem a autorização de nenhum membro da gestão da universidade, e fez cópias das páginas do que se intitula *Primeiro Livro do Povo*²⁶ (Figura 16).

Figura 16 - Cartilha Primeiro Livro do Povo, capa e contracapa

Fotografia em preto e branco da capa e contracapa da Cartilha Primeiro Livro do Povo. Na capa estudantes em sala de aula, na contracapa está escrito Primeiro Livro do Povo, de autoria de Expedito R. Mendonça.



Fonte: Acervo documental Câmara dos Deputados.

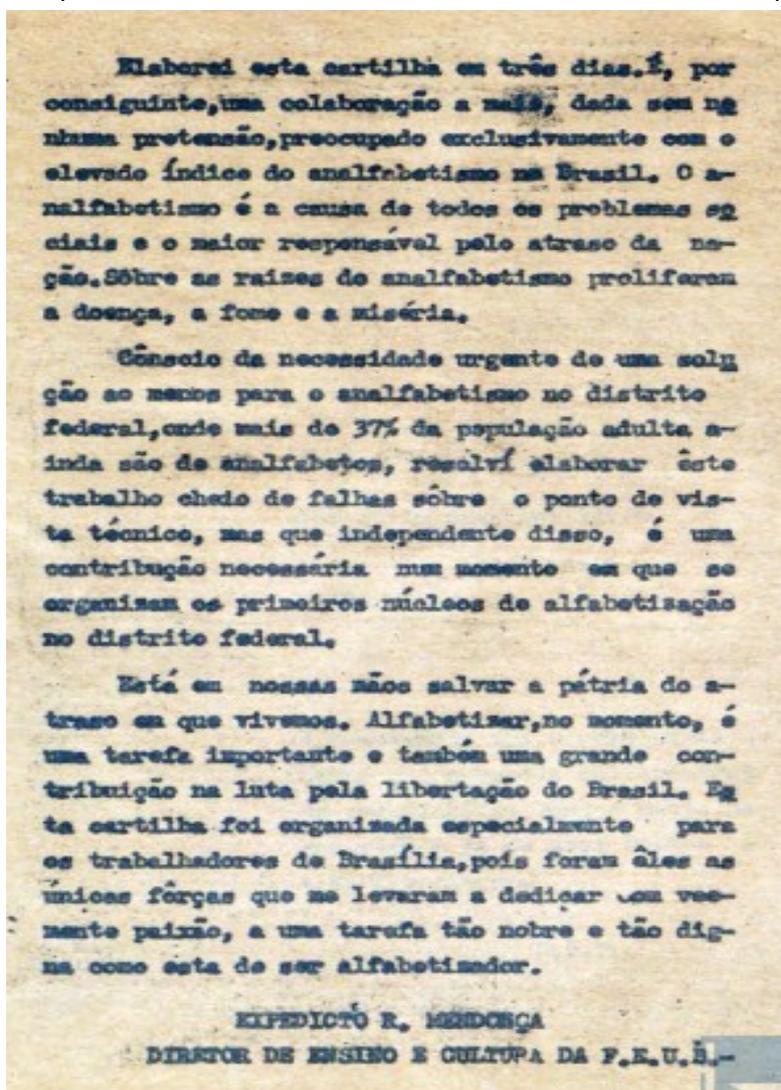
A Cartilha, em sua contracapa, é assinada por Expedito R. Mendonça, com colaboração de Aldo Santos e Luiz Carlos. A apresentação da Cartilha é assumida como produção individual, narrada em primeira pessoa e assinada também por

²⁶ Uma cópia do *Primeiro Livro do Povo* foi localizada nos arquivos da CPI da Educação de Brasília, instalada pela Câmara Federal em 1963, e somente foi possível o resgate do documento graças à disponibilidade da equipe da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (CORPI) / Centro de Documentação e Informação (CEDI), da Câmara dos Deputados, que, mesmo durante a pandemia, colocou-se à disposição para localizar o arquivo e digitalizá-lo em excelente resolução.

Expedito Mendonça, que se apresenta como Diretor de Ensino e Cultura da FEUB (Figura 17).

Figura 17 - Cartilha Primeiro Livro do Povo, texto de apresentação

Fotografia em preto e branco da Cartilha Primeiro Livro do Povo, texto de apresentação.



Fonte: Acervo documental Câmara dos Deputados.

Declarando serem “disparates e inverdades” as informações veiculadas sobre a cartilha, na carta escrita em 27 de abril, Pompeu informa que, embora houvesse tido um esforço do autor para a aceitação da cartilha, tal instrumento não foi aprovado pelos demais colegas estudantes. Em trecho da carta, ele relata o que considera a “realidade” dos fatos:

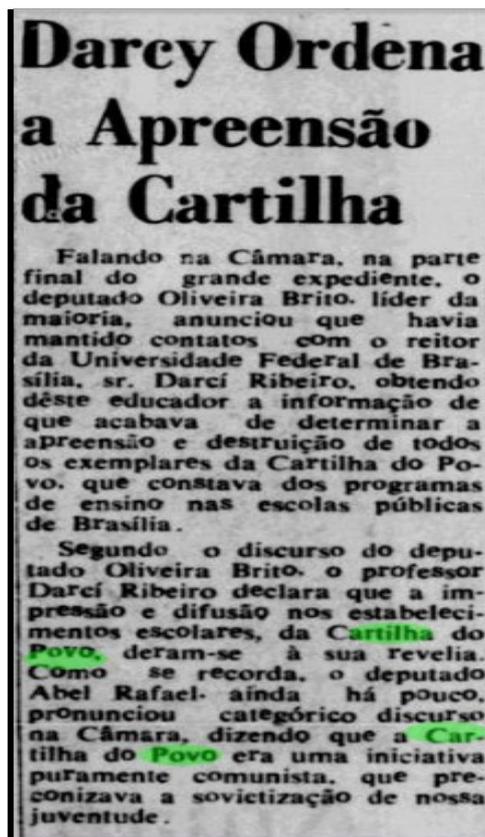
De fato, aproveitando-se o período de das férias de fim de ano, em que a UNB se encontrava praticamente deserta de professores, alunos e autoridades administrativas - um estudante, pertencente ao diretório

estudantil provisório, valeu-se dessa condição para fazer mimeografar, por funcionário subalterno dos serviços de mecanografia da Universidade, originais cujo conteúdo escapou à apreciação do dito funcionário, que não tinha, aliás, qualificação para fazê-lo, mas apenas a boa vontade de ajudar os alunos da Casa, no que supôs fosse apenas trabalho escolar, como tantos outros. Eram, na verdade, as páginas de texto tal “Primeiro Livro do Povo”, às quais seu autor acrescentou outras tantas de clichéria providenciadas não sei onde, mas seguramente fora dos domínios da UnB; assinou-lhe a autoria, declinou como coautores os nomes de dois colegas seus (ignoro se pertencentes ou não à UnB) e pretendeu fazê-lo adotar pelos seus colegas, alunos da UnB, que, por iniciativa espontânea, dedicavam seus lazes noturnos à louvável tarefa de alfabetização de adultos e iletrados. Não o conseguiu, porém, repellido que foi, o folheto, *in limine*, por seus próprios colegas-alfabetizadores, ante a inépcia e inconveniência do texto e os erros grosseiros, não só de técnica didática como de português, que faziam a suposta cartilha não de alfabetização, mas também não de “políticação”, como disse no disparatado discurso a que me venho referindo, porém antes de analfabetização e ridícula provocação (SOUZA, 1963, p. 2)²⁷.

No mês seguinte, o jornal local *Correio Braziliense*, de 04 de maio, publica nota informando que o Reitor da UnB, Darcy Ribeiro, determinara a apreensão e destruição de todos os exemplares da *Cartilha do Povo*, vide Figura 18.

27 A carta completa está disponível em:
<http://samudex.museudaeducacao.com.br/uploads/store/document/2065/docimage/original-c75b14fe3182658b6fd513ee120d9ffd.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

Figura 18 - Nota Correio Braziliense – Darcy Ordena a Apreensão da Cartilha, 1963
 Nota do jornal Correio Braziliense, 04 de maio de 1963, capa, com o título: Darcy Ordena a Apreensão da Cartilha, 1963



Fonte: Correio Braziliense, 04 de maio de 1963, capa.

A referência feita pelo jornal de que o Reitor afirmara constar nos programas de ensino nas escolas públicas do Distrito Federal a referida cartilha não confere com a informação do professor Pompeu de Sousa, apresentada em carta ao parlamento, de que o fato não passou de uma atitude irresponsável de um estudante isolado, sem consequências nem mesmo para as turmas de alfabetização que eram assumidas por estudantes voluntários da universidade. O episódio dessa *Cartilha do Povo* não é uma ação isolada nesse contexto de 1963. A aproximação entre o que fazia o MEC e o que fazia a UnB, em relação à pauta da alfabetização de adultos, vinha sendo alvo de críticas não apenas pela oposição em Brasília, mas também por políticos e representantes da mídia em outros estados. Estava em questão uma concepção e uma prática de educação que vinha se desenhando com a aproximação entre os interesses do governo e a pressão dos movimentos populares de educação.

Darcy Ribeiro é convocado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados no dia 09 de maio de 1963, tendo como presidente o Deputado Lauro Cruz. Chamado a depor para esclarecer o episódio da cartilha *Primeiro Livro do Povo*, Darcy

Ribeiro tenta esclarecer que, enquanto Ministro da Educação, orgulha-se em ter coordenado a distribuição de 4 milhões de exemplares de cartilha e 150 mil manuais do alfabetizador, o que em nada tem a ver com a cartilha elaborada pelos estudantes da UnB.

Houve críticas com respeito a um arremedo de cartilha, que foi preparada por um jovem da Universidade de Brasília. Algumas pessoas confundiram esta cartilha que exibo com aquele arremedo. Queria dizer que esta cartilha, pela qual respondo, é o produto de 3 anos de trabalho anterior à minha ida ao Ministério, de três anos de pesquisas dirigidas por mim e procedida por técnicos do Summer Institute of Linguistics de Oklahoma, e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, em que um estudo aprofundado da linguagem brasileira comum foi feito. Foi realizado, pela primeira vez, o tombamento das palavras, um estudo científico exaustivo de todos os fonemas. Identificou-se, por exemplo, que o analfabeto não é chamado a aprender as 23 letras do alfabeto. Porque, além delas, é chamado a aprender 70 e tantos sons, que a tanto equivalem as combinações de letras e os sinais diacríticos. Em seguida, experimentalmente, foi estabelecido um sistema pelo qual estas letras pudessem ser combinadas e ordenadas de maneira que uma sequência lógica, a melhor possível, fosse estabelecida. O que caracteriza essa cartilha, e o que caracteriza a minha orientação como educador nesta matéria, é o princípio pedagógico de que a alfabetização é uma tarefa extremamente grave e séria (RIBEIRO, 1995, p. 176).

A cartilha à qual Darcy Ribeiro se refere é *O Cruzeiro*, impressa na sua gestão como Ministro da Educação e com a sigla "ABC", o que significava pertencer ao Plano de Emergências. Assim explica ele à Comissão:

Há um outro aspecto da cartilha que é de assinalar. A edição de 4 milhões de exemplares foi possível por alguma coisa pela qual eu aceitaria crítica. É uma edição do Ministério, é um esforço de pesquisa custeado pelo Ministério. Entretanto, leva o nome da revista "O Cruzeiro". É um ato publicitário. Porque, como Ministro, aceitei envolver o Ministério em promoção publicitária de uma empresa particular? Aceitei consciente e prazerosamente, porque "O Cruzeiro" cobriu, por cada uma dessas cartilhas, Cr\$ 18,00, quando sua impressão em qualquer gráfica, segundo verificamos pelas tomadas de preço, custaria, sem as cores, Cr\$ 64,00. "O Cruzeiro", cobrando exclusivamente o papel, para ter o privilégio de colocar na capa o seu nome, fez nos 4 milhões de exemplares, a Cr\$ 18,00, cada um, ao custo comercial de um milhão. Além das cartilhas, há os manuais do alfabetizador que "O Cruzeiro" imprimiu – não os tenho aqui – manuais que serão distribuídos, um para cada 30 cartilhas. Por isso, foram feitos 150 mil manuais desses, que produzem toda a cartilha e permitem que uma pessoa simplesmente alfabetizada, lendo a lição, possa reproduzi-la depois e alfabetizar um outro, ou vários outros brasileiros, no sentido da campanha que procurei promover, que é a de cada brasileiro salvar pelo menos outro do analfabetismo (RIBEIRO, 1995, p. 177).

No correr do debate na Comissão de Educação, estabelece-se diálogo entre o Deputado Abel Rafael, autor da denúncia sobre as cartilhas, e Darcy Ribeiro, sobre o

teor supostamente fascista de uma cartilha em contraponto à outra, tida como comunista e subversiva:

[...] Claro que a cultura não pode esconder os aspectos marxistas, o aluno tem de saber o que os marxistas pensam, mas, quando vejo que há uma preocupação somente no sentido do socialismo, do marxismo, do materialismo, eu me preocupo e, quando ouço tacharem de fascista esta cartilha a que V. Exa. se referiu – e isso foi dito dentro da sua Universidade, não foi dito por mim não, por professores que insuflaram alunos e não foi um alunozinho não.

o SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Que a minha cartilha era fascista?

O SR. ABEL RAFAEL - Sim, que a sua era fascista. Foi dito dentro da sua Universidade – e por isso que surgiu a outra – ontem, naquela notável assembleia de 3 horas dos alunos da Universidade. E o aluno que fez a cartilha que denunciei, retida pelo Presidente da FEUB, fê-la com autorização de V. Exa. Não há um que lance uma cartilha destas (mostra) não autorizada, mas o autor disse lá no plenário que foi autorizado e que, se mexerem com ele, conta a história toda. Eu não estava lá, mas muitos alunos ouviram. De modo que respiramos um clima propício a determinadas ações. Por que perguntei ontem no plenário, quando convocamos o Ministro, por que a laranjeira dá laranja? Por que um pé de melancia só dá melancia? Por que uma jaboticabeira dá jaboticaba e não laranja, melão ou outra fruta? Então se na Universidade se respira um clima marxista, materialista, logicamente, surgem esses fatos. E a cartilha foi um deles. Minha denúncia é mais quanto a esse clima que lá se respira... (RIBEIRO, 1995, p. 199).

O aluno a que se referem, autor da cartilha, foi o estudante Expedicto Roberto de Mendonça²⁸. Membro da comissão de implantação do Movimento de Cultura Popular, Expedicto é o então Diretor de Ensino e Cultura da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, estava diretamente envolvido com a implantação das turmas dos cursos de alfabetização de adultos organizadas pelo movimento estudantil.

Porém, Luiz Pontual apresenta outra versão sobre a Cartilha. Ele relata que Expedicto Mendonça se aproximou do movimento estudantil, infiltrado, possivelmente apoiado pelos “americanos dos Estados Unidos” e que, portanto, a Cartilha tinha uma intencionalidade um tanto obscura. Embora seu nome apareça na contracapa como colaborador, Luiz Pontual afirma não ter participado de nada referente à Cartilha. Segundo o que informa em entrevista,

Eu não tenho a menor capacidade de avaliar qualquer coisa porque eu tinha um preconceito já! Eu já li preconceituosamente, por ter vindo do sistema americano, da embaixada e pelo Expedicto. Que era para nós, ele era, o Expedicto Roberto Mendonça [...] tínhamos uma visão muito séria, muito

28 Expedicto Mendonça, mineiro. Nos idos de 1962, envolveu-se nos movimentos estudantis, tendo assumido funções de comando na Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília. Foi também fundador do POLOP – Política Operária, dissidência do PC do B.

segura de que não queríamos uma ditadura de jeito nenhum. Havia um compromisso com a democracia, agora qual conceito de democracia? Essa Cartilha chegou no momento para dar força negativa para gente! Para jogar, para jogar o Exército e de fato conseguiu jogar! [...] então você tem que colocar essa Cartilha no contexto da época, hoje é muito... Eu não me lembro de detalhe nenhum da Cartilha, mas eu me lembro que ela dava força a nos chamar de ditadores. Que nós queremos a ditadura! Que nós queríamos! E nós defendemos o Estado, [...] a liberdade criativa! Então quer dizer, então a cartilha não dá para ser analisada simplesmente pelo que ela diz, e pelo que ela dizia na época! Ela tinha que levar os estudantes trabalhadores contra nós! Então quer dizer, e daí que definimos isso: ficou caracterizado que o Expedicto estava casado com o golpe quando ele não foi preso. Que ele era o autor da Cartilha! [...] eu nunca, nunca soube de nada! Ele botou ali meu nome, justamente para dar uma credibilidade a isso! (Luiz Pontual, 2022).

Contudo, algum apoio estudantil o Expedicto recebia, pois, conforme noticiado pelo *Correio Braziliense* em edição do dia 06 de junho de 1965, a Federação dos Estudantes Universitários convocou greve de advertência dos estudantes da UnB, em protesto contra a expulsão do estudante Expedicto Mendonça. A mesma matéria noticia que Mendonça havia encaminhado, em 04 de junho, ao Conselho Diretor da UnB, carta em sua defesa, em que alega

[...] serem insuficientes e improcedentes os argumentos utilizados pelo Reitor para o seu enquadramento como elemento que tem provocado a ruptura da “disciplina universitária”. Confirma ter sido o autor de uma cartilha, que nada tem de subversiva, “mas que teve apenas o intuito de colaborar com alunos que estudavam à noite” (Correio Braziliense, 06 de junho de 1965, p. 8.).

Expedicto Mendonça foi interrogado em dois Inquéritos Policial Militar (IPM), indiciado e preso pelo regime militar. Anistiado político, faleceu em janeiro de 2020. O Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória cita o seguinte,

Expedicto Roberto Mendonça teria feito em 1963 uma cartilha de alfabetização de adultos, considerada “subversiva” pelo major Lister de Figueiredo. Indiciado, ainda, como outro que conclamou pela defesa do governo de João Goulart. Esse caso merece destaque porque Expedicto Mendonça foi o primeiro estudante da UnB a ser expulso pela ditadura (UnB, 2016, p. 61).

Luiz Carlos Pontual também fora demitido do Banco do Brasil, despejado, preso e respondeu a IPM, assim como muitos outros estudantes da UnB, por ocasião do Golpe de 64.

Para além desse episódio da *Cartilha do Povo*, os relatos sobre a atuação da UnB na alfabetização de adultos, nos meses que se seguem à criação da Comissão de Cultura Popular, são da participação de professores e estudantes no movimento

de alfabetização de adultos, recebendo críticas muito próximas às do movimento coordenado por Paulo Freire. O fato de a SEC/DF ter se manifestado contrariamente à experiência dos Círculos de Cultura no Distrito Federal fez com que o Ministro da Educação indicasse Paulo Freire para coordenar pessoalmente o trabalho na capital.

Faltam-nos mais informações sobre a aproximação entre o trabalho de professores e alunos da UnB e sua relação com o sistema Paulo Freire, o que indica a necessidade de aprofundar se houve ou não o trabalho conjunto deste para: o levantamento do universo vocabular, que definiu as palavras geradoras utilizadas nas cidades-satélites; recrutamento e seleção de alfabetizadores; formação dos alfabetizadores que conduziam os debates nos Círculos de Cultura, dentre outras ações.

Mesmo silenciada, essa relação da Universidade de Brasília, não institucionalizada, mas edificada pelas pessoas que nela atuam, vai se perpetuar, e surgem aqui ou ali iniciativas de ação e atuação nas comunidades do Distrito Federal. Foi assim nas cidades de Paranoá e Ceilândia que discutiremos no Capítulo 3.

Publica ainda o *Correio Braziliense* de 4 de dezembro de 1962, 2º Caderno, página 2, pela colunista Yvonne Jean, comentário sobre o convênio firmado entre o MEC e a Prefeitura do Distrito Federal (PDF) instituindo o Programa de Emergência para atender à educação no Distrito Federal, contando com recursos para investimento na construção de escolas e ações na educação como um todo. Para a educação de adolescentes e adultos, o Plano de Emergência, segundo a matéria, previa a criação de classes noturnas para alfabetização de adolescentes e jovens de 14 a 18 anos. Ainda, segundo análise da colunista, a realidade de escolarização naquela ocasião era preocupante e requeria investimentos:

Não nos esqueçamos que o problema da alfabetização de adultos também é grave no Distrito Federal. Os candangos chegados do Nordeste ou de outros estados estavam em preparo para a vida num centro mais desenvolvido. Resultado, após o impacto inicial da construção: ou regressaram ao Estado de origem ou se tornaram marginais. Para integrá-los urge ensiná-los a ler e escrever. Para começar. Seguindo-se a cultura básica, pois hoje ninguém mais pensa que basta saber ler e escrever para ser alfabetizado. Pois bem, avalia-se em cerca de 60.000 o número de analfabetos no D.F. (somente a NOVACAP tem empregado 17.000 analfabetos!.) Estes 60.000 brasilienses devem ser alfabetizados se se tornarem cidadãos participantes e ativos. Vejo, no Plano de Emergência, o programa de matrícula imediata e obrigatória de todos os jovens de 14 e 18 anos, representando aproximadamente 18.000 pessoas. Voltaremos ao recrutamento dos analfabetos, ao levantamento e chamada da população escolar que requerem pesquisas e plano de ação. Também voltaremos ao problema do Ensino Médio. Hoje, demos alguns

esclarecimentos sobre um convênio da maior importância e que ajudará a resolver parte do grave problema educacional atual caso executado como previsto, o que podemos esperar desde que as verbas foram liberadas e que o ministro Darcy Ribeiro está decidido a continuar a agir firme e dinamicamente para começar a apagar a terrível mancha do analfabetismo deste grande Brasil, tão adiantado no repentino desenvolvimento econômico e, entretanto, o mais atrasado de todos os países latino-americanos no campo educacional (Correio Braziliense, 1962, p. 2).

Dando prosseguimento a essa série de notas, na mesma coluna, Yvonne publica em 13 de dezembro de 1962 sobre o Plano de Emergência, que, no que cabe à alfabetização de adultos, prevê a contratação de entidades para a implementação das turmas de alfabetização:

No que se refere não ao curso primário, mas à alfabetização de adultos, o programa que tenho à minha frente declara que a norma tem sido, geralmente, de remunerar diretamente os professores que lecionam nos cursos noturnos. O plano recomenda uma modificação do processo em vigor, achando que alcançará melhor seus objetivos contratando com entidades os serviços de alfabetização pagando uma taxa fixa por aluno, mediante convênio: a taxa será de 5.000 cruzeiros por aluno a ser paga em parcelas mensais de 500 cruzeiros, cada uma, até o máximo de 8 e o saldo após verificação de que o aluno foi alfabetizado.

O número em cada turno não poderá exceder de 40. A Comissão fornecerá guias ao professor e cartilhas e cadernos aos alunos.

É verdade a cobrança de taxas aos alunos.

Eis alguns dados, resumidos, para que o público deles tome conhecimento. Acrescentamos, ainda, que, além de escolas novas, salas serão acrescentadas a muitas escolas existentes e que o Plano de Emergência decidiu estimular a orientação e formação de novas entidades operárias, culturais e recreativas (Correio Braziliense, 13 /12/1962, p. 9).

A atuação dessas entidades na alfabetização foi discutida no Conselho de Educação do Distrito Federal (CE/DF) nos anos seguintes já no contexto da Ditadura Militar, como veremos posteriormente. Por exemplo, em 7 de abril de 1964, o Ministro da Educação extingue a Comissão de Cultura Popular e o Programa Nacional de Alfabetização. Com isso, as ações que vinham sendo desenvolvidas nos cursos de alfabetização no Distrito Federal, sejam por iniciativas do governo ou/e, principalmente, da sociedade civil, foram desarticuladas.

O que encontramos no período estudado neste capítulo foi, de um lado, o MEC atuando incisivamente nas propostas de alfabetização de adultos; de outro, o Sistema Educacional do Distrito Federal se constituindo com foco no atendimento a crianças e adolescentes, e ainda as iniciativas de movimentos sociais para atendimento a uma demanda crescente.

Como identificado na exposição de motivos do Decreto de 1959, que instituiu a Caseb, era o MEC o órgão responsável pela política de alfabetização de adultos em nível nacional e, portanto, pelas iniciativas que aconteciam no Distrito Federal antes da transferência da capital em 1960. Os desdobramentos que se deram no processo de organização do sistema educacional de Brasília por essa comissão, de graus elementares e médio, não mencionam, diretamente, ações voltadas para atender as pessoas jovens e adultas trabalhadoras com baixa ou nenhuma escolarização.

No que concerne às concepções de alfabetização, cabe destaque à influência de Paulo Freire e seu referencial pedagógico de educação emancipatória, tanto em práticas propostas por órgãos oficiais, como MEC e UnB, como por diferentes organizações da sociedade civil. Embora esses referenciais tenham sido reprimidos durante os anos da ditadura, eles permaneceram influenciando práticas de alfabetização, e foram retomados nos últimos anos do regime em várias experiências, principalmente nas cidades-satélites e no entorno de Brasília. Por outro lado, a oferta oficial de cursos noturnos de caráter supletivo e dos exames de suplência, receberam um significativo impulso na rede pública e privada de ensino, a partir dos anos 1970, como será observado no capítulo seguinte.

O período de 1957 a 1964, embora curto, foi intenso, com muita coisa acontecendo e muito sendo construído. Não era só a construção do concreto armado, a construção civil, a construção da cidade. Estabeleciam-se novas relações sociais, a construção política, a organização de movimentos sociais e populares. Tudo em construção e, de repente, a ruptura, o silenciamento, o apagamento. No Capítulo 2, nos desafiamos a desvendar as pistas localizadas sobre educação para pessoas trabalhadoras no Distrito Federal dentro desse novo contexto político que se estabelece a partir do Golpe Militar de 64, tempos obscuros em que mecanismos de repressão são impostos pelo autoritarismo vigente a partir de então, instituindo novos rumos às políticas públicas e à organização da sociedade.

2 TEMPOS OBSCUROS: a Educação de Pessoas Trabalhadoras no Distrito Federal Durante o Regime Militar

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE, 1967, p. 36).

Iniciar este capítulo com Paulo Freire falando sobre liberdade é um alento para o que nos aguarda em um período obscuro, silenciado e de esforço de apagamento da nossa história, em parte aqui retratada. O período vivenciado pela ditadura militar, do ponto de vista das relações sociais, humanas e políticas, trouxe lacunas em nossas memórias que ainda hoje nos motiva a buscar esclarecer. O exercício que se fez na pesquisa para localizar a memória da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, em juntar pontas, em agrupar pistas, é como montar um grande quebra-cabeças, mas é extremamente libertador.

Como já apresentado no capítulo anterior, com a transferência da capital do país para o Planalto Central, o crescimento populacional superou a média nacional e o movimento migratório trouxe trabalhadores e trabalhadoras para atender principalmente aos canteiros de obras espalhados às centenas. Junto a esse contingente de pessoas, um elevado índice de analfabetismo e baixa escolarização ocupa as estatísticas do novo Distrito Federal.

Como a educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras se apresenta nas décadas seguintes, analisar o atendimento à demanda ao longo dos anos e os projetos políticos em disputa, é o desafio de que trata este capítulo, que aborda o período obscuro do regime militar, de 1964 a 1985, vinte e um anos, portanto! Porém, para adentrar no contexto local, precisamos compreender que o Distrito Federal não está isolado do que ocorre fora dele, pois a conjuntura nacional acaba direcionando de alguma maneira as experiências locais. Para situar essa conjuntura, seguimos nos próximos parágrafos por um breve cenário do contexto nacional, principalmente.

O fim da década de 1960 foi tensionado pelo silenciamento resultante do Golpe de 1964. A ditadura militar, sob o lema *Brasil: ame-o ou deixe-o!* Assombra e persegue

com o AI-5 aqueles que reagiam ao regime com guerrilhas, lutas armadas, resultando em exílio e extermínios. Fortalece-se a censura a livros, periódicos, jornais, teatro, músicas, cinema. Com a televisão já difundida nos lares brasileiros, a comunicação de massa começa a ocupar espaço para além do rádio, até então o único veículo de alcance nacional, e a servir ao regime ditatorial da época. É evidente a militarização da administração pública, com cargos ocupados nas diversas esferas de poder da máquina administrativa.

No fim da década de 1970, começa a tomar corpo o movimento em prol da redemocratização do país, com o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais, estudantis e entidades civis, ainda que fortemente intimidados pelo regime da época. Em maio de 1978, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo destaca o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. No fim do mesmo ano, em 31 de dezembro, o AI-5 foi revogado. A redemocratização do país começa a se materializar em 28 de agosto de 1979, com a Lei da Anistia, beneficiando presos políticos, cassados, exilados e banidos do país, como Paulo Freire.

No mundo, o neoliberalismo avança a passos largos na década de 1980. A Guerra Fria entra numa nova fase, com a retomada das hostilidades entre EUA e URSS, seguida de uma série de encontros das lideranças desses dois países para negociações sobre desarmamento nuclear mais para o fim da década. Na saúde, a AIDS assusta a humanidade. O avanço da tecnologia como instrumento de trabalho e a conquista do espaço com a Estação Soviética Mir também se destacam.

No Brasil, nascem (ou renascem), entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, organizações políticas partidárias, como o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Popular (PP) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Também surgem novas organizações de trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que mais tarde virá a ser a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em 1983, a emenda constitucional Dante de Oliveira, por eleições diretas, fortalece o movimento que vai explodir em 1984, o *Diretas Já*. O povo ocupa as ruas em passeatas e comícios. Isso não garantiu a aprovação da Emenda das Diretas, mas apontou avanços importantes para a redemocratização do país no período seguinte.

Na educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, todo o fervor da primeira metade da década de 1960 é abafado na segunda metade e adentra a década de 1970. O Golpe de 1964 põe na cadeia ou no exílio muitos personagens envolvidos diretamente com os avanços no campo da educação de adultos, como Paulo Freire. Tido como traidor, foi preso por 70 dias e exilado por 16 anos. Enquanto exilado, em 1967, no Chile, escreve seu primeiro livro: *Educação como Prática da Liberdade*.

Como visto no Capítulo 1, em 1963, ocorre o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular e, nesse mesmo ano, dá-se início às tratativas do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNA). Coordenado por Paulo Freire e instituído pelo Decreto n.º 53.465 em janeiro de 1964, o programa, que tinha como meta alfabetizar 2 milhões de pessoas, é silenciado e extinto logo após o Golpe Militar. Apenas o MEB, reformulando suas ações e concepções, permanece enquanto movimento ativo na alfabetização de adultos após o Golpe Militar de 64.

Documentação acessada no site Memórias Reveladas, produzida a partir das solicitações da Comissão Nacional da Verdade aos órgãos públicos, especificamente às suas Coordenações de Documentação e Informação (CDI), para que disponibilizassem a documentação da Divisão de Segurança da Informação (DSI) do Regime Militar de 1964 a 1985, agrega o relatório do MEC, revelando como o trabalho de alfabetização de adultos naquele período fora tratado como ação subversiva²⁹.

Esse extenso relatório sobre a execução do PNA apresenta análise detalhada da metodologia utilizada nos círculos de cultura, chegando a informar as discussões ocorridas em torno das palavras geradoras utilizadas em Brasília e em outras partes do país. São destacadas as palavras ARADO, TERRENO, COMIDA, BICICLETA como presentes no documento intitulado “Esquema de conscientização” e que, segundo o responsável pelo relatório, Ten. Cel. Celso dos Santos Meyer, encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) do PNA e do MCP, “(...) é um hino à luta de classes e evidencia nitidamente os objetivos da alfabetização de adultos” (BRASIL, 1965,

29 “O exame do processo de alfabetização do professor PAULO FREIRE (doc. de fls 655 a fls 692), posteriormente elevado à categoria de MÉTODO, já permite vislumbrar sua vinculação ao movimento revolucionário, de caráter comunista, e que se processava dentro da moderna técnica ‘revolucionária’ dos comunistas. Assim é que já ali encontramos ligação da tese de alfabetização preconizada por PAULO FREIRE com a tese defendida por ÁLVARO VIEIRA PINTO, ex-Diretor do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB), a Universidade da subversão no país, em seu livro ‘A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE’ (documento constante do IPM da UNE-UBES), editado pela UNE e cuja orientação claramente esquerdista foi amplamente debatida/ antes mesmo da Revolução de 31 de março de 1964” (BRASIL, 1965, Ação Penal 166 fl. 841).

Ação Penal 166 fl. 845). Afirmar, ainda, a vinculação clara entre o processo de alfabetização e a constituição de um contingente de eleitores, que estariam sendo preparados e aliciados pelos setores “esquerdistas” para impactarem no resultado eleitoral vindouro.

Após o Golpe de 1964, emerge um programa de alfabetização de adultos, a Cruzada de Ação Básica Cristã – Cruzada ABC, que, conforme analisa Scocuglia (2003), tinha clara intenção de “contestar política e pedagogicamente” ações desenvolvidas para a alfabetização dessa parcela expressiva da população, como o Sistema Paulo Freire. Quanto à Cruzada ABC, sugerimos aprofundar leitura em Scocuglia (2003).

A Cruzada ABC, segundo Paiva (2003), manteve-se como o principal programa de educação de adultos e não só sustentado politicamente, mas mantido financeiramente pela União e pela Aliança para o Progresso. Não localizamos, contudo, registros da existência de turmas de alfabetização ligadas à Cruzada ABC no Distrito Federal nesse período, mesmo com o alto índice de trabalhadores não alfabetizados na capital e a proximidade com o poder dos palácios das três esferas de governo. Em 1967 é fundado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que ocupa a função da então Cruzada ABC, com a promessa de erradicar o analfabetismo.

No exercício de conectar o contexto nacional com o que acontece no Distrito Federal, partimos em pesquisa na Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional, entendendo o seu lugar como fonte guardiã de um período em que tudo virava notícia, de pequenas notas a grandes reportagens, transformando-se em preciosos “rastros” a serem investigados. Das pistas na Hemeroteca nos aprofundamos na busca documental em acervo digital ou físico, percorrendo o Arquivo Público do Distrito Federal, a Biblioteca da EAPE, a Biblioteca Nacional de Brasília, o Arquivo Público Nacional, sites e fontes relacionados ao interesse da pesquisa, bem como outros departamentos da SEDF. Localizamos documentação importante, embora poucas ou incompletas; adquirimos volumes em sebos; digitalizamos material que julgamos essencial resgatar e preservar para disponibilizar digitalmente, atendendo a pesquisas e estudos futuros.

Perseguimos os vestígios de um período que compreende os anos obscuros do Regime Militar e constatamos o triste apagamento da memória no que concerne à educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal. Do muito

que vasculhamos, lamentavelmente muito pouco registro foi localizado no período que compreende 20 anos de nossa história.

Contudo, o que encontramos nos permite compreender um pouco mais da história da educação de pessoas trabalhadores no Distrito Federal. Os registros recuperados do período estão organizados no texto deste Capítulo em três momentos distintos e complementares: primeiro, apresenta-se breve contexto da Capital Brasília já consolidada e o perfil da população geral e demandante por educação; o segundo momento compreende as experiências na educação pública voltadas às pessoas não escolarizadas, seguindo à organização do sistema de ensino para atendimento a essa demanda; por último, as iniciativas da sociedade civil para a educação das pessoas trabalhadoras diante do cenário do Regime Militar.

2.1 Brasília vai se consolidando como capital, o Distrito Federal segue crescendo

Brasília já não assiste mais de longe às movimentações políticas, como nos primeiros anos que antecedem sua inauguração. Brasília está no centro das decisões e vê sair de suas entranhas de concreto atos e fatos tanto do período da ditadura quanto das primeiras ocupações populares na Esplanada dos Ministérios pelos movimentos sociais, estudantis e políticos pela redemocratização do país. Após a inauguração de Brasília, o ritmo de construção desacelera e uma crise se instala, com o desemprego sendo parte da rotina. Mas, ainda assim, continua a atrair muitas pessoas; familiares, parentes e agregados chegam para fincar moradias e é nesse contexto, com apenas quatro anos, que a capital sedia o novo regime, o militar.

A década de 1970 encontra a cidade mais bem estruturada, com as principais edificações públicas concluídas e também a transferência de servidores públicos para a capital. A política de organização do território, visando a manter o ideal inicialmente projetado para Brasília, cria novas Regiões Administrativas e instala o processo de “desfavelamento” da região central, criando a cidade de Ceilândia (1971). Também emerge a organização de moradores em várias regiões do Distrito Federal, como a Associação de Moradores da Vila Paranoá (1974) e o movimento dos Moradores Incansáveis da Ceilândia (1979).

O fim dos anos 70 caminha para consolidar a capital estruturalmente, com o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT), em 1977, e ampliação da rede

hoteleira; embaixadas; hospitais; arte, cultura e lazer vão ganhando espaço na região central de Brasília, o Plano Piloto. À periferia de Brasília assim como à área metropolitana do Distrito Federal coube o crescimento desordenado, marginalizado, contrastando com o crescimento e urbanização da capital, que será aprofundada na década de 1980.

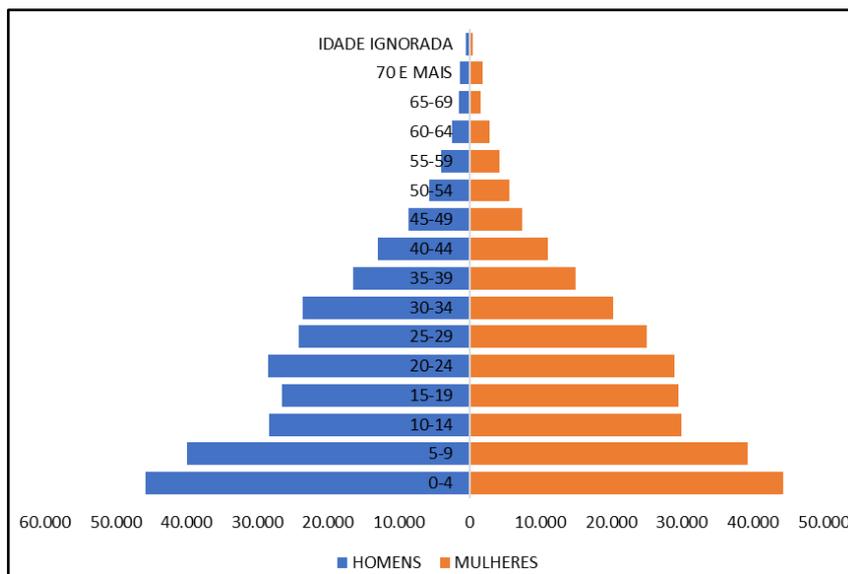
A cidade cresce com a baixa oferta e condições de moradias, e a ausência de políticas públicas de planejamento de habitação e ocupação do território ocasiona ocupações em vários pontos do Distrito Federal. Também reflexo do contínuo fluxo migratório das áreas rurais e do Nordeste para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, a região sofre o inchaço populacional enquanto consagrada como a já edificada capital do país. Brasília ultrapassa os eixos sul-norte e vai se consolidando como o “quadrado” Distrito Federal, ultrapassa os limites do território, caminhando para constituir o que se tornará mais adiante a Rede Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE).

Enquanto o Brasil supera a marca dos 94 milhões de habitantes, os dados dos Censos Demográficos³⁰ de 1970 e 1980 confirmam a escala crescente da população do Distrito Federal. Em 1970, o Censo registra o total de 537.492 habitantes. No intervalo de 10 anos, isso representa uma população quatro vezes maior. É uma população que se declara em 270.389 homens e 267.103 mulheres, o que corresponde, quanto ao sexo, a uma paridade de quase 50% da população. Divide-se entre 516.082 pessoas na área urbana e 21.410 na área rural. Tamanha disparidade pode ser explicada pelo reordenamento territorial que cria novas áreas urbanas, como exemplo as regiões administrativas, e pela movimentação interna de ocupação da área urbana. A pirâmide etária da capital no Censo de 1970, Gráfico 2, ilustra melhor a divisão da população tanto em idade quanto em sexo.

30 Conforme informado no Capítulo 1, houve alteração na metodologia de contagem da população, sem, contudo, impactar sobremaneira os dados com que estamos trabalhando. Nos Censos de 1970 e 1980, continuamos na opção dos dados da **população residente**. A metodologia do Censo de 1970 e 1980 considera população residente aquelas pessoas moradoras no domicílio, mesmo que ausentes na data da coleta do Censo. Quanto ao grupo etário, foi possível construir tabela única entre as duas coletas dos Censos, pois estabelecem o mesmo padrão de grupo etário e nos possibilitam reagrupá-los conforme nossa necessidade.

Gráfico 2 - Pirâmide Etária, população residente, Distrito Federal, 1970

Gráfico em forma de Pirâmide, dividida a esquerda homens e à direita mulheres, com as informações sobre a faixa Etária e a população residente no DF, no ano de 1970

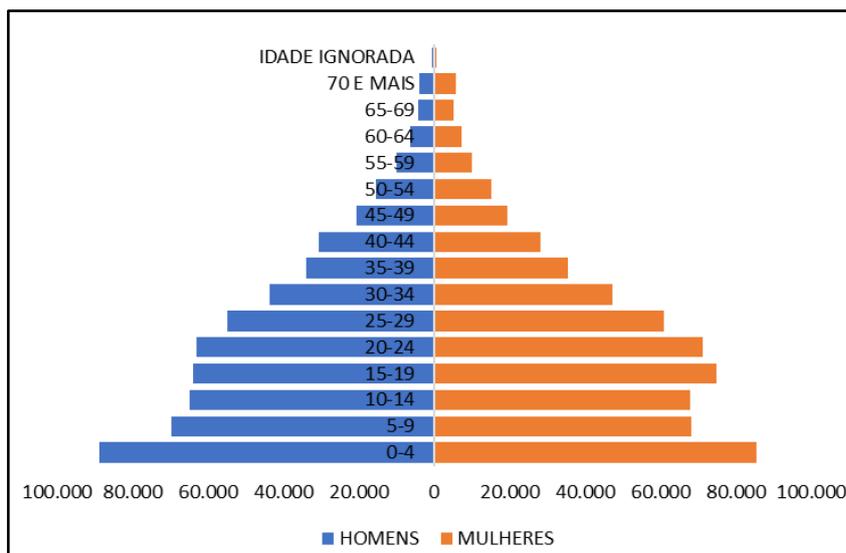


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1970. Gráfico elaborado pela autora.

A pirâmide etária da população residente em 1980, representada no Gráfico 3, ilustra a população que, pelos dados do Censo Demográfico, cresceu em torno de 600 mil habitantes, média que tende a se repetir para as décadas seguintes. O grupo etário entre jovens e adultos constitui, nesse recorte, a maioria da população. O Censo vai confirmando, quanto ao sexo, uma maior presença das mulheres, despontando para uma maioria em quase todas as representações de grupo etário, contrastando com os anos iniciais da construção de Brasília, quando a maioria era de homens jovens, vindos para o Distrito Federal motivados pela oferta de emprego fácil na construção civil, principalmente.

Gráfico 3 – Pirâmide etária, população residente, DF, 1980.

Gráfico em forma de Pirâmide, dividida à esquerda homens e à direita mulheres, com as informações sobre a faixa Etária e a população residente no DF, no ano de 1980.

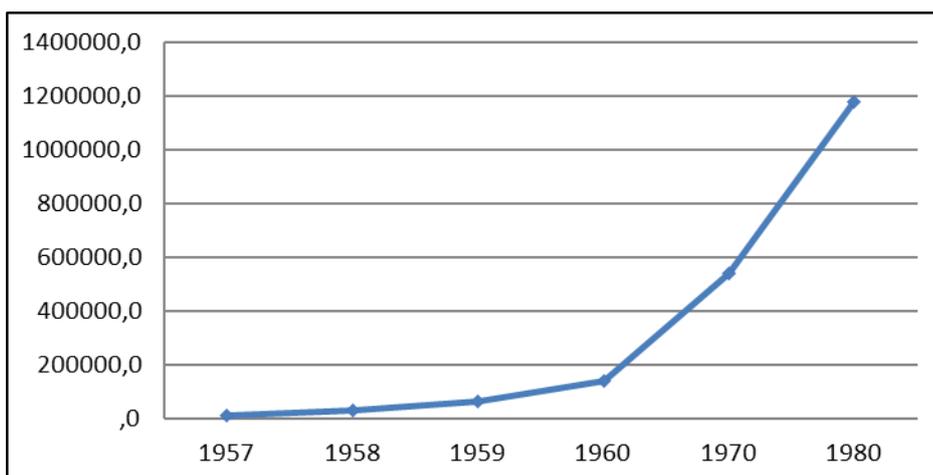


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980. Gráfico elaborado pela autora.

O Distrito Federal chega a 1980 registrando uma população de 1.176.935 habitantes, mais que o dobro de 1970, o que demonstra o constante crescimento populacional. Enquanto a década de 1970 consolida a transferência dos órgãos do governo federal para Brasília, a década seguinte continua atraindo trabalhadores e, ainda que se justifique o movimento migratório com menor intensidade, há que se considerar também a acomodação da população que passa a constituir moradia fixa no Distrito Federal e também a taxa de natalidade. Essa evolução da população, a contar de 1957, pode ser observada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução da população residente, Distrito Federal, 1957 a 1980

Gráfico de linhas que mostra a Evolução da população residente, DF, no período de 1957 a 1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, Contagem da População. Gráfico elaborado pela autora.

Esse intenso movimento migratório, com o crescimento rápido, desordenado e não planejado da população, contrasta com o minucioso planejamento físico, arquitetônico e urbanístico de Brasília, o que resulta em uma cidade pensada para alguns, mas ocupada por muitos. Desde a transferência da capital, Brasília ainda é a promessa de mudança de vida, mas, com esse crescimento não planejado, aliado à crise econômica e social, a década de 1980 se inicia com conflitos habitacionais em toda a capital, o que vai culminar em novas ocupações urbanas, palco do surgimento de movimentos sociais e populares de resistência e em defesa da moradia e melhores condições de vida na capital.

Quanto à distribuição pela situação de domicílio em 1980, a população vai se consolidando como urbana, confirmando a tendência das décadas passadas. Esse fator pode ser considerado tanto pela oferta de trabalho nos centros urbanos, quanto pelo adensamento e reordenamento territorial pelo qual o Distrito Federal vem passando ao longo dos anos, transformando área rural em urbana, criando novas Regiões Administrativas, cidades e bairros.

Esses redimensionamentos e reordenamento territorial por meio dos Planos Distritais de Ordenamento Territorial (PDOTs) não correspondem necessariamente ao atendimento de moradia para a população, principalmente os trabalhadores de baixa renda. A ausência de políticas públicas de moradia vai forçando a movimentação dessa parcela da população para aglomerados humanos dentro da área da região Administrativa de Brasília, próximo a ela ou para a região do entorno da capital. As áreas ocupadas não contam com bens públicos como escola e atendimento básico à saúde e acabam também por estimular a grilagem de terras na região.

Sobre a demanda por educação das pessoas trabalhadoras no Distrito Federal, a realidade do analfabetismo é bem menor, comparando o seu percentual com o das demais unidades da federação. Ainda assim, observamos que a cada década o número de pessoas não alfabetizadas ou com baixa escolaridade segue presente. Isso reforça ainda mais a necessidade de reconstituirmos historicamente o que foi feito pelos governos e por setores da sociedade civil para enfrentar essa situação.

Os dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 revelam um crescimento de 120% na população total. Já no recorte de 15 anos ou mais, o crescimento é de 138% e, nesse grupo etário, quem declara não saber ler e escrever cresce em torno de 59% entre uma coleta e outra, conforme observado na Tabela 2. Porém, o

percentual de pessoas não alfabetizadas cai de 17,53% no Censo de 1970 para 11,71% em 1980.

Tabela 2 - População do Distrito Federal total, 15 anos ou mais, segundo analfabetismo

Tabela com quatro colunas contendo dados quantitativos da população do Distrito Federal dos anos de 1970 e 1980.

Ano	População Total	População 15 anos ou mais	Não sabem ler e escrever
1970	535.079	307.685	53.938
1980	1.176.935	732.258	85.798

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1980.

Analisando mais de perto os dados de analfabetismo nos Censos Demográficos de 1970 e 1980, na Tabela 3, observamos a distribuição da população por grupo etário na condição de alfabetização, destacada nos Censos por quem *não sabe ler e escrever*³¹. Nessa condição, enquadra-se uma maior presença de mulheres tanto em 1970 quanto em 1980, assim como o aumento significativo nos dados da população com idade acima de 30 anos. Essa população vai aparecer nas turmas de alfabetização na década de 1990, apresentadas no Capítulo 3.

Tabela 3 - Analfabetismo na população do Distrito Federal por sexo, grupo etário, 1970 e 1980.

Tabela com sete colunas com dados da população residente no DF em 1970 e 1980, apresentando os seguintes dados: primeira coluna Grupo etário; segunda coluna dados de 1970 entre Homens, Mulheres e Total; terceira coluna dados de 1980 entre Homens, Mulheres e Total.

Grupo Etário	Não sabe ler e escrever					
	1970			1980		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
15 a 19 Anos	1.904	2.695	4.599	3.246	3.429	6.675
20 a 29 anos	6.396	8.774	15.170	8.845	10.010	18.855
30 a 59 anos	11.919	17.501	29.420	19.907	28.157	48.064
60 anos ou mais	1.534	3.056	4.590	3.877	8.039	11.916
Idade Ignorada	79	80	159	150	138	288
TOTAL	21.832	32.106	53.938	36.025	49.773	85.798

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970 e 1980. Elaborado pela autora.

31 Quanto à alfabetização, tanto o Censo de 1970 quanto o de 1980 caracterizam as pessoas não alfabetizadas como “Não sabe ler e escrever”. Para levantamento desse dado no Censo de 1970, foram consideradas como alfabetizadas “as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer; as que assinassem apenas o próprio nome foram consideradas analfabetas.” (IBGE, 1970, p. XXVI). No Censo de 1980, foram consideradas como alfabetizadas “as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram e as que apenas assinassem o próprio nome foram consideradas analfabetas” (IBGE, 1980, p. XXVII).

Saindo dos dados do Censo Demográfico, buscamos a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD)³², na tentativa de perceber como o movimento dos dados se dá dentro da década, mesmo considerando que se trata de uma pesquisa por amostragem, diferentemente do Censo. Embora a PNAD tenha iniciado a coleta em 1968, há uma inconstância na realização da pesquisa nos anos seguintes, o que dificulta uma análise comparativa mais aprofundado ano a ano. Porém, nas décadas de 1970 e 1980, é possível perceber a movimentação nos dados analisados quanto à condição de alfabetização das pessoas jovens e adultas do grupo etário de 15 anos ou mais.

Acompanhando o percentual da população não alfabetizada, por grupo etário, no período de 1973 a 1984, exposto na Tabela 4, percebemos que a variação pode ser considerada pequena, moderada, de um ano para outro, contudo, esses percentuais seguem em crescente principalmente na população de 30 anos ou mais. Nesse grupo etário, pode ser considerado que uma importante parcela da população corresponde àquelas pessoas que chegaram há 24 anos para a construção de Brasília.

Tabela 4 - Distrito Federal, percentual de analfabetismo por grupo etário, período.

Tabela com 10 colunas contendo dados da população do Distrito Federal, organizados por grupo etário de 15 anos e mais dos anos de 1973 até 1984, excetuando os anos de 1974, 1975 e 1980.

Grupo etário	Ano								
	1973	1976	1977	1978	1979	1981	1982	1983	1984
15 a 19 anos	2	3	3	3	3	3	2	3	2
20 a 29 anos	11	10	10	10	9	9	8	8	8
30 a 59 anos	25	25	25	27	27	28	26	27	27
60 anos ou mais	6	6	7	6	7	7	7	8	8

Fonte: IBGE, Pnad do período. Elaborado pela autora.

Embora mantendo-se pequenos, os índices de analfabetismo demonstram uma variação significativa em uma população que segue envelhecendo e se mantendo analfabeta. Esses dados passam pela década de 1960, atravessam 1970 e chegam a meados da década de 1980 sem uma variação para esses grupos etários de 30 anos

³² A PNAD inicia coleta em 1968, porém a regularidade da pesquisa se dá a partir de 1976. A metodologia difere de uma pesquisa para outra, dificultando a análise de dados evolutivos. A pesquisa não é coletada em anos com Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000). Os dados da PNAD foram localizados no site do IBGE – Sidra.

ou mais. Contudo, em dados gerais, o índice de analfabetismo vem sofrendo decréscimo, conforme analisado acima.

Quanto ao grau de estudos da população, o Censo Demográfico de 1970 mostra uma concentração de grau completo de estudos nos grupos etários mais jovens, enquanto uma minoria declara grau de estudo completo entre os mais velhos. O Censo de 1980 eleva ainda mais os dados de adolescentes e jovens com grau de estudos completo entre o elementar e o médio, além de um maior acesso ao ensino superior. O Censo Demográfico de 1980 revela ainda um total de 7.814 pessoas que declaram grau completo por meio do Supletivo 1º Grau, e 6.089 por meio de Supletivo 2º Grau. Esse dado é mais expressivo entre o grupo etário mais jovem, até os 34 anos, com presença maior de mulheres na Alfabetização e 1º Grau.

Quanto à escolaridade, o Censo de 1970 revela que há pouca diferença entre as pessoas *com escolaridade completa e sem escolaridade completa*³³, excluídas as não alfabetizadas. Ainda apresenta aumento nas três etapas de educação (fundamental, médio e superior), talvez consolidando tanto a oferta de ensino, como a transferência dos servidores públicos, com melhor grau de escolarização, para a capital. No Censo seguinte, de 1980, a população com escolaridade incompleta, no grupo etário de 15 anos ou mais, representa em torno de 50% do total das pessoas com grau de escolaridade completo ou matriculadas, nesse mesmo grupo etário, ou seja, pessoas que demandam por educação e estão fora da escola.

Os dados apresentados até aqui nos fazem refletir em como a demanda por educação entre a população acima de 15 anos vem se mantendo ao longo do período e nos instiga a entender como o poder político se organiza para atender a essa demanda por educação para as pessoas jovens e adultas. Para isso, buscamos no tópico seguinte desvendar como o sistema de ensino se organiza para atender a essa demanda.

2.2 O Ensino Supletivo no Sistema Público de Ensino do Distrito Federal

Nesse contexto da década de 1970, a Lei n.º 5.692, de agosto de 1971, que estabelece as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, define a concepção de Ensino Supletivo como destinado a “suprir a escolarização regular para

33 O Censo de 1970 trata a informação sobre escolaridade dessa forma.

adolescentes e adultos, que não a tinham seguido ou concluído na idade própria” (BRASIL, 1971), bem como outros encaminhamentos que irão nortear fortemente a educação para pessoas jovens e adultas trabalhadoras daí em diante. Sendo assim, optamos por utilizar a nomenclatura Ensino Supletivo para este capítulo.

Foi somente em 1966 que veio a ser implantado oficialmente o Ensino Primário Supletivo no Distrito Federal. Por meio do Decreto 481, de 1º de janeiro, que aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, foi instituída a Assessoria de Ensino Primário Supletivo, estando esta subordinada à Coordenação Primária, conforme previsto no Capítulo I, Artigo 7º do referido Decreto. A partir de então, cria-se a oferta do Sistema Público de Ensino para a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras e, segundo o documento *Ensino Primário Supletivo* (1972a), esta Assessoria, na responsabilidade de Santa Alves Soyer, recebeu como atribuições:

- Opinar sobre assuntos relativos ao ensino primário supletivo;
- Assistir a Coordenação no planejamento do programa de expansão do ensino;
- Planejar, organizar, executar e avaliar a assistência técnica às escolas;
- Promover, por intermédio de especialistas, cursos de extensão, seminários e conferências, visando ao aperfeiçoamento do magistério;
- Promover a publicação e divulgação de instruções sobre a direção da aprendizagem e de auxílios audiovisuais específicos para o ensino supletivo;
- Expedir instruções de serviço e comunicações;
- Fazer a indicação de professores, dentro das normas estabelecidas;
- Analisar os programas e metas de trabalho apresentados pelas escolas;
- Convocar reuniões periódicas ou extraordinárias do pessoal administrativo, técnico ou docente, para fins de estudo ou de avaliação;
- Receber as solicitações das escolas e providenciar o atendimento imediato;
- Organizar e manter atualizados os fichários relativos ao pessoal e à documentação de uso constante;
- Aferir o rendimento do ensino-aprendizagem;
- Realizar o levantamento mensal, semestral e anual do movimento escolar relativo ao ensino supletivo;
- Sugerir medidas que visam ao aperfeiçoamento dos serviços (DISTRITO FEDERAL, 1972a, p. 2).

Ainda de acordo com o documento, foram estabelecidos os critérios para o funcionamento do Curso Supletivo, quais sejam:

- idade mínima para matrícula: 14 anos;
- máximo de alunos por classe: 40;
- regentes de classe: portadores de diploma de Curso Colegial Normal;
- direção: professor de nível 13;
- ano letivo, séries de curso e promoção dos alunos: de acordo com a Indicação n.º 5 CDDF;

- duração das atividades escolares: duas horas diárias, das 20 às 22 horas, de segunda a sextas-feiras;
- conteúdo programático: em caráter provisório, o mesmo do ensino primário regular, adaptado pela equipe técnica da Divisão de Orientação e Supervisão da CEP (DISTRITO FEDERAL, 1972a, p. 2).

Segundo o documento, as aulas tiveram início no dia 3 de março de 1966, funcionando 93 turmas em 18 escolas distribuídas em: Brasília, sete escolas; Taguatinga, seis escolas; Gama, quatro escolas, e Sobradinho, uma escola. A matrícula inicial foi de 4.430 alunos e o quadro de servidores distribuídos em 17 diretores de escola; quatro orientadores; 93 professores e 19 serventes (servidores de limpeza).

Vencida a experiência inicial e com a demanda batendo à porta da SECDF, a expectativa de ampliação do atendimento não se cumpre a contento e, pelo que apresenta o documento (DISTRITO FEDERAL, 1972a), as razões se dão “porque muitas escolas disponíveis não ofereciam condições de funcionamento, por falta de energia elétrica, de mobiliário suficiente ou por terem sido cedidas a outros programas educacionais igualmente necessários”. E mesmo ampliando o Ensino Supletivo, o atendimento até 1971 era reconhecidamente deficitário pelos relatórios da SECDF.

Urgia, apesar desses óbices, redobrar esforços, já que o ensino supletivo no D.F. fora criado tardiamente, e essa tardança era tanto mais constrangedora, quanto mais se verificava a heterogeneidade da formação populacional de Brasília, composta por pessoas dos mais diversos estados. Grande parte dessa população afluenta, ou vinha de lugares onde a educação era precária, ou abandonava as possibilidades existentes em sua terra, atraída pelos acenos de progresso que a nova capital oferecia e continua oferecendo como centro hegemônico político e administrativo do Brasil (DISTRITO FEDERAL, 1972a, p. 2).

A precariedade com que funcionavam as escolas atingia toda a rede do sistema de ensino, mas principalmente a oferta da educação noturna, na qual se abriga o Ensino Supletivo. Espaços escolares adaptados, escolas com funcionamento em quatro turnos diários, fora o noturno, eram a realidade que sufocava as escolas já no início da década de 1970, como relata o documento localizado pela pesquisa:

A matrícula do diurno era de 18.831 alunos, praticamente metade pela manhã e metade pela tarde, 9.400 em cada turno. O noturno contava com 23.887 estudantes – com cerca de 9400 em prédios específicos, sobravam 14.400 que eram espalhados por escolas primárias ou salas cedidas. Assim, os alunos do ensino médio noturno, muito mais que a metade, eram abrigados em prédios que não tinham instalações adequadas, sob a denominação de anexos, sem o apoio administrativo e pedagógico adequado, ocupando 268

salas de terceiros. É quase impossível imaginar que alguns ginásios noturnos funcionavam em escolas primárias que, no diurno, já contavam com 4 turnos – escolas que funcionavam, sem parar, das 7 da manhã às 11 da noite (DISTRITO FEDERAL, 2001b, p. 87).

A Figura 19 reproduz o quadro evolutivo do atendimento ao Supletivo no período de 1966 a 1971, e destaca bem o crescimento da oferta, que, informa o documento, apenas se reduz em 1971, por falta de prédio escolar. Esse crescimento na matrícula é também atribuído à expansão de oferta para as demais Regiões do Distrito Federal, incluindo a área rural, onde não se tinha diretor específico para o supletivo. Outra observação a se fazer a partir da Figura 19 é que a equipe de apoio contava com Orientadores (função como de coordenador pedagógico), Auxiliares (com função mais administrativa) e Serventes (pessoal de limpeza, manutenção e merenda) que davam suporte exclusivo à atividade noturna. Os professores, destaca o relatório, eram de grande rotatividade, devido ao baixo salário, à adaptação ao Ensino Supletivo ou às condições de trabalho.

Figura 19 - Quadro de evolução Supletivo Primário 1966-1971

Imagem de quadro contendo dados evolutivos do Supletivo como número de escolas, classes, professores, auxiliares, matrículas e outras informações no período de 1966 a 1971.

QUADRO III						
EXPANSÃO DO ENSINO SUPLETIVO DA SEC/DF - 1966/1971						
Recursos	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Escolas	18	25	38	38	55	45
Classes	93	117	213	266	309	291
Diretores	17	18	33	34	43	43
Professores	93	117	213	266	309	291
Orientadores	4	4	3	2	3	3
Auxiliares	-	-	2	2	2	4
Prof. Prát. Prof.	-	-	-	-	26	-
Serventes	19	20	39	35	38/23	43 (1)
Mat. inicial	4.430	4.774	8.514	9.795	12.397	11.359
Mat. final	2.929	3.815	6.142	7.762	10.070	9.745
Evasão (%)	34,00	20,00	26,60	20,60	20,00	14,20
Aprovação (%)	62,70	72,00	79,00	67,00	72,00	74,00 (2)
Concluintes						
- (5ª série)	553	787	1.650	1.843	2.302	3.113 (3)

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 1972a, p. 7 – Reprodução. (1) Em 23 escolas, havia mais de um servente para as funções de merendeira. (2) A porcentagem de promoção foi calculada sobre a matrícula final. (3) Foram também computados os alunos da 4ª série que venceram a 4ª e 5ª simultaneamente.

Quanto ao alto índice de evasão, pela avaliação do documento analisado, este está relacionado em torno das realidades do público atendido; baixo ou falta de incentivo aos alunos; baixa remuneração dos servidores; falta de servidores para atendimento adequado às demandas; e matrícula superior à capacidade das salas. Porém, o relatório destaca que as causas comuns de evasão estão ligadas a fatores como mudança de emprego ou residência; escola distante; falta de merenda escolar; mudança de professores; cansaço físico. Por fim, o documento conclui que não somente há necessidade de formação adequada de pessoal próprio e constante, mas que há preocupação com currículo e procedimentos pedagógicos adequados:

[...] até 1970 o supletivo funcionou como um “apêndice” da Coordenação do Ensino Primário, utilizando professores do primário regular, sob regime de horas extras, e aplicando, na educação de adultos, as mesmas técnicas e procedimentos didáticos que se destinavam a crianças (DISTRITO FEDERAL, 1972a, p. 7).

Com a Lei n.º 5692/71 e o Parecer 699/72 – CFE, a implantação do Ensino Supletivo no Distrito Federal se dá de maneira gradual. Em 1972, amplia para as Fases II e III, em 1974, para a Fase IV, que corresponde à época ao 2º Grau, hoje ao Ensino Médio. Essa implementação se espelha no Plano Prévio de Implementação de Ensino de 1º e 2º Graus e, respeitando o que determina a Lei 5692/71, considera as características do público-alvo e a viabilidade econômica para essa implementação. Para isso, foi criado o Departamento de Ensino Complementar da Diretoria Geral de Pedagogia, da Fundação Educacional do Distrito Federal, que se encarrega de executar o Ensino Supletivo no Distrito Federal.

Ao longo da década de 1970, a rede de matrícula do Ensino Supletivo vai expandir e esse crescimento está concentrado na Região Administrativa I, que engloba Brasília nas Asas Norte e Sul; Penínsulas; Adjacências; Cruzeiro; IAPI; Guará I e II e Núcleo Bandeirante. Isso se explica, em parte, por essas áreas manterem as escolas abertas no noturno, pois estavam mais próximas dos postos de trabalho oferecidos no Distrito Federal, principalmente o serviço doméstico, de vigilância e portaria predial, que levavam o trabalhador a dormir (ou até morar) no emprego. À medida que a densidade populacional aumenta nas RA II e RA III é que se percebe um aumento de matrículas também em Ceilândia, no Gama e em Taguatinga.³⁴

34 As Regiões Administrativas do Distrito Federal são criadas a partir da Lei nº 4.545, de 10/12/64, que estabelece a reestruturação administrativa da capital e cria a RA I – Brasília; RA II – Gama; RA

Relativo a essa expansão de matrícula, é possível compreender que ela só ocorre porque houve expansão da rede física no período. Se observados mais de perto, os números de matrícula dobraram no período de dez anos, saltando de 12.397 em 1970, para 24.623 em 1980. Porém, os mesmos números, se avaliados frente ao conjunto de matrículas da rede pública, não representam crescimento, uma vez que, em 1970, as matrículas no Supletivo correspondiam a 9,25% do total de matrículas da rede pública e, em 1980, esse número regrediu para 8,34% do universo de matrículas. Constatamos, então, que, mesmo com a ampliação da rede física, não houve ampliação do atendimento à demanda, considerando inclusive o crescimento populacional no período em questão (DISTRITO FEDERAL, 1980b).

Voltando ao documento da Fundação Educacional intitulado *Ensino Supletivo* (1972), que registra o Plano Prévio de Implementação do Ensino Supletivo e os Projetos Pilotos para implantação das Fases II e III, este reconhece pela primeira vez a alfabetização de jovens e adultos como parte do sistema de ensino. Afirma o documento que a “Educação Supletiva Integrada, dividida em quatro fases, com duração média de 3.300 (três mil e trezentas) horas, abrangendo desde a alfabetização até o equivalente ao ensino de 2º grau” (DISTRITO FEDERAL, 1972a, p. 3).

Porém, o mesmo documento que reconhece a alfabetização como parte do sistema de ensino para a educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras, inclusive com previsão de três horas diárias de aula, define que a “execução da Fase I ficará a cargo do MOBREAL”. Ainda estabelece que, “nas Fases I e II, deverá ser utilizado o material editado para o Mobral (Alfabetização e Educação Integrada), seguindo as orientações para seu correto emprego.” E na Fase III “deverá ser utilizado o material empregado no projeto IBES/MEC-DEI” e, para a Fase IV, o conteúdo “corresponde ao conteúdo da escola regular do mesmo nível”. Ou seja, reconhece, mas não assume como ação política, nem pedagógica e nem didática (DISTRITO FEDERAL, 1972a, p. 4).

Pelas referências desse documento (1972a), imaginamos que o Mobral tenha tido ampla e bem-sucedida ação no Distrito Federal. Fomos garimpar, ainda no contexto da década de 1970, em publicações, notas ou reportagens do *Correio*

III – Taguatinga; RA IV – Brazlândia; RA V – Sobradinho; RA VI – Planaltina; RA VII – Paranoá. Posteriormente novas RAs foram sendo criadas obedecendo à ordem de instituição. A Região Administrativa de Taguatinga engloba Ceilândia que só será reconhecida como RA IX em 1989.

Braziliense, por meio da Hemeroteca Digital, por onde foi possível acompanhar sua instalação na capital. A primeira delas, na Edição 03256, página 5a, de 26 de julho de 1970, anuncia e convida para a reunião que ocorrerá no dia 27 de julho, às 20h30 no auditório da NOVACAP para instalação do Mobral na região. A Edição do dia 28 de julho traz a notícia: *Prates instala o Mobral no DF*, anunciando que seriam instaladas subdivisões nas cidades-satélites (Correio Braziliense, Ed. 03257, 28/07/1970, p. 11^a). No entanto, a instalação oficial, com abertura dos trabalhos do Mobral no DF, ocorre em 15 de agosto, em cerimônia com a presença de autoridades locais, além do governador Hélio Prates e do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho.

Em outra edição, o *Correio Braziliense* traz dados das primeiras ações de levantamento do Mobral no Distrito Federal. Relata a reportagem que o levantamento realizado por 2.500 estudantes secundaristas indicou a presença de 27 mil analfabetos na área urbana da capital, distribuídos nas cidades-satélites: Plano Piloto, 2.500 (abrange Vila Planalto, Lago e Paranoá); Taguatinga, 3.700; Núcleo Bandeirante, 7.500; Planaltina, 2.100; Sobradinho, 2.500; Brazlândia, 1.250; Cruzeiro-Guará, 650 (Correio Braziliense, Ed. 03287, 30/08/1970, p. 9a).

No entanto, não alcançamos muito mais informações e ainda permanece, neste estudo, uma lacuna sobre a experiência efetiva do Mobral na Capital Federal em classes de alfabetização. Os indícios localizados abordam a constituição de comissões locais; o levantamento da realidade de analfabetismo; a abertura de turmas de alfabetização nas cidades-satélites e no Plano Piloto, inclusive em locais onde já estavam os círculos de cultura. A documentação acessada na pesquisa indica a atuação do Mobral no Distrito Federal mais presente na Fase I e II do Ensino Supletivo.

Nas garimpagens, localizamos uma pista. Ao analisar os relatórios do SNI, um deles (BRASIL, 1970) chama a atenção pela descrição de uma proposta apresentada ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1970, de um sistema mecânico de alfabetização de adultos, inventado pelo Professor da Universidade de Brasília Joston Miguel Silva, que se propunha a testá-lo no DF. Os aparelhos, denominados ortógrafo (máquina de ensinar a escrever e desenhar) e audiodiscriminógrafo (máquina de ensinar a ler), seriam acompanhados de uma cadeira específica, denominada Cadeira Alfa-Ômega, e comporiam o kit básico para alfabetização. Tratava-se de uma adaptação da experiência de aplicação de um sistema mecânico de aceleração do aprendizado americano, conhecido por este professor em 1968, quando cursava a

State University of New York at Stony Brook. O Ministro da Educação solicita uma previsão orçamentária e, no relatório, consta a seguinte informação:

d. No dia 10.Jan.70 foram apresentados ao Ministro 3 (três) sugestões orçamentárias:

(1) Erradicação de 50.000 analfabetos no prazo médio de 18 meses, utilizando-se 2 Unidades de Ensino e 1 Unidade Volante audiovisual, nas áreas compreendidas por TAGUATINGA, NÚCLEO BANDEIRANTE e "INVASÕES", estas abrangendo VILA TENÓRIO, IAPI, CANDANGOLÂNDIA e VELHACAP, por um custo global de Cr\$ - 1.029.000,00.

(2) Erradicação de 64.100 analfabetos, em todo o DF, no prazo médio de 12 meses, utilizando-se 4 Unidades de Ensino e 1 Unidade Volante audio-visual, no custo global de Cr\$ -1.139.800,00.

(3) Erradicação de 15 a 16 mil analfabetos, na cidade de FORMOSA (GO) e pequenos aglomerados rurais circunvizinhos, no prazo médio de 12 meses, utilizando uma Unidade de Ensino e uma Unidade Volante, com condução para transporte dos alunos do meio rural, pelo custo global de Cr\$-341.000,00 (BRASIL, 1970, fl. 2).

Vários aspectos poderiam ser destacados na proposta relatada acima, mas aqui gostaríamos de evidenciar apenas dois. Do ponto de vista conceitual, o processo de alfabetização da proposta é tido como um ato mecânico, ou seja, basta utilizar instruções programadas e o sujeito aprenderá a escrever; basta repetir o significado dos símbolos grafados e o alfabetizando aprenderá a ler. Do ponto de vista da pretensão da proposta, lembrando que, segundo o IBGE (1970), o Distrito Federal nesse ano possuía 53.938 pessoas não alfabetizadas, caso o ministro tivesse aceitado as propostas 1 ou 2, a experiência teria sido inédita no mundo, pois alfabetizaria para além da população demandante. Não há registros de que tenha sido realizada nenhuma experiência com esses aparelhos.

Pelos poucos registros oficiais localizados desse período, observamos que os reflexos da conjuntura e da política nacional vão direcionando a alfabetização e educação de pessoas jovens e adultas no Distrito Federal. O cenário vivido pela capital é de enfrentamento aos desafios para adequação do seu sistema de ensino à reforma aprovada no Regime Militar, por meio da Lei 5.692/71. No caso do Ensino Supletivo, isso significou a organização dos cursos e exames supletivos, previstos no Capítulo IV da lei, regulamentados pelo Parecer CFE nº 699/72. Os dados de matrículas no Distrito Federal na rede oficial da educação, entre os anos de 1960 a 1980, demonstram o crescimento do Ensino Supletivo, principalmente a partir da década de 1970, como veremos mais adiante.

Em 1973 é autorizado, por meio do Parecer n.º 59/73, de 15 de outubro – CEDF, o funcionamento do Centro de Estudos Supletivos (CES), tendo sido aprovado o seu Projeto e Regimento somente em 1975, pelo Parecer n.º 19/75 – CEDF, que, além do atendimento específico para o Ensino Supletivo, tem o objetivo de se tornar um laboratório de estudos sobre essa oferta. Ligado à Fundação Educacional, o CES tem como justificativa para a sua criação a “necessidade de ter uma base física para estudos, pesquisa e experiências em ‘estabelecimento oficial onde se concentraria a atenção e se irradiariam as diretrizes de realimentação às outras escolas da rede” (DISTRITO FEDERAL, 1982a).

O documento *Séries Históricas: estudos preliminares*, publicado pela SEC/DEPLAN, em relatório dos anos de 1970 a 1975 e planejamento para 1976, reafirma o Supletivo conforme vinha se apresentando em documentos anteriores. Assim descreve:

O ensino supletivo se destina a suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria, bem como proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

A Fase I, mantida pelo MOBREAL, corresponde à 1ª série do 1º Grau.

As Fases II e III de ensino supletivo, mantidas pela rede oficial, correspondem ao 1º Grau (a Fase II, às primeiras séries; a Fase III, às últimas séries).

A estrutura etária do 1º Grau diurno não teve alterações sensíveis nos últimos anos, sendo que perto de 10% da matrícula é composta por alunos com 15 anos ou mais. Este último grupo constitui clientela fora da faixa etária regular, devendo ser encaminhado, progressivamente, para o ensino supletivo (DISTRITO FEDERAL, 1975, p. 37).

Elaborado após o Censo Escolar de 1975, o documento *Séries Históricas* revela que, em 1975, a rede oficial era responsável por 78% das matrículas no ensino supletivo. Porém, pelo destacado acima, as matrículas não incluem a alfabetização de adultos como responsabilidade do Mobral. Ainda descreve o documento a movimentação do grupo de 15 anos ou mais para o Supletivo no intuito de corrigir a distorção da faixa etária para o ensino regular:

O Conselho de Educação do Distrito Federal tem doutrina sobre a matéria em Pareceres sobre o 1º Grau, e é indicada a conveniência do deslocamento dos alunos da faixa etária regular para o ensino supletivo.

O mesmo se aplica ao 2º Grau, cuja estrutura já foi vista. De acordo com a Lei n.º 5.692/71, os alunos fora da faixa etária regular devem ser atendidos pelos mecanismos de ensino supletivo. Assim, foram integralizados no ensino supletivo, a partir de 1972, os alunos com considerável atraso na escolarização. Isto permitiu o início da regularização da faixa etária no 1º

Grau, e, em menor escala, no 2º Grau. Ocorre que o supletivo foi implantado sem infraestrutura capaz de suportar os encargos técnico-pedagógicos e o grande contingente de alunos que, pelos limites de idade determinados para o alunado do ensino regular, passou a integrar a clientela do Ensino Supletivo. No início de 1974, o CEDF, através do Parecer nº 64/74, autorizou que os alunos do 1º Grau, na faixa de 15 a 17 anos, fossem atendidos pelo ensino regular noturno, o que se refletiu no decréscimo da matrícula de 1973 para 1974.

[...]

Na política da secretaria de educação e cultura do distrito federal, a correção das distorções da estrutura etária dos alunos repousa, em grande parte, em soluções através do ensino supletivo, que deve necessariamente ser implantado de forma a atingir seus objetivos, para o que estão sendo tomadas as providências técnico-administrativas exigidas (DISTRITO FEDERAL, 1975, p. 39).

Contudo, parecia haver uma intenção em fortalecer o Ensino Supletivo, seja para atender à demanda externa, seja para acolher a distorção de idade/série apresentada na rede, demanda interna. A isso o documento destaca, no planejamento para 1976, no que se refere ao Supletivo:

Na programação interna da SEC-Fedf, o segundo semestre de 1974 foi dedicado a preparar, através da ação conjunta com o DSU/MEC, uma atuação eficaz em 1975, de forma a que a melhora qualitativa permita expansão considerável do Supletivo em 1976.

O Supletivo noturno (Fase II e III) funcionará basicamente nos Centros de Estudos Supletivos, contando, entre outros, com três mecanismos de apoio: Uso de bibliotecas, ao mesmo tempo em que os alunos recebem formação em Organização do Trabalho Intelectual;

Uso de auditórios, com apoio de filmes e recursos audiovisuais, em matéria educativa e cultural;

Uso da TV educativa, quer em transmissão direta, quer em vídeo-tapes.

No sentido de preparar condições ambientais que favoreçam o processo de aprendizagem, providencia-se a construção de bibliotecas especiais, em centros de ensino, para atender a clientela do ensino supletivo, onde não houver Centros de Estudos.

Para êxito de um verdadeiro supletivo que se caracteriza como Ensino-Eixo de Brasília, e que defina a cidade como polo de educação permanente, torna-se necessário:

- preparar e treinar professores especializados para esse tipo de ensino, o que não é tarefa difícil, considerando que o professor está sempre em processo de atualização;

- oferecer material didático adequado e muito claro, para entrar diretamente na dinâmica específica do verdadeiro supletivo, o que está sendo executado com o uso de módulos de ensino, outras metodologias, como o ensino por correspondência, ensino através do rádio e de televisão e a implantação dos Centros de Estudos Supletivos;

- integração do sistema de ensino com a comunidade, empresas, instituições públicas e particulares de atividades educacionais e culturais, promovendo a constante atualização e aperfeiçoamento dos membros dessa comunidade (DISTRITO FEDERAL, 1975, p. 40).

Seguindo esses passos para ampliação do Ensino Supletivo, localizamos o Parecer nº 40/78 – CEDF, que expede autorização para o funcionamento do Curso

Supletivo Fase II, III e IV, servindo este último como preparatório para os exames Supletivos. Apresentam-se com a estrutura demonstrada no Quadro 1, o qual reproduzimos a seguir.

Quadro 1 - Estrutura do Ensino Supletivo aprovada pelo Parecer 40/78 – CEDF.

Quadro contendo três colunas com duas linhas, sendo a segunda coluna subdividida em 5 colunas e três linhas.

GRAU	1º GRAU					2º GRAU
	FASE I	FASE II			FASE III	FASE IV
Estrutura do Ensino Supletivo	Programa de Alfabetização funcional do MOBRAL	1º MOMENTO	2º MOMENTO	3º MOMENTO	Matrícula por disciplina com avaliação por módulos, atendendo ao ritmo próprio do aluno. Três semestres.	Curso preparatório para exames de Suplência. Dois semestres.
	5 meses 2h30 p/dia	240 horas	240 horas	240 horas	1.440 horas	720 horas
Equivalência com o Ensino Regular	Não existe	1ª a 4ª Séries			5ª a 8ª Séries	Corresponde ao 2º Grau mas não há equivalência por ser avaliado fora do processo

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 1982a, p. 409. Reprodução do original.

O Parecer nº 83/84 – CEDF, revisado e ampliado pelo Parecer nº 211/84, aprova as novas diretrizes gerais para o Ensino Supletivo no Distrito Federal, bem como a Grade Curricular a ser aplicada. As novas diretrizes ampliam a duração e carga horária das Fases II para 2.160 horas; Fase III para 1.440 horas e Fase IV para 2.308 horas. O documento ignora a Fase I e, quando cita, refere-se ser de responsabilidade do MOBRAL. Ou seja, o Sistema continua delegando a tarefa de alfabetizar as pessoas jovens e adultas trabalhadoras, apartando esse segmento do Ensino Supletivo.

Além dos cursos supletivos, a legislação de 1971 regulou também os exames supletivos, que substituíram os exames de Madureza. Sobre esses exames no DF, sabe-se que a Resolução n.º 01 de 1974 do CEDF tratou dos exames supletivos denominados de Suplência, que garantiria o prosseguimento de estudos e os exames de qualificação, que tinham a finalidade de habilitar ou qualificar os profissionais em

nível de 2º grau. A Direção de Ensino Supletivo/ Direção Geral de Pedagogia da FEDF possuía um Núcleo de Exames, responsável pela sua elaboração e aplicação.

A pesquisa localizou também fragmentos de experiências por meio de Convênio com o Ministério da Educação e Cultura que possibilitaram a implementação, mesmo que por curto tempo e pouco abrangente, de projetos como o Projeto Minerva e Telecurso 2º Grau, esse último a partir de 1978, em sistema de circuito fechado, como opção para ampliar a oferta e o alcance. Sobre o Projeto Minerva no DF, o Parecer nº 19/76 do CEDF se pronuncia favorável, “explosão demográfica e pela revolução científica e técnica, somos de parecer que devam ser aprovadas as Normas para execução do curso Projeto Minerva a nível das últimas séries do 1º Grau, e que sejam encaminhados a este Conselho os resultados da avaliação ao final de cada etapa” (DISTRITO FEDERAL, 1976).

Sobre o Ensino Supletivo para a primeira metade da década de 1980, localizamos o Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal/1980-1983 (DISTRITO FEDERAL, 1980a), no qual o governo do Distrito Federal estabelece as prioridades para a Educação e Cultura, cumprindo com a determinação nacional dos planos quadrienais. Nas Diretrizes e Estratégias do Plano de Educação, para o Ensino Supletivo, estabeleceu-se o seguinte:

- 1 – Assegurar - a todos que não receberam educação na idade regular ou àqueles que, tendo recebido escolarização, desejam continuar estudos ou obter habilitação profissional - a oportunidade de adquirir, aprofundar ou atualizar conhecimentos;
- 2- Proporcionar aos alunos ou candidatos a ingresso no ensino regular de 1º e 2º graus, que apresentem idade superior aos limites estabelecidos para matrícula, a oportunidade de obter escolarização equivalente em regime mais adequado a essa população;
- 3 – Promover a realização periódica de exames de suplência e suprimento;
- 4 – Aprimorar a orientação pedagógica e os procedimentos técnicos-administrativos aplicados ao ensino supletivo, tendo em vista elevar sua produtividade e, particularmente, reduzir a elevada evasão que nele se observa (DISTRITO FEDERAL, 1980a, p. 27).

O Plano de Educação apresenta ainda a abrangência da oferta do Ensino Supletivo, no formato de cursos e exames realizados pela rede pública e por entidades conveniadas, reconhecendo o atendimento, tanto na educação básica quanto na formação profissional. A organização curricular do Ensino Supletivo permanecia por Fases, sendo: *Fase I* – correspondendo exclusivamente à alfabetização de adolescentes e adultos, ministrada pelo Mobral, em convênio com a Fundação

Educacional do DF. A *Fase II* correspondia às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, ministrada pela rede oficial e particular de ensino, com avaliação de aprendizagem no processo, sendo desenvolvida em convênio com o Mobral, que fornecia o material didático básico e cabia à Fundação Educacional as adaptações e complementações, reforçando “com cadernos de exercícios”. A *Fase III* correspondia às quatro últimas séries do ensino de 1º grau e é “atendida pelo Programa de Instrução Personalizada e Projeto Minerva”. A *Fase IV* correspondia ao 2º grau, tendo a idade mínima para ingresso de 19 anos e ofertada pelo Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul – CESAS e pelo Centro de Estudos Supletivos Verde Oliva – CESVO, com avaliação em processo. “Nas demais unidades escolares, a clientela é preparada para a prestação de exames de suplência.” Os exames de suplência eram realizados pela FEDF, em regime anual, na educação geral e na suplência profissionalizante para habilitação profissional (DISTRITO FEDERAL, 1980a, p. 41).

O que estava previsto no Plano de Educação era a manutenção dos cursos de suplência, com apoio técnico-pedagógico necessário; expansão dos Cursos Supletivos por meio de “um trabalho de conscientização da comunidade quanto aos benefícios desse tipo de ensino, bem como em decorrência das medidas de correção das distorções idade/série no ensino regular”, ou seja, os adolescentes. Prevê ainda “recursos necessários à ampliação das ofertas de estudos supletivos, quer para realização de cursos de suplência, quer para cursos de suprimento, aprendizagem e qualificação profissional.” Quanto à manutenção dos Exames de Suplência, o plano previa uma demanda anual de cerca de 30 mil candidatos, pois objetivavam alcançar a certificação para: “a) proporcionar a jovens e adultos oportunidade de suprir a escolarização regular, mediante a forma dos exames de suplência de educação geral; b) possibilitar a profissionais a oportunidade para se habilitarem, formalmente, ao exercício de uma ocupação” (DISTRITO FEDERAL, 1980a, p. 42-43).

O documento, além de assegurar projetos para a manutenção de Cursos e Exames de Suplência, planeja a expansão da oferta em 5%, e isso reconhece que não houve avanço significativo nas matrículas nos 6 anos anteriores. Para que ocorra a expansão do Ensino Supletivo, o Plano de Educação reconhece a precariedade dos espaços de oferta, a necessidade de Centros adequados para o atendimento à especificidade do público e prevê a construção desses Centros de Estudos, descentralizando do Plano Piloto:

Usualmente, o ensino supletivo utiliza a capacidade física ociosa das escolas de ensino regular, e salas cedidas por outras instituições, dentre as quais se inclui o Centro de Estudos Verde Oliva. Apenas o Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul dispõe de prédio próprio, devidamente equipado, para desenvolver metodologia educacional adequada à clientela adulta. Dadas as características vantajosas que a ação educativa desses centros tem demonstrado, o objetivo deste Projeto é a construção, durante o quadriênio, de quatro novos centros de estudos supletivos, respectivamente na Ceilândia, no Gama, em Taguatinga e Sobradinho (DISTRITO FEDERAL, 1980a, p. 53).

No campo curricular, a orientação era de “adequar a proposta curricular do ensino supletivo às necessidades e condições de aprendizagem da clientela que lhe é própria”, destacando a importância da revisão do currículo programado no combate aos elevados índices de evasão e retenção nos cursos supletivos e a não habilitação nos exames de suplência. No Programa de Assistência ao Educando, previsto no Plano, não houve nenhuma menção ao Ensino Supletivo nos Projetos de Alimentação Escolar, Saúde Escolar e Apoio Material ao Escolar (DISTRITO FEDERAL, 1980a, p. 60).

A implementação do Plano de Educação e Cultura foi registrada na publicação em série *Relatório da Secretaria de Estado de Educação*, que reúne publicações sobre o cumprimento do Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal – PEC 80/83. Objetivando integrar as ações da educação e da cultura, combinando as estratégias e os objetivos de ação dessas duas pastas, os Relatórios do Plano, ano a ano, constituem um instrumento de avaliação das ações desenvolvidas para atingir os objetivos e estratégias estabelecidos no PEC 80/83.

O relatório referente a 1980 descreve a organização do Ensino Supletivo estruturado nas Fases previstas para a conclusão do 1º e 2º graus. As matrículas na Fase I, que foram de 5.809 alunos, estavam sob a responsabilidade do Mobral, que assume a alfabetização dentro do Plano de Educação e Cultura. Constam ainda no relatório as providências adotadas diante da preocupação, tanto com os índices elevados de evasão e retenção nos cursos supletivos quanto com a não habilitação nos exames supletivos:

Com a finalidade de minimizar dificuldades enfrentadas pelos alunos no desenvolvimento das atividades curriculares, elaborou-se material didático específico da Fase III, com a participação do corpo docente das unidades escolares que ministram essa modalidade de ensino.

Procedeu-se, ainda, à adequação dos Módulos de Ensino do Programa do Livro Didático Ensino Supletivo, em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas, aos conteúdos programáticos da Fase III.

Nos cursos supletivos Fase III, com avaliação no processo, fez-se uma análise crítica das Comissões Permanentes de Avaliação, para verificar os efeitos de sua implementação na melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Na Fase IV, foram adotados e avaliados os programas reformulados em 1979 (DISTRITO FEDERAL, 1980c, p. 31).

No Programa 2, que trata da manutenção e expansão da rede física, que aborda tanto a recuperação quanto a construção de novas escolas, não há nenhuma informação com relação à ampliação do atendimento em escolas, de construção de salas de aula ou dos Centros de Estudos Supletivos. O Programa 4 - Assistência ao Educando, que trata da alimentação escolar, da integração saúde-escola e projeto de saúde bucal, apoio para o material escolar, também não contempla o ensino supletivo.

Sobre a qualificação foram realizados, durante o ano de 1980, 47 cursos para cumprir com o suprimento, qualificação e aprendizagem distribuídos em 474 turmas com 8.740 estudantes. Quanto aos exames, em 1980, destaca o relatório que foram realizados quatro exames de suplência de Educação Geral, atendendo aproximadamente 30 mil candidatos, e ainda os exames de Suplência Profissionalizante, atendendo à carência de habilitação nas áreas de Artes Gráficas, Eletrotécnica, Histologia, Secretariado, Assistente Administrativo e Transações Imobiliárias. Uma pequena informação sobre o Projeto Minerva, o relatório refere-se à elaboração de “testes e exercícios de reforço e um planejamento de execução das aulas de Organização Social e Política do Brasil e de Educação Moral e Cívica” (DISTRITO FEDERAL, 1980c, p. 31).

O relatório do segundo ano de execução do Plano de Educação e Cultura registra que, das matrículas na rede, o Mobral foi responsável por 2.403 matrículas da Fase I, enquanto 917 eram do Projeto Minerva na Fase III e o TELECURSO 2º Grau responsável por 202 matrículas na Fase IV. Quanto ao Currículo, destaca o relatório a criação dos Bancos de Módulos, visando facilitar aos estudantes da Fase III o acesso ao material básico para estudos. Registra ainda a adaptação curricular dos conteúdos para as Fases II e IV, o conteúdo experimental de Educação Artística e a criação do Banco de Questões para os exames supletivos (DISTRITO FEDERAL, 1982b).

O terceiro relatório, de junho de 1983, referente ao ano de 1982, registra que o Mobral atendeu a 3.112 matrículas da Fase I. O relatório chama a atenção para o atendimento da rede oficial, onde estão matriculados 77% dos estudantes contra 22%

da rede particular. Foram emitidos 9.835 certificados de habilitação, por meio da função suplência, enquanto a função qualificação atendeu a 9.746 matrículas em 373 turmas entre 45 cursos. No aspecto curricular, o mesmo relatório destaca os desafios do Ensino Supletivo e que “pelo tipo de clientela, suas aspirações e a dificuldade que encontra para harmonizar horários, trabalho e estudo, o Ensino Supletivo busca, em permanência, novas fórmulas de tornar o ensino mais objetivo e atraente” (DISTRITO FEDERAL, 1983, p. 13).

O discurso oficial presente nos relatórios indica a implementação de alternativas pedagógicas, como os Cadernos Intermediários e Guias de Estudo, novos Módulos de Ensino, programas e material instrucional de disciplinas. A elaboração desse material foi assessorada por professores regentes, em reuniões e análises do material proposto. Informam ainda que a utilização dos Módulos pelos professores foi precedida por estudos, durante uma semana de formação.

O Programa 5, que trata de atividades de cunho artístico e cultural, não contempla o supletivo em nenhum de seus subprogramas. O Ensino Supletivo talvez tenha sido contemplado com alguma participação nas ações desportivas, atendidas pelo Programa 6, que informa a realização do 12º Jogos Estudantis Noturnos do Distrito Federal, conhecidos como Corujão, com participação de 1.772 alunos em sete modalidades. Possivelmente, esse Corujão contemplou estudantes do Ensino Supletivo, já que era modalidade direcionada exclusivamente ao noturno, mas não localizamos informação precisa. O relatório faz menção também ao torneio de futebol realizado na Semana do Supletivo, mas não destaca o quantitativo de estudantes envolvidos nem apresenta mais informações. Ainda no Programa 6, o Subprograma Educação Cívico-Recreativa faz referência a uma atividade que foi o Segundo Festival dos Alunos do Ensino Supletivo da Rede Oficial, mas não traz mais informações, não faz referência de onde aconteceu e quantos participaram.

O relatório final, do ano de 1984, lançado em fevereiro de 1985, ainda registra a presença do Mobral como responsável por 9,3% das matrículas na função Suplência. Destaca nos aspectos pedagógicos a elaboração de doze módulos de História, seis de Inglês e a reelaboração de conteúdo das Fases II e III. Há nesse mesmo período a organização do documento *Manual do Aluno do Ensino Supletivo* e a *Diretriz Pedagógica para o Ensino Supletivo no DF*, seguidos do *Manual do Instrutor* e o *Catálogo dos Cursos de Qualificação e Suprimento*. Todos os materiais indicados nesse relatório são fontes importantes para a compreensão da concepção de EJA,

que perdurou nesses quinze anos de implementação do Ensino Supletivo no DF, mas permanecem como fonte a ser explorada.

Vale ressaltar que esse material constitui uma importante memória para a educação de jovens e adultos, porém até o momento ele não foi localizado. Esperamos que não tenha se perdido pelo tempo e que seja possível localizá-lo em um dos dois galpões da Secretaria de Educação, no Setor de Indústria Abastecimento (SIA), onde estão armazenados processos, publicações da SEDF e outros, ou nos arquivos encaixotados em escolas. Espaços como o Galpão no SIA, a cujos arquivos não tivemos em função da burocracia interna e da conjuntura estabelecida pela pandemia.

Ainda no Programa 3, no subprograma 3.5 – Melhoria da produtividade do ensino, dentre as atividades desse subprograma, está a melhoria do rendimento escolar no Ensino Supletivo, embora os aspectos que levaram a essa melhoria não tenham sido esclarecidos ou citados. Esse item tem por objetivo melhorar a produtividade no supletivo por meio de cursos e exames. Destaca-se que esse é o primeiro relatório que apresenta essa divisão entre cursos e exames no Ensino Supletivo. Quanto aos cursos, o relatório diz que

Implantaram-se experiências pedagógicas dos complexos escolares do Guará, Fase 4, com avaliação no processo; do núcleo bandeirante, Fase 4, preparatório para exames; do Cruzeiro, Fase 2, com objetivo de minimizar a evasão e elevar os índices de rendimento. Observou-se que no Guará houve redução de 13% na evasão e elevação de 19% do índice de rendimento comparativamente a 1983. No Cruzeiro houve redução de 8% na evasão e elevação de 18% no índice de rendimento em relação a dados anteriores (DISTRITO FEDERAL, 1985a, p. 33).

Quanto ao exame supletivo, o relatório aponta que foram realizados dois exames para o nível de Primeiro Grau, Fase 3, atendendo a 22.307 candidatos e dois exames supletivos de Segundo Grau, Fase 4, com atendimento a 37.347 candidatos. Ainda houve o levantamento de interesse nos 278 órgãos públicos e empresas particulares para emissão das modalidades técnicas dos exames supletivos profissionalizantes, que serão realizados em 1985. Ainda sobre os exames, o relatório diz que

a ampliação do acervo do banco de questões para 4.500 questões, testados e validados, abrangendo Primeiro e Segundo Graus e a utilização de questões constantes do acervo do banco de questões nos exames supletivos

de Primeiro Grau, realizados em junho de 1984 refletindo-se em dados positivos para melhoria qualitativa dos exames com aumento de 38% no total de candidatos habilitados, comparando-se aos resultados dos exames realizados em junho de 1983 (DISTRITO FEDERAL, 1985a, p. 34).

O Programa 4, que trata da Integração entre escola e comunidade, quanto ao Ensino Supletivo, destaca o seguinte:

Na integração comunitária o projeto visa sistematizar e expandir a relação da escola com a comunidade buscando a participação conjunta das Secretarias de Educação e Cultura, da Fundação Educacional e da Fundação Cultural com outras instituições de ensino supletivo, destaca-se o atendimento a 4.263 alunos através de cursos de suplência mediante convênio com: Telebrasil; Sesi Regional e nacional; SESC; Desafio Jovem... atendimento a 6.414 alunos do ensino supletivo e elementos da comunidade de todos os complexos escolares em programações de suplemento através da oferta de 14 cursos e de 69 atividades. Desenvolvimento de experiência em três estabelecimentos de ensino de três complexos escolares envolvendo pais de alunos do projeto ABC visando minimizar as perdas educacionais nas séries iniciais do ensino de 1º Grau com resultados positivos conforme depoimentos. Atendimento a 7.637 alunos do ensino supletivo e elementos da comunidade em 36 cursos de qualificação abrangendo os setores primário secundário e terciário da economia, os cursos foram desenvolvidos nos estabelecimentos de ensino dos 6 complexos escolares bem como na Escola Parque da Cidade, PROEM e no Centro de Internamento e Reeducação-SER (DISTRITO FEDERAL, 1985a, p. 41).

O relatório revela, no Programa 6 – Educação Desportiva, a integração e realização do 4º Torneio Interescolar dos alunos do Ensino Supletivo, do qual participaram 116 alunos de seis Complexos Escolares da rede oficial de ensino, nas modalidades de futebol de salão e voleibol feminino. Além da atividade do 15º Jogos Escolares Noturnos do Distrito Federal, o Corujão, contando com participação de 2.019 alunos nas modalidades de atletismo, futebol, futebol de salão, handebol, judô, tênis de mesa e voleibol; porém, não é possível afirmar a participação do Ensino Supletivo nos jogos escolares noturnos, uma vez que não há no relatório menção à participação ou não participação.

Quanto ao Programa 7, que trata da formação de Recursos Humanos, embora com oferta de vários cursos para atualização e com a preocupação do Progresso na carreira dos Professores, não consta do relatório nenhuma oferta de cursos de formação e/ou qualificação para professores que atuam no Ensino Supletivo.

Toda essa documentação de relatórios evidencia para a pesquisa o crescimento constante nos Cursos Supletivos da rede pública, enquanto ocorre o decréscimo na rede privada. Porém, essa informação precisa se somar aos dados de

cursos preparatórios para os exames que, no contexto dos anos 1980, acabaram por substituir muitos cursos presenciais privados, pois se tornou uma estratégia mais rentável para a rede privada. Mesmo com o decréscimo nas matrículas da rede privada, a pauta do CE/DF, entre o fim da década de 1970 até 1985, é marcada pela aprovação de funcionamento de novos cursos técnicos nessa rede.

No âmbito da SEC, registra-se a autorização de exames profissionalizantes, aprovação de novas propostas curriculares para o Ensino Supletivo na SEC/DF e a regulamentação das taxas de cursos privados e de exames de suplência no DF. Destaca-se no período o Parecer nº 05/82 do CE/DF, que avalia o instrumento e a metodologia de avaliação diagnóstica da situação dos cursos supletivos em funcionamento no DF. Tal parecer baixa diligência na SEC/DF para reexame do instrumento de diagnóstico, apresentado em 8 de julho de 1982. O mesmo processo retorna ao CE/DF em novembro de 1983, mais de um ano depois, quando é aprovado o Instrumento de Avaliação do Ensino Supletivo no Sistema de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 1985a). Não localizamos o resultado dessa avaliação diagnóstica, mas foi possível identificar o seu impacto, uma vez que motivou o tema da X Conferência de Educadores do Distrito Federal que ocorreu em 1985, e abordaremos no próximo capítulo.

Quanto à oferta de matrículas para Ensino Supletivo na rede pública no período compreendido entre 1964 a 1984, os registros oficiais encontrados pela pesquisa começam em 1966, conforme demonstrado na Tabela 5 – Série Histórica I, sendo inicialmente no total de 4.430. Esse número quase dobra em 1968 e avança a partir de 1969 com a ampliação de oferta para as outras cidades-satélites, tendo a pesquisa localizado registro inicial de matrículas em Brazlândia (1970), 295 matrículas; Ceilândia (1972), 590 matrículas; Gama (1970), 1.978 matrículas; Núcleo Bandeirante (1970), 593 matrículas; Planaltina (1972), 586 matrículas; Sobradinho (1970), 1.787 matrículas; e Taguatinga (1970), 3.813 matrículas (DISTRITO FEDERAL, [s.d]1).

Tabela 5 - Série histórica I: matrícula inicial, Ensino Supletivo, rede pública, DF – 1966-1984.
Tabela dividida em 2 colunas com dados de matrículas dos anos de 1966 até 1984.

Ano	Matrículas
1966	4.430
1967	4.774
1968	7.871
1969	10.205
1970	12.397
1971	12.148
1972	20.106

Ano	Matrículas
1973	27.465
1974	23.222
1975	23.215
1976	21.909
1977	21.872
1978	22.546
1979	22.979
1980	24.623
1981	28.612
1982	31.352
1983	31.707
1984	33.502

Fonte: (Distrito Federal, [s.d.]1); (Distrito Federal, 1980b); (Distrito Federal, 1985a).

Embora alguns registros históricos apresentem informações de classes de alfabetização e de educação de adultos nos anos iniciais de Brasília, não foram localizados registros oficiais de quantitativos de matrícula da alfabetização ou educação de pessoas jovens e adultas dos anos de 1960 até 1965. No período seguinte, algumas notas indicam a inclusão dos dados de matrícula do Mobral durante seu funcionamento efetivo e, embora não a cargo da SEC, são contabilizados como tal. Pelos registros na Tabela 5, acima, podemos observar que a matrícula no Supletivo avança do final da década de 1960 para o início da década de 1970, mantendo a partir daí uma linearidade no padrão de matrículas na casa dos 20 mil, tendo refletido algum avanço somente no início da década de 1980, superando 30 mil matrículas.

Calculando a média de variação, vimos um crescimento positivo, embora tímido, sendo que os maiores índices ocorreram em 1968, com saldo de 64,9% a mais de matrículas, e em 1972, com crescimento de 65,5%. Em 1973, houve aumento importante de 36,6% de novas matrículas, mas o ano seguinte aponta o maior decréscimo no período, com um índice 15,4% menor. Em 1969, essas matrículas, de acordo com o documento *Diagnóstico do setor educação no Distrito Federal*, considerando a faixa etária, representavam 69,1% do grupo etário com idade entre 14 e 21 anos (DISTRITO FEDERAL, 1980b, p. 31; 1970, p. 77).

Quanto aos Exames de Madureza, conforme apresentado no Capítulo 1, os primeiros registros no Distrito Federal estão na Resolução 01/62 do CEDF que trata do assunto. De 1962 a 1964, os Exames de Madureza foram realizados em unidades escolares. Em 1965, os Exames de Madureza passam por uma reestruturação, e é criada na estrutura administrativa da Fundação Educacional, dentro do Departamento

de Ensino Médio, a Assessoria Especial para Exames de Madureza, assim permanecendo até 1971, quando foi extinto e substituído pelo Projeto Minerva. A pesquisa não localizou dados ou registros de matrículas referentes aos Exames de Madureza no Distrito Federal anterior a 1965, somente foram levantados dados do período de 1965 a 1969, ainda que frágeis e superficiais, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Matrícula e conclusão, por Ciclo, Exames de Madureza, SEC/DF – 1965/1969.
Tabela organizada em cinco colunas com dados de Exames de Madureza dos anos de 1965 até 1969

ANOS	1º CICLO		2º CICLO	
	Matrícula	Conclusões	Matrícula	Conclusões
1965	1.112	75	109	4
1966	1.367	163	274	14
1967	1.628	206	984	71
1968	2.435	337	1.477	144
1969	2.627	291	1.894	286

Fonte: Divisão de Pesquisas e Orientações – CME/SEC (DISTRITO FEDERAL, 1970, p. 310). Reprodução do original, com adaptações da autora.

Extinto o Madureza, o Projeto Minerva passa a substituí-lo, e esbarramos na mesma ausência de dados. Contudo, vale ressaltar que mesmo as informações localizadas desse período, embora em fontes do governo do Distrito Federal, encontram alguma distorção nos dados entre uma publicação e outra. Por isso, optamos por trabalhar com os dados das Séries Históricas de Matrículas, quando possível. Essas divergências, para mais ou para menos, não causam grande impacto no todo das matrículas e/ou das informações e acabam por não influenciar sobremaneira no todo para a nossa pesquisa, contudo, para algum recorte específico, pode haver algum impacto.

Nesse item, nossa tarefa esteve centrada em apresentar como o governo organizou a oferta do Supletivo para atender à demanda crescente que demonstramos no item 2.1 deste Capítulo. Em relação a essa oferta, o que localizamos demonstra que, embora com planejamento, há uma dispersão entre oferta e demanda e distanciamento entre Ensino Supletivo e Alfabetização para pessoas jovens e adultas. A carência nos dados e documentos históricos cria lacunas que impactam na compreensão de muitos dos processos históricos e fragiliza a reconstrução dessas “pegadas”.

O que encontramos no período é também a presença da sociedade civil na disputa de construção de uma educação para pessoas adultas. Embora silenciadas ou apagadas, iniciativas anteriores ao Golpe vão aos poucos tomando novo fôlego e retomando, com outros atores e em momentos distintos, novas formas de organização e de atuação política, como veremos no item seguinte.

2.3 Cenários Incertos: a educação de pessoas trabalhadoras nas iniciativas da sociedade civil

No Capítulo 1, acompanhamos a implantação da experiência de Paulo Freire no Distrito Federal com ampla participação do movimento estudantil, de ações voluntárias e envolvimento de professores. O envolvimento da sociedade civil na alfabetização vai se alastrando pelo Distrito Federal com intensa velocidade, e a ruptura chega com o Golpe de 1964. Propagadores ou não de ideais comunistas ou materialistas, o certo mesmo é que a experiência piloto realizada no segundo semestre de 1963 e com expansão iniciada nos primeiros meses de 1964 foi extinta logo após a instauração da Ditadura Militar que ocupou o Estado brasileiro a partir de 31 de março de 1964. O que resultou, inclusive, em muitos inquéritos policiais que tiveram que ser respondidos pelas pessoas envolvidas, desde os que ocupavam os cargos no MEC aos mais simples alfabetizadores, que atuaram nos círculos de cultura.

Ao acessar as informações disponíveis no site Memórias Reveladas (<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>), do Arquivo Nacional, sobre os inquéritos instaurados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) no período do regime militar, encontramos dossiês de vários dos sujeitos envolvidos nas ações de alfabetização de adultos. O caminho de entrada no Banco de Dados pela palavra-chave “alfabetização de adultos” nos permite ler os relatórios elaborados nos processos dos interrogatórios.

Os assuntos indicados nesses documentos do SNI, que aparecem com o carimbo de CONFIDENCIAL, são reveladores do julgamento antecipado dos réus – por exemplo, “Infiltração comunista em setores da administração pública” – ou ainda dos desdobramentos da vigilância, que irá se estender por mais duas décadas em torno dos sujeitos envolvidos nas ações de alfabetização, identificando alfabetizadores subversivos, inclusive no Movimento Brasileiro de Alfabetização

(Mobral), considerado o propagador explícito da ideologia de segurança nacional e anticomunista, implantada pelo Regime Militar (PAIVA, 2003).

Encontramos dificuldade para identificar as ações que permaneceram em atividade após o golpe, devido ao silenciamento e apagamento impostos pela própria conjuntura política daquele momento. Pequenas ações da sociedade civil aparecem em discretas pistas voltadas para o campo da alfabetização, mas sem informações que possibilitem aprofundar a pesquisa para compreender os objetivos, o alcance, a continuidade e resultados das iniciativas. A exemplo, registramos turmas de alfabetização na Casa do Ceará (Asa Norte) entre os anos de 1969 e 1971; Associação Cristã Feminina de Brasília, na W3 Norte, também no mesmo período. Porém, perseguimos duas pistas interessantes: uma diz respeito à Associação de Educadores de Ensino Supletivo (AES), a outra sobre o Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES).

Para entender como surge a AES, cuja criação data de 1962, lembremos que a instalação das classes de alfabetização e de ensino supletivo se dá somente por meio de convênios com entidades juridicamente constituídas para esse fim, prática executada pelo MEC e absorvida pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal – SEC/DF, conforme relata trecho do Parecer do CE/DF nº 15, de 23 de março de 1976.

Desde o início de Brasília, sempre houve uma preocupação do MEC, juntamente a várias entidades interessadas, em erradicar o analfabetismo, nesta cidade, oferecendo uma educação de base para adolescentes e adultos, que não tiveram oportunidade de frequentar escolas na idade própria. De início, o próprio MEC, através do Programa de Emergência para Educação do Distrito Federal, que recebeu o apoio da antiga Diretoria do Ensino Industrial, efetuava o pagamento contra recibos, dos professores que regiam as classes do Ensino Supletivo. Logo depois, o MEC passou a exigir que os cursos supletivos fossem ministrados através de entidades juridicamente constituídas, com as quais o MEC, através do Programa de Emergência, celebrava convênios para transferência de recursos. O Programa de Emergência foi substituído pela Comissão Diretora do Ensino Supletivo no Distrito Federal, que continuou, mais ou menos, com o mesmo sistema de trabalho. Foram muitas as entidades que se constituíram juridicamente, se registraram em cartório e assinaram convênios com a Comissão Diretora para oferecimento de Cursos Supletivos, antes da vigência da Lei nº 5.692/71. O mesmo fez a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, que tinha em sua estrutura uma Assessoria do Ensino Primário Supletivo (DISTRITO FEDERAL, 1982a, p. 325).

O Parecer, que discute o papel da AES/DF e sua relação com a SEC/DF, relata ainda que, segundo informa a SEC/DF, várias entidades buscaram, a partir de 1964,

registros de cursos, porém muitas não alcançavam êxito, pois não cumpriam as determinações legais para credenciamento, motivo pelo qual o MEC orienta as organizações a criarem uma entidade que as represente, tendo sido aí criada a Associação de Ensino Supletivo do Distrito Federal – AES/DF, como sociedade civil, que passa a ministrar o Ensino Supletivo recebendo subsídio do MEC e utilizando salas e instalações de prédios escolares tanto de escolas públicas como particulares. Todavia, a Associação nunca recebeu autorização de funcionamento pelo CE/DF, tampouco as entidades agregadas à Associação, nem os certificados expedidos por essas instituições foram registrados no Departamento de Ensino Primário da SEC. Como se tratava de cursos particulares, mesmo tendo convênio com a SEC/DF, havia necessidade da autorização para que os registros de certificação tivessem validade.

Um indicativo da influência da AES/DF nas ações que envolviam a educação de pessoas trabalhadoras está na sua representação em instâncias como a Comissão de Ensino Supletivo. Conforme noticiado pelo *Correio Braziliense* à época, em janeiro de 1964, o Ministro da Educação e Cultura, Júlio Sambaqui, assina portaria criando a Comissão Diretora do Ensino Supletivo do Distrito Federal, cuja atribuição, em cooperação com instituições e entidades do DF, é criar oportunidades para a continuidade dos estudos primários a adolescentes e adultos. A Comissão foi constituída por um representante do Ministro da Educação, um representante da Secretaria de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, do presidente da Associação dos Educadores do Ensino Supletivo e do presidente da União dos Estudantes Trabalhadores (UET). Somente a alfabetização de adolescentes e adultos fica sob a responsabilidade do Programa de Cultura Popular (*Correio Braziliense*, 29 de janeiro de 1964, p. 8).

Mesmo com a redução de matrículas na Associação a partir de 1972, por consequência da ampliação de oferta pelo Departamento de Ensino Complementar da FEDF e do Mobral, a Associação permanece no atendimento e, segundo consta no Parecer nº 15 do CE/DF, em 1975, mantinha 183 turmas com 6.619 alunos, tendo assinado convênio com 29 entidades e, por meio de convênio com a MEC/DSU/SEDF/FEDF, ocupava 25 escolas públicas. No mesmo Parecer, a AES/DF esclarece que seu material didático e a metodologia aplicada seguem a orientação do projeto Educação Integrada do Mobral. Os cursos tinham duração de 10 meses, com dois semestres de 300 horas, em 3h diárias. Oferecem apenas a Fase II, que

corresponde às quatro primeiras séries do 1º Grau e não realiza Exames de Suplência (DISTRITO FEDERAL, 1982a).

Por fim, o Parecer n.º 15/76 do CE/DF é favorável à autorização de funcionamento precário da Associação, recomendando 120 dias para que apresente as demais exigências para a completa aprovação de funcionamento dos Cursos Supletivos da AES, que acaba ocorrendo no Parecer n.º 111 de 15 de dezembro de 1976. A experiência de sobrevivência dessa entidade da sociedade civil, permanecendo na oferta de cursos supletivos, em parte é uma resposta à demanda por expansão da matrícula, que se deu em condições precárias desde os anos de 1960, em classes noturnas (DISTRITO FEDERAL, 1982a).

Outra pista perseguida foi com relação ao Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES). Desde o início da construção de Brasília, a participação da igreja foi muito presente, quer nos canteiros de obras, quer na conquista de áreas nobres para instalação de suas realidades pastorais. Em meio às pesquisas em jornais da época, encontramos o Padre Eduardo van de Walle, Missionário do Sagrado Coração, que teve uma interessante trajetória ligada à educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal. Ele foi o primeiro pároco da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, criada em 2 de fevereiro de 1959 e situada na L2 Sul, Asa Sul. Dom Raymundo Damasceno relata sobre a presença de Pe. Eduardo,

Quando chegou, tudo estava por fazer. Começou a construir: primeiro a igreja viva, visitando e evangelizando os acampamentos de trabalhadores que erguiam Brasília; simultaneamente, também a igreja-templo, provisoriamente em madeira, inaugurada em 6 de agosto de 1960 (ASSIS, 2021, p. 179).

Influente no meio político e interessado pela causa da educação de adultos, Padre Eduardo circula em meio às reuniões que discute a implementação do Programa Nacional de Alfabetização. Nas pesquisas no ARPDF, localizei fotografia pertencente ao Fundo Paulo de Tarso retratando uma reunião ocorrida no MEC, com uma observação escrita no verso desta: “*Jesus entre os doutores?*” Pelo contexto, suspeito tratar-se de Padre Eduardo.

Padre Eduardo funda, em junho de 1962, o Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES), cuja fundação é assim descrita por Dom Raymundo:

O IBES nasceu da preocupação social de um grupo de pioneiros de Brasília que constatou que, com a paralisação das obras da construção de Brasília,

após a renúncia de Jânio Quadros, os contrastes sociais se acentuavam de uma maneira intensa. Grandes camadas sociais sem qualificação social, analfabetos ou semianalfabetos, concentravam-se no próprio Plano Piloto, em grandes acampamentos e invasões.

Os trabalhos da comunidade começaram em um prédio de madeira que servia de igreja e de escola para adolescentes e adultos, logo ampliado para um anexo que seria o berço do IBES: um prédio com 8 salas e diretoria para alfabetização e ensino supletivo, com capacidade de 450 alunos, incluindo a área da igreja (ASSIS, 2021, p. 180).

Padre Eduardo consegue auxílio financeiro da MISEREOR³⁵, do MEC, por meio de convênios, do governo da Holanda e da Kirche in Not³⁶ para a construção da sede do IBES, como centro de formação para cursos “de marcenaria, mecânica geral e manutenção, serralheria, solda elétrica, torno, tecelagem, nutrição, corte de costura, etc., com duração de dois anos.” Porém, as ações do Padre Eduardo nos trabalhos do IBES foram minguando a partir de 1969, tanto pela carência de recursos financeiros quanto de apoio aos cursos e atividades desenvolvidas (ASSIS, 2021, p. 181).

O resgate dessa história instalada no período passado foi apresentada no Capítulo 1 desta tese, e o que nos chamou ainda mais atenção para a trajetória do Padre Eduardo partiu de uma informação relatada por Assis (2021, p. 181): “ Padre Eduardo viajou para a Holanda e não conseguiu visto para voltar ao Brasil.” Perseguimos as razões que impediram Padre Eduardo de retornar ao Brasil e as possíveis relações deste fato com o seu trabalho na alfabetização, educação e qualificação de pessoas jovens e adultas já desenvolvidas por meio do IBES.

Outra informação que chamou atenção na tentativa de “ligar” os fatos foi o caso do padre holandês João Alberto Rutgens, que assumira como pároco (posteriormente ao Padre Eduardo) na Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Ele fora preso durante o Regime Militar, em 1970, pelas acusações de contato com a VAR-Palmares³⁷ e ter acobertado, em esconderijos católicos como o Lar Acadêmico da Paróquia do Divino Espírito Santo, localizado na Asa Norte, estudantes tidos como subversivos. Pe. João Alberto teve sua fuga “facilitada” pelos militares para o seu retorno à Holanda, de onde não mais voltou ao Brasil.

35 MISEREOR – Organização dos Bispos Católicos Alemães para a Cooperação e para o Desenvolvimento. Tem sede na Alemanha.

36 Kirche in Not – A Igreja em Necessidade, instituição de caridade pastoral com foco principal na formação de seminaristas, construção de instituições e igrejas. Tem sede na Alemanha.

37 VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, organização considerada de extrema-esquerda, lutava contra o regime militar imposto pelo Golpe de 1964.

Voltando ao Pe. Eduardo van de Walle, fomos em busca de pistas no site do Arquivo Nacional³⁸, onde localizamos dois arquivos digitalizados, sendo o primeiro o *Instrumento de Informação 728/71*, do Departamento de Polícia Federal. Trata-se de um apanhado de informações sobre Padre Eduardo, entre elas que ele era tido como simpatizante do movimento comunista e tinha atuação no movimento estudantil de Brasília no ano de 1968. Por ser amigo e residir com o padre João Alberto Rutgens, que respondeu por Inquérito Policial Militar e foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por apoio a pessoas ligadas à VAR-Palmares, ficou ainda mais em evidência. Com a saída do Brasil de padre João Alberto, o relatório informa que Padre Eduardo conseguiu uma bolsa de estudos na Europa, que se acreditava ser uma estratégia para “sair de evidência por certo período”. O segundo é o *Processo 57.302/71, Ministério da Justiça* que, de caráter sigiloso, trata do retorno ao Brasil do padre Eduardo van de Walle, previsto para agosto de 1971. Nele consta o Ofício de n.º 92-E2, do Comando Militar do Planalto (CMP), cujas informações tratam o IBES como instituição de apoio a religiosos “progressistas” e suspeitos de subversão, sendo o Padre Eduardo o seu fundador e presidente; e que considerando suas atividades e suas ligações com “elementos comprometidos com a subversão”, recomenda que sejam “tomadas providências visando evitar o retorno” do Padre Eduardo ao Brasil. Ainda no mesmo Processo, uma única página na tentativa de defesa, porém sem identificação, relata a atuação do Pe. Eduardo:

Desde sua chegada no Distrito Federal sua maior preocupação era de ajudar em resolver os problemas: 1 – No setor de alfabetização de adultos; 2 – Formação profissional e treinamento para mão de obra especializada na construção civil (carpinteiros, serralheiros, eletricitistas). Com o auxílio do governo conseguiu idealizar o Instituto Brasileiro de Educação Social, obra que na maior parte foi financiada por MISEREOR, da Alemanha e pelo governo Holandês (máquinas). Além de formação educacional o IBES se propôs a ser um centro social através de atividades em âmbito paroquial e pastoral. Realizou convênios com SENAI, com Ministério de Educação. Fez estudos em alto nível em relação com o problema de Cursos de Madureza. Foi um dos diretores que mais se ocupou com o Ensino Supletivo cuja secretaria funciona hoje nos estabelecimentos do IBES. Atuou como professor na faculdade do Serviço Social. Conseguiu um bolso de estudo para se aperfeiçoar na Sociologia e Organização Educacional, custeado pelo Aiuto alla chiesa che soffre na Europa... (BRASIL, 1971b, p. 10).

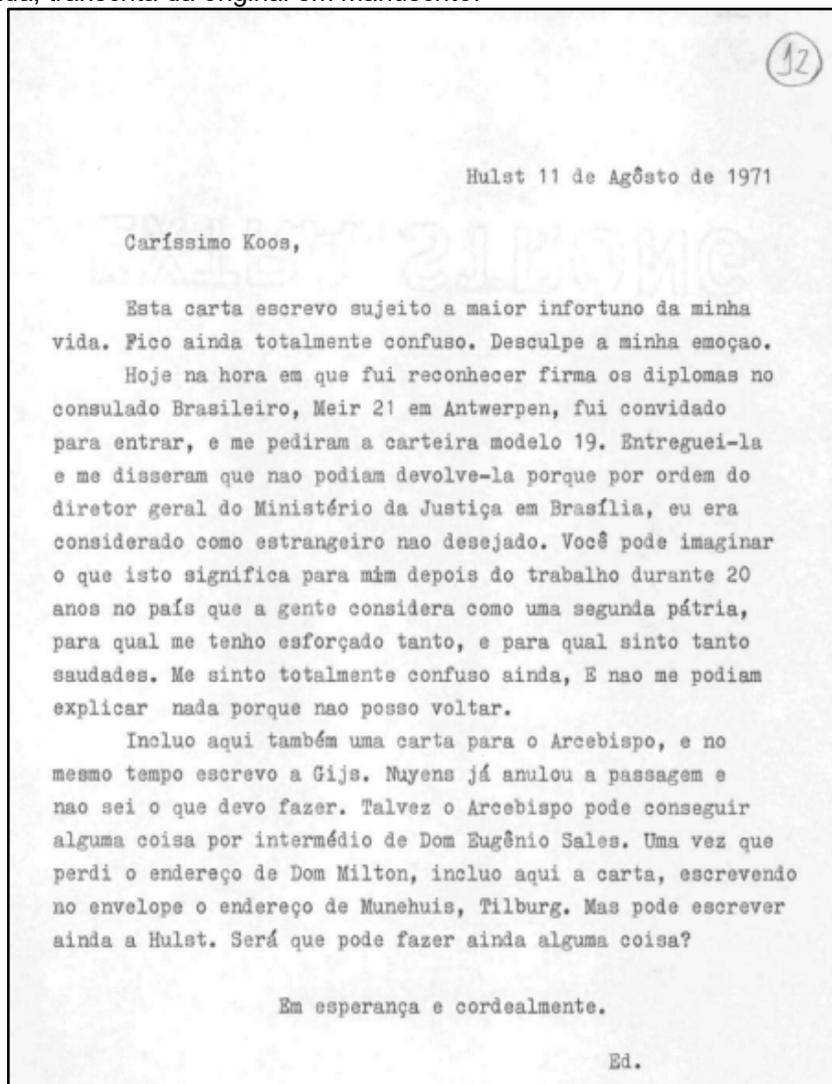
As articulações realizadas conseguiram barrar a tempo o retorno de Padre Eduardo ao Brasil, conforme carta - transcrita da original em manuscrito - (Figura 20)

38 Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>.

que ele escreve demonstrando surpresa e não entendimento do ocorrido, pedindo, inclusive, a intercedência da Arquidiocese em favor de seu retorno ao Brasil.

Figura 20 - Carta Padre Eduardo Van de Walle para Koos.

Imagem da carta de Padre Eduardo para o amigo Koos, solicitando ajuda para voltar ao Brasil. A carta está datilografada, transcrita da original em manuscrito.



Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=PADRE%20EDUARDO%20VAN%20DE%20WALLE&v_fundo_colecao=
Acesso em: 20 abr. 2022.

O retorno do Padre Eduardo não aconteceu. Foram esses os registros encontrados que justificaram barrar o retorno de padre Eduardo van de Walle ao Brasil, em agosto de 1971. O IBES, possivelmente enfraquecido com a ausência de Padre Eduardo, acaba por encerrar suas atividades e, segundo esclarece Assis (2021), o local onde funcionara o IBES é hoje ocupado pelo Colégio Marista, o Maristão, na Avenida L2 Sul. Não localizamos registros de como se deu esta

transferência. A Paróquia do Sagrado Coração de Jesus foi posteriormente (1989) designada para outra ordem religiosa, os Mercedários, que permanecem até os dias atuais, e foi dada nova denominação para a paróquia, que passou a ser Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora das Mercês.

Possivelmente, outras iniciativas estavam surgindo no período, principalmente com organizações da sociedade civil, porém a ausência do registro e sistematização das ações e atividades desenvolvidas pela sociedade civil permanece um desafio para a reconstrução dessa história. Contudo, o que desponta para o início da década de 1980 são movimentos emergindo para um cenário movimentado pela redemocratização do país.

Um exemplo de iniciativa desses movimentos é o lançamento da publicação *Paulo Freire e a Educação Brasileira*, noticiada em pequena mas significativa nota no *Correio Braziliense*, Figura 21. Editado pela Frente Cultural de Brasília³⁹, o livro reúne importante debate sobre Paulo Freire, sua trajetória e passagem pelo Distrito Federal.

39 A Frente Cultural de Brasília era composta por: Sindicato dos Comerciários de Brasília, Edilson José Muniz; Sindicato dos Bancários de Brasília, Maria Luísa Martins Neiva; Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais e Assistenciais de Brasília (Senal-ba), Maria de Sousa Duarte; Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Maria do Rosário Caetano; Associação dos Sociólogos do Distrito Federal, Maria Auxiliadora (Dôra); Cuca (Movimento Candango de Dinamização Cultural), Ézio de Sousa Pires; Comissão de Cultura do DCE – Universidade de Brasília, Marcelo Montiel da Rocha; Diretório dos Estudantes do Ceub, Paulo Miranda; Diretório Central dos Estudantes da UDF, Carlos Alves Moura; Centro de Cultura da Universidade Católica, Wladimir Cavalcanti; Cineclubes Gavião do Cruzeiro, Berenice Rosalina da Silva; Conselho Regional da Ordem dos Músicos, Jorge Antunes.

Figura 21 – Nota publicada sobre o lançamento livro Paulo Freire e a Educação Brasileira
 Nota publicada no jornal Correio Braziliense de 22/10/1982, sobre o Lançamento livro Paulo Freire e a Educação Brasileira

●

O livro **Paulo Freire e a Educação Brasileira**, editado pela Frente Cultural de Brasília, será lançado nesta sexta-feira, às 19 horas, no Jogue Elétrica, loja alternativa que fica defronte ao Teatro Dulcina, no Setor de Diversões Sul.

Os autores dos estudos reunidos no livro : a pedagoga canadense-brasileira Helene Barros, o comunicólogo Venício Artur de Lima e uma equipe de seis mestrandos em Educação da UnB.

O livro **Paulo Freire e a Educação Brasileira** discute a obra do "pedagogo da libertação", enfocando, especificamente, suas concepções de educação como prática da liberdade. Mas o livro, vai além disso, ao redimensionar a importância do pedagogo pernambucano, hoje reconhecido, mundialmente como um "filósofo social".

Em seu artigo, Helene Barros percorre a biografia/bibliografia de Paulo Freire, buscando as matrizes de seu pensamento. Venício, por sua vez, detecta na obra deste "pensador e filósofo social", suas concepções de comunicação a cultura. Os alunos de Mestrado da Faculdade de Educação da UnB relatam experiências ocorridas nas cidades-satélites do Gama e Sobradinho, em 1963, quando o Método Paulo Freire foi aplicado na alfabetização de adultos. Para complementar as informações do livro, há rico material fotográfico, na maioria datado de 1963. As fotos são de Deobry Santos e Marcos de Oliveira.

●

Fonte: Correio Braziliense, 22/10/1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pesq=%22alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20adultos%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=35752.

O livro *Paulo Freire e a Educação Brasileira*⁴⁰ é fruto do seminário homônimo realizado pela Frente Cultural de Brasília. Maria do Rosário Caetano, membro da frente, na apresentação do livro relata:

A Frente Cultural de Brasília, responsável pela edição deste livro, nasceu com o propósito de trazer o debate de temas polêmicos para o cotidiano do brasiliense.

Sua primeira atividade – o seminário Paulo Freire e a Educação Brasileira – realizado em abril de 82, deixou os membros da Frente (diretores de entidades sindicais, profissionais, estudantis e artísticas) aturdidos. Afinal, aguardávamos 200 participantes. Mas o que se viu foi uma lotação total do auditório do Sesc/913 Sul. Mais de 400 pessoas se espremeram pelos corredores, sentando-se no chão, ou permanecendo de pé, horas a fio (BRASÍLIA, 1982, [s.p.d.]).

40 Esta publicação foi digitalizada pela pesquisa e estará disponível.

O seminário foi um marco importante para a época, não só como impulsor e mobilizador para a temática da educação de pessoas jovens e adultas no Distrito Federal, mas como articulador político para as lutas vindouras no processo de redemocratização do país. De valioso conteúdo, convido a conhecerem a publicação (esgotada e não republicada), adquirida em sebo, digitalizada pela autora e disponibilizada no site do Museu da Educação do Distrito Federal e Centro de Memória Viva no Portal dos Fóruns de EJA.

Outra dificuldade na pesquisa desse período diz respeito às imagens fotográficas. Raros foram os registros fotográficos de jovens e adultos em situação de estudo localizados pela pesquisa. As fotos em arquivos dizem respeito a personalidades políticas, obras, eventos ou de trabalhadores em situação de trabalho. Algumas das poucas imagens de jovens e adultos estudando circulam abertamente em *sites* e publicações.

No Arquivo Público, no Fundo da Secretaria de Comunicação Social, garimpamos algumas belas imagens que nos remetem ao trabalho de educação desse público, porém a identificação das fotos não nos permite indicar exatamente a que lugar estão vinculadas. Ainda assim, pela riqueza das imagens, optamos por trazê-las não apenas para encher nossos olhos, mas também na expectativa de que, ao publicá-las, possibilitamos que algum familiar as identifique e nos traga mais pistas para futuros estudos. Seguem, nas Figuras 22 a 27, retratos da educação e formação de trabalhadores/as nos anos de 1966 e 1972.

Figura 22 - Curso para maiores

Fotografia em preto e branco de uma sala de aula do Curso para Maiores, na sala de aula estão vinte pessoas dentre estudantes mulheres e homens e observadores visitantes.

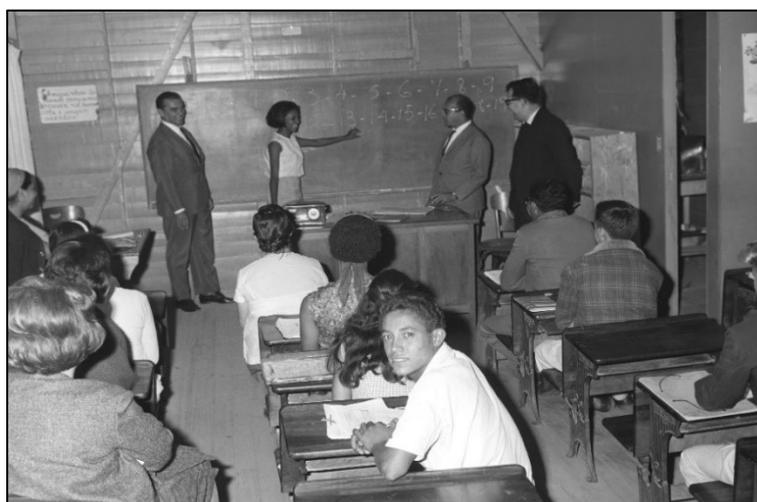


Fonte: ARPDF. Fundo SCS FF 5.5.c.1 (918). Título: Serviços Sociais. Sem créditos de autoria. Sem local. Data: 15/06/1966.

Os títulos das fotografias correspondem aos registros de catalogação do Arquivo Público do Distrito Federal na ocasião da pesquisa, e algumas das imagens só foram localizadas fazendo a busca por termos como “cursos para maiores”, “curso para adultos” ou “classe de adultos”. Lamentavelmente, não há identificação dos personagens das fotos e não conseguimos, por meio de pesquisa própria, identificar as pessoas envolvidas.

Figura 23 - Curso para adultos.

Fotografia em preto e branco de uma sala de aula do Curso para Maiores, na sala estão quinze pessoas entre estudantes e visitantes.



Fonte: ARPDF. Fundo SCS FF 5.6.c.1 (921). Título: Serviços Sociais. Sem Autor. Sem Local. Data: 15/06/1966.

É lamentável as imagens não terem autoria, para que os devidos créditos sejam concedidos. As imagens, em excelente resolução e enquadramento, deduzimos pertencer a um olhar cuidadoso e profissional, com equipamento adequado, diferente da realidade dos movimentos sociais da época, que não tinham acesso a equipamentos nem familiaridade com a linguagem fotográfica, devido à realidade social e econômica em que estavam inseridos. Dentre as inúmeras lentes que fotografaram Brasília e suas pessoas, alguns fotógrafos se destacaram pelas imagens de trabalhadores no período de construção de Brasília, como Sebastião Salgado, mas nosso especial interesse se volta para localizar imagens do fotógrafo Deobry Santos, que, pelo que conseguimos constatar na pesquisa histórica, foi o responsável pela maioria dos registros de Paulo Freire no Distrito Federal, entre 1963 e 1964 principalmente.

Figura 24 - Curso para adultos, trabalhos manuais.

Figura em preto e branco do Curso para adultos, alunas em pé em volta de uma mesa, fazendo trabalhos manuais com tecido.



Fonte: ARPDF. Fundo SCS FF 5.6.c.1 (919). Título: Serviços Sociais. Sem autor. Sem Local. Data: 15/06/1966.

As imagens das Figuras 24, acima, e 25, abaixo, remetem aos trabalhos desenvolvidos pelo Padre Eduardo, no IBES, citados anteriormente neste Capítulo. Pela data, pelas características do espaço e especificidade dos cursos e do público, aproxima-se em muito ao que era desenvolvido nos cursos de qualificação. Porém,

não é possível afirmar tal hipótese, uma vez que no Arquivo Público não há mais informações sobre as fotografias.

Figura 25 - Curso para adultos, corte e costuras

Fotografia em preto e branco do Curso para adultos, alunas na sala de aula, fazendo atividades de corte e costuras



Fonte: ARPDF. Fundo SCS FF 5.6.c.1 (922). Título: Serviços Sociais. Sem Autor. Sem Local. Data: 15/06/1966.

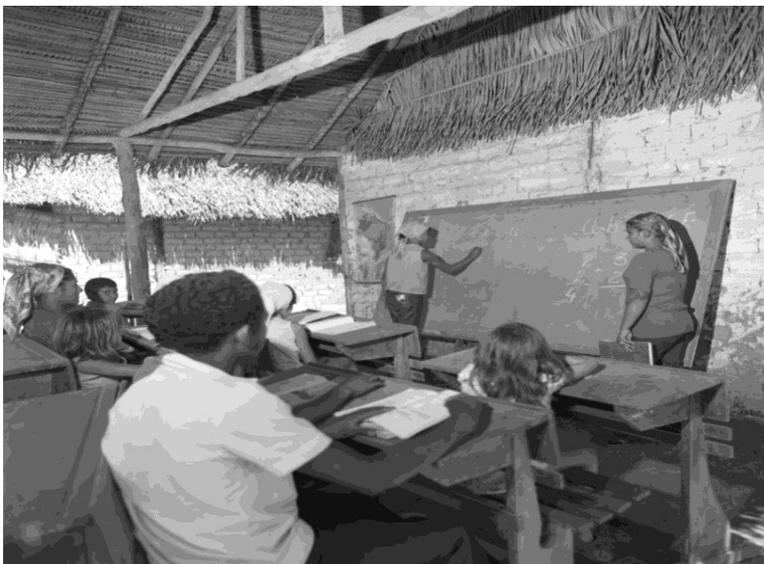
As Figuras 26 e 27 são datadas de 1972 e revelam uma classe em atividade na Escola Rural do Córrego do Ouro, localizada na área rural da Região Administrativa de Sobradinho, na comunidade do Córrego do Ouro, nome dado por um Bandeirante desbravador da capital. É uma escola ainda em funcionamento e o Projeto Político-Pedagógico da Escola conta uma parte da sua história:

Originalmente, a escola foi batizada com o nome da comunidade onde se encontra inserida e foi construída de adobe pelos próprios moradores em 1969, em parceria com a extinta Fundação Educacional do Distrito Federal. Terreno cedido por uma moradora e com estrutura inadequada, a Unidade de Ensino – UE atendia alunos de primeira a sexta série do antigo Primeiro Grau (hoje, Ensino Fundamental). Os professores se deslocavam a partir da Comunidade Ribeirão e passavam a semana na escola em razão da dificuldade de transporte na época. Em 1970, a senhora Raimunda Maria da Conceição doou outro terreno e foi construída a escola de alvenaria pela Fundação Educacional. Fundada em 04 de maio de 1970, iniciou suas atividades com cerca de 60 alunos, funcionando em dois turnos, com turmas multisseriadas, até a quarta série do extinto Primeiro Grau e tendo como responsável escolar a professora Sr.^a Enevem de Maria Vieira Ribeiro (DISTRITO FEDERAL, 2021, p. 4).

Essas foram as únicas imagens localizadas pela pesquisa de escolas rurais com presença de pessoas jovens e adultas na cena escolar, e retratam bem as características e realidade da época.

Figura 26 - Escola Rural do Córrego do Ouro.

Fotografia em preto e branco, mostrando a sala de aula com presença de alunos e professoras, a sala possui cobertura de palha e paredes rústicas da Escola Rural do Córrego do Ouro.



Fonte: ARPDF. Fundo SCS HF 12.6.a.1 (53594). Título: Educação. Sem créditos de autoria. Local Núcleo Rural Córrego do Ouro. Data: 16/06/1972.

Figura 27 - Escola Rural do Córrego do Ouro.

Fotografia em preto e branco, mostrando a turma em pé na frente da escola, são 22 pessoas entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. Mostra a cobertura de palha e paredes rústicas da Escola Rural do Córrego do Ouro.



Fonte: ARPDF. SCS HF 12.6.a.1 (53600). Título: Educação. Sem créditos de autoria. Local Núcleo Rural Córrego do Ouro. Data: 16/06/1972.

As imagens revelam um pouco do quão instigante foi explorar arquivos, documentação, registros e memórias de um período tão conturbado, silenciado e apagado. O material acessado indica uma disputa conceitual presente na educação voltada a pessoas jovens e adultas trabalhadoras do Distrito Federal, tendo por um lado uma perspectiva de formação e conscientização política, nas ações de sujeitos coletivos que apostavam na alfabetização de adultos como alternativa emancipatória, tanto no contexto que antecedeu o Golpe de 1964 quanto nos anos finais da Ditadura. E, por outro lado, uma educação aligeirada e compensatória, por meio dos cursos e exames supletivos, cuja formação correspondia aos interesses da Teoria do Capital Humano, tão presente nas reformas educacionais do contexto do Regime Militar.

O silêncio ou apagamento da história de sujeitos reais dos canteiros de obra do Distrito Federal, que observamos no projeto inicial da capital federal, como demanda concreta para educação, certamente tinha relação com a não reivindicação imediata, por parte deles, pelo acesso à escola. Esse silêncio foi rompido com o auxílio da explosão demográfica na capital, mas também como resultante do fracasso da escola diurna que, sobretudo no fim do Regime Militar, já vai transferindo um contingente considerável de adolescentes e jovens para as “fileiras” dos cursos e exames supletivos, alterando suas finalidades de forma significativa.

No capítulo seguinte, nosso esforço será de reconstruir o período de 1985 até 1998, novos tempos com a redemocratização do país; retomada política; fervor cultural nas ruas; mobilização popular nos lugares onde nascem (e renascem) movimentos sociais, populares e ONGs impulsionados pelo fervor político e lutas por conquistas de direitos. Novos debates tomam corpo nos locais onde a disputa de projetos no campo da alfabetização e educação de jovens e adultos torna-se mais evidente. Trataremos nas próximas páginas da Constituição de 1988, a emancipação política do Distrito Federal (1990), a nova LDB (1996), buscando refazer os passos para compreender os principais movimentos e os impactos na educação de pessoas jovens e adultas na capital.

3 DE SUPLÊNCIA A MODALIDADE: Entre Direitos e Disputas

Ser educado não é somente aprender ler e escrever,
mas é também sabermos os nossos direitos e lutar por eles.
Benevildo B. F. Almeida⁴¹

Neste capítulo, perseguimos as “pegadas” do nosso terceiro período, que corresponde a 1985 até 1998, embora os achados da pesquisa nos convidem a caminhar um pouco mais em alguns dados, chegando ao ano de 2000, quando for o caso. Para compreender um pouco a conjuntura desse período no Distrito Federal, buscamos algumas aproximações históricas do contexto da educação de pessoas trabalhadoras em âmbito internacional e nacional.

No campo internacional, o período das décadas de 1980 e 1990 dá destaque às Confinteas, sendo a IV Conferência Internacional de Educação de Adultos ocorrida em Paris, França em março de 1985 e a V Confintea, com o tema *Aprendizagem de adultos, uma chave para o século XXI*, que ocorre em Hamburgo, Alemanha, em julho de 1997. Outro destaque para o período é, por recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) tornando o ano de 1990 Ano Internacional da Alfabetização.

No Brasil, após 20 anos de regime militar, a ocupação do povo nas ruas em passeatas e comícios, em 1984, pela redemocratização do país, não garantiu a aprovação da Emenda das Diretas e, em 1985, Tancredo Neves e José Sarney são, em eleições indiretas, eleitos pelo Congresso presidente e vice. Porém, Tancredo Neves não assume. Adoece na véspera da posse, vindo a falecer 38 dias depois, assumindo José Sarney como presidente até março de 1990. Está em curso o processo de redemocratização do país e uma Assembleia Nacional Constituinte é instalada em 1º de fevereiro de 1987.

Com a Nova Constituinte instalada, inicia-se a tarefa de elaborar a Constituição Federal. Com ela, tímidos avanços no campo da educação são conquistados, quando em seu Art. 205 assume o compromisso com o “*pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”. Essa

41 Benevildo B. F. Almeida, alfabetizando. Trecho do texto de autoria em conjunto com a alfabetizadora Estefânia, turma concluinte, 1997, na publicação *Nunca é Tarde para Aprender* (CHAVEIROS, 2000, p. 31).

mesma Constituição estabelece o prazo de dez anos para a “universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo” (BRASIL, 1988).

A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, com a marca das emendas populares, e nela a conquista e garantia de eleições diretas em todas as esferas, horário eleitoral gratuito, o direito de voto para as pessoas não alfabetizadas, o voto dos maiores de 16 anos, e algumas outras garantias sociais, trabalhistas e individuais aos brasileiros e brasileiras. Contraditoriamente, com todas essas conquistas garantidas, após 29 anos sem eleições diretas para presidente, é eleito, no fim de 1989, Fernando Collor de Mello. O empobrecimento da população é uma realidade na década de 1980, atravessada pelos diversos planos econômicos, na tentativa de resgatar a economia já hiperinflacionada.

A Constituição de 1988 foi sendo atualizada (emendada) no correr dos anos seguintes, o que, para Costa e Machado (2017), constitui conquistas para a educação de pessoas jovens e adultas, pois “amplia o direito à educação e reitera o compromisso de sua extensão à população jovem e adulta que não concluiu a Educação Básica” (COSTA; MACHADO, 2017, p. 63).

As conquistas foram construídas com a participação dos movimentos sociais atuando em várias instâncias com propostas para avanços na educação de jovens e adultos. Oito anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, assegurando avanços e definindo caminhos para a educação nacional, a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, é aprovada. Nela não só se mantém como é reforçada a educação como direito de todos. Porém, as conquistas ainda são tímidas diante do que se apresentava como demanda histórica para a modalidade. Enquanto os movimentos defendiam uma proposta voltada para o reconhecimento de uma modalidade voltada para os trabalhadores, o texto aprovado sequer cita a palavra “trabalhadores”. Para aprofundar o debate sobre a construção da LDB/96, sugerimos leitura de Costa (2017) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (1993).

No campo da educação de pessoas jovens e adultas, também em 1985, o Mobral é extinto e nasce a Fundação Educar com vistas a substituí-lo. Porém, ela não sobrevive por muito tempo. A eleição de Fernando Collor traz mais um programa estilo campanha, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), na expectativa de erradicar o analfabetismo. Antecedendo a V Confinteia, uma importante

movimentação se dá em encontros, estaduais e nacional, com vistas à preparação para a participação do Brasil nessa conferência.

Mesmo com as disputas de concepções, é a LDB de 1996 que vai dar à educação de jovens e adultos o reconhecimento como Modalidade de Ensino da Educação Básica, rompendo com a concepção de Ensino Supletivo e sua função de suplência. Desse modo, não é correto referir-se à Educação de Jovens e Adultos como “o EJA”, o que ainda nos remete à função aligeirada do Supletivo, mas sim “a EJA”, reforçando a sua natureza como Modalidade. Com ela, espera-se a redefinição e planejamento de políticas públicas e trabalho pedagógico adequado com os sujeitos para os quais ela se destina.

No contexto internacional, a década de 1990 vive ainda muitos conflitos de guerra entre países enquanto no Brasil a década se inicia com os jovens ocupando as ruas, no movimento conhecido como “caras pintadas” em protestos contra as denúncias de corrupção no governo Collor. O movimento crescente do povo nas ruas e a instabilidade do governo diante das denúncias levam o Congresso Nacional à votação favorável ao *impeachment* de Fernando Collor em 1992, assumindo a partir daí o vice-presidente Itamar Franco. Em 1994, com a crise econômica do país, o Real é lançado como uma nova moeda, e o seu idealizador, Fernando Henrique Cardoso, no mesmo ano, é eleito presidente do Brasil, sendo empossado em janeiro de 1995 e, aprovada a reeleição, é reeleito para presidente em 1998.

Situando brevemente o contexto nacional e internacional, o nosso exercício é fazer compreender como esse cenário maior influencia o Distrito Federal na educação da população de jovens e adultos trabalhadores demandantes de alfabetização e educação. Esse terceiro capítulo da tese explora o período de 1985 até 1998 por meio de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas. As várias idas ao Arquivo Público, a espaços públicos e privados, as pesquisas na Hemeroteca Digital, no acervo pessoal institucional, foram construindo um roteiro de caminhos e registros, que estão organizados em quatro tópicos.

Inicialmente, voltamos nosso olhar para o Distrito Federal, na conjuntura de emancipação política e consolidação de uma população demandante por educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras; avançamos para compreender o Sistema de Ensino com a nova realidade da educação de jovens e adultos e o atendimento à oferta; a organização da sociedade civil em defesa da alfabetização e educação para pessoas jovens e adultas trabalhadoras no contexto da redemocratização do país e

emancipação política do Distrito Federal. Por fim, o último tópico desafia-se ao exercício de revisitar os três capítulos, consolidando elementos e concepções, marcas históricas da trajetória de 41 anos de educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal.

3.1 Brasília Consolidada e o Distrito Federal Emancipado: cenários políticos e sociais

Brasília acompanha de perto a movimentação política nacional e vê aos poucos emergirem os movimentos populares e estudantis; as associações de moradores; as organizações sindicais, políticas e sociais já para o início da década de 1980. Alguns desses abafados pela ditadura renascem no momento em que se instaura no país o espírito de retomada da democracia.

Em 1987, Brasília é considerada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, mas o reconhecimento não revela as mazelas já instaladas na periferia da capital, manifestadas principalmente pelas condições de moradia da maioria da população. Uma dessas manifestações é protagonizada na greve de fome dos moradores da Vila Paranoá em setembro de 1986, em frente à Catedral de Brasília, contra a derrubada de barracos pelo governo do Distrito Federal na Vila Paranoá, da qual trataremos mais adiante.

O movimento nacional das *Diretas Já* impulsiona também a política local e reforça o caminho para a emancipação política do Distrito Federal, tendo a Constituição de 1988 consagrado essa autonomia política, que viria a se consolidar nas eleições de 1990. Com essa nova realidade político-administrativa se avizinando, o Distrito Federal passa a viver um acelerado movimento de ocupação irregular de terras, estruturação de assentamentos urbanos e promessa de doação e regularização de lotes, o que atrai novos movimentos migratórios, embora não tão expressivos quanto do início da construção de Brasília. Essa movimentação populariza o governo biônico⁴² de Joaquim Roriz, credenciando-o para as eleições que se avizinham.

42 Pela ausência de sufrágio eleitoral para ocupar cargo de governo, sem emancipação política, o Distrito Federal contava com indicação do Presidente da República para o cargo de Governador. Devido a esse formato de indicação, denominava-se o governador/governo, jocosamente, de “biônico”.

O cenário nacional impacta o Distrito Federal, que inicia 1990 na efervescência do seu primeiro pleito eleitoral, o que coloca a população para o voto direto na escolha ao cargo de governador, e a primeira composição da Câmara Distrital, para Deputados Distritais. Para governador, é eleito Joaquim Domingos Roriz, que até o momento tinha missão de, como governador biônico, fazer a transição eleitoral no Distrito Federal.

Na organização político-administrativa do Distrito Federal, destaca-se no início da década de 1990 o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) (1992) e a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) (1993) como importantes instrumentos de ordenação política, administrativa, urbana e social para o Distrito Federal. Na área de habitação, novos assentamentos vão se constituindo na década, com eles surgem novas regiões administrativas e, com elas, novas cidades. Essa década vê surgir também os condomínios privados, um outro tipo de ocupação irregular, porém protagonizado por poderosos grileiros e a classe média alta.

As movimentações e o fortalecimento político das instituições fazem eleger, em 1994, o primeiro governo de esquerda no Distrito Federal, com Cristovam Buarque, que já havia sido reitor da Universidade de Brasília. A eleição do Governo Democrático Popular de Cristovam Buarque muda a configuração política das instituições públicas e se espera a implementação de políticas, programas e projetos que visem atender às demandas sociais presentes no território do Distrito Federal. O mandato foi marcado por conflitos entre greves e manifestações populares, não conseguindo ele se reeleger. Foi eleito em 1998, para novo mandato, Joaquim Domingos Roriz e, com ele, retornam ao poder vários atores já conhecidos no cenário político do Distrito Federal, ocupando cargos nos mais variados postos públicos.

O Censo Demográfico de 1991 contabiliza que já somos, no Brasil, quase 147 milhões de habitantes, enquanto a população do Distrito Federal alcança 1.601.094 (um milhão e seiscentos e um mil e noventa e quatro) habitantes. São quase meio milhão a mais de habitantes em uma década e, para uma cidade planejada para poucos, as mazelas sociais despontam na mesma proporção de crescimento da população e já atinge muitos. A cobertura do Censo Demográfico de 1991 e 2000 apresenta o crescimento populacional do Distrito Federal não muito longe do registrado nas estatísticas das décadas anteriores, e mesmo com o estímulo de novas transferências, na promessa de doação de lotes, em 2000, o Distrito Federal

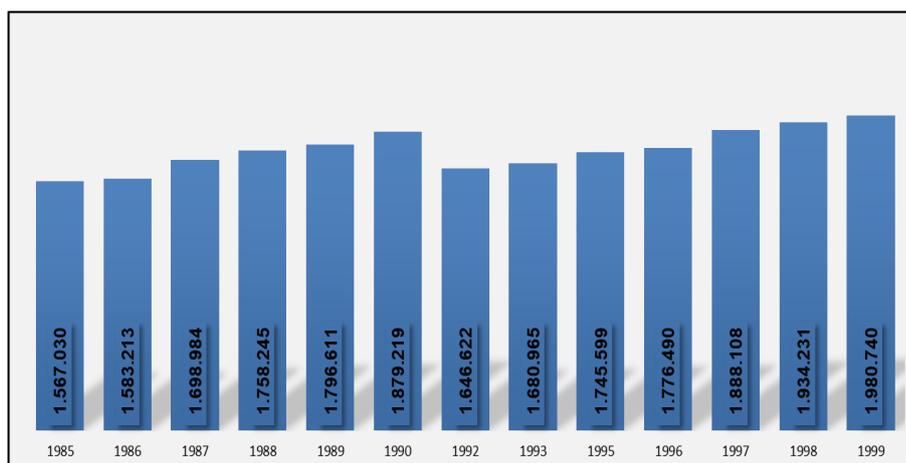
ultrapassa os dois milhões de população residente, chegando ao total de 2.051.146 (dois milhões e cinquenta e um mil e cento e quarenta e seis) habitantes.

Outra fonte de consulta sobre a população do Distrito Federal foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). A pesquisa, da década de 1980, confirma que a população do Distrito Federal se manteve em crescimento e envelhecendo, assim como nas demais regiões do país. A construção e transferência da capital, já praticamente consolidada, não era mais atrativo diferenciado para o movimento migratório tão volumoso de outrora, mas ainda assim se observa o crescimento um pouco mais acentuado entre o período de 1984 a 1989. O ano de 1990 se inicia com o mesmo reflexo no crescimento vindo dos anos de 1984 em diante, porém parece manter uma estabilidade nos anos seguintes, conforme podemos observar no Gráfico⁴³.

43 Há uma diferença significativa nos dados da pesquisa PNAD para o ano de 1990 e 1992, interrompendo a escala de crescimento da população. Acionamos o IBGE para compreender a leitura dessa informação e nos foi informado que há uma variação na pesquisa, porém o trabalho com os microdados a partir de novos pesos poderia alimentar a nossa pesquisa com dados mais precisos. Como não trabalhamos com os microdados de nenhuma das fontes e não era esse nosso interesse, optamos por utilizar o dado apresentado conforme no site e documentos do IBGE. Em e-mail, o Setor de Atendimento do IBGE nos encaminhou resposta cujos trechos relevantes transcrevemos para melhor esclarecer: “Prezada, A expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD é feita utilizando estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa). [...] Os resultados que constam na publicação da PNAD de 1992 foram gerados utilizando a primeira revisão das projeções da população elaborada pelo IBGE para a década 1990, que já considerava os resultados do Censo Demográfico 1991. Os resultados que constam nas publicações da PNAD 1989 e 1990 foram gerados considerando a última revisão das projeções de população elaborada pelo IBGE para a década 1980, portanto, esses resultados não são diretamente comparáveis com os dos anos seguintes. [...], entretanto, as taxas e distribuições percentuais são pouco afetadas. Posteriormente, foram gerados novos pesos para a PNAD 1989 e 1990 com base na mesma revisão das projeções de população considerada para a PNAD 1992, por ocasião da sua divulgação. [...] O IBGE disponibiliza os microdados de diversas das suas pesquisas, como é o caso da PNAD, para que os usuários possam gerar os indicadores de interesse para seus estudos, sem qualquer interferência desta Instituição.” Resposta do e-mail atendimento-nao-responda@ibge.gov.br, em 22/06/2022, às 14h55.

Gráfico 5 - Distrito Federal, histórico da população residente, 1985-1999

Gráfico de colunas com o histórico da população residente no Distrito Federal, nos anos de 1985-1999, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.



Fonte: IBGE. Pnad. Pesquisas relacionadas de 1985 a 1999. Obs.: *1991 não houve coleta da Pnad devido ao Censo Demográfico. **1994 a Pnad não foi realizada. Gráfico elaborado pela autora.

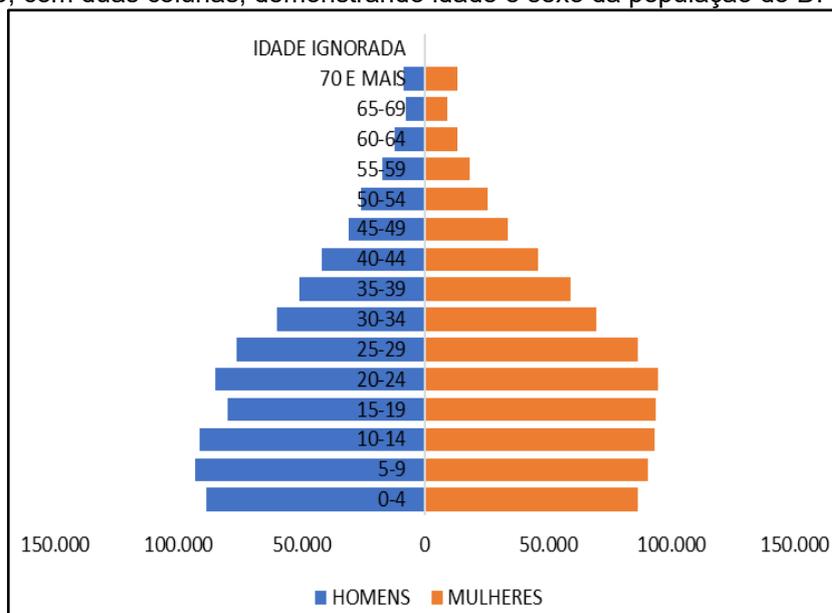
Em 1989, conforme dados da Pnad, a população acima de 60 anos representava 4,1% do total, enquanto a população de 20 a 59 anos representava 50,6% do total. Esse dado segue aumentando e, em 1999, a população de 20 a 59 anos representa 54,5%, enquanto a de 60 anos ou mais sobe para 5,3%.

Enquanto no período inicial de Brasília o movimento migratório estava ligado à sua construção, as décadas de 1970 a 1980 vão consolidando a transferência da gestão central do governo federal para Brasília e o movimento migratório estabilizando a taxa de crescimento, refletindo nas décadas posteriores. Passados 40 anos da inauguração de Brasília, a região continua em crescimento, atraindo trabalhadores mesmo com outras promessas que não as do início de sua edificação. Há que se considerar também a acomodação da população que passa a constituir moradia fixa no Distrito Federal e a taxa de natalidade nessa curvatura de crescimento da população nas últimas décadas do estudo.

Conforme dados do Censo Demográfico de 1991, o recorte da população de 15 anos ou mais é superior em 1 milhão de pessoas, com destaque para uma maioria de mulheres despontando em quase todos os grupos etários, contrastando com os anos iniciais da construção de Brasília, conforme podemos observar no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Pirâmide etária, população residente, sexo, Distrito Federal, 1991.

Gráfico colorido, com duas colunas, demonstrando idade e sexo da população do DF



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991. Gráfico elaborado pela autora.

Contudo, enquanto a população cresce, ela também envelhece, e a demanda de pessoas jovens e adultas trabalhadoras por educação permanece. O Censo de 1991 começa a apresentar, em termos de grupo etário, com mais clareza, o envelhecimento da população. Esse dado vai sendo mais bem revelado nas próximas décadas, mas já será possível perceber a tendência nas pesquisas que se apresentam no período histórico em estudo. Vejamos na Tabela 7 a população residente do Distrito Federal, 15 anos ou mais, considerada por grupo etário nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, em que podemos observar maior concentração da população nos grupos etários acima de 30 anos.

Tabela 7 - População residente, Distrito Federal, 15 anos ou mais, 1991 e 2000.

Tabela em 3 colunas, com grupo etário de 15 anos e mais nos anos de 1991 e 2000

Grupo etário	1991	2000
15 a 17 anos	102.795	125.797
18 a 29 anos	413.222	536.182
30 a 39 anos	239.415	338.235
40 a 59 anos	239.004	358.348
60 anos ou mais	64.206	109.494
Total	1.058.642	1.468.056

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1991 e 2000.

Assim como o restante do país, a população do Distrito Federal vem envelhecendo, constitui-se por maioria de mulheres e, em sua situação de domicílio, é basicamente urbana, indo de 94,68% em 1991, para 95,63% em 2000. Destaca-se que a consolidação da população na área urbana, como já apontamos nos capítulos anteriores, se dá não só pela migração interna, mas também pela destinação de área rural em urbana por meio dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial, PDOTs, ocorridos ao longo das décadas.

Com relação à população não alfabetizada, no grupo etário de 15 anos ou mais, as pesquisas vêm demonstrando retração no índice de analfabetismo no Distrito Federal. Na pesquisa PNAD, entre 1985 e 1999, essa redução é percebida de forma oscilante e sutil entre uma coleta e outra em todos os grupos etários, a exceção apenas do grupo de 60 anos ou mais, que demonstra expressivo crescimento, como pode ser observado no conjunto de dados sistematizados na Tabela 8.

Tabela 8 - Percentual de não alfabetizados por grupo etário Distrito Federal, de 1985 a 1999.

Tabela em quatorze colunas com percentual de pessoas não alfabetizadas de 15 anos e mais de 1985 a 1999.

Grupo Etário	Ano												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
15 a 19 anos	1,5	1,5	2,2	1,8	1,8	1,1	2,4	2,7	1,8	1,7	1,5	1,6	2,1
20 a 29 anos	7,3	7,3	6,1	6,0	6,7	7,0	7,6	8,1	6,7	9,6	5,5	9,8	5,8
30 a 59 anos	27,2	27,2	24,2	24,1	27,7	28,8	27,2	27,4	28,7	31,0	32,5	32,0	26,9
60 anos ou mais	9,9	9,9	8,1	7,5	10,6	11,6	11,4	10,4	15,2	13,7	15,3	14,2	16,3

Fonte: IBGE, PNAD publicações anuais. Não houve coleta da PNAD em 1991 devido ao Censo Demográfico; não houve coleta de PNAD em 1994.

Já no conjunto das informações das pesquisas dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, a redução nos índices de analfabetismo pode ser notada em todos os grupos etários, conforme demonstrado na Tabela 9. O percentual de pessoas não alfabetizadas cai de 6,86% em 1991 para 4,5% em 2000, uma expressiva redução no conjunto dos grupos etários, porém a menor queda está no grupo etário de 60 anos ou mais. É esse mesmo grupo que vai aparecer nas turmas de alfabetização popular, pelas iniciativas da sociedade civil ou em parceria do governo com estas, mediante convênios, como veremos mais adiante.

Tabela 9 - Percentual da população residente, por alfabetização⁴⁴, grupo etário 15 anos ou mais, Distrito Federal, 1991 e 2000.

Tabela com sete colunas com dados da população alfabetizada e não alfabetizada nos anos de 1991 e 2000.

Grupo etário	1991			2000		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
15 a 19 anos	12,2	11,7	0,5	12,2	12,0	0,2
20 a 29 anos	24,0	22,7	1,3	23,6	23,0	0,6
30 a 59 anos	33,5	29,8	3,8	37,7	35,2	2,5
60 anos ou mais	4,5	3,1	1,4	5,9	4,7	1,3
Total	74,24	67,35	6,86	79,37	74,87	4,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991, 2000.

De acordo com os dados apresentados pelas pesquisas até aqui, a alfabetização da população em estudo permanece um grande desafio. Não só alfabetizar, mas elevar a escolarização da população de 15 anos ou mais também é um desafio permanente, mesmo tendo sido observado o crescimento nos índices da educação básica das pessoas jovens e adultas nas últimas décadas.

O Censo Demográfico de 1991 mantém a tendência de elevação da escolarização entre os mais jovens observada nos Censos anteriores, contudo, chama atenção o elevado número de mais de 300 mil pessoas com apenas o Ensino Elementar⁴⁵ completo, concentrando-se esses dados entre o grupo etário de 18 a 59 anos, não desconsiderando uma parcela significativa entre os de 60 anos ou mais. Com relação aos anos de estudos na alfabetização, chama atenção para o recorte dos que se declaram sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, um total que ultrapassa 92 mil pessoas, conforme disposto na Tabela 10. Esse dado está concentrado na parcela da população do grupo etário que compreende as pessoas acima de 30 anos, confirmando os índices que se apresentam até agora de analfabetismo acompanhando o envelhecimento da população.

44 Tanto para o Censo de 1991 quanto para 2000 foram consideradas analfabetas as pessoas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram, e as que apenas assinam o próprio nome.

45 Na categoria Elementar, estão incluídas as pessoas que não complementaram o primeiro grau, mas concluíram pelo menos a quarta série do primeiro grau (IBGE – Censo Demográfico 1991).

Tabela 10 - Condição de alfabetização, 15 anos ou mais, grupo etário, Distrito Federal, 1991.

Tabela com 3 colunas contendo dados da condição de alfabetização da população de 15 anos ou mais, organizados por grupo etário.

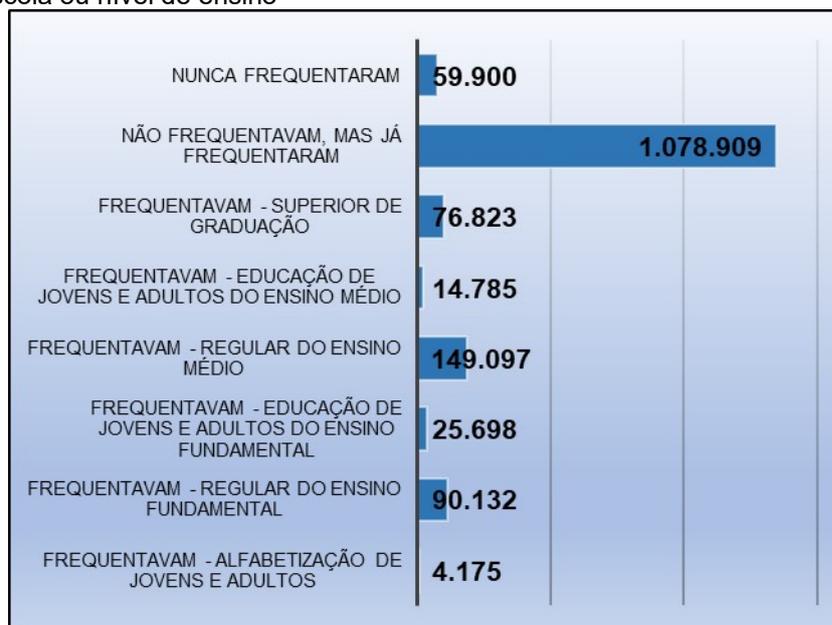
Grupo de etário	Curso de alfabetização de adultos concluído	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, exclusive Curso de alfabetização de adultos
15 a 17 anos	17	3.374
18 a 29 anos	380	19.487
30 a 59 anos	2.585	49.779
60 anos ou mais	938	20.023
Total	3.920	92.663

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991.

Ainda sobre a condição de alfabetização, o Censo de 2000 revela uma interpretação nova para o cenário da educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal. Segundo o Censo, sobre frequência à escola, enquanto pouco mais de 44 mil pessoas frequentavam a educação de jovens e adultos (da alfabetização, ao Fundamental e Médio), quase 60 mil chegaram ao ano de 2000, no Distrito Federal, sem nunca ter frequentado a escola. O Gráfico 7 retrata a informação coletada pelo Censo e nos ajuda a visualizar melhor a realidade revelada pelos dados.

Gráfico 7 - População residente, 15 anos ou mais, frequência à escola, nível de ensino, 2000.

Gráfico em barras horizontais indicando situação da população residente 15 anos ou mais, pela frequência à escola ou nível de ensino



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaborado pela autora.

No gráfico acima, se em uma ponta encontramos 59.900 pessoas que nunca frequentaram escola, na outra ponta, pouco mais de 4 mil frequentavam a

alfabetização de adultos, uma distância muito grande entre um dado e outro, revelando abertamente a lacuna entre a demanda e a oferta. Pelos dados até aqui analisados, podemos sustentar que essa população segue envelhecendo não alfabetizada e não escolarizada, e permanece um problema para o sistema de ensino atender a essa demanda.

Buscando compreender como o governo responde a essa demanda, nosso esforço no item seguinte será em recuperar os passos dados para a organização do sistema de ensino público no Distrito Federal, visando atender a esse recorte da população. Diante das limitações que a pesquisa enfrenta para resgatar arquivos e documentos, temos pelas próximas páginas realmente um grande desafio.

3.2 De Suplência para Modalidade: a organização do sistema e o atendimento à demanda na Educação de Jovens e Adultos

Ainda trazendo os conflitos que pairavam no Ensino Supletivo do período passado, o ano de 1985 se inicia com a publicação do Parecer 211/84 do CEDF (relativo ao Processo n.º 015988/83-GDF, aprovado em plenário do Conselho em 17/12/1984) sobre a grade curricular para a Fase IV do Supletivo, que corresponde ao Ensino Médio e às Diretrizes Gerais para o supletivo que, segundo a publicação, “serão orientadoras para o desenvolvimento das funções do ensino supletivo, no sentido de preservar unidade à modalidade de ensino, na rede oficial de ensino do Distrito Federal, que integram o presente parecer” (DODF, 1985, p. 4).⁴⁶

A busca da tal “unidade” para a modalidade na rede pública, somada à efervescência política vivida no período, com os movimentos pela redemocratização do país e pela emancipação política do Distrito Federal, e aos debates no campo da educação de jovens e adultos, é uma conjuntura que parece impulsionar a realização da X Conferência de Educadores do Distrito Federal⁴⁷ com o tema *O Desafio do*

46 Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1985/01_Janeiro/DODF%20010%2015-01-1985&arquivo=DODF%20010%2015-01-1985.pdf.

47 A organização da Conferência esteve sob a responsabilidade do CE/DF e da SEC/DF e teve como Comissão Executiva os seguintes membros: Zora de Menezes Cleto Moreira, Coordenadora Geral, Presidente da Câmara de Planejamento do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF); Júlio Gregório Filho, Diretor do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (DIE/SEC); Myrian Aparecida Machado Furtado, Diretora da Direção do Ensino Supletivo da Fundação Educacional do Distrito Federal (DES/FEDF); Geraldo de Paula

Ensino Supletivo no Distrito Federal, ocorrida no período de 4 a 7 de novembro de 1985. Os anais da Conferência⁴⁸ destacam de início um breve histórico pela escolha do tema,

Verificados alguns problemas de natureza operacional, o Conselho de Educação, pela Resolução 02/81, suspendeu por 180 dias a autorização de funcionamento de novos cursos supletivos com avaliação no processo, solicitando à área executiva a realização de uma diagnose da situação dos cursos já em funcionamento. Uma série de obstáculos atrasou a efetivação da referida diagnose, com o que continuou suspensa a autorização de novos cursos supletivos.

Concluídos os estudos, no fim de 1984, considerou-se pertinente e adequado aprovar como tema da X Conferência de Educadores “O Desafio do Ensino Supletivo no Distrito Federal”, o que ensejou perspectiva bem mais ampla do que fora a matéria tratada até então, posto que o temário e os grupos de trabalho abordaram aspectos desde os operacionais até os políticos e filosóficos (DISTRITO FEDERAL, 1985b, p. 2).

Infelizmente, a nossa “varredura” ainda não localizou registro oficial ou mesmo “rastros” dos dados desse diagnóstico, nem o formulário/questionário realizado em 1984, que acabou por impactar nos rumos da X Conferência. As palavras finais do presidente do CE/DF, Gildo Willadino, na mesa de abertura da Conferência dão conta dos desafios colocados ao debate naquele momento. Disse ele:

Uma das questões centrais, portanto, é verificar de que forma é possível garantir a continuidade do estudo de brasileiros como nós, que, também, desejam continuar no mundo do conhecimento sistematizado, a fim de terem meios de autorrealização como indivíduos e como membros da nossa sociedade (DISTRITO FEDERAL, 1985b, p. 21).

Os anais da X Conferência transcrevem as falas dos quatro palestrantes convidados, bem como os relatórios dos dez grupos de trabalho que apresentaram uma série de recomendações à política de educação de jovens e adultos do Distrito Federal. Coube ao Secretário de Educação, Roberto Pompeu de Sousa, a conferência de abertura, com o tema “A política para o Ensino Supletivo no Distrito Federal”. Diz ele:

Emery, Secretário Geral do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF); Maria Ângela de Macedo França Britto, Assessora do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF).

48 Após buscas na SEDF, os anais da X Conferência foram localizados e adquiridos pela pesquisadora, em primeira ordem, em um sebo de Belo Horizonte/MG, em busca por meio de um site de venda de livros usados. Foi digitalizado para arquivo virtual e será disponibilizado no fim da pesquisa. Após essa aquisição, localizamos, sem catalogação, um volume na Biblioteca da EAPE.

Discorrer sobre o Ensino Supletivo é discorrer sobre a Educação de Adultos. Sempre que nos debruçamos sobre a realidade educacional do Brasil e, mais particularmente, do Distrito Federal, que se encontra sob a nossa responsabilidade e cobra de nós o atendimento às aspirações do nosso povo, mais nos convencemos da absoluta necessidade da Educação de Adultos (DISTRITO FEDERAL, 1985b, p. 26).

Essa fala de Pompeu de Sousa vai pautar todo o seu discurso, conduzindo para uma reflexão que perpassa da metodologia à formação de professores, como desafios a serem enfrentados. Provocativa e reflexiva no compromisso que se desponta para a educação de pessoas trabalhadoras a partir da Conferência, Pompeu ainda destaca que

Acreditamos, pois, que não conseguiremos implementar uma autêntica reforma educacional na rede de ensino de Brasília se não inserirmos, no bojo dessa reforma, a educação de adultos, através do ensino supletivo, nas suas diferentes funções e nas suas diversas fases. Não um supletivo tradicional, calcado numa pedagogia ingênua ou num “sistema bancário” de educação, para usarmos a terminologia de Paulo Freire. Não um supletivo que vise apenas à transferência de informações (muitas vezes, nem isso consegue cumprir), tendo como objetivo promover tão somente uma precária ascensão econômica do aluno, através do certificado de escolarização. Essa forma de pseudoeducação só presta um desserviço à Nação e, sobretudo, atrás de si esconde a ação mercantil de alguns e o “corpo mole” de outros. Numa visão mercantilista a educação do adulto visa a tão somente aumentar a produção e melhorar a qualidade do produto. Mas, numa visão humanística e social, a educação deve ter como primeiro e mais importante objetivo despertar no educando uma consciência crítica de si mesmo e do mundo, fornecendo a ele instrumentos através dos quais possa participar e interferir no processo da sua vida e da vida do país (DISTRITO FEDERAL, 1985b, p. 26).

A mesa de abertura contou ainda com as conferências de Aloylson Gregório Pinto, Marco Antônio Veronese, Vanilda Paiva e Jacques Velloso. O registro dos anais indica um conjunto de ressalvas ao formato e aos resultados que vinham sendo alcançados pelo Ensino Supletivo no Distrito Federal, e o que há de necessidade e possibilidade para avançar. O quanto essas reflexões e proposições contribuíram para, de fato, o replanejamento e implementação de políticas e ações que levariam a oferta e garantia da educação de qualidade aos trabalhadores na capital federal não conseguimos avaliar, contudo, de alguma forma inquietaram para a construção de uma nova proposta para a Educação de Adultos.

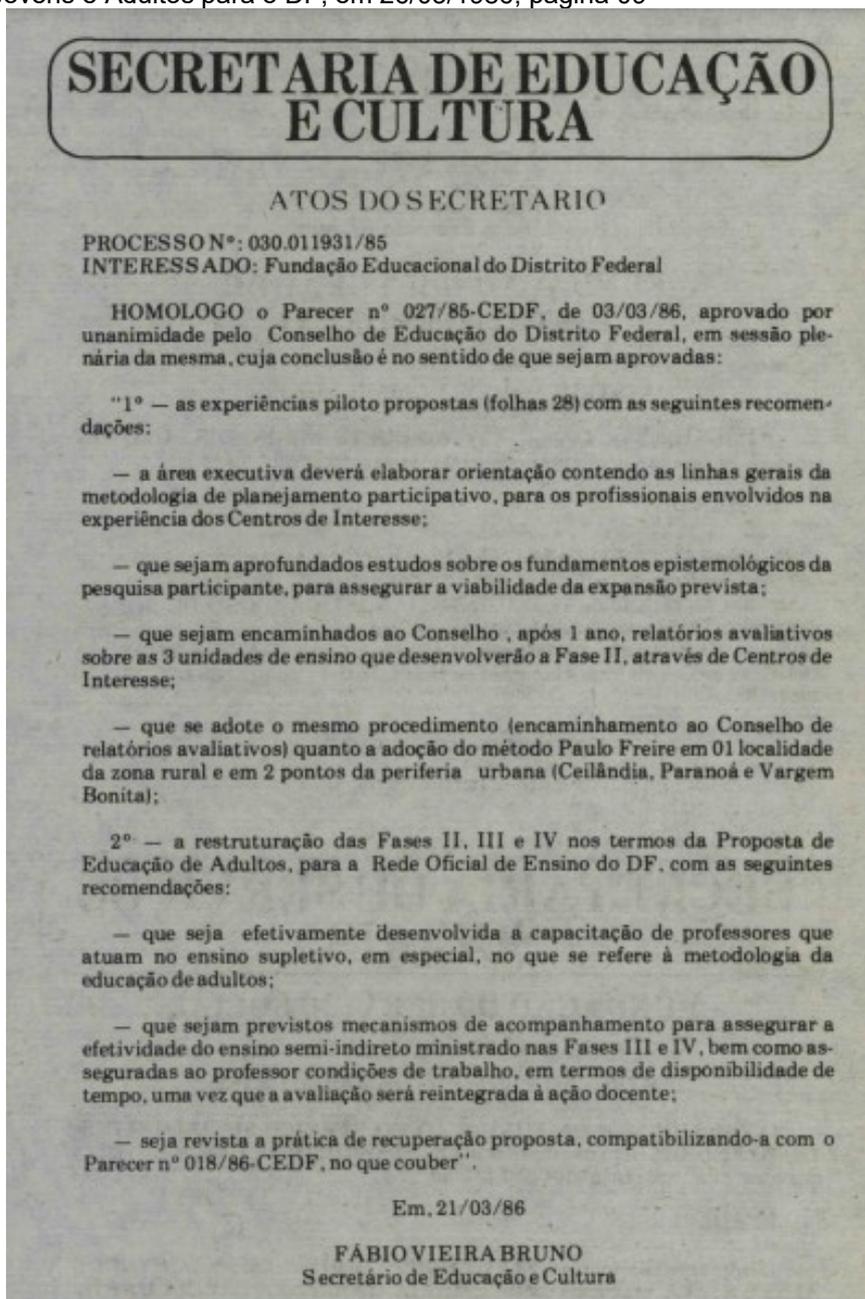
Uma nova proposta foi aprovada para a educação de adultos na rede pública em 1986 por meio do Parecer 027/86 - CEDF. No encalço de pistas que nos possibilitassem resgatar tal proposta, chegamos à pesquisa de Costa (1999), que apuramos se basear em princípios da pedagogia libertadora, somados aos ideais de

educação de Paulo Freire. Segundo Costa, os fundamentos teórico-filosóficos libertadores apresentam no documento, de maneira contínua, “o conceito de sujeito histórico, educador e educando, que transforma e é transformado socialmente, tendo a educação como meio” (COSTA, 1999, p. 67).

Perseguindo mais informações, uma vez que isto se diferencia do que vinha sendo proposto e executado como política de educação de adultos até então, apuramos no Diário Oficial do Distrito Federal a publicação de homologação do *Parecer 027/86 – CEDF, que dispõe sobre Proposta de Educação de Jovens e Adultos para o Distrito Federal*, constante na Figura 28, em que se destacam as experiências pilotos com Centros de Interesse e a aplicação do método Paulo Freire em três localidades: Ceilândia, Paranoá e Vargem Bonita.

Figura 28 - Publicação do Parecer 027/86, CEDF

Imagem em preto e branco com a Publicação do Parecer 027/86 que dispõe sobre Proposta de Educação de Jovens e Adultos para o DF, em 26/03/1986, página 09



Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal, 26/03/1986, p. 9.

Até então, as propostas curriculares da educação de adultos vigentes eram os Pareceres 83/84 (Fase II e III) e 217/84 (Fase IV), ambos do CEDF. Localizado o Parecer nº 27/86 – CEDF, de 03/03/1986, destacamos trecho apresentado sobre o histórico da proposta:

Proveniente do Departamento Geral de Pedagogia – FEDF, esclarece a titular daquele órgão que a proposta, em apreço, baseia-se na análise de dados existentes sobre o ensino supletivo, bem como nos depoimentos de

administradores, professores e alunos, que traduzem suas necessidades e disfunções. Fundamenta-se em uma nova concepção de educação de adultos, que visa à promoção humana, ao exercício da cidadania e à participação política. Acrescenta que a mesma encontra-se em consonância com as recomendações da X Conferência de Educadores do Distrito Federal, realizada em 1985, cuja temática geral constitui-se no “Desafio do Ensino Supletivo no Distrito Federal”.

A proposta de educação de adultos, ora enviada para apreciação, constitui-se dos seguintes tópicos: apresentação, diagnose, fundamentos, posicionamento, objetivo da educação de adultos, operacionalização, função suplência, função suprimento, função qualificação, que se fazem acompanhar do respectivo detalhamento, e dos anexos – nivelamento e componentes curriculares das fases ii, iii e iv (DISTRITO FEDERAL, 1986).

O relatado no Parecer do CEDF chama atenção para a concepção de educação à qual a Proposta se desafia. O documento se refere a uma proposta para a “educação de adultos” e não para o supletivo; uma educação de adultos fundamentada nos ideais freirianos, com metodologia participativa, e propõe a Pesquisa Participante, o Planejamento Participativo e Centros de Interesse:

Com o retomar da nação brasileira do primado do social sobre o econômico e a partir da análise dos resultados dos estudos diagnósticos do ensino supletivo, realizado pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal em 1984, “Avaliação Diagnóstica da situação dos cursos supletivos com avaliação no processo...”, o Departamento Geral de Pedagogia – FEDF busca novas bases filosófico-conceituais que possam reorientar o ensino supletivo em consonância com a atual política do momento histórico de democratização da educação e de atendimento às classes populares.

A proposta de educação de adultos apresentada baseia-se nas concepções de educação de Paulo Freire, que nas últimas décadas recolocou os fundamentos históricos, dialéticos e fenomenológicos do processo de produção e socialização do conhecimento, com vistas à emancipação do homem (DISTRITO FEDERAL, 1986).

Segundo relatado no parecer, a proposta tem como objetivo para a educação de adultos “desenvolver modos de fazer, sentir e pensar, individuais e sociais, inerentes à libertação de pessoas, de grupos e de suas circunstâncias, mediante o desempenho das funções de suprimento, suplência e qualificação” (DISTRITO FEDERAL, 1986).

Chamam atenção na proposta outras duas questões, a primeira delas sobre a “experiência piloto” em três localidades, Ceilândia, Paranoá e Vargem Bonita, utilizando-se do Método Paulo Freire. O texto do Parecer não aprofunda sobre essas experiências e quais motivos levaram à escolha desses locais, a finalidade e o suporte para essas escolhas. Assim como não é possível afirmar que estariam relacionadas

com os movimentos populares de alfabetização que já despontavam em Ceilândia e Paranoá, como veremos mais adiante, ainda neste capítulo.

A segunda questão é que o texto do Parecer sustenta a narrativa de uma Proposta amparada na perspectiva educadora e libertadora freiriana, mas não faz nenhuma referência à alfabetização. Pelo entendido na descrição do Parecer 27/86, a Proposta está relacionada às Fases II, III e IV e não fala em Fase I, alfabetização. Ou o parecer não faz menção, ou de fato a proposta não previa a alfabetização, pois, segundo descrito no parecer, “o curso de fase II, com duração de 1.440 horas, destina-se a adultos e adolescentes alfabetizados e prevê para o ingresso a idade mínima de 14 anos e meio” (DISTRITO FEDERAL, 1986).

Pelos relatos apresentados na pesquisa de Costa (1999), a implementação da Proposta não foi a contento, seja pelas condições operacionais, de compreensão e formação político-pedagógica, seja pela resistência de professores ou pela ausência de interesse do poder público por uma proposta que se colocava como avançada e, para aquele momento, revolucionária. A troca da equipe que elaborou a proposta, dada a conjuntura política que se pôs à época com a mudança de Secretário de Educação e demais cargos na gestão central, contribuiu para que pouco ou quase nada se alterasse tanto nos aspectos pedagógicos como operacionais no que já vinha sendo aplicado na rede pública. A dificuldade em encontrar material escrito, arquivos ou relatórios desse período impossibilita uma análise aprofundada e necessária por parte da nossa pesquisa. Para Costa (1999), as dificuldades encontradas na localização de arquivos na ocasião da sua pesquisa também a comprometeram:

Não foram localizados, nos arquivos da UEJA, planos, relatórios ou qualquer documento dessa natureza sobre a implantação/implementação da proposta, donde se supõe que não existam ou foram extraviados. As recomendações do texto da proposta e do parecer de aprovação ficaram no nível das recomendações que, evidentemente, como discurso, não são suficientes para garantir ações minimamente necessárias à implementação de propostas de tal porte político-pedagógico (COSTA, 1999, p. 91).

O vazio histórico do período ainda é sentido nos dias atuais pela ausência de informações, dados, documentos, pesquisas, relatórios, imagens. Informações que possibilitariam enriquecer e detalhar melhor a trajetória da educação ofertada às pessoas trabalhadoras no Distrito Federal.

Avançando um pouco mais, adentramos no Plano Quadrienal de Educação 1987-1990, que, além de trazer uma breve avaliação e retomar a concepção de

supletivo, relata a intenção de criar uma comissão para elaborar uma nova proposta que atenda às especificidades do Ensino Noturno, o que inclui diretamente o Ensino Supletivo. Contudo, o que chama atenção no documento é o reconhecimento das mazelas pelas quais passa a oferta de educação de adultos na rede, porém subtendendo no Supletivo a responsabilidade pelo seu fracasso e o considerando “desperdício” de verba pública investida nesse atendimento, como pode ser verificado na citação:

Pelo fato do Ensino Supletivo ser ministrado em escolas que atendem, também, a outras modalidades de ensino e dotadas de ambientes físicos inapropriados à clientela adulta; por dispor de poucas alternativas de material didático específico; por contar com uma clientela de grande mobilidade, o que dificulta o acompanhamento, o controle e a avaliação do processo ensino-aprendizagem; devido à ausência de pré-requisitos entre os alunos da Fase II e à desobrigação do alunado de frequência às aulas; contando, ainda, com a falta de formação específica do professor, em nível de 3º grau, para trabalhar com adultos, observando-se no Supletivo baixa produtividade e alto índice de reprovação e de abandono escolar. Esta realidade demonstra, entre outros, o grande desperdício na área de investimento do sistema oficial de ensino – evidenciado por recursos humanos em número expressivo, por grande quantidade de estabelecimentos de ensino com gastos decorrentes de manutenção e conservação e por custos elevados de elaboração e reprodução de material didático.

Em 1985/1986, algumas modificações foram introduzidas na área do Ensino Supletivo. No entanto, os resultados obtidos são inexpressivos. Na busca de uma solução definitiva para a questão, será criada, em 1987, uma comissão específica para elaborar proposta visando obter-se oferta unificada de Ensino Noturno (DISTRITO FEDERAL, 1987, p. 27).

Novamente, aparece a narrativa da tal “unidade” no ensino destacada no Parecer 211/84 do CEDF, para o qual chamamos atenção no início desse tópico. Também não conseguimos rastrear se foi criada a tal comissão para elaborar a citada proposta.

A década de 1990 começa com nova conjuntura política no Distrito Federal, a partir das primeiras eleições diretas para os poderes Executivo e Legislativo locais. Essa correlação de forças se reflete também no campo da educação a partir de 1991, chancelada pelo voto nas urnas.

Ainda no início de 1990, o Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio da Resolução n.º 03/90, publicada no DODF n.º 247, em 20 de dezembro de 1990, dispõe sobre a “inclusão de Preparação para o Trabalho nos currículos dos cursos supletivos (suplência de 1º e 2º Graus)”. A resolução define que “os cursos supletivos, na função suplência, em nível de 1º e 2º Graus, com avaliação no processo, deverão

incluir em seus planos curriculares a preparação para o trabalho como elemento de formação integral do aluno, constando, obrigatoriamente, programas de informação profissional” (DISTRITO FEDERAL, 1990).⁴⁹

Chama a atenção nessa Resolução que a base para a sua elaboração está amparada nas discussões e encaminhamentos que envolveram a X Conferência de Educadores do Distrito Federal, ocorrida em 1985, e nela encontramos também alguns dados do diagnóstico realizado no ano anterior à Conferência. Portanto, cinco anos se passaram a partir da X Conferência, quatro anos após o Parecer 27/86 – CEDF, e parece que uma nova movimentação se organiza espelhada naquele momento de construção para avanços na educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal. O texto abaixo, reproduzido a partir do item 3 do documento, parece provocativo para a retomada da discussão sobre a temática,

[...] 3. considerando que, entre as conclusões da "Avaliação diagnóstica da situação dos cursos supletivos, com avaliação no processo, em funcionamento no Distrito Federal" - CEDF - Relatório - Ag. 1985, constam:

3.1. a preocupação de diretores e especialistas com a ampliação da duração do curso;

3.2. a preferência dos alunos por estudar com a presença do professor (98,7% na rede particular e 87,81% na rede oficial);

3.3. as dificuldades de aprendizagem dos alunos (46,8% dos entrevistados);

3.4. as poucas condições para verificação do cumprimento da grade curricular em termos do conteúdo e carga horária com relação à metodologia adotada de ensino semi-indireto;

4. considerando as conclusões apresentadas pelos participantes da X Conferência de Educação do Distrito Federal sobre "O Desafio do Ensino Supletivo no Distrito Federal", entre elas destacando-se a necessidade de:

n) adoção de um processo de ensino que garanta ao jovem e ao adulto efetiva e constante participação no processo de desenvolvimento do país;

b) utilização de metodologia e técnicas diversificadas e revisão das que vêm sendo adotadas;

c) atualização do material instrucional e dos conteúdos programáticos apresentados de maneira globalizada, sem fragmentação em unidades estanques e dissociados entre si;

d) revisão dos critérios relativos à sondagem de interesses e de conhecimentos para constituição das turmas e de acompanhamento do ritmo próprio de aprendizagem do aluno;

e) revisão dos critérios de avaliação para atendimento efetivo ao ritmo próprio de aprendizagem do aluno;

f) existência de biblioteca e de laboratório, conforme a natureza do curso, na sede da escola, para estimular a consulta aos livros e facilitar o estudo dos alunos;

g) minimização da deficiência da oferta de ensino indireto e semi-indireto autodirigido, segundo o ritmo do estudante;

h) melhoria da utilização das informações resultantes das avaliações que têm sido usadas para corrigir os problemas e dificuldades por elas evidenciados;

49 Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1990/12_Dezembro/DODF%20247%2020-12-1990%20SUPLEMENTO&arquivo=DODF%20247%2020-12-1990%20SUPLEMENTO.pdf.

- i) uso da educação dialógica problematizadora, crítica da realidade, para melhoria da qualidade dos cursos supletivos;
 5. considerando o estudo feito através do Parecer 101/90-CEDF e o fato de o alunado de curso supletivo com avaliação no processo ser, basicamente, oriundo da classe trabalhadora. (DISTRITO FEDERAL, 1990).

Ao que parece, novos ares circundam a educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal, contudo, novamente não logramos êxito em localizar documentos que possibilitassem identificar e avaliar os desdobramentos dessa Resolução na operacionalização e na oferta.

Outra realidade que desperta atenção foi encontrada nas pesquisas em jornais a partir de 1990. As pequenas notas que surgiam nos periódicos na primeira metade da década de 1960, dando conta das iniciativas voluntárias ou institucionais para educação de adultos, agora passam a uma série de notas em classificados comerciais, com oferta de turmas, cursos, apostilas e Exames de Supletivo. A qualidade dessa oferta é um tanto duvidosa e, dentre elas, nos atentamos para um desses anúncios, vendidos por uma instituição desconhecida e com erros grosseiros de português, conforme podemos ver na Figura 29:

Figura 29 - Anúncio de Exames Supletivos em Classificados.

Recorte de anúncio de exames e cursos preparatórios para Supletivo divulgado no jornal Correio Braziliense. Há erros ortográficos no anúncio, o que chama atenção para a publicação.

ISAMES SUPLETIVO: Estarão abertas a partir ee 1º de mar., as insc. p supletivo provão. De 1º e 2º G. de Luziânia, Formosa, Anapólis, Goiânia e Brasília e outras cidades. Informamos ainda q vendemos apostilas por materias de 1º e 2º g. de acordo c o programa oficial do supletivo, logo após sair o resultado das provas estaremos fazendo requerimentos dos certificados parciais e de conclusão. Atenção p que nosso trabalho fique melhor p você, estaremos aceitando criticas e sugestões. F 226-2619/ 226-6521 ou no SDS Ed. Venâncio II sala 511. AESB Assistência ao estudante Secundário do Brasil Ltda.

Fonte: Correio Braziliense, 28 de janeiro de 1990, Classificados & serviços, p. 23.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_04&pesq=%22supletivo%22&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=1095.

Seja por iniciativas isoladas de ordem pessoal, de empresas obscuras ou de escolas formalizadas, uma nova realidade desponta para trabalhadoras/es com promessas mirabolantes de supletivo em seis meses, cursos e diplomas rápidos: um número cada vez maior de anúncios elaborados ou em pequenos classificados, para venda de cursos e exames Supletivos, esquentando o comércio fácil dos certificados de conclusão. Chama atenção o fato de o anúncio conter vários erros de ortografia, tais como: ISAMES/SERTIFICADOS.

Aqui abrimos espaço para a contribuição de Waldeck Batista dos Santos, 60 anos, que nasceu em Teresina, Piauí, chegou criança a Brasília, acompanhado da mãe, para encontrar o pai, seu José Batista, que já estava em Brasília para trabalhar na construção civil. Morador de Taguatinga, é professor aposentado da Secretaria de Educação, com 35 anos de trabalho. Sua formação passa pela graduação em Matemática e especializações, sendo duas a nível *Lato Sensu* para EJA e uma *Stricto Sensu*, mestrado, no campo do currículo para a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras. Sobre sua experiência com a educação de pessoas jovens e adultas na rede pública, Waldeck assim descreve:

Eu entrei por volta de 1986, na EJA foi quase a minha vida inteira, uns 30 anos na EJA. Transitei praticamente, né? Meu campo de atuação é Ceilândia, nas escolas de Ceilândia, comecei no ensino médio no Centro Educacional 7, do Centro Educacional 7 fui para o fundamental, Centro de Ensino fundamental 2. Lá eu trabalhei com matemática nível de Fundamental e também já com a Educação de Jovens e Adultos. E depois fui para o Centro de Ensino Médio 3, onde atuei, também, como professor de matemática a nível de ensino médio e também a nível de Ensino Fundamental, nível de EJA nos três segmentos no caso (Waldeck Santos, 2019).

Sobre a propaganda da iniciativa privada para educação de pessoas jovens e adultas que parece circular livremente no Distrito Federal, quando indagado se tinha conhecimento desses procedimentos, Waldeck faz um relato que confere com nossas observações:

Então, olha só, em muitas das vezes você ia dentro das regionais de ensino ou mesmo lá dentro da sede, você chegava lá e parecia um mercado dentro de um recinto público da educação e um monte de propaganda de cursos fáceis na iniciativa privada. Eu cansei de ver isso aí quando transitava pela regional de ensino, quando eu ia lá na sede, e achava aquilo meio contraditório, meio estranho, mas existia essa questão ou então quando entrava nas escolas e tinha pessoas divulgando dentro de escola pública, divulgando que tinha escola particular em melhores condições e com ensino. E todos de iniciativa privada. Então tem educação de jovens e adultos, tem oferta? Tem, e é muito (Waldeck Santos, 2019).

Outro entrevistado nosso foi o Oseas Pacheco de Oliveira, vindo da cidade de Barra do Corda, no Estado do Maranhão, professor aposentado pela Secretaria de Educação que mora em Brasília, no bairro Granja do Torto. Atuou na educação de pessoas jovens e adultas no Distrito Federal em torno de 18 anos. Chegou a Brasília em 1972, aos 18 anos, Havia concluído o ginásio e tinha como objetivos trabalhar, estudar e se formar. Em Brasília, retomou seus estudos por meio do Supletivo no Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul – Cesas. Sendo aluno do Supletivo, mais tarde na rede pública, torna-se professor do Ensino Supletivo na Ceilândia. Sobre a oferta do ensino fácil por meio dos cursos rápidos que se alastraram pelo Distrito Federal, Oseas comunga da experiência do professor Waldeck, que considera haver uma disputa desses cursos com a escola pública:

Olha, agora não sei, mas ela disputou. Eu tenho experiência própria, alunos nossos, por exemplo, falava pra gente “professor, eu vou fazer paralelo ao cursinho particular, porque eu faço lá em 6 meses, mas aqui, eu aprendo mais, porque eu tenho a aula presencial com o professor me ajudando, lá geralmente a gente precisa estudar mais sozinho, que vai chegar o momento da prova.” Muitos, inclusive, me pediam ajuda com as provas deles, para a gente olhar, para a gente explicar. Então, a disputa era grande. E muitos desses alunos eram trabalhadores, e nosso público-alvo era o aluno trabalhador (Oseas Oliveira, 2019).

Tanto Waldeck quanto Oseas revelam o interesse do capital sobre uma condição social de ausência de escolarização de trabalhadores/as em uma disputa com um Estado que não se debruça para de fato responder à demanda e resolver a dívida histórica com esses sujeitos, o direito à educação.

Em 1993, a Secretaria de Educação lança uma nova diretriz curricular para a rede pública, o Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal. Com uma tiragem de 15 mil exemplares, o volume de 560 páginas ficou conhecido entre os professores, por causa do seu volume, peso e de sua capa verde, como Hulk, em referência ao personagem dos quadrinhos. Era, de certa forma, uma piadinha entre nós professoras/es para aliviar o quão engessado ele se tornara. Esse novo Currículo, no que se refere ao atendimento escolar às pessoas jovens e adultas, entende que se dá em duas formas: Ensino Regular Noturno e Ensino Supletivo.

A concepção do currículo para a Educação de Jovens e Adultos para a rede pública está centrada na apropriação dos saberes, sejam formais ou informais. Sua finalidade é assim descrita:

A Educação de Jovens e Adultos do Sistema Público de Ensino tem por finalidade o desenvolvimento global do ser humano, de modo a torná-lo cidadão pleno, capaz de compreender a sua realidade, de partilhar e de usufruir dos bens materiais e espirituais por meio da apropriação do saber formal e informal. Tendo como referência o cotidiano do aluno, essa modalidade de educação deve torná-lo capaz de desencadear ações transformadoras, em nível individual e coletivo (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 507).

O Ensino Supletivo está ofertado nas Funções Suplência, Suprimento e Qualificação. Na Função Suplência, organiza-se em Fase I, que corresponde à alfabetização; Fase II, para pós-alfabetização e o correspondente da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental; na Fase III, da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental, e Fase IV, que corresponde ao Ensino Médio, do 1º ao 3º ano. Toda organização dessa oferta está amparada na Lei n.º 5.692/71 e, como acontece também em outras Unidades da Federação, não há uma projeção nova, mas a tendência à repetição do que está imposto na LDB, apenas cumprindo com a obrigação do Estado na oferta. A diferença é que o Distrito Federal exerce as funções de Estado e Município, assumindo, portanto, toda a oferta.

Na questão metodológica, o Currículo previa a centralidade das aprendizagens nos conteúdos programáticos relacionados nas tabelas do documento e que, supomos, deveriam ser adaptadas ao Ensino Supletivo, uma vez que não apresenta discussão específica para essa finalidade. A trajetória de Waldeck na rede pública, onde atuou na época do Ensino Supletivo, traz algumas observações que complementam as nossas na questão curricular e de metodologia para o trabalho com a educação de pessoas jovens e adultas, passando pelo trabalho com módulos orientados pelo currículo. Para ele:

Então eram módulos que chegavam assim e o professor, ao seu bel-prazer, desenvolvia em sala de aula ou não. E eram um modelo, esse modelo era aquele que eu falei que não existia nada no documento consistente de como você deveria desenvolver o conteúdo em sala de aula. [...] na primeira coordenação pedagógica, chegava lá o coordenador com uma apostila que se reduzia a umas 20 folhas, no máximo, aí fazia uma breve leitura e pronto, não tinha assim nada de consistente. O professor, ele tinha que adequar [...] O que ele trazia era a formação dele lá da graduação, chegava dentro de sala de aula e dava ao seu bel-prazer, não tinha orientação, não existia uma coordenação consistente que orientasse e material, que realmente o professor, se fosse para sala de aula, não sabia o que ia fazer, não, fazia ao bel-prazer dele. Então era tudo assim muito solto e aí deu uma melhorada, isso aí foi um período até 1995 se eu não me engano (Waldeck Santos, 2019).

Waldeck tem boa memória quando se refere ao ano de 1995. Retomando à nossa caminhada, chegamos ao período de um novo rumo político se instalando no Distrito Federal, sendo eleito em 1994 o Governo Democrático e Popular para o mandato de 1995-1998. Essa nova conjuntura política e administrativa, se instalada também na educação, constrói as propostas do Plano Quadrienal de Educação, publicado em 1995; da Escola Candanga, em 1996; e, especificamente para a educação das pessoas jovens e adultas, a implementação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (Pronalfa) em 1995, com desdobramentos como o Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos (Foralfa) em 1996, o Grupo de Trabalho de Alfabetização para Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal (GTALFA) também em 1996 e o Fundo de Alfabetização de Jovens e Adultos (Funalfa) em 1997.

O Plano Quadrienal de Educação – 1995/1998 foi construído a partir de discussões que envolveram as etapas da escola, da regional de ensino, e culmina no 1º Seminário de Educação do Distrito Federal, que norteia os princípios do plano. Construir um projeto político-pedagógico para a educação no Distrito Federal, para uma “Escola Cidadã: autônoma, democrática e de qualidade”, é objetivo do Plano Quadrienal que se apresenta como prioridade para o governo, conforme destacado em seu parágrafo inicial:

O Governo do Distrito Federal elegeu a Educação como a sua prioridade máxima. Para passar do discurso à prática, ou para materializar esta meta, é fundamental construir uma política educacional que, para ser compatível com as exigências de nosso tempo, estruture-se em quatro grandes linhas de ação:

- Universalização do acesso e garantia da permanência do aluno na escola;
- Qualidade na educação;
- Valorização permanente dos trabalhadores em educação;
- Gestão democrática (DISTRITO FEDERAL, 1995a, p. 7).

No que tange à educação de pessoas jovens e adultas, o Plano Quadrienal de Educação – 1995/1998, na parte do diagnóstico, traz uma revelação quanto aos dados de evasão, considerados os mais altos índices dentre os níveis e modalidades de ensino no Distrito Federal, chegando a “variações históricas entre 17% e 34%” (DISTRITO FEDERAL, 1995a, p. 19).

Dentre as Metas, as que citam diretamente a educação de pessoas jovens e adultas são: garantir a oferta de matrícula a todos que não frequentaram a escola em idade própria e reestruturar a Educação de Jovens e Adultos. Porém, o que podemos

avaliar do conjunto das estratégias e metas é que, de uma forma ou outra, implicam a oferta, permanência, atendimento e continuidade da matrícula também para a modalidade. No cenário nacional, lembramos que estamos, entre 1995 e 1996, em pleno período de discussão e elaboração da nova LDB, e a reformulação da educação de pessoas jovens e adultas, na pauta do dia. A nova LDB, aprovada no fim de 1996, certamente orienta os documentos relativos à modalidade Educação de Jovens e Adultos a serem construídos dentro da nova proposta de educação para o Distrito Federal, a Escola Candanga.

Na alfabetização de jovens e adultos, a proposta apresentada pelo Governo Democrático e Popular de Cristovam Buarque, logo no início do mandato, em março de 1995, sofre influência direta dos movimentos sociais, espelhando-se no documento entregue pelo Movimento Pró-Alfabetização do Distrito Federal, resultado do III Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do Distrito Federal e Entorno, ocorrido em dezembro de 1994, conforme apresentaremos no item 3.3 deste capítulo.

Instituído pela Lei n.º 849, de 8 de março de 1995⁵⁰, o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos (Proalfa) tinha três objetivos: I – criar as condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal; II – promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso ou foram excluídos da escola; III – garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania. Coordenado pela Secretaria de Educação, o Proalfa previa a formulação de políticas públicas, envolvimento dos movimentos sociais, ONGs, instituições, além de formação e ampla divulgação, bem como metodologia voltada para práticas sociais e experiências dos alunos. Para isso, previa a possibilidade de convênios de cooperação técnico-financeira com universidades, ONGs, entidades da sociedade civil e grupos comunitários.

A Lei nº 849 previa ainda que o Programa não só utilizaria as escolas públicas, como estas estariam obrigadas a promover ações dentro de sua área de influência, de abrangência, conforme determina a Lei Orgânica. O financiamento estava amparado por dotação orçamentária própria; convênios, doações e contribuições de

50 DODF n.º 48, de 9 de março de 1995, página 1. Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1995/03_Mar%C3%A7o/DODF%20048%2009-03-1995&arquivo=DODF%20048%2009-03-1995.pdf.

organismos nacionais e internacionais; doações de pessoas físicas e jurídicas, entre outras.

Sobre a metodologia a ser utilizada no Proalfa, a influência do método de alfabetização de Paulo Freire é explícita no projeto detalhado. Segundo ele:

A FEDF implementará o método Paulo Freire para alfabetizar os servidores do GDF e comunidades distritais, método esse que vem sendo utilizado em alfabetização, no Distrito Federal por segmentos da sociedade civil, com bastante êxito, dada a sua coerência entre concepção e ação no ato de educar, que, por ser um ato político e um ato de conhecimento, é também um ato criador (DISTRITO FEDERAL, [s.d.], p. 3).

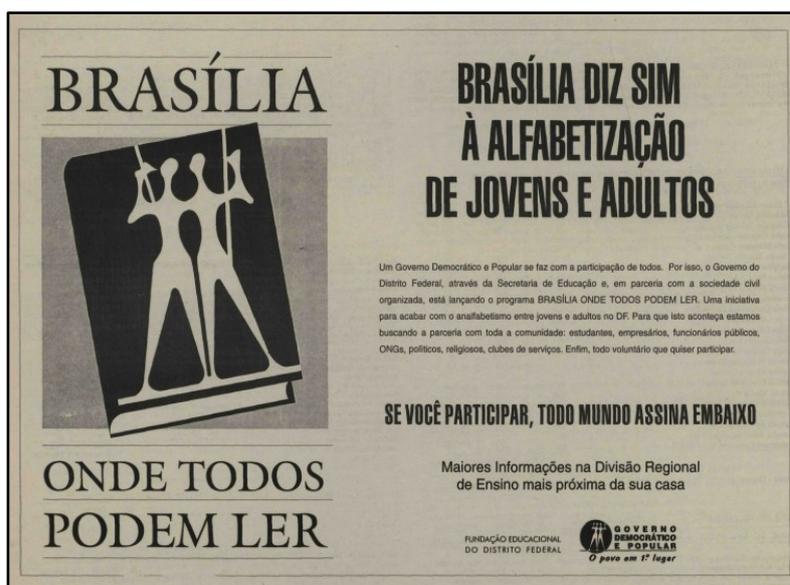
Em entrevista realizada com Rosário Ribeiro, piauiense, mas que se considera Candanga, já que vive no Distrito Federal há mais de 50 anos, professora aposentada da SEDF, licenciada, mestre e doutora pela Universidade de Brasília, também fundadora e coordenadora da ONG *Serviço de Paz e Justiça do Pedregal/GO (Serpajus)*, compreendemos como se deu a implementação do Proalfa. Na Secretaria de Educação do Distrito Federal, Rosário Ribeiro atuou por dois anos, 1995 e 1996⁵¹, na Coordenação do Proalfa, no governo Cristovam Buarque. Indagada sobre como se deu seu envolvimento com o Proalfa, Rosário esclarece:

Eu fui convidada para este cargo justamente porque eu sou oriunda do movimento popular, a organização da qual eu faço parte na época trabalhava com alfabetização de Jovens e Adultos, fazia parte do GTA/DF. Mas assim, para ser coordenador do programa de alfabetização de jovens e adultos na Secretaria de Educação, tinha que ser um professor da rede, então eu tinha essas duas características que eu era uma professora da rede ao mesmo tempo em que eu também transitava na educação popular. Foi aonde eu adquiri a minha experiência na alfabetização de jovens e adultos. Aí então na UEJA, que na época se chamava Unidade da Educação de Jovens e Adultos, cuja coordenadora era Eneida Maria Peixoto de Azevedo. Então na UEJA tinha um setor chamado alfabetização, nesse setor chamado alfabetização era onde eu trabalhava (Rosário Ribeiro, 2022).

No Proalfa, a ação voltada para a alfabetização de jovens e adultos foi intitulada *Brasília Onde Todos Podem Ler*, e recebeu importante investimento em publicidade governamental para a chamada ao projeto, intencionando o envolvimento da sociedade, como apresentado nas Figuras 30 e 31.

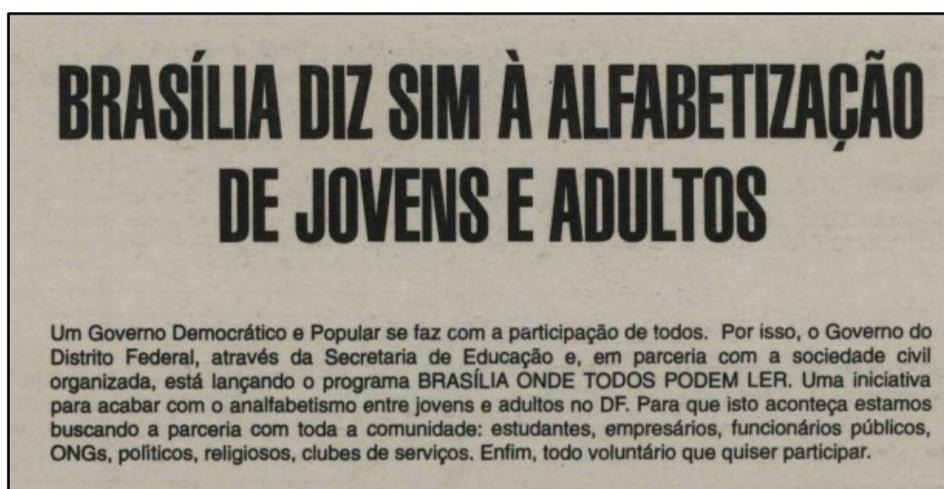
51 No fim de 1996, apesar da saída de Rosário, que solicita exoneração por problemas pessoais e familiares, o programa de alfabetização dá continuidade com a coordenação de Neusa de Souza. Nesse período, a gestão da Unidade de Educação de Jovens e Adultos (Ueja) estava sob comando da professora Eneida como Coordenadora Geral. Mais tarde, foi substituída pela professora Urânia Flores.

Figura 30 - Publicidade do Proalfa, Projeto Brasília onde todos podem ler. Cartaz
 Imagem em preto e branco do Cartaz de Publicidade do Projeto Brasília onde todos podem ler. Na lateral esquerda está o desenho de um livro com a estampa da escultura Dois Candangos na capa.



Fonte: DODF N° 181,1996, p. 7684.⁵²

Figura 31 - Publicidade Proalfa, Projeto Brasília onde todos podem ler. Recorte do cartaz
 Imagem em preto e branco do Cartaz de Publicidade do Projeto Brasília onde todos podem ler. Recorte ampliado do cartaz.



Fonte: DODF N° 181,1996, p. 7684.⁵²

A participação ativa da sociedade civil no Proalfa, em especial na ação alfabetizadora, e a parceria com os movimentos de educação popular, representados pelo Movimento Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno, parecem direcionar

⁵² Disponível em https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1996/09_Setembro/DODF%20181%2017-09-1996&arquivo=DODF%20181%2017-09-1996.pdf.

as ações do Governo Popular de Cristovam Buarque. Sobre a questão, Rosário descreve:

Então, nesse trabalho, a gente fazia a intersecção entre o movimento popular e o institucional, a Secretaria de Educação, e aí nessa época foi que a gente elaborou, tinha o Fórum de Alfabetização de Jovens e Adultos no Distrito Federal, o Foralfa, e aí dentro do Foralfa foi elaborado esse Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos que era do GDF, mas com a participação das organizações populares. E o nosso trabalho lá era basicamente isso, essa intersecção, essa coordenação de todo o programa de alfabetização do Distrito Federal e a formação dos alfabetizadores, que nós fazíamos pela Secretaria de Educação, mas também em parceria com as organizações populares (Rosário Ribeiro, 2022).

Se, de um lado, os movimentos populares de educação parecem ter se organizado para pautar o governo com uma linha de atuação no Proalfa, de forma efetiva, por outro, a experiência no movimento popular que norteia a ida de Rosário para a gestão também pauta a sua atuação na gestão do Programa, pois, segundo ela,

Então era esse trabalho que a gente fazia durante esses dois anos. Então eu fui a todas as Regionais de Ensino do Distrito Federal levar essa proposta, dar formação para os professores da rede, porque as organizações populares tinham uma formação específica voltada para a alfabetização de jovens e adultos com a filosofia freiriana, com o método Paulo Freire, e na Secretaria de Educação nós não tínhamos. Então eu fui a pessoa que foi de Regional por Regional fazer formação de professores da Secretaria de Educação com a metodologia de Paulo Freire para a alfabetização de jovens e adultos. Então a gente foi à Regional de Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia... Então assim a primeira providência que eu, como coordenadora da alfabetização de Jovens e Adultos, tomei ao entrar nessa coordenação foi justamente um curso de formação para professores da Secretaria de Educação. Então, isso foi basicamente o meu trabalho durante esses dois anos, foi 1995/1996, foram os dois primeiros anos do governo Cristovam, o governo Democrático e Popular do Cristovam Buarque (Rosário Ribeiro, 2022).

Segundo Rosário, o acompanhamento da gestão da Ueja no Proalfa, na ação de alfabetização, se dava tanto nos movimentos populares quanto nas turmas de alfabetização da rede pública, que estava na Fase I do Supletivo. A Ueja estava organizada em coordenações, sendo uma especificamente para a alfabetização de jovens e adultos, a Coordenação em que Rosário atuava.

A necessidade de criar o espaço institucional de debate e articulação para as ações do Proalfa no campo da alfabetização leva à formação do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos (Foralfa) e, em maio de 1995, mais precisamente nos dias 26 e 27, no auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB, com

ampla participação dos segmentos de governo e sociedade civil, acontece o I Encontro do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do Distrito Federal e Entorno. O Foralfa era o espaço de articulação do Programa de Alfabetização do Governo do Distrito Federal. Segundo Rosário,

O Foralfa era um fórum institucional, mas ele era com a participação das organizações. Tinha as representações, tinha a Universidade de Brasília, tinha as organizações sociais e a secretaria de educação, na época era o departamento de pedagogia representado então pela Ueja, na pessoa da Eneida, e eu também fazia parte desse comitê, desse fórum. Nós fizemos um encontro, primeiro fórum de alfabetização de Jovens e Adultos, foi lá na UnB, com a participação de todo mundo das organizações populares, da Secretaria de Educação. Foi nesse período também que a gente fez, possibilitou a vinda do Paulo Freire lá na Ceilândia, no Cepafre, conseguiu levar o Paulo Freire lá na Ceilândia, para poder, na semana do alfabetizador, onde ele fez aquela fala dele lá. Então, foi nessa época que nós estávamos trabalhando na Secretaria de Educação fazendo essa ponte entre as organizações sociais e a secretaria, então eu era a coordenadora deste trabalho da alfabetização de Jovens e Adultos, então de certa forma a gente acompanhava toda a alfabetização que ocorria no Distrito Federal (Rosário Ribeiro, 2022).

Nesse primeiro encontro do Foralfa estiveram reunidos, entre governo e sociedade civil, mais de 100 pessoas, conforme registrado em quadro (DISTRITO FEDERAL, 1998b): representantes das Diretorias Regionais de Ensino (DRE) das cidades de Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Samambaia, Sobradinho e Taguatinga; representantes da Escola Classe 48 da Ceilândia, Escola Classe 204 Sul do Plano Piloto, Escola Classe 409 Norte do Plano Piloto, Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul, Centro de Ensino 01, Centro de Ensino 05, Centro Educacional Alfa de Planaltina, Escola Classe Paranoá, Escola Classe 15 de Planaltina, Escola Classe 45 de Taguatinga. Entre os representantes de órgãos de governo e da sociedade civil, ainda foram citados no registro de presença neste I Foalfa: Administração Regional de Samambaia, AETI, ASP, CEDEP, Cepafre, CPEC (Gama), Curso de Inglês London, FEDF, FSS, Funap, G. E. Marechal Rondon, IDR, INEP, Lideranças Comunitárias, Ministério do Trabalho, Novacap, OAB/DF, Projeto Iniciar Capoeira, SAE/DF, SAE/PR, Secretaria do Trabalho, Serpaj, SESI (Gama), Telebrasil, UCB, UEJA, UEPA-PA, UnB.

Consideramos importante o resgate da presença, uma vez que ela retrata o nível de mobilização e participação das variadas instâncias para a alfabetização de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal. O Documento Final do I

Encontro registra a dinâmica de organização e participação, bem como destaca em seu terceiro parágrafo a finalidade do Foralfa:

A proposta da formação do Fórum surgiu da necessidade de discutir e divulgar o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos no âmbito do Distrito Federal e articular a conjugação das forças sociais civis e governamentais em torno da erradicação do analfabetismo jovem e adulto, estabelecendo uma parceria entre os dois setores (DISTRITO FEDERAL, 1995c, p. 1).

O mesmo documento referenda a criação de uma comissão representativa composta por seis membros, sendo dois do governo (FEDF e UEJA), dois da sociedade civil, um da UnB e um da UCB. Apresenta também as propostas advindas do debate dos dois dias de encontro e dos trabalhos em grupo. As propostas concentraram-se nos seguintes pontos: 1 – Condições necessárias para a viabilização do Programa; 2 – Papel dos Envolvidos, entre a) governo, b) sociedade civil e c) instituições de ensino superior e; 3 – caráter e função do Fórum Permanente.

O Foralfa fomenta a participação de novas representações e amplia em outras regiões, como Ceilândia, com participação ativa do Cepafre e no Paranoá, com o Cedep. A vinda de Paulo Freire, ocorrida em 1996, foi festejosamente comemorada entre os movimentos de educação popular e na universidade de Brasília, como veremos mais adiante. Desse momento, destacamos uma foto de sua chegada, que localizamos com o apoio do acervo iconográfico de Diários Associados. Vejamos a simpática imagem na Figura 32:

Figura 32 - Professor Paulo Freire chegando a Brasília, 1996

Fotografia colorida do Professor Paulo Freire, ele é de pele branca, baixa estatura, um pouco gordinho, tem barba e cabelos brancos, usa óculos e está de terno cinza e gravata vermelha. Está chegando em Brasília e tem uma mala ao seu lado direito, ao chão. O ano de 1996



Fonte: CB/D.A Press .Em 30/08/1996. Crédito: Paulo de Araújo/CB/D.A Press. Brasil. Brasília – DF.

Ainda sobre o Foralfa, Rosário destaca a articulação com outras instâncias para a formação das/os alfabetizadoras/es, que era uma preocupação que se destacava como prioritária naquele momento. Havia também o pagamento de bolsa como contrapartida financeira para o(a) alfabetizador(a).

A gente tinha o Foralfa, que era o Fórum de alfabetização de jovens e adultos, e esse fórum era da Secretaria de Educação com as organizações populares e a coordenação geral da formação era conjunta: Secretaria de Educação e Universidade de Brasília, por meio da Faculdade de Educação, com a professora Maria Luiza Pereira. Tinha o professor Renato Hilário, que era de Paranoá, a Maria Luiza, da Ceilândia, e ela também colaborava conosco do Serpajus. Tinha outras organizações de outras cidades também, o Gama tinha o Cepec. Então a gente trabalhava em conjunto e a Secretaria de Educação contribuía com uma bolsa para os alfabetizadores populares, tinha uma bolsa, uma contrapartida da Secretaria de Educação (Rosário Ribeiro, 2022).

A regulamentação do Proalfa (Lei n.º 849/95) só veio a ocorrer em 6 de outubro de 1995, por meio do Decreto nº 16.830. No Decreto, ressaltamos alguns pontos como: a abrangência do Programa que atenderia da alfabetização à educação básica (oito primeiras séries), incluindo profissionalização, porém excluindo o correspondente

ao Ensino Médio; destinava-se a jovens e adultos, porém a inclusão estabelecia a idade mínima de 14 anos e 06 meses para o seu ingresso, portanto, adolescentes, quando já existia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵³; a necessidade de capacitação específica a professores/as e alfabetizadores/as com carga mínima de 180h; assegura o Art. 45 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal; autoriza a celebração de convênios para a execução do Programa; assegura o acesso e matrícula por meio da demanda, do parentesco e do local de moradia, designando à escola a definição de ações para atendimento à comunidade escolar em que os adolescentes estão inseridos, atendendo às especificidades; ainda sustenta a participação da sociedade civil por meio “dos movimentos sociais organizados, entidades não governamentais e instituições de pesquisa que desenvolvam atividades de alfabetização e educação básica para jovens e adultos” (Distrito Federal, Decreto nº 16.830/95).⁵⁴

O Proalfa tinha outra linha de ação que era o Grupo de Trabalho de Alfabetização para Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal (GTALFA), instituído por meio da Portaria nº 55, de 17 de abril de 1996⁵⁵. O Grupo de Trabalho, constituído por um representante de cada Secretaria do Governo do Distrito Federal, tinha como objetivo o levantamento de servidores não alfabetizados e a coordenação de ações para inclusão desses servidores em turmas de alfabetização, eliminando dos quadros do governo os índices de analfabetismo. Não foi possível acompanhar desdobramentos do trabalho do CTALFA por não localizarmos arquivos históricos.

Sobre o financiamento para o Proalfa, foi criado um fundo específico. Instituído pela Lei nº 1511, de 3 de julho de 1997⁵⁶, o Fundo de Apoio ao Programa de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos (Funalfa) tem como objetivo captar, concentrar e gerir recursos para o suporte ao Proalfa. Administrado pela

53 O Estatuto da Criança e do Adolescente foi construído com intenso debate e mobilização popular e social. Instituído em 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8069/1990, estabelece e normatiza a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando como criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade, conforme estabelecido no Art. 2º da referida Lei. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

54 Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1995/10_Outubro/DODF%20195%2009-10-1995&arquivo=DODF%20195%2009-10-1995.pdf

55 Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1996/04_Abril/DODF%20076%2019-04-1996&arquivo=DODF%20076%2019-04-1996.pdf

56 Publicado no DODF nº 126, de 4 de julho de 1997, p. 4925, disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=1997/07_Julho/DODF%20126%2004-07-1997&arquivo=DODF%20126%2004-07-1997.pdf.

Secretaria de Educação, o Funalfa teria como previsão de receitas: “I – dotações orçamentárias próprias, consignadas na lei orçamentária anual ou em créditos adicionais; II – contribuições ou subvenções de instituições oficiais; III – doações e contribuições de origem nacional ou estrangeira, de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país ou no exterior; IV – as provenientes de convênios com organismos nacionais ou estrangeiros; V – transferências oriundas de outros fundos; VI – os resultados de aplicações financeiras; VII – demais receitas percebidas a qualquer título. De acordo com o apurado na pesquisa de Borges (2014, p. 50), não houve efetiva ação do governo na gestão do Funalfa desde a sua criação, mesmo havendo recursos consignados no fundo.

O documento “Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos no Âmbito do Distrito Federal – Proalfa/Projeto A Alfabetização nas Ruas” mostra os resultados do Proalfa após nove meses de execução:

Capacitação em educação de jovens e adultos – 180 professores em 1995 e 109 em 1996; alfabetização de jovens e adultos em parceria com a sociedade civil – 1920 alunos; parcerias engajadas no programa – 5 instituições; alfabetização de jovens e adultos na rede oficial diretamente – 17.864 alunos em 1995 e 20.773 em 1996; realização de encontros e seminários relativos ao programa – 3 eventos (DISTRITO FEDERAL, 1996, p. 8).

O vazio histórico institucional de memória é tão grande dentro da Secretaria de Educação que localizar material de pesquisa e estudo é uma tarefa árdua, é como procurar agulha num palheiro, como ilustra o dito popular. Embora o período em estudo nesse bloco seja recente (1985 a 1998), não localizamos nada desses documentos nem na SEDF, nem no ARPDF. Até as fotografias que localizamos no Arquivo Público do Distrito Federal estão mais relacionadas a personalidades políticas do que ao público, às pessoas comuns, trabalhadores e trabalhadoras. Segundo informa Rosário, havia relatórios das atividades, documentação e registro que se perderam:

Eu lembro que tinha aqueles cursos de formação. Teve um curso de formação que aconteceu lá no IDR. Esse curso de formação foi coordenado pela professora Maria Luiza Pereira, com a nossa participação. Então, eu sei que a gente fez muito curso de formação no Distrito Federal, então acho que foi em todas as regionais, mas aí não tinha essa prática de tirar foto para documentar. A gente fazia os relatórios, então eu lembro que, lá no setor que eu coordenava, a gente fazia os relatórios rotineiramente de todas as atividades que nós realizávamos. Mas esses relatórios, é claro, não eram meus, eram da instituição. Então, quando eu saí de lá, eu não trouxe nada,

eu não peguei nada para mim, era um documento da instituição. A gente não sabia que eles iam dar fim nos documentos e aí essa questão é tão séria que até para provar que eu trabalhei lá quando eu fui me aposentar foi difícil porque eu fui até no arquivo morto da Secretaria de Educação para ver se achava algum documento meu lá, e não tinha nada. Parece que essa parte aí eles pegaram, tocaram fogo nos documentos, porque, para eu aposentar, eu tive dificuldade. Então parece que não tem documentos desse período, para eu provar que trabalhei lá dois anos, deu trabalho (Rosário Ribeiro, 2022).

Também o movimento popular e os movimentos sociais têm muita dificuldade com os arquivos de registro, seja por não terem prática de registro e sistematização das experiências, seja por (e nesse caso principalmente) não terem instrumento para os registros, no caso de fotografias, nem espaço adequado para arquivos. Era um período com tão pouco ou nenhum acesso às tecnologias da época, como máquina fotográfica, que os registros das atividades, eventos ou ações cotidianas se tornavam raros ou inexistentes nos movimentos.

Sobre a experiência no campo da gestão, os desafios e dificuldades enfrentadas por quem vem do movimento popular para ocupar lugar na gestão dentro do governo, Rosário define como uma experiência de aprendizados, porém conflitante:

Primeiro, foi muito importante para mim, no nível pessoal. de crescimento profissional, essa experiência, porque foi a primeira vez em que eu estive em um trabalho de coordenação de professores. Até então eu nunca havia trabalhado em coordenação nenhuma, só na sala de aula e trabalhava na alfabetização de jovens e adultos no movimento popular, fazendo parte do GTA na época. Então, quando eu fui trabalhar na alfabetização na Ueja, eu conheci um outro lado, a questão institucional, como é que a instituição trabalha. Então, houve aquele embate, porque eu estava lá representando a instituição, mas ao mesmo tempo eu era do movimento popular também, então eu estava do lado das reivindicações do movimento popular, eu entendia perfeitamente e acatava o que eles reivindicavam, concordava, mas dentro da instituição era muito difícil encaminhar as coisas. Porque tem os trâmites, tem toda a tramitação e que às vezes não depende de quem está coordenando. E foi um aprendizado muito importante para mim, para ver o quão burocrático, o quão difícil é essa questão institucional [...], mesmo estando no Governo Democrático Popular, como se denominava na época. Eu me lembro que o Cristovam deu muito valor a esse programa, eu me lembro de inúmeras reuniões que nós fizemos com o movimento popular no gabinete do governador Cristovam, que ele queria ouvir o que estava acontecendo nesse programa, quais eram as dificuldades. Sempre que eu ia nessas reuniões, eu fazia questão de levar a representação das organizações, nunca ia sozinha, então a gente sempre estava acompanhado e a gente sempre dava a palavra às pessoas para elas mesmas, o movimento popular dizendo o que estava necessitando. E aí sim, eu percebi que havia uma boa vontade, mas ao mesmo tempo mesmo lá do trâmite para poder aprovar o dinheiro, liberar o dinheiro para pagar as pessoas, o dinheiro para comprar material, para elaborar material da alfabetização, que eu lembro que na época foi elaborado pela Oficina da Secretaria de Educação, que era lá no

SIA, até com a participação da professora Laura Coutinho, com aquela questão dos cartazes da alfabetização (Rosário Ribeiro, 2022).

Sobre essa experiência vivida, foi a primeira vez no Distrito Federal que sociedade política e sociedade civil sentam juntas para discutir e encaminhar um problema social como o analfabetismo. Rosário destaca que a efervescência desse momento foi aprendido para os dois campos, e talvez por isso tenha caído no apagamento institucional:

Eu acho que foi uma época muito importante para a alfabetização de jovens e adultos, tanto na Secretaria de Educação quanto para o movimento popular, e aí é muito estranho que justamente não tenha nada disso, dessa memória. Não tenha essa documentação, porque foi uma época de muita efervescência, né? Em que nós, enquanto estávamos lá, eu, a gente tentava levar essa metodologia que a gente aprendeu com o movimento popular, de participação. Tínhamos as reuniões, tinha os fóruns, as formações conjuntas. Então, eu acho que foi um momento muito rico, muito importante, e eu não entendo porque isso não está documentado, por que não tem esses registros da época, e é uma pena. Então, eu penso que foi uma época de muita efervescência em que houve essa oportunidade de juntar o movimento popular da alfabetização de jovens e adultos com a política do governo. Porque a tentativa foi essa, de integrar as ações de alfabetização de jovens e adultos do movimento popular dentro de um programa institucional governamental que era o programa de alfabetização do governo do Distrito Federal. Então eu vi pessoalmente o engajamento do próprio Governador, em muitas ocasiões presente nas reuniões. Reuniões que eram conjuntas, eu me lembro de várias reuniões que nós fizemos no gabinete do governador Cristovam Buarque, com a presença representante da Ceilândia, do Paranoá, do Gama, do Pedregal conosco lá da Unidade de Educação de Jovens e Adultos para poder justamente resolver os problemas do programa de alfabetização. Então, é uma pena que isso não esteja documentado, que não tenha registros disso, porque os relatórios foram feitos. Lá nós tínhamos o hábito: todas as ações que eram desenvolvidas tinham um relatório, então eu não sei onde estão esses documentos (Rosário Ribeiro, 2022).

Vamos tratar como apagamento institucional essa desmemorização, que nos parece premeditada, pois não há uma explicação, não localizamos uma resposta, um fato como incêndio, inundação, ou alguma tragédia que justifique tamanha ausência de documentação, registros, memórias. É bem estranho mesmo!

No fim de 1996, um relatório do quantitativo de turmas de alfabetização em atividade foi apresentado, conforme disponível na Figura 33. No relatório, consta a formação de 475 turmas e podemos observar a significativa participação da Secretaria de Educação, com um total de 171 turmas, além das 44 turmas em outras secretarias do governo do Distrito Federal, seguidas de 108 do segmento Instituições de Ensino Superior e 92 de Instituições não Governamentais. O dado chama atenção porque, pelo que constatamos até aqui, por meio da documentação e publicações que nos foi

possível acessar, é a primeira vez em que o governo assume para si a ação alfabetizadora com expressiva formação de turmas sob seu próprio comando. Em outros momentos, a tarefa era coordenada pelo governo com delegação de responsabilidade às parcerias, convênios e outros por meio dos projetos e programas de alfabetização implementados. Poucas foram as matrículas localizadas em turmas de alfabetização, mesmo quando a ação alfabetizadora passa a fazer parte do sistema de ensino, lembrando que, no início de Brasília, ficava a cargo exclusivamente do MEC.

Figura 33 - Relatório PROALFA – turmas formadas em 1996

Imagem em preto e branco do Relatório PROALFA – turmas formadas em 1996

GDF - SE - FEDF
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROALFA - "Brasília: Onde Todos Podem Ler"
Alfabetização de Jovens e Adultos no D.F. - 1996

QUANTITATIVO DE TURMAS FORMADAS

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO/ONG	RA I Brasília	RA II GAMA	RA III Tremembé	RA IV Parangaba	RA V Pôrto de Foz	RA VI Planaltina	RA VII Paranoá	RA VIII e São Sebastião	RA IX Otiliano Lima	RA X Quilombo	RA XI Ouro Preto	RA XII Samambaia	RA XIII Serra Maria	RA XIV Cidade de Deus	RA XV Recanto das Emas	RA XVI Lago Sul	RA XVII Márcos	RA XVIII Lago Norte	RA XIX Cristina	RA XX Cidade de Deus	TOTAL
Sec. de Educação/FEDF	26	13	20	1	10	14	4	2	19	12	4	12	5	2	4	7	4	5	2		171
Governo do D. Federal	24	1	2	2	4	3	1	2	3	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	44
Org. Não Governamental	-	1	-	20	-	-	30	-	25	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	92
Org. Representativa	8	1	3	-	2	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	-	19
Instituição Religiosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	9	-	-	-	-	-	-	-	29
Empresa	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Inst. de Ensino Superior	15	10	21	4	5	1	1	3	21	7	2	6	5	-	3	-	3	-	1		108
Governo Federal	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
TOTAL	85	26	46	27	21	18	36	7	69	19	6	41	20	18	7	7	7	7	3		475

Fonte: Cópia do original. Arquivo pessoal de Rosário Ribeiro. Disponibilizado à pesquisa para digitalização.

Outro documento acessado pela pesquisa (DISTRITO FEDERAL, 1996) dá conta de que, aos nove meses de execução do Proalfa, haviam sido capacitados 180 professores em 1995 e 109 em 1996; foram 1920 alunos em alfabetização nas parcerias com a sociedade civil; 5 instituições engajadas no Proalfa; a rede pública foi responsável pela alfabetização de 17.864 alunos em 1995 e 20.773 em 1996 e, ainda, a realização de 3 eventos diretamente relacionados ao programa.

As turmas formadas pelo Proalfa estavam presentes em todas as Regiões Administrativas, e onde localizamos vínculo com os movimentos populares de alfabetização está Brazlândia, Ceilândia, Paranoá e São Sebastião. As Regiões Administrativas onde estão presentes uma maior concentração de turmas ligadas ao

movimento popular são também as que possuem menor número de turmas nas salas da Secretaria de Educação, à exceção de Ceilândia, onde a diferença no número de turmas é menor que nas demais RAs.

A proposta da *Escola Candanga: uma lição de cidadania* está amparada no Plano Quadrienal de Educação, do qual tratamos acima, e foi articulada em discussões que envolveram todos os segmentos da educação pública no Distrito Federal. Dentro da proposta da Escola Candanga, os documentos orientadores para a educação de pessoas jovens e adultas a que tivemos acesso foram: *Projeto Escola de Integração, Caracterização da Clientela da Educação de Jovens e Adultos e Referenciais Curriculares da Educação de Jovens e Adultos*.

O *Projeto Escola de Integração*, lançado em agosto de 1998, apresenta-se como resultado de um projeto de construção coletiva a partir da necessidade de discussão e compreensão da concepção de Educação de Jovens e Adultos e propõe para a rede pública de atendimento à EJA um trabalho coletivo e integrador. Segundo o documento,

Uma concepção que atenda à realidade do aluno, evidenciada concretamente em aula e requer destes profissionais a construção de conhecimentos necessários à resignificação da sua prática pedagógica por meio do aperfeiçoamento continuado visando ao atendimento do aluno trabalhador que lhe possibilite ação de vivência participativa, democrática e contínua na prática efetiva da escola e da sala de aula e nos espaços organizados da sociedade civil, em busca da construção da autonomia e o ser agente de transformação (DISTRITO FEDERAL, 1988a, p. 4).

Outra fonte de informações acessada é uma pesquisa realizada entre agosto e outubro de 1998, com o objetivo de caracterizar o público da Educação de Jovens e Adultos para fins de amparar a elaboração dos Referenciais Curriculares da modalidade, seguindo os princípios da Escola Candanga. Os resultados da pesquisa foram publicados em formato de relatório no livreto de oito páginas, intitulado *Caracterização da Clientela da Educação de Jovens e Adultos*, em dezembro do mesmo ano.

Estranhamente, o público da modalidade Educação de Jovens e Adultos ainda é tratado nos documentos como “clientela” em boa parte do texto, em alguns momentos como “aluno” e, em outros poucos, como “aluno trabalhador”, revelando uma confusão conceitual ainda presente nesse momento, que é de transição do Ensino Supletivo para a Modalidade da Educação Básica.

Voltando ao documento *Caracterização da Clientela*, a publicação revela que a pesquisa atingiu dois mil alunos, todos da rede pública. A coleta das informações foi por meio de questionário, aplicados com o apoio dos professores, e a tabulação dos questionários ficou a cargo da Unidade de Educação de Jovens e Adultos. Pela dinâmica apresentada no relatório e pela disposição dos dados da pesquisa, entende-se que não houve um aporte técnico, suporte especializado para a coleta e tratamento dos dados de forma adequada ao que se propunha. Contudo, os resultados chamam atenção para reflexões acerca do público a que se destina essa modalidade e ao que ela atende. Reproduzimos abaixo o item 5 do relatório,

5. CONCLUSÕES

São características principais dos alunos do Ensino Supletivo hoje:

- idade entre 15 e 25 anos
- maioria do sexo feminino
- maioria empregada (principalmente como empregada doméstica, balconista/vendedor, mecânico e serviços gerais)
- mais de 1/3 tem carteira assinada
- 83,22% trabalham 7 ou mais horas por dia
- 70,02% interromperam os estudos por menos de três anos
- 94,37% estão cursando o Supletivo há menos de 3 anos

São fatores restritivos ao desempenho escolar, na visão dos alunos:

- falta de tempo, local e material didático adequados para estudar
- não entende o conteúdo ministrado pelo professor
- não gosta da disciplina, do professor e de estudar
- considera os conteúdos estudados fora da prática

Sugestões apresentadas pelos alunos para a melhora dos resultados:

- ter frequência obrigatória, com alternativas para quem não pode frequentar as aulas todos os dias
- ter conteúdo direcionado para a vida prática
- ter material didático específico para jovens e adultos (DISTRITO FEDERAL, 1998c, p. 7, *grifo nosso*).

Uma observação sobre o documento é a confusão nas nomenclaturas, pois, passados dois anos da nova LDB, em alguns momentos, o relatório trata como Ensino Supletivo, em outros como Educação de Jovens e Adultos e, em outros, Educação de Jovens e Adultos - Supletivo. Outra observação é que o relatório não informa o universo da pesquisa, mas apenas a amostra (2 mil questionários), e não relata onde e como foram selecionadas as amostras. Por fim, o relatório também não apresenta o instrumento da pesquisa, ou seja, o questionário em si, mas apenas uma síntese da tabulação, o que fragiliza o resultado.

Porém, ainda assim e no esforço de compreender a intencionalidade da gestão em coletar dados para subsidiar o debate para a construção de referenciais curriculares para a modalidade, as informações sistematizadas ajudam a

compreender quem era o público atendido, dando visibilidade qualitativa para as mais de 70 mil matrículas na educação de jovens e adultos na rede pública naquele momento, segundo demonstrado na Tabela 10, algumas páginas acima.

Conversamos com a professora aposentada da Secretaria de Educação, Irlanda Aglae Correia Lima Borges, nordestina de São Luís do Maranhão, que chegou a Brasília em 1970 com sua família em busca de tratamento médico no hospital Sarah Kubitschek. Morando no Plano Piloto entre Asa Norte, Lago Norte e Asa Sul, começou a trabalhar na Secretaria de Educação em 1993, mas somente em 1995 começou a atuar na Educação de Jovens e Adultos, na Escola Classe 410 Norte, situada na Asa Norte de Brasília, tendo atuado posteriormente em Riacho Fundo, Planaltina e Paranoá, até chegar ao Cesas em 1997, onde permaneceu até a aposentadoria, atuando em Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Questionada sobre o que destacaria na Educação de Jovens e Adultos no período em que atuou, Irlanda evidencia os ajustes entre os professores para estimular os estudantes a irem para a escola:

Eu trabalhei na EJA, peguei muitas fases. Desde que a gente fazia os atendimentos com os estudantes, que era um atendimento de tirar dúvidas. Só que no meu caso, como eu trabalhava com português, eu não podia atuar assim, só tirando dúvida. Porque ninguém aprende português tirando dúvida, você tem que trabalhar mesmo! Só que um trabalho muito repetitivo, porque as dúvidas, elas mais ou menos residiam nos mesmos problemas. [...] Aí, o que eu fazia na época? Eu, junto com um colega de matemática, fazia uns esquemas de dar umas aulas para os estudantes, supria as necessidades das aulas para eles assim. Fazia assim, por exemplo: segunda-feira dava aula de redação, quarta-feira dava essas aulas de orações subordinadas substantivas. Aí tinha um dia que eu dava análise sintática. E tinha um dia que era prova semanal e que a gente acelerava os estudantes por meio dessas apostilas e estudo dirigido, que eles realizavam essas apostilas e faziam essa avaliação, que tinha redação, na época. [...] A gente começa a dar aula todo dia, num horário tal, que já foi uma tentativa de, bem entre aspas, regularizar a EJA. Foi quando eles quiseram fazer outro modelo de Educação de Jovens e Adultos. Nesse primeiro modelo que a gente trabalhou, era um sistema em blocos. [...] E nesse sistema a gente trabalhava como se fosse normalmente com os estudantes, só que não existe a frequência. A frequência era desejada, a gente ofertava, tinha aula todos os dias. Mas a gente não tinha uma exigência de frequência. Isso fez com que a gente tivesse públicos imensos, a gente tinha turmas imensas, tinha turma que não cabia na sala. E era muito bom trabalhar, foi uma época muito boa de trabalhar na EJA. A gente sempre teve nossas lutas, né? (Irlanda Aglae, 2021).

O documento orientador *Referenciais Curriculares da Educação de Jovens e Adultos*, lançado em novembro de 1998, apresenta uma proposta de organização curricular que, se por um lado resgata ideias da proposta de 1985, por outro, não se

assume freiriana e sequer faz referências a Paulo Freire. Contudo, mostra-se reflexiva e inovadora, provocativa e com novo conceito do público (ainda tratado como clientela) da Educação de Jovens e Adultos. Em sua justificativa, logo nos parágrafos iniciais, o documento destaca nos aspectos metodológicos desta escola:

A escola que vai atender esta clientela específica, ao pensar nos pressupostos metodológicos, precisa considerar que este aluno é fundamentalmente um trabalhador. Portanto precisa voltar-se para estes interesses, pois como trabalhador ele busca na escola um complemento na construção da reflexão da sua prática social.

Os conteúdos e propostas dessa Escola devem ser referenciados pela experiência de vida do jovem e do adulto no mundo do trabalho e também pelos conteúdos formais que explicam essa realidade refletida por ele, uma metodologia que considere este educando como produtor de conhecimentos e construtor de hipóteses explicativas sobre a realidade que o cerca (DISTRITO FEDERAL, 1998b, p. 5, *grifo no original*).

A proposta nos *Referenciais Curriculares* organiza a modalidade em três ciclos, sendo o Primeiro Ciclo referente às Fases I e II, que corresponde da alfabetização aos anos iniciais do Ensino Fundamental, e traz uma “visão totalizadora”; o Segundo Ciclo corresponde à Fase III, que equivale aos anos finais do Ensino Fundamental e está “estruturado em Áreas do Conhecimento”, e o Terceiro Ciclo compreende a Fase IV, que equivale ao Ensino Médio e, segundo o documento, “será elaborado a partir das discussões relativas à reformulação do Ensino Médio com fulcro na LDB e no Parecer nº 15/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação” (DISTRITO FEDERAL, 1998b, p. 8).

Questionada sobre os programas de alfabetização, em como avalia o impacto deles na rede pública nas demais Fases da EJA, Irlanda pegou um período inicial do Programa Brasília em que todos podem ler. Sobre isso, ela avalia como positivo para alimentar a rede com a entrada dos alfabetizandos/as, ainda que, no Cesas, tenha turma de alfabetização nos três turnos de funcionamento:

A gente via que existia um ingresso maior na escola, por causa desses projetos. Alimentava mais a rede. Porque tinha um projeto de alfabetização, esse projeto, ele resultava desses estudantes irem para o primeiro segmento e daí seguirem. Eu tive muitos estudantes que foram oriundos desses, Já no quinto semestre do segundo segmento, que já foram oriundos disso aí. A gente tinha um fomento, a gente tinha um aumento de participação, um aumento de ingresso de pessoas na EJA de primeiro segmento, por causa desses programas, e isso eu acompanhei (Irlanda Aglae (10), CP3-E).

A avaliação de Aglae infelizmente não pôde ser realizada pela pesquisa, pois, devido ao recorte histórico (1957-1998), a investigação não avançou para localizar relatórios ou publicações de modo a avaliar os desdobramentos das propostas implementadas para a modalidade tanto operacional quanto curricular, após 1998. Sabe-se, contudo, que o Programa Escola Candanga foi extinto após a entrada do novo governo eleito, em 1999.

Verificando a evolução das matrículas de jovens e adultos, observamos avanço quando salta de 33.502, em 1984 (período anterior), para 37.414 em 1985. Porém, permanece oscilando para mais ou para menos no período seguinte e, pelo registro inadequado, inconstância nas matrículas ou ausência de documentação, não é possível saber o motivo dessa oscilação. O que pode ser observado, um pouco adiante, é o crescimento mais acentuado na taxa de matrículas a partir de 1991, ultrapassando 50 mil matrículas a partir de 1992, conforme dados mostrados na Tabela 11 – Série Histórica I. Esse crescimento permanece até o ano de 2000⁵⁷, quando encerramos a coleta de dados para os fins desta pesquisa.

Tabela 11 - Série histórica I, matrícula inicial na educação de adultos na rede pública do Distrito Federal – 1985-2000*

Tabela em duas colunas com dados de matrículas nos anos de 1985 até 2000

Ano	Matrículas
1985	37.414
1986	38.299
1987	36.232
1988	41.195
1989	40.518
1990	37.293
1991	46.494
1992	50.719
1993	56.614
1994	62.023
1995	81.851
1997	63.457
1998	71.582
1999	76.440
2000	89.175

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações em: DISTRITO FEDERAL – SEDF – Dinâmica das Matrículas da Educação Básica; GDF-SEDF-DEPLAN – Séries Históricas 1960-1980; Inep, Censo Escolar. *Não há informações do ano de 1996.

⁵⁷ Assim como nos dados do Censo Demográfico e PNAD, optamos pelo registro de informações de matrículas até o ano de 2000, agregando elementos de análise para o nosso estudo que, pelo recorte temporal, termina em 1997, com a nova LDB.

Sobre o crescimento acentuado a partir de 1990, o que pôde ser apurado pela pesquisa é que, no embalo da ampliação das cidades com criação de novas Regiões Administrativas, houve uma significativa ampliação da rede física escolar e essa ampliação acabou por favorecer o ensino noturno, abrigando principalmente o Supletivo Fase 1 e 2, em suas etapas iniciais.

A partir de 1995, os dados do Censo Escolar disponibilizados pelo Inep⁵⁸ possibilitam enxergar essas matrículas distribuídas entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas esferas estadual e privada. Com isso, nos chama a atenção o interesse da iniciativa privada pela oferta de matrículas para a etapa correspondente ao Ensino Médio, como observado na Tabela 12.

Tabela 12 - Série histórica II, matrícula inicial na educação de adultos na rede de ensino do Distrito Federal – 1995 – 2000.

Tabela com seis colunas com dados de matrículas na rede pública e privada entre os anos de 1995 até 2000.

Ano	Total	Etapa de Ensino e Dependência Administrativa			
		Fase II e III (Ensino Fundamental)		Fase IV (Ensino Médio)	
		Pública	Privada	Pública	Privada
1995	91.244	68.640	5.593	13.211	3.800
1997	68.759	50.450	2.049	13.007	3.253
1998	76.849	55.612	2.311	15.970	2.956
1999	84.007	58.080	1.983	18.360	5.584
2000	98.995	66.241	1.627	22.788	8.193

Fonte: Inep, Censo Escolar. *Nessa série, não há informações do ano de 1996.

Como não temos uma constância na informação e dados das escolas que ofertaram turmas de educação de adultos no período estudado, optamos por não apresentar aqui, pois não oferecem segurança, havendo significativa distância nos dados entre uma fonte e outra.

Com toda a movimentação no período analisado neste Capítulo, em meio a avanços e descontinuidades, seguimos agora para o item 3.3, no qual, perseguindo as “pegadas” e “escarafunchando” as memórias, novamente nos desafiamos a

58 Os dados do Censo Escolar do Inep anteriores a 1995 estão em arquivo impresso ano a ano, com acesso na Biblioteca do Inep em Brasília/DF. Infelizmente, estávamos em campo na exploração desses arquivos quando fomos surpreendidos pelas consequências da pandemia, e o acesso à Biblioteca foi suspenso. Como a Biblioteca ficou fechada por muito tempo, não tivemos condições operacionais para dar prosseguimento à coleta desses dados.

identificar os principais movimentos realizados pela sociedade civil voltados à educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal.

3.3 Da ruptura ao pertencimento: os movimentos sociais na educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal

Como vimos anteriormente, a conjuntura política nesse novo período é marcada pelas lutas para a redemocratização do país. Não diferente no Distrito Federal, que também discute a sua emancipação política e representações legislativas com novas lideranças, esse efervescente movimento movimenta os grupos já organizados, estimula aqueles que ainda estão por se organizar politicamente. Espelhados pela movimentação nacional, começa a tomar força a organização popular interrompida ou silenciada pelos anos de Regime Militar, com isso grupos políticos se juntam, associações se renovam e, aos poucos, vão surgindo movimentos sociais conquistando espaços para e/no debate, junto às pressões para uma nova ordem política, a democracia.

Muitos grupos começam a despontar nas cidades-satélites, na luta por moradia, urbanização, saúde, escola, segurança, emprego. As mazelas sociais que ocupam o território do Distrito Federal tomam voz na organização dessas comunidades e a luta por moradia desponta como principal força para essa organização. Com o novo fôlego das organizações mobilizadas, a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras se junta a tantas outras pautas e reivindicações e acabam por tomar espaço como força mobilizadora e fortalecedora das demais lutas que se apresentam, principalmente a moradia e melhores condições de vida.

Diferente dos anos iniciais de Brasília, em que as classes de alfabetização estavam concentradas no Plano Piloto, onde estavam assentados a maioria dos trabalhadores, nesse novo período, as classes populares de alfabetização tomam espaços diversos e diferenciados no Distrito Federal, distanciando-se para as regiões mais à margem do Plano Piloto, o centro urbano da capital Brasília. A população, formada por trabalhadores e trabalhadoras, se concentra nessas margens que se constituíram em novas Regiões Administrativas, para onde foram se deslocando ao longo dos anos e formando novos aglomerados humanos, agora distantes do centro do poder.

Voltando um pouco antes, para compreender como surge o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA), estamos em 1985, ano em que houve uma experiência de gestão democrática na Secretaria de Educação e houve eleições para as direções dos Complexos Escolares, que eram as coordenações escolares responsáveis por um grupo de escolas vinculadas a RAs. No caso, esses estudantes de mestrado e doutorado se juntaram em torno do Complexo Escolar de Ceilândia, atendendo ao anseio da comunidade para que se desenvolvesse uma proposta que retomaria o método Paulo Freire, com a formação de turmas de alfabetização de jovens e adultos.

Esse trabalho, somado às reflexões do X Conferência de Educadores do Distrito Federal, impactou na Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos aprovada pelo Conselho de Educação no Parecer n.º 27/86 – CEDEF, de 03/03/1986. O Relatório-síntese do GTPA – Fórum EJA/DF ao XI ENEJA, publicado no Portal dos Fóruns de EJA, detalha como surge o GTPA:

Na transição democrática, marcada pela luta da autonomia política do Distrito Federal, em 1985, a direção eleita do Complexo Escolar "A" e da Escola Normal de Ceilândia reuniu a comunidade, inclusive escolar, que propôs a Alfabetização de Jovens e Adultos, definindo para tal o chamado "método" Paulo Freire, entre outras reivindicações. Com a orientação pedagógica de mestrandos da Universidade de Brasília - UnB/Faculdade de Educação - FE e envolvimento de normalistas como estagiários foi possível responder à comunidade, iniciando a alfabetização de jovens e adultos, com apoio da Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF/Núcleo de Tecnologia Educacional - NUTEL e Fundação Pró-Memória do Ministério da Cultura na produção do VT - Educar é descobrir (direção COUTINHO, L.M.). Os resultados obtidos permitiram influenciar no processo coletivo de formulação da nova Proposta Curricular da FEDF, aprovada pelo Conselho de Educação do DF, identificando como experiência piloto em Ceilândia e indicação de expansão para a periferia urbana no Paranoá e para a área rural em Vargem Bonita. (GTPA, 2008, p. 2).⁵⁹

Novamente, a descontinuidade se apresenta, pois a experiência na parceria com o governo dura pouco tempo, devido à nova conjuntura política. A disputa está acirrada em todos os campos, o Distrito Federal busca sua autonomia política e as forças começam a ser medidas com mais intensidade que outrora. No ano seguinte ao início dessa experiência, em 1986, com as mudanças no comando dos Complexos

59 Disponível em: http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_1%20ENEJA.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

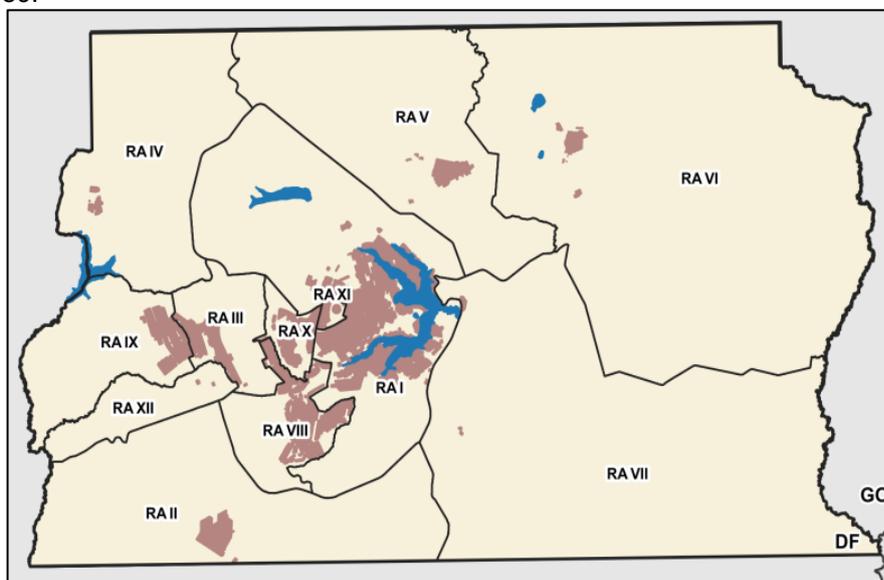
Escolares, com demissão dos seus diretores, mudanças políticas na Secretaria de Educação e na Fundação Educacional, o trabalho é impedido de ter continuidade.

Porém, esses atos não desmontam o que já vinha sendo construído, e a continuidade dos trabalhos de alfabetização de jovens e adultos em Paranoá e Ceilândia se dá junto a grupos de jovens que têm sua origem no seio da Igreja Católica. Eram oriundos das pastorais juvenis católicas, o *Turma Unida Comunicando Amor (TUCA)*, da Capela São Geraldo, na Vila Paranoá, que já estava atuando na direção da Associação de Moradores com intenso enfrentamento na luta pela moradia na Vila Paranoá, e o grupo *Jovens em Busca de Algo Mais (JEBAM)*, na Ceilândia.

Não por acaso, Paranoá e Ceilândia estavam nessa empreitada. São duas comunidades interligadas por muita identidade em suas trajetórias, lutas, resistências e conquistas. Resguardando as especificidades de cada território, a exclusão social e a defesa pela moradia são pontos que unem as suas histórias. Nasceram de processos de ocupação por trabalhadores que, sem ter para onde ir, por meio da resistência e luta, conquistaram a moradia no Distrito Federal. Posicionadas geograficamente distantes dentro do mapa do Distrito Federal, conforme pode ser observado na Figura 34, as cidades de Ceilândia e Paranoá passaram por processos de ocupação parecidos, com uma realidade socioeconômica bem próxima e participação ativa da comunidade por meio das organizações sociais e populares.

Figura 34 - Mapa do Distrito Federal, ano de 1989.

Mapa colorido do Distrito Federal apresentando a distribuição geográfica das Regiões Administrativas no ano de 1989.



Fonte: Codeplan. Atlas do Distrito Federal 2020. Capítulo 4. Legenda: RA VII – Paranoá; RA IX – Ceilândia

Os moradores que dão origem às cidades de Ceilândia e Paranoá iniciam suas histórias no Distrito Federal em um mesmo período, entre o fim da década de 1950 e a década de 1960, quando trabalhadores e trabalhadoras que chegaram e, não tendo para onde ir, se instalaram em ocupações tidas como irregulares na área de Brasília ou nos acampamentos desativados pelas construtoras da capital, conforme relatamos no Capítulo 1.

Tivemos uma longa conversa com Gilberto Ribeiro do Nascimento, professor, educador popular e militante do Cepafre. Nasceu em Brasília, filho de piauienses, mora em Ceilândia desde a sua fundação, desde a origem da cidade. Gilberto é professor na Secretaria de Educação desde o ano de 2000, mas foi sua atuação como educador popular que nos motivou a entrevistá-lo, pois foi o fato de ele ter se envolvido com a educação popular no Cepafre em 1991 que o fez optar por trabalhar na educação pública. A história da chegada da família de Gilberto ao Distrito Federal é espelho do que foi com tantas outras:

Eu sou filho de piauiense. Meus pais chegaram aqui em 1968 [...]. Não tenho nenhum dos dois, não estão vivos. Mas eles sempre relataram que vieram para trazer estudos para os filhos. [...] Eu nasci aqui. Eu sou o único da minha família que nasceu aqui. O pessoal me chama de Candango, né. E aí minha família, depois que eu nasci, eles foram morar na Vila Tenório. Brasília tinha várias ocupações. Eu falo ocupações porque eu não considero invasões. Ninguém invade seu próprio país. [...] Até que, em 1971, eles eles criaram a campanha da erradicação de invasão, a CEI, que deu origem ao nome da cidade Ceilândia. Lândia vem de território, de moradia. Então, Ceilândia, Campanha de Erradicação de Invasão. Onde minha família foi jogada no cerrado. Eu falo jogada porque não tinha as menores condições humanas de sobreviver no local. Ao relento, no cerrado rasteiro, sem água, sem energia elétrica, no matagal, sem sombra. [...] Eram condições bem desumanas às quais a população pioneira de Ceilândia foi submetida. E uma dessas pessoas, dessas famílias, foi a minha, que se meteu nessa situação degradante (Gilberto Ribeiro, 2019).

Cresceram os pequenos aglomerados humanos, que foram se constituindo socialmente entre as suas ruelas e becos enlameados pela ausência de estrutura e saneamento básico; barracos precariamente erguidos com os restos de madeiras e materiais vindos das construções acabadas dos prédios e casas erguidos em Brasília; lonas e estacas; inexistência de saúde, transporte e educação, o que Gonçalves (1998) vai denominar como resultado da segregação social e espacial presente no Distrito Federal desde sua origem, alimentado não por favelados, mas por migrantes que encontram precárias condições de moradia, aliadas à sua frágil condição econômica.

No entanto, é a organização desses moradores que assegura a conquista das suas moradias no Distrito Federal. Das várias invasões que são transferidas para a Ceilândia às famílias de operários da construção da Barragem do Lago Paranoá, é a mobilização e organização da comunidade que vai dar a força aos movimentos. Para aprofundar o conhecimento da trajetória e história dessas comunidades, recomendamos acessar as pesquisas de mestrado de Nascimento (2019) e Oliveira (2007), bem como as publicações de Reis (2011) e Torres (2018).

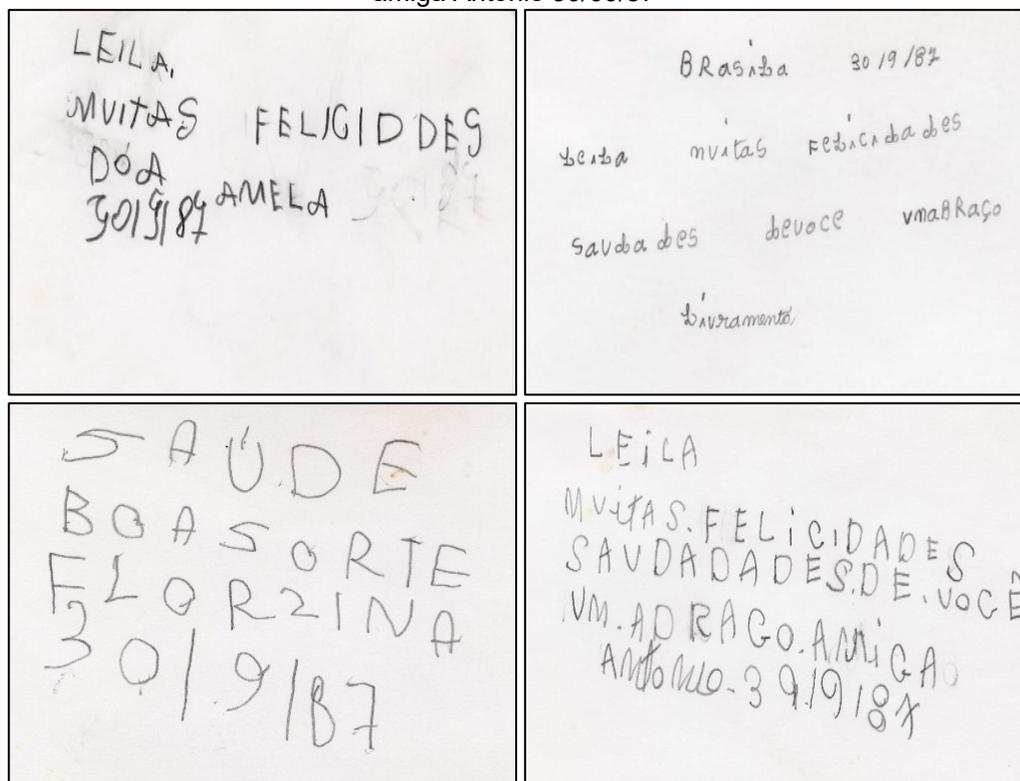
Ainda nessa sequência histórica, em 1987, na Vila Paranoá, as forças políticas em disputa na comunidade trazem derrota aos jovens que estavam à frente da Associação de Moradores, e estes fundam, em agosto de 1987, o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep), grupo que assume daí em diante os trabalhos voltados para a educação popular, mais especificamente a alfabetização de jovens e adultos, e encampam a reivindicação de oferta de educação de jovens e adultos na Vila Paranoá, dentre outras bandeiras já históricas na comunidade.

Permito-me entrar nesta narrativa com a minha caminhada no Paranoá, que tem início em 1981, quando chegamos para fixar moradia e, em 1982, aos 14 anos, já me aproximei dos movimentos dos jovens da comunidade, aqueles da Capela São Geraldo, o Tuca. A gestão na Associação de Moradores da Vila Paranoá, a derrota em março de 1987 e a fundação do Cedep são marcas que estão no meu currículo de vida como determinantes para o que seguirei como opção: a militância e a educação.

Era setembro de 1987 e nós já tínhamos turmas de alfabetização espalhadas pela Vila Paranoá, em parceria com a Faculdade de Educação da UnB. Eu estava concluindo o magistério na Escola Normal de Brasília e à noite atuava como alfabetizadora em uma turma que funcionava em uma salinha emprestada na sede do barracão da LBA. Nossa turma já estava alfabetizada naquele mês de setembro quando precisei me ausentar, devido a uma cirurgia de emergência, apendicite aguda. Em minha caixa de recordações, encontro guardado tesouros, bilhetes de afeto que compartilho na Figura 35.

Figura 35 – Bilhetes de alfabetizandas/os, setembro, 1987

Imagem preto e branco dos Bilhetes de alfabetizandos para alfabetizadora Leila. No primeiro bilhete está escrito “Leila, muitas felicidades doa Amélia, 30/09/87”; no segundo bilhete “Brasília, 30/09/87, Leila muitas felicidades saudades devoce umabraço Livramento.”; no terceiro bilhete “Saúde boa sorte Florzina 30/09/87” e no quarto bilhete “Leila muitas felicidades saudades de você um adrago amiga Antonio 30/09/87”



Fonte: Arquivo pessoal.

Confesso que o reencanto com essa memória, nesse momento de escrita da tese, me remexeu por dentro. De tudo e do quanto caminhamos, a certeza de que, se esse momento de agora existe, é porque começou em algum lugar do passado. Tem sido uma grande travessia revisitar as “pegadas” dessa história e, como diz Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 2019, p. 52).

Seguindo a esteira da memória, com as atividades de alfabetização mais espalhadas pelas regiões administrativas, o período entre 1985 e 1990 foi de intensa organização no campo da educação popular. A exemplo, são constituídos também novos movimentos e organizações sociais, como o Serviço de Paz, Justiça e Não Violência (Serpaj) do Novo Gama, em 1987, o Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho (CEPACS), em 1988, o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE), em 2 de setembro de 1989, o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA/DF), oficialmente constituído

em 20 de outubro de 1989, mas que se mantém como movimento e não como ONG, e o Centro Popular de Educação e Cultura do Gama (CPEC), em 1990. Reforça-se que essas organizações constituídas nesse período têm sua origem nas mobilizações instaladas a partir do início dos anos de 1980 e vão tomando corpo, forma e força com a proximidade da redemocratização do país.

O GTPA/DF se tornará um elo agregador dos movimentos em torno do debate sobre alfabetização, e sua origem está, portanto, ligada ao movimento de estudantes da Universidade de Brasília que, envolvidos na luta pela redemocratização no país e pela autonomia política do Distrito Federal, agregam outros jovens que se congregaram nos movimentos sociais. Além da ligação com a educação popular e congregação de militantes de realidades políticas diversas, como os movimentos estudantil, sindical e partidário, esses grupos tinham também como ponto em comum a origem ligada a alguma pastoral da Igreja Católica que, segundo Machado (2021), amparavam-se na formação com os referenciais da Teologia da Libertação.

Dos grupos citados acima, e que mais se envolveram com a alfabetização, o Cpec foi o que teve vida mais curta, porém atuante até o início da década de 1990. Machado (2021) assim descreve a formação do grupo:

O CPEC foi um espaço de vivência de alfabetização de adultos que resultou da mobilização de jovens ligados à PJ no Gama, mas também de militantes do movimento estudantil e de filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) que encontraram na pauta do movimento de educação popular, entre 1987 e 1990, uma concretude para os ideais que se apresentavam tão determinados e defendidos, teoricamente, nos referenciais marxistas e humanistas de nossa formação (MACHADO, 2021, p. 9).

É certo que se manifestaram, no Distrito Federal, outras organizações representadas por associações de moradores, sindicatos, prefeituras comunitárias, grêmios e algumas outras formas de organização popular, mas esses movimentos, embora com alguma participação momentânea, não irão se envolver com tanta intensidade na alfabetização de pessoas jovens e adultas trabalhadoras quanto os outros anteriormente citados.

No campo da alfabetização, nesse período, também atuam no Distrito Federal, organizações com trânsito nacional, com passagem temporária ou permanente, como a Associação dos Educadores Cristãos do Brasil (AEC), o Instituto Agostin Castejon, o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Visão Mundial. Algumas dessas organizações inclusive financiaram bolsas e projetos de alfabetização dos

movimentos populares de educação, pelos idos da década de 1990, como a Visão Mundial, instituição ligada ao segmento evangélico que financiava projetos de desenvolvimento comunitário.

Voltando ao GTPA/DF, a articulação dos movimentos que já despontavam no Distrito Federal, em conjunto com a Universidade de Brasília e guiados pela pauta da alfabetização tanto local quanto nacional, é o que vai impulsionar a sua criação, que se constitui inicialmente com o objetivo de formular ações inerentes ao Ano Internacional da Alfabetização, declarado pela Unesco para 1990 (AIA-1990). Com uma proposta ampla de composição unindo governo e sociedade civil para discutir a problemática da alfabetização de crianças a adultos, o GTPA/DF se coloca como um grupo autônomo e aberto a quem se interessar, vide Figura 36.

Figura 36 - Carta de Constituição do GTPA/DF.

CONSTITUÍDO GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL

Em 20 de outubro de 1989 foi constituído o GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL (GTPA-DF) com o objetivo de, à luz dos dispositivos constitucionais e das experiências existentes, discutir e formular um programa de ação, no âmbito do Distrito Federal, com vistas ao Ano Internacional da Alfabetização - 1990 (AIA - 1990), instituído pela UNESCO.

Este GTPA-DF surgiu da iniciativa de representantes da Fundação EDUCAR, Fundação Educacional do DF e Universidade de Brasília que, por entenderem o problema do analfabetismo como objeto de AÇÃO CONJUNTA governo/sociedade civil, convidaram para participar do processo de discussão, de encadeado nas reuniões dos dias 14 e 22 de setembro p.p, outros órgãos públicos, empresas, sindicatos, associações e movimentos populares com prometidos na prática com a alfabetização de crianças, jovens e adultos no Distrito Federal.

Caracterizado como grupo autônomo e aberto participaram da constituição inicial do GTPA-DF dezoito (18) pessoas das seguintes organizações: Fundação EDUCAR, Fundação Educacional do DF, Universidade de Brasília, Fundação do Serviço Social do DF, Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia, Secretaria de Educação do DF, EMBRAPA, Instituto Dom Orione, Centro Acadêmico da Faculdade de Educação da UNB.

O GTPA-DF deverá reunir-se no próximo dia 10 de novembro, às 14 horas e 30 minutos, circunstancialmente no Auditório da Coordenação da Fundação EDUCAR/DF. (SCLN 704/705, Bloco H, loja 33) quando serão apresentadas as atividades desenvolvidas pelos três sub-grupos de Alternativas Pedagógicas, Mobilização e Diagnóstico/Aspectos Legais.

Como grupo aberto o GTPA-DF convida todos os interessados (pessoas e instituições) a comparecerem à próxima reunião do dia 10 de novembro, unindo-se neste esforço político-pedagógico cujo desafio é pagar uma dívida social que envergonha nosso país.

Fonte: Acervo do Cedep.

O GTPA/DF se constitui a partir daí como um movimento agregador e catalisador das discussões e bandeiras da alfabetização e educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal. Unindo Universidade de Brasília, sindicatos, ONGs e movimentos populares como principais atores, o que podemos observar no alcance da pesquisa é que o GTPA/DF assume um papel importante para direcionar, de forma conjunta, colaborativa e coletiva, ações que se faziam, de certa maneira, isoladas e enfraquecidas em seus territórios até então.

Essa volta na história permite compreender como o momento, tanto de reabertura política com retomada da democracia no país quanto de movimentação para a emancipação política do Distrito Federal, no período de 1985 até 1990, impulsiona o surgimento de forças, também políticas, que influenciarão e até mesmo impactarão a educação de jovens e adultos na década seguinte, 1990.

A década de 1990 começa efervescendo, tanto pelo processo eleitoral no Distrito Federal para eleição direta ao governo e composição da primeira legislatura da Câmara Distrital, quanto pelos debates na educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras. Nessa década, podemos dividir em dois curtos períodos o protagonismo da sociedade civil na garantia do direito à educação de pessoas jovens e adultas. O primeiro, de 1990 até 1994, quando a luta está direcionada para garantir espaço na legislação que se constrói inédita no Distrito Federal a partir da composição de governo e legislativo local; o segundo, de 1995 até 1998, com a intensa participação na gestão, na implementação de programas e projetos, bem como no cumprimento da legislação construída no primeiro período.

Em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, 1990, o GTPA/DF promove o seu primeiro encontro entre 16 e 18 de fevereiro, tendo Paulo Freire como conferencista para a abertura (Figura 37). Como preparação, foram realizados encontros regionais em Ceilândia pelo Cepafre, Gama pelo Serpaj, Paranoá pelo Cedep e Sobradinho pelo Cepacs. Notadamente, as regiões administrativas e instituições do movimento popular de educação que davam sustentação ao GTPA/DF. Foi um ano movimentado também na interlocução local, com outras instituições e órgãos, e nacional, com participação em eventos em outros estados.

Figura 37 – Paulo Freire e alfabetizadores/as, Seminário do Ano Internacional da Alfabetização.
Fotografia colorida do Seminário do Ano Internacional da Alfabetização, realizado no ano de 1990



Fonte: Arquivo do Cepafre cedido para a pesquisa. Da esquerda para a direita: Madalena Torres, Gilberto Ribeiro, ao fundo, de barba, Edmilson, Paulo Freire à frente de terno, Nita Freire, demais não identificados. Maio de 1990. Sem créditos para autoria da foto.

Em busca no site do Arquivo Nacional, junto ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)⁶⁰, ao pesquisar pelo termo GTPA, localizamos, logo na primeira indicação, junto ao *Fundo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB H4*, dois relatórios que nos chamaram atenção não só pela data, novembro de 1990, mas ainda mais pelo conteúdo: trata-se dos dois relatórios da visita de Nilton Bahlis dos Santos a Brasília, a convite do GTPA/DF. O primeiro relatório, datado de 26/11/1990, com 22 páginas, com tema *Atividades de Nilton Bahlis dos Santos, em Brasília/DF* (dfanbsb_h4_mic_gnc_dit_910075075_d0001de0001.pdf), não só descreve quem é Nilton Santos, mas o que fez, onde se hospedou, quem o hospedou, com quem andou, por onde circulou no Distrito Federal, em que carro, quem dirigia o carro (Jefferson Paz, dirigente do Sinpro/DF) e transcreve síntese das palestras que ele proferira nos encontros que teve em Brasília. O relatório anexa ainda uma cópia do jornal *Participação Popular* e uma foto, discretamente tirada, de Nilton Santos e Jefferson Paz.

⁶⁰ O acesso se dá por meio de cadastro, com login e senha. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=gtpa&v_fundo_colacao=.

O segundo relatório, *Atividades do Grupo de Trabalho para Alfabetização em Brasília* (dfanbsb_h4_mic_gnc_dit_910075076_d0001de0001.pdf), datado de 27/11/1990, composto por cinco páginas, apesar de menos detalhado que o anterior, relata com fidelidade a reunião ocorrida em 20/11 no núcleo avançado da UnB em Ceilândia, com participação de cerca de 30 pessoas e de Nilton Santos proferindo a palestra "O processo de alfabetização na Nicarágua". Anexado ao relatório está um panfleto alusivo ao dia da Consciência Negra, entregue aos presentes por Veridiano Custódio de Brito.

Todas essas informações constam nos relatórios com carimbo de CONFIDENCIAL. Esses documentos acabam por revelar que, embora estivéssemos em plena campanha eleitoral (1989) para eleger os executivos nacional e local, este último pelo primeiro pleito, e decorridos quatro anos do fim do regime militar (1985), os nossos movimentos ainda estavam sendo monitorados e observados por agentes infiltrados que circulavam entre nós.

Em 1991, com a instalação da Câmara Distrital, a legislação do Distrito Federal começa a ser construída com base na participação popular. Nesse caminho, o GTPA/DF participa do *Fórum dos Movimentos Sociais Pró-Lei Orgânica do Distrito Federal*, que tinha como objetivo a apresentação de propostas de iniciativa popular à Lei Orgânica (LODF). A partir daí, surgem várias atividades de mobilização popular.

Em 1992, Paulo Freire retorna ao Distrito Federal para receber homenagem na Universidade de Brasília. Segundo consta do Relatório Síntese do GTPA/DF,

Ainda em 1992, as organizações populares do GTPA/DF participaram significativamente, na Universidade de Brasília, da cerimônia de outorga do prêmio Andrés Bello da OEA ao educador Paulo Freire, que, em seguida, foi homenageado pelos estudantes da Faculdade de Educação com a inscrição de "Centro Acadêmico Pedagogia do Oprimido" (GTPA, 2008, p. 2).

Essas atividades vão fortalecendo a mobilização popular em torno das propostas à LODF, o que garante, com mais de duas mil assinaturas, a apresentação e defesa da proposta construída no âmbito do GTPA/DF e apresentada pelo Cepafre, CPEC e Sindicato dos Auxiliares da Educação (SAE), representado por Maria Madalena Torres. Posteriormente aprovada, virá a se tornar o Art. 225 da LODF, promulgada em junho de 1993 (PEREIRA; TORRES, 2015).

O texto aprovado assegura a promoção do atendimento à educação de pessoas jovens e adultas, respeitando as especificidades desse público, com a participação dos movimentos sociais:

Art. 225. O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Ainda nesse mesmo movimento, é assegurado pelo Art. 45 Das Disposições Transitórias, incisos I a V, o atendimento às especificidades para a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras:

Art. 45. Para a erradicação do analfabetismo, em cumprimento ao que dispõe o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 352 desta Lei Orgânica, o Poder Público do Distrito Federal:

I - destinará, nos cursos de formação de magistério para o ensino fundamental, mínimo de trinta por cento de carga horária do estágio supervisionado para monitoria a turmas de alfabetização de jovens e adultos, reconhecida sua validade curricular;

II - reconhecerá como aproveitamento de estudos atividades de alunos do ensino médio que participem de programa de alfabetização de jovens e adultos;

III - promoverá por intermédio da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com a colaboração de instituições públicas e entidades civis:

a) a oferta intensiva de cursos de formação de alfabetizadores de jovens e adultos;

b) a reciclagem de professores que atuam no ensino fundamental e em alfabetização de jovens e adultos;

c) a elaboração de material didático adequado ao ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos;

d) a realização de projetos de pesquisa voltados para a solução de problemas ligados à alfabetização de jovens e adultos.

IV - envidará todos os esforços para erradicar o analfabetismo entre os servidores públicos do Distrito Federal no prazo de dois anos, incluída a destinação de duas horas de sua jornada de trabalho para esse fim, sem prejuízo dos direitos e garantias estatutárias;

V - assegurará que, durante o período estipulado para erradicação do analfabetismo no Distrito Federal, os meios de comunicação social pertencentes ao Distrito Federal veiculem anúncios, mensagens e avisos diários de apoio à alfabetização de jovens e adultos, bem como destinem trinta minutos por semana para emissão de programa com o mesmo fim (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Sobre a participação e empenho dos movimentos sociais para a apresentação e aprovação da proposta à LODF, Gilberto resgata uma memória desse período e destaca a importância dessa conquista:

Na Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu Artigo 45, Das Disposições Transitórias, tem esse (inaudível) e o Artigo 225, elas entraram na Lei Orgânica por conta de todo o movimento que aconteceu no GTPA Fórum EJA, que fez um abaixo-assinado, uma emenda popular para que esses Artigos entrassem na Lei Orgânica. Foram pessoas que foram para a rua, sol na cabeça, com prancheta na mão. Nas feiras, nos shoppings, onde tinha muita circulação de pessoas para conseguir a quantidade mínima de assinaturas, milhares de assinaturas para emplacar esses Artigos. [...] Ou seja, se esse Artigo 225 for cumprido, cada escola pública do Distrito Federal deveria ter no seu raio de atuação a preocupação com a Educação de Jovens e Adultos, no sentido de realmente fazer o trabalho que possa atender esse público da EJA. Que, às vezes, tem jovens e adultos que veem a escola pública como espaço do seu filho, como espaço do seu neto, do seu sobrinho. Mas ele não se vê como cidadão no direito de estar ocupando aquela cadeira. Que é uma escola pública e ele tem o direito de reivindicar a sua Educação. Então, se as pessoas, jovens e adultos que não têm a sua escolaridade mínima, se ela tiver clareza dos seus direitos e que está na Lei Orgânica, ele poderia exigir que o gestor providenciasse a educação dele, que foi uma luta dos movimentos sociais e da educação que conseguiu emplacar, inserir na Lei Orgânica do Distrito Federal, esses dois Artigos que são muito importantes no que se trata da Educação de Jovens e Adultos (Gilberto Ribeiro, 2019).

Em entrevista com Maria Madalena Torres, que veio de Divinópolis-GO em busca de tratamento médico para a família, soubemos que ela e os parentes chegaram a Ceilândia em 1971, logo no início da sua criação, e moraram no Setor das Indústrias, onde residem até hoje. Madalena iniciou sua atuação na educação popular em 1986, juntando-se ao trabalho que já vinha ocorrendo desde 1985 com jovens do Jebam e UnB. Posteriormente, esse mesmo grupo funda o Cepafre, do qual Madalena é fundadora, militante e no qual tem ampla atuação desde sempre. Sobre a participação do movimento na Lei Orgânica, Madalena destaca:

Não, eu penso que a nossa luta na Lei Orgânica, ela já foi um marco quando a gente aprova o artigo 45 e o artigo 225. Foi um marco para a gente. Porque até então, quando começa a lei orgânica, a lei orgânica foi feita lá o preâmbulo dela, e fica para a sociedade apresentar suas propostas e nós apresentamos. Essa foi uma questão muito importante (Madalena Torres, 2019).

O período seguinte é marcado ainda pela mobilização, divulgação e debate em torno das conquistas aprovadas na LODF, sempre alinhado ao cenário nacional. A articulação entre os movimentos envolvidos na educação popular segue conquistando parcerias, projetos e fomentando novas ações, tanto locais quanto nacional. O

GTPA/DF, sempre articulado entre universidade e movimentos sociais, continua realizando os encontros, que são de debate, articulação, mas também de formação e aos poucos construindo uma proposta para a educação de pessoas jovens e adultas no Distrito Federal.

O III Encontro, realizado após a vitória do Governo Democrático Popular de Cristovam Buarque, alimenta o ânimo e esperança de um novo rumo à causa defendida pelo GTPA/DF. Assim, esse encontro elabora e apresenta ao governo eleito as linhas gerais de uma proposta para atendimento à demanda por educação das pessoas de 15 anos ou mais no Distrito Federal. O Relatório Síntese do GTPA/DF destaca:

A realização do III Encontro Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno, em 3 de dezembro de 1994, foi marcada pelo clima de esperança do Governo Democrático Popular eleito, registrando-se a ampliação de pessoas e instituições interessadas. [...] Em 5 de dezembro, a Comissão decidida em plenária do III Encontro entrega ao Secretário de Educação Antonio Ibañez Ruiz, então indicado pelo governador eleito Cristovam Buarque, o Documento conclusivo com a "Proposta de Alfabetização do GTPA/DF para o governo 1995/1998". Durante este período de 1989 a 1994, o GTPA/DF acumulou experiência significativa na ação conjunta Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF, ampliando para o Entorno e desenvolvendo diferentes parcerias entre órgãos públicos, sindicatos, universidades, organizações religiosas, organizações populares, Câmara Legislativa, empresas, organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), embaixadas, grêmios estudantis, centros acadêmicos (GTPA, 2008, p. 4).

Essa segunda parte da década de 1990, que vai de 1995 até 1998, resulta em conquistas com a parceria entre governo e sociedade civil. Como apresentamos no item anterior (3.2), as propostas para a alfabetização, o Foralfa, o Funalfa, o Gtalfa e o Proalfa, foram implementadas com a participação ativa do GTPA/DF na Gestão da UEJA. Junta-se aí o documento aprovado no III Encontro do GTPA/DF em dezembro de 1994, com a experiência adquirida pelo movimento para a construção das propostas à LODF e a participação de Rosário Ribeiro na gestão da alfabetização na Ueja. Resgatamos nos arquivos do Cedep uma foto da ocasião de defesa do Funalfa, vejamos na Figura 38.

Figura 38 - Manifestação pela aprovação do Funalfa, Distrito Federal, 1997

Fotografia colorida da manifestação pela aprovação do Funalfa, onde um homem segura um cartaz com a frase: Colabore com a Cidadania Vote no Funalfa.



Fonte: Acervo do Cedeep. Sem créditos de autoria.

Esse acolhimento mútuo entre governo e sociedade civil, pela mesma causa, é registrado no Relatório Síntese do GTPA/DF:

Todo este esforço de ação conjunta apoia-se na compreensão das implicações estruturais da meta de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno, sabendo-se que o problema tem se agravado, não apenas pela falta de resposta da escola pública ao longo dos anos, mas sobretudo porque a recessão econômica, o desemprego, as mudanças constantes de moradia, o aumento de ocorrências de doenças e a falta de segurança pessoal (aumento da violência) tem expulsado os alfabetizandos dos círculos de cultura (sala de aula) (GTPA, 2008, p. 4).

Reflexo do que ocorre no Distrito Federal, a Região do Entorno também se movimenta na pauta da educação das pessoas jovens e adultas. Essa relação fomenta, no legislativo, a normatização para a formação específica para professores/as, e a experiência do Serpajus com a alfabetização de pessoas jovens e adultas o credencia para, em parceria com a Prefeitura de Luziânia, coordenar essas formações, que começam em Luziânia, Figura 39, e posteriormente se expandem para as cidades (ainda não emancipadas) de Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso.

Figura 39 - Formação de professores da rede pública de ensino de Luziânia, Goiás, 1994.
Fotografia colorida de uma sala de aula na Formação de professores da rede pública de ensino de Luziânia, Goiás, no ano de 1994



Fonte: Arquivo pessoal cedido para a pesquisa. No primeiro plano, Erlando Rêses como formador, demais pessoas não identificadas. Ano de 1994. Sem créditos para autoria da foto.

O Foralfa é também instalado em Ceilândia, graças à articulação do Cepafre, em 30 de agosto de 1996, com a presença de Paulo Freire, que é festivamente recebido e imprime suas mãos em uma placa de concreto, conforme podemos ver na memorável fotografia apresentada na Figura 40.

Figura 40 - Placa em concreto com marca das mãos de Paulo Freire.
Fotografia da Placa em concreto com marca das mãos de Paulo Freire. A placa está em uma caixa de madeira e contém duas fotos do momento em que colocava as mãos no concreto. No meio da caixa está escrito em caixa alta PAULO FREIRE EM CEILÂNDIA 30/08/96



Fonte: Acervo Cepafre. Ocasião da instalação do Fórum do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos em Ceilândia, Cepafre, 1996. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/cepafre/>.

A participação do Governo Popular por meio da Ueja era ativa. Na instalação do I Fórum de Ceilândia, Rosário Ribeiro, como Coordenadora da Alfabetização, esteve presente, conforme registrado foto da Figura 41.

Figura 41 – Paulo Freire no I Fórum de Alfabetização de Jovens e Adultos, Ceilândia, 1996.
Fotografia colorida de Paulo Freire com participantes do I Fórum de Alfabetização de Jovens e Adultos, na cidade da Ceilândia/ DF, no ano de 1996.



Fonte: Arquivo pessoal cedido à pesquisa. Na foto, da esquerda para a direita: Paulo Freire, Francisco Góis, Rosário Ribeiro e Maria da Guia. Data: 30/08/1996. Sem créditos para autoria da foto.

Em Ceilândia, Paulo Freire é recebido em meio a alfabetizandos/as, alfabetadoras/es do Proalfa e demais convidados e comunidade. Para um público de cerca de mil pessoas, ele dirige a sua fala resgatando o histórico do seu envolvimento com a alfabetização de jovens e adultos. Destacamos o seguinte trecho:

Os militares que pretenderam imobilizar – e o fizeram durante um largo tempo – o processo brasileiro, político..., que pretenderam distorcer os caminhos que o povo estava procurando, e estava construindo..., jamais podiam pensar que trinta e três anos depois do esmagamento de todo aquele trabalho, que tínhamos iniciado no Brasil todo, trinta e três anos depois daquilo, eu estaria aqui, sendo festejado e homenageado, pelo povo simples, que se alfabetiza ou que alfabetiza, mas que participa, exatamente tanto quanto eu, da busca de nós mesmos! Pra mim, estar aqui hoje é uma razão de imensa alegria; faz dois dias que eu estava com Nita em Niterói – duas noites passadas – quando recebi da Universidade uma honraria acadêmica; me fizeram Doutor Honoris Causa da Universidade, por causa destas coisas! Mas hoje, eu recebo um outro doutoramento, que pra mim tem tanta importância, tanta significação quanto o doutoramento da academia; eu recebo aqui, agora, um doutoramento do povo (o diploma do povo!), um diploma que não está aqui, mas que está na cabeça de todo mundo; no corpo, na imaginação, no sonho...

O diploma deve dizer: Paulo, meu camarada, você andou brigando, andou lutando, andou fazendo umas coisas com outros Paulos, com outras Marias..., e essas coisas sempre disseram respeito a nós. Nós agora, aqui em Ceilândia, damos a você um diploma que não é igualzinho ao doutoramento da universidade, mas que tem a mesma significação, porque é o testemunho nosso de que você faz uns trechos certos. É isso que eu sinto hoje, aqui nesta noite! E outra coisa que eu gostaria de dizer a vocês, para terminar. É que eu estou absolutamente convencido, e sempre estive desde a minha mocidade, de que nunca fazemos as coisas sozinhos! (FREIRE, [s.d.], p. 7).

A fala e a presença forte de Paulo Freire em Ceilândia, na instalação do Fórum, geram uma motivação maior no movimento popular e na rede pública e, com isso, novas ações são desencadeadas, como aponta Madalena:

Me recordo que, quando Paulo Freire veio, foi justamente para a gente organizar um Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos, na Ceilândia. E funcionou uns tempos e, nessa organização que a gente fez aqui, nós conseguimos fazer um Censo. Porque a rede pública não faz ainda hoje? [...] E a gente não conseguia saber onde estavam as pessoas não alfabetizadas. E naquele ano que o Paulo Freire veio, a gente fez junto, a educação popular e educação pública, nós fizemos um Censo de dois finais de semana e nós encontramos. Foi em 1996 que a gente organizou. Que foi a vinda do Paulo Freire, que foi 30 de agosto de 1996, está ali na nossa pedra. E veio justamente porque a gente estava formando esse fórum permanente que unia todo o processo de alfabetização e também da questão da EJA. E nesse Censo que a gente fez, a gente encontrou quase 6 mil pessoas para serem alfabetizadas (Madalena Torres, 2019).

Essa movimentação toda no ano de 1996 soma-se também à pressão popular na elaboração da Nova LDB, e o GTPA/DF está presente nas etapas de discussão, permanece e amplia essa discussão com outros grupos, tanto em âmbito local quanto nacional. Não abordaremos aqui todo o Relatório Síntese, disponível no Portal dos Fóruns⁶¹ de Eja do Brasil, página DF, que pode ser acessado em www.forumeja.org.br e constitui-se em um rico e detalhado documento, sendo uma importante fonte a ser consultada para ampliar o conhecimento dessa memória de luta. No quadro abaixo, reproduzimos a listagem de encontros realizados pelo GTPA/DF no período de 1990 a 1998.

61 Para acesso direto, disponível em: http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJA.pdf.

Quadro 2 - Encontros Distritais de EJA.

Quadro em duas colunas contendo informações dos encontros distritais da EJA no DF

I ENCONTRO do GTPA/DF	16 a 18 de fevereiro de 1990 – participação de Paulo Freire
I ENCONTRO do GTPA/DF	Ceilândia – 26 e 27 de maio de 1990
I ENCONTRO do GTPA /DF	Sobradinho – 2 e 3 de junho de 1990
I ENCONTRO do GTPA/DF	Gama – 17 e 18 de novembro de 1990
I ENCONTRO do GTPA/DF	Paranoá – 24 de novembro de 1990
II ENCONTRO do GTPA/DF	5 de dezembro de 1993
III ENCONTRO do GTPA/DF	3 de dezembro de 1994
IV ENCONTRO do GTPA/DF	16 de dezembro de 1995
V ENCONTRO do GTPA/DF	6 de dezembro de 1997
VI ENCONTRO do GTPA/DF	05 de setembro de 1998
REUNIÃO AMPLIADA do GTPA/DF	17 de abril de 1999
VII ENCONTRO do GTPA/DF	11 de dezembro de 1999

Fonte: GTPA/Fórum EJA DF, disponível em: <http://www.forumeja.org.br/df/encontrosgtpa>.

As experiências de Ceilândia e Paranoá, bem como de outros movimentos de educação popular no Distrito Federal, têm sido campo de pesquisa acadêmica em todos os níveis e em outros campos que não sejam a educação. Trabalhos de conclusão de curso, resultados de pesquisas fomentadas pela iniciação científica, dissertações e teses merecedoras de serem exploradas. São experiências que vêm se mantendo acesas e sobrevivendo ao longo dos anos, enfrentando as adversidades, construindo pontes e alternativas de lutas, não sem, contudo, viverem a contradição.

Por isso, outra linha de pesquisa que não pode ser apartada é a participação da Universidade de Brasília em todo esse histórico. Seja por ações individuais entre estudantes e professores ou institucionalizadas por atividades, programas e projetos extensionistas, a presença da UnB é fator preponderante para contribuir no empoderamento, fomentar o conhecimento, ampliar o campo de atuação e fortalecer a formação. Esse caminho se faz em mão dupla, em que universidade e comunidade se fortalecem e se constroem.

Após o período de silêncio pelo Regime Militar, a UnB retoma com mais força a parceria com as comunidades mais à periferia de Brasília e expande a sua representação por meio dos Núcleos de Extensão no Distrito Federal e no Entorno. Como parte dessa ação, foram instalados os Núcleos Permanentes de Extensão em Ceilândia, Novo Gama e Paranoá.

No Paranoá, a relação com a Universidade de Brasília tem início em 1979, sendo por iniciativa da comunidade ou da própria universidade. Porém, essa relação é estreitada a partir de 1985 e, em 1987, com a instalação do Barracão da UnB na Avenida Alta Tensão, o trabalho é mais bem articulado e consolidado na comunidade

da Vila Paranoá. Na Ceilândia, a implantação física do núcleo da UnB ocorre em 1986 como desdobramento das várias ações já desenvolvidas na comunidade desde 1985, principalmente nas áreas de saúde popular e alfabetização de jovens e adultos. No Novo Gama, essa ação se inicia em 1986 em parceria com diversos grupos da comunidade e tendo como base o Projeto Rondon. Em 1988 consolida-se, ampliando as parcerias na comunidade e definindo como princípio a negação ao assistencialismo e o estímulo à interdisciplinaridade. As atividades desenvolvidas no período podem ser exploradas na detalhada publicação da UnB intitulada *Extensão – a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades 1987/1988*.

Com o objetivo de repensar o trabalho que vinha sendo desenvolvido até então, a UnB, via Decanato de Extensão, chama ao debate, na Semana Universitária, uma mesa-redonda com significativa participação da comunidade acadêmica, de representantes dos movimentos populares, políticos e sindicais. Essa atividade se deu em dois momentos distintos e complementares, o primeiro em 1991, intitulada *A UnB e os movimentos sociais – abrindo algumas portas*, e o segundo momento, em 1992, *A UnB e os movimentos sociais – algumas portas abertas*.

Este evento foi registrado posteriormente em uma publicação com o mesmo título, *A UnB e os Movimentos sociais*, com registro das falas dos dois encontros e significativa reflexão de seus participantes. Pelo registro apontado na introdução, a conclusão a que chegam os dois encontros é que uma “relação de mútua ajuda, de mútuo aprendizado entre a Universidade e a comunidade, não pode parar. Ao contrário, deve ser aprofundada cada vez mais” (UnB, [s.d.], p. 7).

Outra publicação localizada pela pesquisa *Ações do Programa Distrito Federal e Entorno (1992)* apresenta breve descrição das atividades do Núcleo de Extensão do Distrito Federal e Entorno em andamento. Da publicação destacamos os projetos ligados à alfabetização de jovens e adultos: Formação em Processo de Educadores/Alfabetizadores de Jovens e Adultos de Camadas Populares, em Paranoá, coordenado pelo professor Renato Hilário; e o projeto Alfabetização de Jovens e Adultos, com o objetivo de formar alfabetizadores/as nas comunidades de Ceilândia, Gama, Goiás (Goiânia), Luziânia (Pedregal, Parque São Bernardo), Sobradinho e Tocantins (São Miguel), e assessorar pedagogicamente órgãos governamentais e não governamentais, coordenado pela professora Maria Luiza Pereira Angelim (Maria Luiza Pinho Pereira); e Discurso, Interação e Texto na Formação de Alfabetizadores de Adultos, projeto iniciado em 1991 no Paranoá e

coordenado pelo professor Eugenio Estevam Batista e pela professora Maria Izabel S. Magalhães.

O reconhecimento do quanto as experiências do movimento popular, inspiradas em Paulo Freire, influenciaram a Faculdade de Educação da UnB em suas ações político-pedagógicas é destacado abaixo:

Outro acontecimento importante foi a repercussão dessas várias experiências, particularmente as experiências de Ceilândia e do Paranoá, com a abertura do currículo à formação de pedagogas e pedagogos de adultos, além da revisão da atuação destes junto a crianças, até então hegemônica e exclusiva da/na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Uma das sinalizações desta reformulação paradigmática foi a criação da disciplina (optativa) Educação de Adultos, no currículo de pedagogia da Faculdade de Educação, e a realização do primeiro concurso público nessa área, em 1988. Tais eventos contribuíram com a prática de realização de projetos com movimentos populares, numa abordagem emancipatória (RÊSES; VIEIRA; REIS, 2012, p. 541).

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão está registrada na publicação *Universidade e Movimentos Sociais*, 2015, como apanhado histórico dessa relação entre universidade e comunidade. Resultado dos avanços no campo acadêmico e da ampliação da atuação da UnB na extensão com renovado viés didático-político-pedagógico. A publicação registra em seu capítulo 2 o histórico de lutas e enfrentamentos na relação GTPA/DF e UnB, escrito pelas companheiras Maria Luiza Pinho Pereira e Maria Madalena Torres.

Pelo apurado neste item, com as limitações encontradas no acesso a acervos, registros e informações, alcançamos informações desse período que nos permitem compreender os passos dados na educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal com a participação dos movimentos sociais no período pós-ditadura, na retomada da democracia e de conquistas políticas rumo a um novo sentido: o pertencimento à luta, à participação e à construção coletiva e libertadora. Esse pertencimento que se cria com enraizamento do referencial freiriano na ação alfabetizadora vai demarcando os passos dos movimentos sociais, porém não sem o conflito, sem a disputa, sem os questionamentos.

Certamente, os avanços obtidos na educação das pessoas jovens e adultas nesse período foram alcançados, em um momento, mediatizados pelos movimentos sociais, em outro, tensionados por e com esses mesmos movimentos. No próximo item, nosso exercício será, em um breve percurso revisitando os três capítulos, levantar reflexões acerca das pegadas dessa história que nos propomos resgatar.

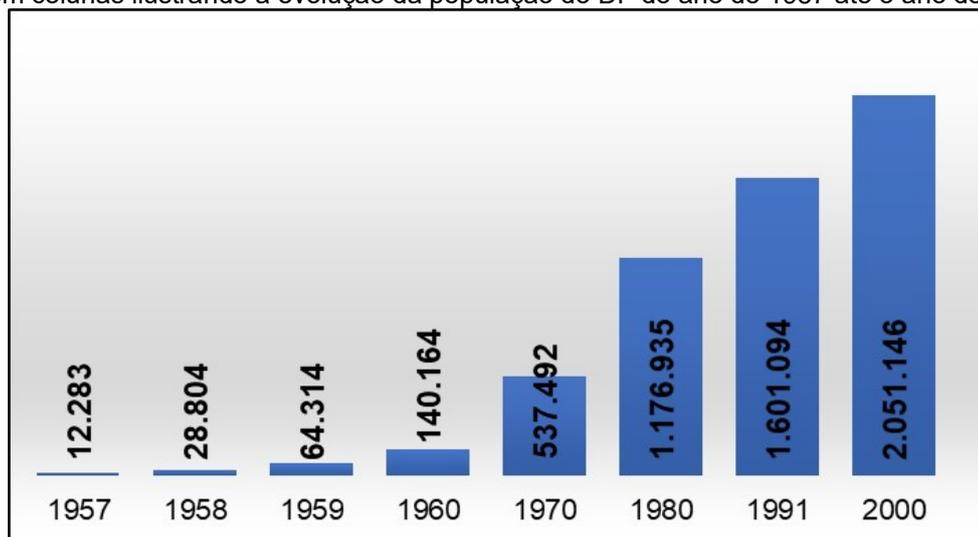
3.4 Pegadas históricas: reflexões/diálogos sobre educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal

Com este tópico, pretendemos revisitar brevemente os capítulos da tese, levantando reflexões sobre alguns pontos sem, contudo, nos desafiarmos a aprofundar o debate. Para isso, dividimos o texto em duas partes, sendo a primeira uma visão ampla dos aspectos de oferta, demanda e atendimento, e a segunda levantando alguns pontos no exercício de juntar as pontas para melhor entender os passos e, por que não, os tropeços da caminhada da educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal.

Iniciemos pela evolução da população do Distrito Federal, ilustrada no Gráfico 8, que permite perceber melhor o resgate histórico dos dados apresentados nos capítulos anteriores. Baseados em dados coletados pelo IBGE, a população salta, em 43 anos, de pouco mais de doze mil pessoas em 1957, para mais de dois milhões em 2000.

Gráfico 8 - Evolução da população residente, Distrito Federal, 1957-2000

Gráfico em colunas ilustrando a evolução da população do DF do ano de 1957 até o ano de 2000



Fonte: IBGE; Contagem da População 1957, 1958; Censo Experimental do DF, 1959; Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Gráfico elaborado pela autora.

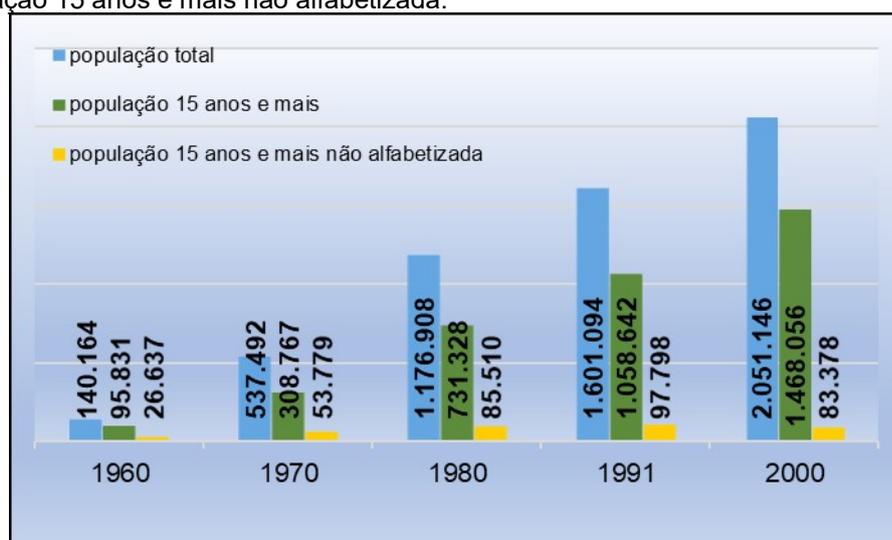
Certamente, esse crescimento deveria vir acompanhado de um planejamento de políticas públicas para atender ao crescimento populacional, principalmente nas áreas prioritárias, como moradia, educação, saúde, saneamento, segurança e transporte. Mas a narrativa histórica mostra que, já a partir de sua construção, a

segregação social, econômica e a divisão de classes estavam à mostra. Jornada de trabalho extenuante, condições de trabalho impróprias, baixa oferta e precárias condições de moradia para as classes populares contrastavam com as bem desenhadas e arborizadas quadras residenciais destinadas aos militares, servidores públicos e autoridades. Escolas, comércio e lazer em locais planejados e determinados a atender um perfil de trabalhadores que não eram os operários. Para esses últimos, nem a matrícula oficial estaria disponível, exceto alguns programas de governo e o atendimento da sociedade civil, na maioria em igrejas.

Ao pegarmos o histórico da população de 15 anos ou mais, no conjunto do período estudado pela pesquisa, associando-o ao total da população residente e da população de 15 anos ou mais não alfabetizada, percebe-se a distância da taxa de analfabetismo com evidente decréscimo proporcional ao longo do período, como observado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - População 15 anos ou mais, não alfabetizados, Distrito Federal, 1960-2000

Gráfico em colunas, evolutivo de 1960 a 2000, representando a população total; população 15 anos e mais; população 15 anos e mais não alfabetizada.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico do período. Gráfico elaborado pela autora; *em população 15 anos ou mais foi excluída parcela da população com idade ignorada nos anos de 1960, 1970 e 1980.

*Gráfico construído incluindo dados com base nas Tabelas 200 e 204 do Sidra/IBGE.

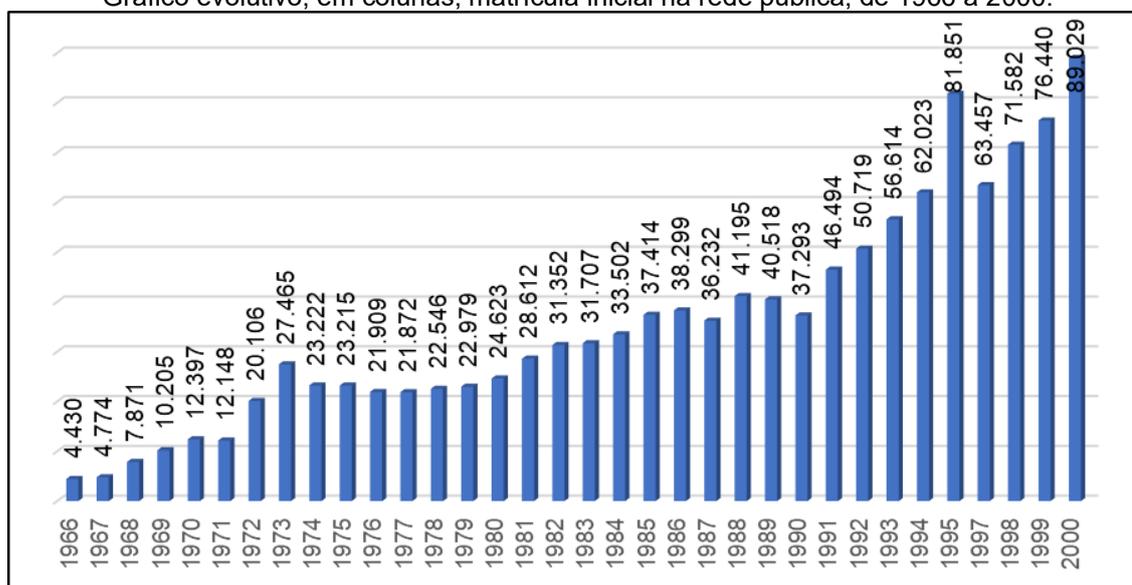
Ainda que considerada alguma diferença nos dados entre uma pesquisa e outra, percebemos na evolução da população, no recorte do grupo etário de 15 anos ou mais, um crescimento proporcional à população geral, reforçando a tendência do envelhecimento da população do Distrito Federal, assim como ocorre no restante do país. Essa população com mais idade e não alfabetizada vai aparecer nas turmas de

alfabetização demandando também o suporte na saúde física e ocular, na mobilidade e no atendimento diferenciado para que possa acompanhar as atividades. É também essa parcela que vai demandar um esforço maior da busca ativa, estratégia utilizada pelos movimentos populares de alfabetização para alcançar o público não alfabetizado para a formação das turmas.

Sobre as matrículas, conforme apontamos anteriormente, o registro oficial para educação de pessoas jovens e adultas na rede pública de ensino do Distrito Federal se dá a partir de 1966, seguindo em crescente, embora de forma discreta e oscilante, até o fim do período estudado. Agrupados os dados de matrícula inicial, seguindo as fontes da Secretaria de Educação e o Censo Escolar do Inep, elaboramos o Gráfico 10, que objetiva ilustrar a evolução das matrículas no Distrito Federal, no período abordado pela pesquisa:

Gráfico 10 - Evolução da matrícula inicial na educação de pessoas jovens e adultas na rede pública do Distrito Federal – 1966 a 2000

Gráfico evolutivo, em colunas, matrícula inicial na rede pública, de 1966 a 2000.



Fonte: Inep, Censo Escolar. DISTRITO FEDERAL-Sedf – Dinâmica das Matrículas da Educação Básica; GDF-Sedf-DEPLAN – Séries Históricas 1960-1980; Inep, Censo Escolar. * Não há informações do ano de 1996. Matrícula inicial corresponde àquela contabilizada no início do ano letivo.
Gráfico de elaboração da autora

A mobilização da sociedade civil em torno da alfabetização de pessoas jovens e adultas trabalhadoras é uma ocorrência que vem desde os anos iniciais da construção de Brasília. Estimuladas pela movimentação de trabalhadores/as na região central do Distrito Federal, com canteiros de obras e acampamento de construtoras concentrados nessa região, as ações de alfabetização se voltaram para esse público

até por volta do início de 1963, quando são formadas as classes de alfabetização, círculos de cultura movidos pelo entusiasmo com a experiência de Paulo Freire em Recife e sua presença no Distrito Federal. Programas e Projetos sempre direcionados pelo Ministério da Educação para a alfabetização.

Nesse caminho, o roteiro da alfabetização no Distrito Federal se expande para regiões como Gama, Núcleo Bandeirante, Sobradinho e Taguatinga, além da ampliação de turmas no Plano Piloto de Brasília até o Golpe de 1964. Foi um período curto, porém intenso nas ações de alfabetização, até que mais de 300 turmas espalhadas pelo Distrito Federal foram lacradas pelo regime militar e novos projetos e programas instalados posteriormente, como o Mobral, substituído depois pela Fundação Educar, igualmente sem sucesso, além das históricas campanhas contra o analfabetismo. Pouco se tem de registros, mas pelas pistas perseguidas, as classes de alfabetização foram minguadas, porém mantidas principalmente nas regiões de maior concentração populacional como Gama, Plano Piloto (que inclui Paranoá), Taguatinga, Sobradinho e, posteriormente, Ceilândia, no período que compreende 1964 até 1985.

A partir de 1985, com a efervescência política e mobilização social, há uma nova expansão das turmas de alfabetização ora geridas pelo governo e executadas pela sociedade civil, ora de iniciativa da sociedade civil em parcerias entre si. Essa expansão se dá tanto geográfica quanto matemática em comunidades como Brazlândia, Ceilândia, Gama, Novo Gama (este no entorno), Núcleo Bandeirante, Paranoá, Plano Piloto, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga, que iniciam ou ampliam o trabalho de alfabetização de pessoas jovens e adultas.

Com todo esse trabalho, não se tem um registro sistematizado de quantas pessoas foram alfabetizadas pelas iniciativas da sociedade civil. Alguns dados soltos e aleatórios escapam em um ou outro documento, mas que não se pode precisar o tamanho do resultado dessa empreitada. Isso em relação ao todo do trabalho desenvolvido; isoladamente, talvez, alguma instituição tenha o controle desses dados, como um censo interno, mas a pesquisa não o alcançou.

Resgatamos esse histórico para destacar que, assim como a população do Distrito Federal cresce para as margens, regiões periféricas de Brasília, as ações voltadas para a alfabetização dessa parcela da população seguem o mesmo caminho. As turmas de alfabetização ligadas à sociedade civil, principalmente as que estão sob a iniciativa dos movimentos populares de educação, acabam por funcionar em locais

improvisados como galpões, salas, varandas, pois a maior parte dessas comunidades não dispunha de estrutura física adequada ou escolas públicas ou, se existiam as escolas, estavam fechadas à noite.

A exemplo de outras representações da sociedade civil nesse recorte histórico, a organização e o surgimento do Cedep e Cepafre como movimentos de educação popular têm em seu berço três fortes vertentes: jovens que se formavam “politicamente” dentro dos grupos e pastorais de base na igreja católica; jovens que estavam de algum modo “envolvidos” com a universidade e/ou jovens que estavam atuando em algum segmento político-partidário ou sindical.

Históricos dessas instituições apontam para jovens que participaram de alguma forma dos movimentos eclesiais pelo fim da década de 1970 e início dos anos 1980, enveredaram para a mobilização da comunidade, o que mais tarde dá surgimento à organização dessas duas instituições (e outras mais pelo Distrito Federal). Para Gohn (2011), esse foi um período importante para a organização social:

No Brasil e em vários outros países da América Latina, no fim da década de 1970 e parte dos anos 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da teologia da libertação (GOHN, 2011, p. 342).

Embora se organizem juridicamente como ONG, as instituições, dada a sua trajetória e envolvimento com as ações na comunidade, não se limitam a uma ação pontual e isolada. Elas se enquadram também nas ações dos movimentos sociais, no que essa autora entende como movimento social:

Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

Gohn (2011) ainda destaca que, no acirramento da década de 1980, é acentuada a relação entre educação popular e movimentos sociais, e é nessa esteira que o surgimento de Cedep (1987) e Cepafre (1989), enquanto formalização de uma

luta que já existia, aparece no fim dos anos 1980, bem como outros movimentos no Distrito Federal.

Na legislação, a regulamentação e organização da oferta foram sendo construídas vagarosamente com a pressão da sociedade civil, tanto no âmbito nacional como local. É preciso considerar, contudo, que a legislação municipal e estadual tende a uma cópia do que está na legislação nacional e, nesse sentido, não foi muito diferente do que ocorre no Distrito Federal durante o período estudado. Assim sendo, a normatização da oferta começa espelhada na legislação nacional seguindo o sentido da suplência, como alertam Costa e Machado (2017):

Olhando para a realidade normativa da EJA, percebe-se que a marca adquirida dos anos 1970 até 2000 foi de oferta de cursos que priorizaram a redução de tempo e de conhecimentos produzidos, caracterizando a Suplência como atendimento precarizado da escolarização para jovens e adultos (p. 75).

Para Madalena Torres, não há mais expectativa do que seja definido como política de Estado para ser cumprido. Para ela, tudo se mistura, tanto faz ser projeto, programa ou lei, nada é garantia de que será cumprido e terá continuidade. Como exemplo, ela cita todo o esforço dos movimentos sociais pela conquista da LODF, que, na prática, não garantiu o efeito que se esperava. Segundo ela:

[...] o que está na Lei Orgânica, que cada escola deveria ser responsável pela sua área de adjacência, para poder abrir alfabetização de jovens e adultos, as escolas também não vão fazer. Então ficou letra-morta na Lei Orgânica, e aí não tem jeito. Então, por isso que eu falo não é garantia não! (Madalena Torres, 2019).

Esse aparte, um apanhado geral entre demanda e oferta, seja do poder público ou da sociedade civil, é um exercício de tentar juntar as pontas dessas “meadas”, de compreender o que as evidências encontradas na trajetória da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal nos levam a refletir. A alfabetização de pessoas jovens e adultas não chega sozinha, isolada, ela vem se somando a diversas outras bandeiras de luta que pulsavam no cotidiano dos moradores. Por isso, não caberia apenas ensinar a ler e escrever, mas somar à luta e multiplicar sujeitos nas lutas da comunidade. E isso não se faz sem consciência política, consciência de si, do outro, do coletivo.

Foi uma construção que se deu coletivamente entre sujeitos alfabetizando/as e alfabetizadoras/es, ninguém ali estava pronto para o que ia fazer e para o que aconteceria. Ninguém sabia o caminho, os passos eram dados juntos e as descobertas eram coletivas, como relata Maria de Lourdes Pereira dos Santos, educadora popular, liderança comunitária, professora aposentada da rede pública, dirigente do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (Cedep).

Tô dizendo, quando a gente começou a fazer o trabalho lá na igreja, já era Paulo Freire o que a gente fazia. Só que não era claro assim. [...] A gente foi construindo isso aos poucos, na nossa cabeça. Não era coisa de dizer “olha, a gente vai sentar, discutir Paulo Freire”. A gente foi construindo isso aos poucos. Tinha pessoas no grupo, eu acho que já tinha essa clareza maior. [...] Na minha cabeça foi assim. Mas a gente já fazia muita coisa que a gente fazia na comunidade, as visitas, ir para a casa das pessoas, discutir na casa das pessoas. [...] Discutir as nossas necessidades. Mas não tinha claro que era um trabalho assim que... isso vai surgindo... [...] Agora você ter a clareza de que você, ali, estava libertando as pessoas, que você também estava se libertando naquele momento, aprendendo naquele momento, e que ali estava se processando um aprendizado mútuo, juntos, isso aí só vai ter depois! Eu só vim a ter depois essa clareza na minha cabeça. Eu fazia aquilo e, eu me lembro que eu fazia com muito gosto, muito querer, mas não era coisa clara que eu estava fazendo trabalho de libertação e que eu também estava me libertando, que eu estava aprendendo naquele processo e, que eu estava levando as pessoas a aprender. (Maria de Lourdes, 2019).

Essa caminhada não se fez com quem já sabia fazer, ela foi sendo construída, aprendida e apreendida por todas as pessoas envolvidas, desde a comunidade à universidade. Entre ebulição e calma, constituindo e construindo uma história que precisa ser resgatada e cuidada. Não cuidada para ser preservada, mas cuidada para ser conhecida, discutida e ressignificada nas práticas atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecendo a Manhã

Isso para mim é um testemunho excelente, de que as coisas que se começam na História, não param, como às vezes se pensa que elas param (FREIRE, 1996, p. 7).

A frase de Paulo Freire em epígrafe, proferida em 1996, na ocasião de sua presença em Ceilândia, me faz refletir o quanto percorro a minha própria história nos capítulos desta tese. E o quão sofrido e ao mesmo tempo compensador é resgatar histórias, “revirar gavetas”. Em cada capítulo, encontro no passado o sentido do presente, recordo dos muitos momentos em que me vi perguntando: “mas qual o sentido de isso ser assim?” Agora entendo melhor, mas ainda não entendo tudo, pois há muito o que descobrir, escarafunchar e perseguir da história vivida, dos caminhos percorridos, os passos dados na educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal.

Em meio a tantas questões atuais, desenvolver uma pesquisa que reconstrua o passado parecerá inútil para muitas pessoas, mas, ao contrário, as reflexões do passado têm muito a contribuir com o futuro. É preciso voltar o olhar, enxergar o passado com os olhos do passado, desvendá-lo, desvelá-lo, para entender o presente e realinhar o lugar do futuro. Compreender e apreender o presente para corrigir os percursos requer que conheçamos bem o passado, e essa história da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal ou não estava contada, ou estava contada pela metade, ou estava mal contada. Ao me encontrar com esse “passado-buscado”, entendo o que faço hoje, para onde quero e precisamos caminhar.

A memória da educação no Distrito Federal, considerando que é um território federado completando 60 anos de idade, é muito recente para haver tantas lacunas e ausências de dados e informações, e essa foi a nossa maior dificuldade. O exercício da pesquisa exigiu da pesquisadora a busca, coleta e organização das informações nos mais variados espaços, na tentativa de dar algum sentido na reconstrução da história da educação das pessoas jovens, adultas e idosas do Distrito Federal, esfacelada pelo descaso com essa memória.

É como juntar as peças de um grande quebra-cabeças e, embora muitas das peças estejam encaixadas, esse quebra-cabeças não está completo. Durante a pesquisa, o problema enfrentado com a localização de fontes demandou muito tempo de busca. São peças soltas, pistas que não se consegue perseguir e vão ficando pelo caminho, incompletas. Com isso, o primeiro apontamento: o resultado desta pesquisa não é um fim, mas um começo.

Como já destacamos no decorrer do texto, o Distrito Federal primeiro se constitui por decreto para depois ser construída a capital Brasília, sendo o território paulatinamente ocupado por trabalhadores e trabalhadoras vindos de diversos cantos do país. A luta pela moradia no Distrito Federal, embora um importante viés na história de construção e constituição da nova capital do Brasil, é pouco destacada no contexto dessa mesma história.

Foram construídos monumentos, vidas sucumbiram no silêncio imposto aos canteiros de obras e, marginalizados do centro do poder, esses trabalhadores e suas famílias se movimentam no território do Distrito Federal, ampliando ou formando outros aglomerados humanos alicerçados pelas histórias de vida, pela luta e resistência daqueles que desembarcavam na nova capital.

Enquanto para alguns era assegurado o direito de morar, com oferta de casas e apartamentos funcionais ou próprios, financiados com facilidades; com destinação de bairros exclusivos a determinados perfis de servidores públicos, com comodidades como escola próxima para os filhos, comércio e fácil acesso aos serviços de saúde; a outros, dispensados pela inauguração da capital, trabalhadores e suas famílias foram se alojando em aglomerados humanos de ocupações que se avolumavam no Distrito Federal, ao longo dos anos, ou sofreram nos programas de moradia popular, deslocados cada vez mais para longe do eixo central de Brasília, o Plano Piloto. As ocupações disputam o território da capital, trabalhadores são considerados invasores na cidade a que vieram para ajudar a construir.

No campo da educação de pessoas trabalhadoras, no primeiro capítulo da pesquisa (1957 a 1964), encontramos iniciativas voltadas principalmente para a alfabetização de pessoas trabalhadoras, tendo a sociedade civil se mostrado mais atuante e mobilizadora. Essas ações da sociedade civil estavam organizadas, neste primeiro período, em torno das iniciativas de alfabetização do MEC em parceria com a Prefeitura do Distrito Federal e resultavam em apoios individuais ou a pequenos

grupos de voluntários, principalmente de servidores públicos ou em parcerias com instituições de diferentes fins.

Essas instituições atuavam entre administrar as classes de alfabetização ou serem articuladoras no processo, como percebemos com a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público (CAPFESP), o Centro Social dos Trabalhadores de Brasília, a Fundação Casa Popular, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), o Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), iniciativas ligadas à Igreja Católica e segmentos evangélicos como a Associação dos Educadores do Ensino Supletivo, a Associação Profissional de Professores do Ensino Médio de Brasília (APPEMB), o Conselho de Ministros, o Movimento de Cultura Popular (MCP), a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (UMESB). Também iniciativas populares se organizando em torno da reivindicação de oferta de cursos de alfabetização, com abaixo-assinados.

Essas classes para adultos ou cursos para adultos estavam localizadas nas áreas mais populosas do Distrito Federal, eram as regiões do Plano Piloto, Gama, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, onde se concentravam, naquele período, a maioria das pessoas trabalhadoras. Vale ressaltar que a alfabetização de pessoas jovens e adultas, desde o início da construção, ficou claramente sob a responsabilidade do MEC, as campanhas de alfabetização foram as alternativas asseguradas pelo governo.

No segundo capítulo (1964 a 1985), encontramos um apagamento histórico das mobilizações sociais e a tímida iniciativa do governo do Distrito Federal em assumir e iniciar a oferta de educação para pessoas trabalhadoras. Ainda assim, as iniciativas da sociedade política continuaram voltadas para programas, projetos, campanhas para a alfabetização das pessoas jovens e adultas trabalhadoras, como o Mobral e, posteriormente, a Fundação Educar. As iniciativas ou participação da sociedade civil, nesse segundo período, foram minguadas, reflexo do silenciamento ditado pelo regime militar. Ainda assim, a pesquisa localizou iniciativas da sociedade civil, isoladas ou em parceria com o MEC e/ou Governo do Distrito Federal, no indicativo de cursos de alfabetização em espaços como Casa do Ceará, no Plano Piloto, entre

os anos de 1969 e 1971, a Associação Cristã Feminina de Brasília, a Associação de Educadores de Ensino Supletivo (AES), o Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES) e a União dos Estudantes Trabalhadores (UET).

No terceiro capítulo (1985 a 1998), retomado o fôlego e envolvida pela redemocratização do país, há na capital um significativo crescimento na participação e representação da sociedade civil em atividades de alfabetização de adultos. Representam essas atividades as mobilizações realizadas pelo Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP); Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre); Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho (Cepacs); Centro Popular de Educação e Cultura do Gama (CPEC); Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA/DF); Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência do Novo Gama (Serpaj). Podemos destacar também a Associação dos Educadores Cristãos do Brasil (AEC), o Fórum dos Movimentos Sociais Pró-Lei Orgânica do Distrito Federal, o Instituto Agostin Castejon, o Movimento de Educação de Base (MEB) e ainda a Visão Mundial.

Essa mobilização da sociedade civil em torno da educação das pessoas trabalhadoras é fortalecida pelo viés: alfabetizar para conscientizar na luta. As iniciativas da sociedade civil se voltaram mais ao campo da alfabetização e, ao contrário das ações iniciadas no período da construção de Brasília, que estavam mais presentes no Plano Piloto, as ações de alfabetização vão se estendendo para as regiões mais distantes do centro de Brasília, onde estão concentrados os trabalhadores migrados do centro do poder para as margens da capital, como Ceilândia, Gama, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho, Taguatinga, entre outras regiões.

Ao longo do período pesquisado, das diversas ordens de dificuldades enfrentadas, são recorrentes as que se relacionam tanto pelo espaço físico inadequado quanto pela atuação de professores sem formação específica para atendimento à educação de pessoas jovens e adultas. Na primeira fase da pesquisa, o entendimento da oferta, tanto pela sociedade civil quanto pela sociedade política, é de que a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras deve ser atendida por meio de programas específicos, independentes do sistema público de ensino.

A educação popular, organizada de forma precária e muitas vezes autossustentada por meio de iniciativas e ações voluntárias, é vista como a alternativa viável para atender o público que a escola formal (pública), sustentada pela sociedade

política, não se organiza para receber. Por esse viés, não parece possível que a educação popular possa acontecer, em sua concepção pedagógica e política, dentro da escola pública.

A mesma precarização do trabalho que serve ao capital e que a sociedade civil combate é aplicada quando o governo paga bolsas para pessoas alfabetizadoras abrirem classes ou turmas de alfabetização nas garagens e salas improvisadas. Portanto, outro apontamento: por mais que a sociedade política tenha, ao longo do período estudado, oferecido estrutura física ou financeira, ela terceiriza a responsabilidade pela alfabetização de pessoas jovens e adultas trabalhadoras para a sociedade civil.

A reflexão sobre as mazelas da educação de pessoas jovens e adultas, a permanente disputa de classes neste histórico e a prevalência dos interesses da classe dominante, do capital, sobre a formação da classe trabalhadora têm sido uma constante preocupação dos movimentos sociais que têm como pauta de disputa a elevação da escolarização deste público, entendendo-a como fundamental para a emancipação dessas pessoas, e, por conseqüente, a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A relação com o trabalho coloca esta parcela da população em permanente disputa com os interesses do capital, que depende da força de trabalho da classe trabalhadora para se sustentar e sustentar a classe dominante. No período histórico da pesquisa, os dados apresentados vão evidenciando os interesses do capital se sobrepondo aos da classe trabalhadora, quando esses últimos se colocam como ferramenta principal para a construção da nova capital. Afinal, quem construiu Brasília foram as pessoas trabalhadoras.

Ainda que lentamente, no período pesquisado, a oferta da educação para as pessoas jovens e adultas vá se incorporando ao sistema público de ensino, seja de forma velada ou revelada, ela permanece sendo negada como direito à classe trabalhadora. Essa negação se traduz na precarização da oferta com espaços físicos inadequados, na ausência de profissionais para atendimento às especificidades, na ausência de políticas públicas intersetoriais para atendimento às demandas e formação inicial e continuada dos profissionais da educação envolvidos com a modalidade.

Sobre a formação de professores e professoras, a documentação acessada não permitiu explicitar com clareza e aprofundar como foi organizada a formação,

tanto inicial quanto continuada, para atuação na educação de pessoas jovens e adultas no período pesquisado. Embora tenha sido uma das preocupações da pesquisa, salvo alguns eventos pontuais como a X Conferência de Educadores do Distrito Federal, não localizamos mais informações, por isso não foi possível aprofundar a questão neste momento.

Sobre a ampliação da oferta na rede pública, o que podemos observar é que acaba por ser ancorada ao movimento social. Se, de um lado, os programas de alfabetização impulsionam a matrícula na rede, e por isso é interessante tê-los, por outro lado, os movimentos sociais fazem o mesmo caminho. A matrícula escolar se dá com o reforço da sociedade civil, inclusive tomando para si a mobilização para a matrícula na rede pública, quando esta deveria ser política de estado.

Como desafio para a sociedade política, tem-se a ampliação da oferta da educação para pessoas jovens e adultas, sem se escorar nos movimentos populares. Já há experiência acumulada de como chegar a esses sujeitos, como alcançar a elevação nas matrículas, por que não o fazer? Será cômodo ao governo continuar esperando pela organização popular, utilizando-se de mão de obra com baixa remuneração (bolsas compensatórias) e, assim, responsabilizar a sociedade civil por tarefas que deveriam ser de governo. É muito fácil para o governo pagar para fazer, não aquilo que ele não consiga fazer, mas aquilo que ele não quer fazer. Esse é outro apontamento da pesquisa, a precarização do trabalho de pessoas alfabetizadoras nos programas de alfabetização de governos.

Como desafio para a sociedade civil, tem-se a reflexão sobre qual é o seu lugar nessa história. Não é discutir o papel, uma vez que não se trata de ser atores, de encenar, mas de ocupar o seu lugar de agente político na defesa pela construção de políticas de atendimento à educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal. Constituir parcerias não é ocupar o lugar de terceirizados.

Reafirmamos, pois, o apresentado no início desta pesquisa e concluímos que, em que pesem as movimentações, tanto da sociedade política quanto da sociedade civil, a educação das pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal tem sido objeto de disputa, desde a construção de Brasília, o que ainda assim não tem assegurado o acesso, a permanência e a continuidade de uma educação plena ofertada para esses sujeitos.

Essa afirmativa se dá em razão de a pesquisa constatar que: primeiro, ao longo dos anos, as iniciativas da sociedade civil foram se constituindo, formal ou

informalmente, como uma alternativa à oferta pública para a educação de pessoas jovens e adultos trabalhadoras no Distrito Federal; segundo, a criação e implementação de programas e projetos institucionais de iniciativa pública ou privada foram implementadas ao longo de governos, sem, contudo, constituírem-se em políticas públicas eficazes e contínuas; terceiro, o atendimento à legislação educacional pela rede pública de ensino foi dando novas roupagens à educação desse público, sem, contudo, impactar o atendimento à demanda; quarto, a relação entre demanda e oferta não dialoga em nenhum momento do período estudado e, por fim, a relação entre a sociedade civil e a sociedade política ora amistosa, ora conflituosa, pautada na maioria das vezes na disputa do atendimento no campo da alfabetização, também parece não impactar a oferta.

A trajetória da educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal tem ainda muitos abismos. A pesquisa é um exercício de construir pontes sobre esses abismos. Se não totalmente prontas, essas pontes podem apresentar a ausência de algumas tábuas, mas que nos possibilitam caminhar entre (ou de) um ponto a outro. Possibilitam chegar a lugares que antes não conhecíamos ao mesmo tempo que provoca para novas buscas na construção de novas pontes para transpor outros tantos abismos. O apagamento, o silenciamento do que aconteceu em Brasília e no Distrito Federal na educação dessa parcela da população, é campo para muitas outras pesquisas.

Sem a pretensão de findar as reflexões levantadas nesta pesquisa, compreendemos, pelo caminho percorrido até aqui, que a história não é construída no vazio do *eu sozinho*. A resistência, a construção, a reformulação, a transformação se fazem na comunhão e no tensionamento de quem veio antes, de quem está agora e de quem virá depois. Por isso, no esforço de ir encerrando esse momento, entendendo que se revela sempre como um ponto final provisório numa produção de conhecimento, peço emprestado o *galo* a João Cabral de Melo Neto, porque novas manhãs se aproximam, eu já escuto os teus sinais:

Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos

que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.
(MELO NETO, 1994, p. 345).

Por fim, encerrando a apresentação dos resultados da pesquisa *“Pegadas” Históricas: a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998)*, repasso o meu canto, o meu grito profundo, para que outras manhãs o alcance e, ao alcançar, lancem novos gritos, em novas manhãs. E com nossos gritos vamos despertando manhãs e novos amanhãs, erguendo tendas para onde possam entrar todas as pessoas que lutam pela construção de uma educação verdadeiramente voltada à classe trabalhadora desse país.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Raymundo Damasceno, Cardeal Dom. *A Igreja Católica em Brasília nos seus primórdios*. Brasília-DF: Edições CNBB, 2021.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: usos e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 3. ed., 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2021, p. 23-79.

BARBOSA, Célia; ROCHA, Lúcia M. F.; TEIXEIRA, M. A. DUARTE. M. S. PRATES. N. V.; SILVA, R. S. da. *A experiência da aplicação do sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos em Brasília, em 1963*. Trabalho acadêmico. Universidade de Brasília, 1980. Brasília – DF. Disponível no acervo digital do Museu da Educação do Distrito Federal.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BÉU, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

BORGES, Irlanda Aglae Correia Lima. *A gestão do financiamento público em escola de educação de jovens e adultos: um estudo no Distrito Federal*. 2014, 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. *Lei n.º 5.692 de agosto de 1971a*. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&fileame=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer n.º 699/72 – CFE.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Ministerial n.º 195 de 8 de julho de 1963*. Institui junto ao Gabinete do Ministro uma Comissão de Cultura Popular. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001813.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CEB 03/2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/P>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Processo 57.302/71*. Brasília, 1971b. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 5692/71.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília. *Informação n.º 491/ABSB/SNI/1970*. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v_fundo_colecao=. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília. *Ação Penal 166 fl. 841*. 1965. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v_fundo_colecao=. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASÍLIA, Frente Cultural de. *Paulo Freire e a Educação Brasileira*. Brasília, Gráfica Escola de Jornal e Artes, 1982.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. (Coleção FGV de bolso. Série Histórica)

CHAVEIROS, Janaina Azevedo; COSTA, Alexandre da; REIS, Renato Hilário dos; FURQUIM, Liliane; PEREIRA, Gilene Maria Reis; BARBATO, Silviane. *Nunca é tarde para aprender*. Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos Paranoá/DF. Brasília-DF. 2000.

CORREIO BRAZILIENSE. *Alfabetização*. Coluna Evangélica colunista Esaú de Carvalho. 12 de março de 1963a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pesq=Os%20pastores%20e%20respons%C3%A1veis%20por%20igrejas,%20em%20todo%20o%20Distrito%20Federal%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=9842. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Cem cursos de alfabetização de adultos em atividade hoje*. 1º de agosto de 1961, página 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20adultos&pagfis=4755. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Coluna O Ensino Dia a Dia*. Nota. 03 de março de 1964, Caderno 2, página 09. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pesq=%22verdadeiros%20fundadores%20de%20Bras%C3%Adlia%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=13554. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Comissão Diretora do Ensino Supletivo*. Correio Braziliense, 29 de janeiro de 1964, página 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22ensino%20supletivo%22&pagfis=13209. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Darcy ordena a apreensão de Cartilha*. 04 de maio de 1963, capa. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22cartilha%20do%20povo%22&pagfis=10392. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Ensino dia a dia*. Coluna Yvonne Jean. 04 de dezembro de 1962, 2º Caderno, página 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20adultos&pagfis=8950. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Ensino dia a dia*. Coluna Yvonne Jean. 12 de janeiro de 1963, página 05.

CORREIO BRAZILIENSE. *Ensino dia a dia*. Coluna Yvonne Jean. 13 de dezembro de 1962, 2º Caderno, página 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22analfabetos%22&pagfis=9001. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Ensino dia a dia*. Colunista Yvonne Jean. 02 de dezembro de 1962, página 09. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22oper%C3%A1rios%20da%20UNB%22&pagfis=8931. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Ensino Supletivo no DF tem seu órgão de classe*. 22 de outubro de 1963b, 1º Caderno, página 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docrder.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22ensino%20supletivo%22&pagfis=12159. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. Estudantes trabalhadores lutarão para assegurar aos seus filhos curso primário. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22uni%C3%A3o%20dos%20estudantes%20trabalhadores%22&pagfis=11847. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Greve dos estudantes*. Nota. 06 de junho de 1965, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pesq=%22GREVE%20DA%20UNIVERSIDADE%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=18851. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Movimento de Cultura Popular*. 1º Caderno, 23 de dezembro de 1962, página 09. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=MCP&pagfis=9113. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Nota sobre curso de alfabetização*. 1º Caderno, 23 de dezembro de 1962, página 09. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=MCP&pagfis=9113. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Nota*. Coluna Dia a Dia. Disponível em: Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=7431. Acesso em: 20 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *O Ensino dia a dia*. Ivone Jean. 03 de março de 1964. Caderno 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=Em%20I960,%20o%20Centro%20Popular%20de%20Cultura,%20que%20ainda%20n%C3%A3o%20tinha%20este%20nome,%20nem,%20ali%C3%A1s,%20nome%20algum,%20deu%20as%20primeiras%20aulas%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 ago. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Prates instala o Mobral no DF*. Ed. 03257, 28/07/1970, p. 11a.

CORREIO BRAZILIENSE. *Prefeitura inaugurou ontem cem cursos de alfabetização*. 02 de agosto de 1961, página 08. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20adultos&pagfis=4765. Acesso em: 20 ago. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. Segundo Caderno. Coluna Dia a Dia. Yvonne Jean. Edição 00821. 16 de janeiro de 1963, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=ENSINO%20SIA%20A%20DIA. Acesso em: 20 ago. 2019.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. *Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Coleção Docência em Formação: Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2017.

COSTA, Maria Amélia. *Educação de Jovens e Adultos: Possibilidades e desafios na implementação de uma proposta pedagógica no Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília-DF, 1999.

CUNHA, José Marcos Pinto da. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: ARRETCHE, Marta (Org.) *Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

DISTRITO FEDERAL. FEDF. *Ensino Primário Supletivo*. Brasília-DF. 1972a.

DISTRITO FEDERAL. FEDF. *Ensino Supletivo*. Caderno Orientador. Brasília-DF. 1972.

DISTRITO FEDERAL. FEDF. *Legislação e Normas para o Ensino Supletivo no Distrito Federal 1970-1981*. Brasília. 1982a.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer nº 40/78 – CEDF*.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. *Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959*. Institui a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb).

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer n.º 83/84 – CEDF revisado e ampliado pelo parecer nº 211/84*.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer n.º 19/76 – CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer n.º 05/82 – CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer do CE/DF n.º 15, de 23 de março de 1976 – CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer n.º 15/76 do CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer n.º 111 de 15 de dezembro de 1976 – CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer n.º 59/73 – CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer n.º 19/75 – CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Resolução n.º 01 de 1974 – CEDF.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação do Distrito Federal. *Parecer 211/84 - CEDF (relativo ao Processo n.º 015988/83-GDF, aprovado em plenário do Conselho em 17/12/1984). Publicado no DODF N.º 10, de 15 de janeiro de 1985.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação do Distrito Federal. *Parecer n.º 27/86 – CEDEF, de 03/03/1986.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. CEDF. Secretaria de Educação. Conselho de Educação do Distrito Federal. *Resolução n.º 03/90, publicada na página 08 do DODF n.º 247, em 20 de dezembro de 1990.*

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Codeplan. *Diagnóstico do setor educação no Distrito Federal.* Brasília, 1970.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Fundação Educacional do Distrito Federal. *Projeto Escola de Integração (Uma Construção Coletiva...).* Brasília, 1998a.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. *Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1980-83.* Secretaria de Educação e Cultura. Brasília, 1980a.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. SEC – DEPLAN – DP. Séries Históricas 1960-76. Brasília, DF. [s.d.]1.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1980-83*. Relatório do 1º ano de execução. Brasília, 1980c.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1980-83*. Relatório do 2º ano de execução. Brasília, 1982b.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1982*. Relatório do 3º ano de execução. Brasília, 1983.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1984-87*. Relatório de execução – ano 1984. Brasília, 1985a.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Parecer 699/72 – CFE*.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação. Conselho de Educação. *Resolução 01/62 – CEDF*.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação. FEDF. Departamento de Pedagogia. *Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal*. Brasília, 1993.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação. Fundação Educacional do Distrito Federal. *Escola Candanga – Referenciais Curriculares da Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, 1998b.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação. Fundação Educacional do Distrito Federal. Departamento de Pedagogia. Unidade de Educação de Jovens e Adultos. *Escola Candanga: Caracterização da clientela da Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, 1998c.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Educação. Plano Quadrienal de educação do Distrito Federal 1995-1998. Brasília-DF, 1995a.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Conselho de Educação do Distrito Federal. *Anais da X Conferência de Educadores do Distrito Federal*. Brasília, 1985b.

DISTRITO FEDERAL. Codeplan. *Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal 1959-2010*, 2013.

DISTRITO FEDERAL, Governo do. FEDF. *Plano Quadrienal de Educação do Distrito Federal*. 1987-1990. Brasília, DF. 1987.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial de 26 de março de 1986, página 09. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar->

arquivo/?pasta=1986/03_Mar%C3%A7o/DODF%20058%2026-03-1986&arquivo=DODF%20058%2026-03-1986.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Planejamento Educacional. Divisão de Pesquisa. *Séries Históricas: 1960 – 1980. Rede Oficial e Particular*. Brasília, 1980b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Fundação Educacional do Distrito Federal. Departamento de Pedagogia. Unidade de Educação de Jovens e Adultos. *Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos no Âmbito do Distrito Federal – Proalfa/Projeto A Alfabetização nas Ruas*. Documento. Brasília, 1996. 13 páginas.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Fundação Educacional do Distrito Federal. Departamento de Pedagogia. Unidade de Educação de Jovens e Adultos. *Relação das Entidades Participantes do I Encontro do Fórum Permanente da Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno*. Documento cópia. Brasília, 1995b. 02 páginas.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Fundação Educacional do Distrito Federal. Departamento de Pedagogia. Unidade de Educação de Jovens e Adultos. *I Encontro do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno – Documento Final*. Documento cópia. Brasília, 1995c. 05 páginas.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Fundação Educacional do Distrito Federal. Departamento de Pedagogia. Unidade de Educação de Jovens e Adultos. *Programa permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos no Distrito Federal*. Documento cópia. Brasília, [s.d.]. 08 páginas.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. *Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Córrego do Ouro*. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/ppp_ec_corrego_do_ouro_sobradinho.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *40 anos de educação em Brasília*. Brasília: Subsecretária de Planejamento e de Inspeção de Ensino. 2001b.

DISTRITO FEDERAL. *Séries Históricas: Estudo Preliminar*. Brasília-DF: GDF, 1975.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: PAIVA; Jane, OLIVEIRA; Inês B. (Org.) *Educação de Jovens e Adultos*. Petrópolis-RJ: DPet Alii, 2009, p. 10-21.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Transcrição do áudio de Paulo Freire em pronunciamento na abertura do I Fórum Regional do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos em Ceilândia/DF*. 30/08/1996.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. *Paulo Freire: o Educador Brasileiro Cidadão do Mundo*. Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia. Associação dos Docentes da Universidade de Brasília 9 ADUnB. Livreto. Brasília, DF, [s.d].

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Editora Autores Associados. ISSN 1413-2478.

GOIÁS. Secretaria de Educação e Cultura de. *Revista de Educação*, edição n.º 41, fascículo de outubro-novembro-dezembro. Goiânia, 1959.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. *Favelas teimosas: lutas por moradia*. Brasília: Thesaurus, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 3*. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

GTPA. Fórum EJA/DF. *Relatório-síntese do GTPA – Fórum EJA/DF ao XI ENEJA*. Brasília, 2008.

HANNA, Paul; MWALE, Shadreck. Não estou com você, mas estou... Entrevistas face a face virtuais. In: BRAUN, Virgínia; CLARKE, Victória; GRAY, Debra. *Coleta de Dados Qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais*. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019, p. 297-315.

HOBBSAWN, Eric J. Sobre história. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Censos. *Censo Demográfico do Distrito Federal*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume I Tomo XXIV. Rio de Janeiro, 1973.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*, volume 1, tomo 4, número 26. Censo demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1982.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Departamento de Estatística da População. *Censo Experimental de Brasília*. 1959.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Departamento de Estatística da População. *Censo Demográfico de 1960*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/27/T/Q>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Departamento de Estatística da População. *Censo Demográfico de 1970*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/27/T/Q>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Departamento de Estatística da População. *Censo Demográfico de 1980*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/27/T/Q>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Departamento de Estatística da População. *Censo Demográfico de 1991*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/27/T/Q>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Departamento de Estatística da População. *Censo Demográfico de 2000*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>. Acesso em: 22 jul. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 22 jul. 2021.

LAGO, Stephany Nascimento; MACHADO, Maria Margarida. Exames de Madureza em Goiás. In: MACHADO, Maria Margarida; COSTA, Cláudia Borges (Org.). *Trajetórias da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores: pesquisas a partir do CMV/Goiás: a memória e história da EJA na produção do Centro Memória Viva de Goiás: volume 1*, 1. ed. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2021.

LE GOFF, Jacques. *A história pode ser dividida em pedaços?* Tradução de Nícia Adan Bonatti. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão *et al.* 7. ed. revista. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEÃO FILHO, José. *A Revolução dos Analfabetos*. Brasília: revista. Ano 7, n. 65-81 (mai. 1962 /set. 1963). Companhia Urbanizadora da Nova Capital o Brasil – NOVACAP.

Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MACHADO, Maria Margarida. Círculos de Cultura e EJA: presença de Paulo Freire na educação de trabalhadoras. Seção Comemorativa Paulo Freire 100 anos. Artigo. *Revista Educação e Sociedade*. Vol. 42. Campinas-SP. 2021. e254978, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.254978>. Acesso em: 12 set. 2021.

MARX, Karl (1818-1883). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 3. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1990.

MELO NETO, João Cabral de. A educação pela pedra (1966). In: MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa: volume único*. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/11508/tecendo-a-manha>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MENDONÇA, Expedito. *Primeiro Livro do Povo*. Cartilha. Brasília, 1963.

NASCIMENTO, Gilberto Ribeiro do. *Ceilândia e memórias de vida na educação de jovens e adultos: a história do lugar na formação do trabalhador e da trabalhadora*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

NOVACAP. Revista Brasília, Ano I, nº 7, julho de 1957. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-7d.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Snnablume, 2005.

OLIVEIRA, Leila Maria de Jesus. *A Repercussão da Atuação de Educadores/as Populares do CEDEP/UnB na Escola Pública do Paranoá-DF*. Brasília-DF, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: O mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. Edições Loyola. São Paulo. 2003.

PAVIANI, Aldo. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

PEREIRA, Eva Waisros. As raízes pragmatistas da educação do Distrito Federal. In: PEREIRA, Eva Waisros *et al.* (Org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 47-62.

PEREIRA, Maria Luiza Pinho; TÔRRES, Maria Madalena. Relações entre a Universidade de Brasília e o Movimento Social Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF (GTPA)/Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do DF – tensões e desafios de um longo e permanente caminho de lutas. In: RÊSES, Erlando da Silva (Org.). *Universidade e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 63-85.

REIS, Renato Hilário dos. *A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos*. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

RÊSES, Erlando da Silva; VIEIRA, Maria Clarisse; REIS, Renato Hilário dos. Presença e pegadas de Paulo Freire no Distrito Federal: uma primeira aproximação. *Linhas Críticas*, Revista da Faculdade de Educação – UnB. Brasília-DF, v. 18, n. 37, p. 529-550, set./dez. 2012.

RIBEIRO, Darcy. A invenção da Universidade de Brasília – 1961- 1995. *Revista Carta*, n. 14. Câmara dos Deputados, Senado da República. Brasília, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60*. Brasília: Plano Editora, 2003.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. 4. ed. Brasília-DF: Linha Gráfica Editora, 1999.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

SOUZA, Pompeu. *Carta de Pompeu de Souza Sobre uma Cartilha de Alfabetização*. Brasília-DF. 1963. Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/uploads/store/document/2065/docimage/original-c75b14fe3182658b6fd513ee120d9ffd.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. (I. MEC, Ed.) *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXXV (n.º 81), 241. Janeiro-março de 1961. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/468/105>. Acesso em: 17 jun. 2021.

TÔRRES, Maria Madalena. *O cinema como linguagem na alfabetização de jovens e adultos trabalhadores*. Brasília: Editora ArtLetras, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed., 25. reimpr. São Paulo: Atlas, 2019.

UNB, Universidade de Brasília. *Ações do Programa DF e Entorno*. Cadernos de Extensão. ANE-DEX. 1992

UNB, Universidade de Brasília. Decanato de Extensão. *A UnB e os Movimentos Sociais*. Brasília, DF. [s.d.]

UnB, Universidade de Brasília. *Extensão – A Universidade Construindo Saber e Cidadania*: relatório de Atividades 1987/1988. Volnei Garrafa [Org.]. Série UnB. Editora UnB. Brasília-DF, 1989.

UNB. *Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília*. Brasília: FAC-UnB, 2016. ISBN 978-85-93078-09-5.

WERNECK, Cláudia. *Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todos?* 4. ed. Rio de Janeiro: WVA Ed., 2012.

Sites consultados na pesquisa historiográfica

Armazém Memória: Um resgate coletivo da história
<https://armazemmemoria.com.br/>

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<http://bdtd.ibict.br/vufind/>

Biblioteca Nacional Digital
<https://bndigital.bn.gov.br/>

Biblioteca virtual de revistas científicas
<http://www.scielo.br/>

Brasiana Fotográfica - acervo de imagens
<https://brasianafotografica.bn.gov.br/>

Catálogo de teses Capes
<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>

Diários Associados - hemeroteca
<https://www.dapress.com.br/>

Diário Oficial do Distrito Federal
<https://www.dodf.df.gov.br/>

Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
<https://cpdoc.fgv.br/>

Instituto Paulo Freire
<https://www.paulofreire.org/>

Memorial da Democracia
<http://memorialdademocracia.com.br/>

Memorial Virtual Paulo Freire
<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/>

Memórias Reveladas
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>

Museu da Educação do Distrito Federal/Mude
<http://www.museudaeducacao.com.br/>

Portal de Periódicos da Capes
<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil
www.forumeja.org.br/

Rede da Memória Virtual Brasileira
Erro! A referência de hiperlink não é válida.

APÊNDICES

Notas:

1 - A pesquisa passou por um redesenho que alterou período pesquisado, título e objetivos, com isso houve alterações posteriores ao registrado no documento TCLE, construído em 2019;

2 – As entrevistas foram realizadas em dois blocos, um na perspectiva anterior e outro no formato atual da pesquisa. Com isso houve alteração no roteiro da entrevista sendo apresentado dois roteiros correspondendo aos blocos;

3 – As mudanças ocorridas no rumo da pesquisa afetaram a análise das entrevistas, com isso das vinte e duas entrevistas realizadas, foram utilizadas dez para a versão final da tese, as demais serão posteriormente utilizadas em outras produções.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada *O DIREITO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS TRABALHADORAS NO DISTRITO FEDERAL*. Meu nome é Leila Maria de Jesus Oliveira, sou doutoranda e, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Margarida Machado, a pesquisadora responsável por esta pesquisa. Minha área de atuação é Educação. A pesquisa tem como objetivo compreender como se dá a garantia do direito à educação de pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras no Distrito Federal, nos seus entrelaçamentos e distanciamentos, conflitos, desafios e contribuições (ou não) à escolarização pela esfera pública, privada, dos movimentos populares, sindicatos e universidade no período de 1985 a 2015. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail leiladejesus@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (61)99742455. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa *O DIREITO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS TRABALHADORAS NO DISTRITO FEDERAL*, cujo objetivo principal é de compreender como se dá a garantia do direito à educação de pessoas jovens, adultas e idosas trabalhadoras no Distrito Federal, nos seus entrelaçamentos e distanciamentos, conflitos, desafios e contribuições (ou não) à escolarização pela esfera pública, privada, dos movimentos populares, sindicatos e universidade no período de 1985 a 2015.

Esse é um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação na pesquisa.

- Na ENTREVISTA, com perguntas norteadoras, será utilizado registro de som por meio de gravação de áudio e vídeo e/ou registro fotográfico de imagem dos participantes bem como anotações de observações da pesquisadora. Neste caso:

() Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

- Caso seja do interesse da pesquisa ou necessária a identificação do participante:

() Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

Fica esclarecido e ciente de que a pesquisa poderá lhe causar um risco mínimo de desconforto emocional e/ou *psicossociais* (ex.; constrangimento, intimidação,

angústia, insatisfação, irritação, mal-estar etc.), bem como serão relevantes os benefícios acadêmicos e sociais decorrentes da sua participação na pesquisa, contribuindo com a EJAIT no Distrito Federal. Esclarece ainda que você não terá nenhum gasto financeiro ou ganho decorrente da participação na pesquisa, porém, em caso extremo e necessário poderá haver ressarcimento, após solicitação por escrito, de despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa realizada. No entanto resguarda-se o direito de *pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa. Fica garantido o sigilo, assegurando a privacidade e o anonimato como participante se assim for definido* e necessário. Há ainda *garantia expressa de liberdade em recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma*. Será assegurada a garantia expressa de liberdade do/a participante de se recusar a responder questões que lhe causem *desconforto emocional e/ou constrangimento* em entrevistas e questionários que forem aplicados na pesquisa. Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não, tão logo se encerre as etapas da pesquisa e serão divulgados por meio de sites e publicações científicas. Após registro por meio de gravação audiovisual o material será transcrito e enviado para o seu e-mail para avaliação e correção, se necessário. Todo material será guardado pelos pesquisadores até a entrega da versão final do relatório ao PPGE. Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o participante da pesquisa. Tão logo os dados estejam tabulados e analisados será colocado a sua disposição para conhecimento, análise e sugestão. Há o compromisso em enviar, após a entrega e aprovação final da tese, uma cópia em formato PDF para o e-mail disponibilizado. Informo ainda que é direito do participante entrevistado de se manter atualizado sobre os resultados e andamentos da pesquisa, a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento e eventuais dúvidas. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa poderá entrar em contato com a pesquisadora no e-mail leiladejesus@gmail.com ou com o comitê de ética e Pesquisa – CEP/UFG.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “O DIREITO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS TRABALHADORAS NO DISTRITO FEDERAL”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Prof.^a Leila Maria de Jesus Oliveira, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Local e data:

de

de 20 .

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA PRIMEIRO BLOCO

ROTEIRO PARA ENTREVISTA - QUESTÕES NORTEADORAS

Título da pesquisa: O DIREITO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS TRABALHADORAS NO DISTRITO FEDERAL.

Pesquisadora responsável: Leila Maria de Jesus Oliveira

ROTEIRO

Anúncio inicial: (fulano) conforme combinado nós já estamos gravando, filmando e cronometrando a entrevista. Para darmos início: A) Você concorda em responder ao roteiro que lhe foi previamente apresentado para a entrevista que estamos começando? E que sendo um roteiro poderá surgir, ao longo da entrevista, novas perguntas? B) Autoriza o uso de seu nome na transcrição da entrevista e na tese, ou prefere o anonimato com uso de nome fantasia? C) Você está ciente do TCLE que lhe foi apresentado antes de iniciarmos esta entrevista? D) Podemos iniciar?

1) Me fale seu nome completo, idade, estado de origem, local atual de moradia, atuação profissional/trabalho.

2) Relate como, quando e porque você chegou ao Distrito Federal? (ou família, conforme o caso)

3) Você (atua profissionalmente, estuda, voluntário, movimento social, atua indiretamente, educador, alfabetizador na EJA). Conta-me como você chegou até a educação de adultos? Em que momento a educação de adultos entrou na sua vida?

4. A) (se for o caso) Você se recorda em como começou a oferta da educação de adultos em sua comunidade?

4.B) (se for o caso) Você se recorda em como começou a oferta de educação de adultos na escola em que você atua?

4.C) (se for o caso) Você trabalha com a gestão central, identifica momentos de evolução e retrocesso na matrícula para educação de adultos? (EJA)

4.D) (se for o caso) Você acompanhou a elaboração e a tramitação do PDE? Como você destaca esse movimento ocorrido no DF e quais foram os principais desafios enfrentados para garantir as Metas e Estratégias que tratam da educação de adultos? (trazer contextualização específica)

4.E) (se for o caso) Na Comissão de Educação da Câmara Legislativa, como você avalia o acúmulo de demandas que tratam da educação de adultos e o histórico de discussão sobre a temática? Principalmente entre os anos de 1985 e 2015? (trazer contextualização específica)

5) A educação de jovens e adultos é norteadada pela legislação nacional e distrital. Você CONHECE E destacaria algo relevante na legislação da EJA no DF?

6) Você se recorda de algum fato/momento que tenha impactado, ou que seja importante destacar, sobre a EJA no DF anterior a 2015? Ou na sua comunidade? Ou no seu trabalho?(no caso de gestão)

7) O DF já teve ações para alfabetização de adultos como o Mobral, a Fundação Educar, o Alfabetização Solidária, o Programa ABC DF e o DF Alfabetizado. Você tinha conhecimento destas ações? Se sim, como foi a sua experiência? Como você avalia estes programas/ações do governo para alfabetização de adultos?

8) No Distrito Federal a oferta da educação na rede pública de ensino cresceu paralelamente à população, mesmo com as dificuldades/carência de acesso à escola em algumas comunidades. Porém a matrícula na educação de adultos (pelos dados oficiais obtidos pela pesquisa) não acompanha nem o crescimento populacional nem o índice de matrículas no sistema,

apresentando uma escala decrescente ao longo dos anos. Como você avalia essa questão? O que você acha que pode ter acontecido que contribuiu para esta escala decrescente?

9) Você tem conhecimento da oferta de educação de adultos pela iniciativa privada? Conhece quem tenha tido experiência nesse sentido entre os anos de 1985 a 2015? O que você acha dessa oferta?

10) Você já fez alguma formação específica para atuação na educação de jovens e adultos? Se sim, quais e onde? Consegue lembrar o ano? Teve alguma importância, reflexo ou influência para a sua atuação? Se não, por quê?

11) (se for o caso) Você conhece algum movimento ou organização social que atua na defesa pelo direito à educação das pessoas jovens e adultas no DF? Pode citar alguns? Destacaria algum trabalho desenvolvido por estas organizações ou movimentos?

12) Na sua opinião, o poder político (governo) tem garantido o direito à educação para as pessoas jovens e adultas? Por quê? Pode citar algum exemplo?

13) Alguma questão/comentário que você queira acrescentar?

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEGUNDO BLOCO

ROTEIRO PARA ENTREVISTA - QUESTÕES NORTEADORAS

Título da pesquisa: “Pegadas” Históricas: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998).

Pesquisadora responsável: Leila Maria de Jesus Oliveira

ROTEIRO

Anúncio inicial: (fulano) conforme combinado nós já estamos gravando, filmando e cronometrando a entrevista. Para darmos início: A) Você concorda em responder ao roteiro que lhe foi previamente apresentado para a entrevista que estamos começando? E que sendo um roteiro poderá surgir, ao longo da entrevista, novas perguntas? B) Autoriza o uso de seu nome na transcrição da entrevista e na tese, ou prefere o anonimato com uso de nome fantasia? C) Você está ciente do TCLE que lhe foi apresentado antes de iniciarmos esta entrevista? D) Podemos iniciar?

- 1) Me fale seu nome completo, idade, estado de origem, local atual de moradia, atuação profissional/trabalho.
- 2) Relate como, quando e porque você chegou ao Distrito Federal? (ou família, conforme o caso)
- 3) Conta-me como você chegou até a educação de pessoas jovens e adultas? Em que momento a educação de pessoas jovens e adultas entrou na sua vida? Entendendo o conceito de educação que inclui a alfabetização, seja ela ofertada na rede pública ou nos movimentos de educação popular, nas iniciativas da sociedade civil.
- 4) (se for o caso) Você trabalhou com a gestão central, identifica momentos de evolução e retrocesso na educação de pessoas jovens e adultas?
- 5) Você se lembra de algum fato/momento que tenha impactado, ou que seja importante destacar, sobre a educação de pessoas jovens e adultas no Distrito Federal?
- 6) O DF já teve ações para alfabetização de adultos como o Mobral, a Fundação Educar, o Alfabetização Solidária, o Programa ABC DF e o DF Alfabetizado. Você tinha conhecimento destas ações? Se sim, como foi a sua experiência? Como você avalia estes programas/ações do governo para alfabetização de adultos?
- 12) Na sua opinião, o poder político (governo) tem garantido o direito à educação para as pessoas jovens e adultas? Por quê? Pode citar algum exemplo?
- 13) Alguma questão/comentário que você queira acrescentar?

APÊNDICE D – RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS UTILIZADAS PELA PESQUISA

Quadro das entrevistas utilizadas na pesquisa	
Entrevistada(o)/Apresentação	Data/recurso utilizado na entrevista
<i>Gilberto Ribeiro do Nascimento</i> , Professor na SEDF; educador, formador e alfabetizador popular, dirigente do Cepafre, morador de Ceilândia. Coordenador intermediário de EJA na CRE Ceilândia. Membro do GTPA/Fórum EJA-DF	13/12/2019 presencial, gravada em áudio.
<i>Irlanda Aglae Correia Lima Borges</i> , professora aposentada da SEDF; atuou na Educação de Jovens e Adultos na rede pública a partir de 1995; trabalhou no Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul (Cesas) com EJA. Atuou no GTPA-Fórum EJA/DF.	09/10/2020 Online, via plataforma Meet; gravada em áudio e vídeo.
<i>José Batista Filho</i> , trabalhador na construção civil, pioneiro, chegou ao DF em 1958 para a construção de Brasília.	07/01/2020 Presencial, gravada em áudio e vídeo
<i>Luiz Carlos Pontual de Lemos</i> , bancário aposentado, egresso do movimento estudantil da UnB nos anos 1962 a 1964. Atuou como voluntário no apoio aos Círculos de Cultura e Movimento de Cultura Popular no DF entre os anos de 1963 e 1964.	13/05/2022 Online, via plataforma Meet; gravada em áudio.
<i>Maria de Lourdes Pereira dos Santos</i> , alfabetizadora, formadora e educadora popular; liderança comunitária no Paranoá; professora da rede pública; fundadora e dirigente do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (CEDEP). Membro do GTPA/Fórum EJA-DF	14/12/2019, presencial, gravada em áudio.
<i>Maria Madalena Torres</i> professora aposentada, liderança comunitária em Ceilândia e DF, fundadora e dirigente do Cepafre, alfabetizadora, educadora e formadora na educação popular. Membro do GTPA/Fórum EJA-DF	04/12/2019 Presencial, gravada em áudio e vídeo.
<i>Oseas Pacheco de Oliveira</i> , professor aposentado da SEDF, atuou na Educação de Jovens e adultos em Ceilândia, atuou em movimentos pela EJA em Ceilândia.	12/12/2019 Presencial, gravada em áudio.
<i>Reneé Gunzburger Simas</i> professora aposentada, atuou como voluntária junto à formação de alfabetizadoras/res dos Círculos de Cultura no DF entre 1963/1964.	27/04/2022 Presencial, gravada em áudio
<i>Maria do Rosário do Nascimento Ribeiro Alves</i> , educadora popular, professora aposentada SEDF, coordenadora do Serpajus; atuou na Coordenação de Alfabetização da Unidade de Educação de Jovens e Adultos da SEDF em 1995/1996. Atua no GTPA-Fórum EJA/DF.	14/06/2022 Online, via plataforma Meet; gravada em áudio.
<i>Waldeck Batista dos Santos</i> , professor aposentado da SEDF, dirigente do Cepafre, atuou na Educação de Jovens e Adultos em escolas de Ceilândia. Membro do GTPA/Fórum EJA-DF	06/12/2019 Presencial, gravada em áudio.

APÊNDICE E – ARQUIVOS LOCALIZADOS E DIGITALIZADOS

Arquivos localizados e digitalizados durante o período da pesquisa. Foram disponibilizados digitalmente para o Museu da Educação do DF, Centro de Memória Viva, Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e Arquivo Público do DF de modo a contribuir para pesquisas futuras.

N	Título	Origem	Ano Publicação	Páginas Digitalizadas
1.	A Crise Do Ensino - Brasília	OLIVEIRA, Raimundo	1980	64
2.	A Modernização e o Ensino de 1º Grau no DF	GDF SEC	Sdd	49
3.	A Origem do Sistema Educacional de Brasília	GDF SEC	1984	54
4.	A UnB e os Movimentos Sociais	UnB DEX	Sdd	24
5.	Ações do Programa DF e Entorno	UnB DEX	1992	42
6.	Alfabetização para Adultos - Método Paulo Freire	ADITEPP	1987	14
7.	Cadernos da Escola Pública	SINPRODF	1993	135
8.	Cartilha Fundação Educar	MEC Educar	1987	13
9.	Cedep, Carta Desagravo	CEDEP	2000	01
10.	Ceilândia	GDF DHS	1973	78
11.	Ceilândia uma Experiência em Erradicação de Favelas	GDF DHS	1973	27
12.	Censo Escolar DF 1975 - Fragmentos	GDF SEC	1978	04
13.	CEPACS Sobradinho, breve relatório	Particular	1992	01
14.	Dados Supletivo, fragmentos da publicação	GDF SEC	1982	12
15.	Diagnóstico do Setor da Educação no DF	GDF CODEPLAN	1970	190
16.	Diretrizes de Avaliação	GDF SEE	2008	45
17.	Diretrizes Pedagógicas 2009-2013	GDF SEE	2008	98
18.	Documento norteador para Exames Supletivos	GDF SEC	1989	44
19.	Educação de Jovens e Adultos, pontos para reflexão - Texto	GDF SEE UEJA	Sdd	05
20.	Educação de Jovens e Adultos, Subsídios	Cedi	1990	23
21.	Educação no DF 1980	GDF SEC	1980	249
22.	Educação Supletiva Integrada no DF	GDF SEC FEDF	1972	20
23.	Ensino Primário Supletivo	GDF SEC FEDF	1972	13
24.	Ensino Profissionalizante e Mercado de Trabalho	GDF SEC CEPLAN	1973	14
25.	Ensino Supletivo no DF 1972	GDF SEC FEDF	1972	21
26.	Ensino Supletivo no DF, Projeto 1973-1977	GDF SEC FEDF	Sdd	160
27.	Escola Candanga - Caracterização da Clientela da Educação de Jovens e Adultos	GDF SEE UEJA	1998	06
28.	Escola Candanga Referenciais Curriculares da Educação de Jovens e Adultos	GDF SEE UEJA	1998	17
29.	Evolução da Pesquisa Educacional no Brasil	Particular	Sdd	02

N	Título	Origem	Ano Publicação	Páginas Digitalizadas
30.	Evolução Matrícula DF 1990 - 2000	GDF SEE	Sdd	01
31.	Exames de Madureza - Provas de História	GDF SEC FEDF	1972	19
32.	Extensão - a Universidade Construindo Saber e Cidadania 1987-1988	UnB DEX	1989	128
33.	FORALFA – Documento Final do 1º Encontro	GDF SEE UEJA	Sdd	05
34.	FORALFA – Ofício Circular 047.96 UEJA	GDF SEE UEJA	1996	01
35.	FORALFA – Relação das Entidades Participantes no 1º Encontro	GDF UEJA	Sdd	03
36.	FUNALFA - Projeto de Lei que Institui o Fundo de Apoio – proposta de Texto	GDF	1995	06
37.	Histórico da Alfabetização dos Servidores da DRE do Gama	Particular	1993	13
38.	Histórico da Educação no DF	GDF SEC FEDF	1972	17
39.	Introdução ao Urbanismo Regional Sistema de Abastecimento de Brasília	Novacap	1960	82
40.	Legislação do Ensino Supletivo	MEC DES	1978	144
41.	Legislação do Ensino Supletivo	MEC SEC	1981	142
42.	Legislação e Normas para o Supletivo do DF Vol. I 1970-1981	GDF SEC FEDF	1982	267
43.	Legislação e Normas para o Supletivo no DF Vol. II 1982-1984	GDF SEC FEDF	1985	126
44.	Matrícula Inicial - Educação DF 1990 -1999	GDF SEE	Sdd	01
45.	Minha Vida em Brasília – coletânea redações ALFASOL	GDF ALFASOL	2010	37
46.	Nunca é Tarde para Aprender – coletânea texto coletivo Projeto CEDEP e GENPEX – Paranoá	CEDEP GENPEX	2000	50
47.	O Analfabetismo no Brasil Segundo o Censo 1980	GDF SEC DEPLAN	1982	63
48.	O Perfil Ideal do Professor de Ensino Supletivo, dissertação mestrado	CALDAS, Naide UnB	1982	158
49.	O Sistema Escolar de Brasília Vol. 1 1976 - fragmentos	OLIVEIRA, Raimundo G	1976	16
50.	O Sistema Escolar de Brasília Vol. 2 1976 - fragmentos	OLIVEIRA, Raimundo G	1976	23
51.	O Sistema Escolar de Brasília Vol. 3 1978 – fragmentos	OLIVEIRA, Raimundo G	1976	06
52.	Parecer N27.86 CEDF Aprova Proposta Eja de 1985	GDF SEE CEDF	1986	05
53.	Paulo Freire e a Educação Brasileira 1982	FCB	1982	41
54.	Perfil Ideal do Professor de Ensino Supletivo, dissertação mestrado	CALDAS, UnB	1982	158
55.	Perspectiva do Ensino em Brasília	GDF SEC FEDF	1976	144
56.	Pesquisa da Estrutura Ocupacional do Distrito Federal	GDF SEC CEPLAN	1973	81
57.	Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal 1980 - 1983	GDF SEC	1980	89
58.	Plano Decenal de Educação Para Todos DF 1993 - 2003	GDF SEE	1994	22
59.	Plano Quadrienal de Educação do DF 1987 - 1990	GDF SEE	1987	47

N	Título	Origem	Ano Publicação	Páginas Digitalizadas
60.	Plano Quadrienal de Educação do DF 1995 - 1998	GDF SEE	1995	19
61.	PROALFA - Caderno Brasília Onde Todos Podem Ler, coletânea de textos	GDF SEE UEJA	1996	70
62.	PROALFA - Cepafre Material de Divulgação em Ceilândia	DRE Ceilândia, Cepafre	Sdd	01
63.	PROALFA - Cronograma Atividades Semana do Alfabetizador	GDF SEE UEJA	1996	01
64.	PROALFA - Decreto Regulamenta o Programa, proposta de texto	GDF SEE	1995	02
65.	PROALFA – Plano de Curso para Formação de Monitores	GDF SEE UEJA	Sdd	10
66.	PROALFA – Programação do Encontro do FORALFA	GDF SEE UEJA	1996	01
67.	PROALFA - Projeto a Alfabetização nas Ruas	GDF SEE UEJA	1996	13
68.	PROALFA – Projeto Dia do Alfabetizador	GDF SEE UEJA	1996	06
69.	PROALFA – Projeto do Decreto que Regulamenta a Lei 849.95 Propostas de Texto	GDF UEJA	1995	02
70.	PROALFA – Proposta do Projeto	GDF SEE	Sdd	08
71.	PROALFA - Quadro Turmas por RADF	GDF SEE UEJA	1996	01
72.	PROALFA – Sugestões de Atividades - apostila	GDF SEE UEJA	Sdd	16
73.	PROALFA- GTALFA- Escola Candanga, textos e formulários diversos, coletânea	GDF SEE	1996	74
74.	Programa DF e Entorno Interação Democrática - panfleto	UnB DEX	1992	04
75.	Projeto Alfabetização Adultos para Santa Maria – ação conjunta	DRE Santa Maria	1996	13
76.	Projeto Alfabetização de Adultos – CEPEC, SERPAJ Pedregal	CEPEC SERPAJ	1995	13
77.	Projeto de Intercomplementariedade da SEC	GDF SEC FEDF	1972	09
78.	Projeto de Lei Que Cria a Divisão de EJA na FEDF – texto proposta	GDF	1995	06
79.	Projeto Escola de Integração: Uma Construção Coletiva (EJA)	GDF SEE	1998	11
80.	Projeto Pró-Lei Orgânica do Distrito Federal, Uma Breve Memória 1990-1992	UnB DEX	1993	188
81.	Regimento e Estatuto da Fundação Educacional do DF	GDF SEC	1977	88
82.	Regimento Escolar DF 2ª Edição 2001	GDF SEE	2001	34
83.	Regimento Escolar DF 3ª Edição 2004	GDF SEE	2004	30
84.	Regimento Escolar DF 4ª Edição 2006	GDF SEE	2006	38
85.	Regimento Escolar DF 5ª Edição 2009	GDF SEE	2009	48
86.	Relatório Secretaria de Educação e Cultura 1980	GDF SEC	1980	57
87.	Relatório Secretaria de Educação e Cultura 1981	GDF SEC	1981	28
88.	Relatório Secretaria de Educação e Cultura 1982	GDF SEC	1982	49

N	Título	Origem	Ano Publicação	Páginas Digitalizadas
89.	Relatório Secretaria de Educação e Cultura 1984	GDF SEC	1984	56
90.	Relatório Secretaria de Educação e Cultura 1991 - 1994	GDF SEC	1994	64
91.	Revista de Educação CNTE Nº 1 Ano 1	CNTE	1993	93
92.	Série Histórica Matrículas DF 1960-1980, completo	GDF SEC DEPLAN	1980	83
93.	Séries Históricas DF 1960-1976, completo	GDF SEC	Sdd	94
94.	Series Históricas Estudo Preliminar, completo	GDF SEC	Sdd	28
95.	Simpósio Política Nacional De Educação De Jovens E Adultos	Particular	1994	03
96.	Suplência No DF, dissertação mestrado	RIOS, Maria UnB	1977	148
97.	Termo de Referência Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos UnB	UnB FE	1993	06
98.	Trajectoria da Resistência Popular na Vila Paranoá, dissertação mestrado	NAOMI, UnB	1988	228
99.	X Conferência De Educadores do DF 1985	SEC CEDF	Sdd	72
100.	XX Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional	ABT	1988	01